



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

KARLA BIANCA DA SILVA OLIVEIRA

**ESCRAVIDÃO E TERRAS DE CRIAR GADO EM UM LUGAR DENOMINADO
SERTÃO: uma arqueologia das moradas de casas e miudezas cotidianas do Seridó
Potiguar, séculos XVIII e XIX**

Belo Horizonte
2021

Karla Bianca da Silva Oliveira

ESCRAVIDÃO E TERRAS DE CRIAR GADO EM UM LUGAR DENOMINADO SERTÃO: uma arqueologia das moradas de casas e miudezas cotidianas do Seridó Potiguar, séculos XVIII e XIX

Versão Final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAn-UFMG), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia.

Linha de Pesquisa: Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo

Orientador: Prof. Dr. Luis Cláudio Pereira Symanski

Belo Horizonte

2021

306
O48e
2021

Oliveira, Karla Bianca da Silva.
Escravidão e terras de criar gado em um lugar denominado sertão [manuscrito] : uma arqueologia das moradas de casas e miudezas cotidianas do Seridó Potiguar, séculos XVIII e XIX / Karla Bianca da Silva Oliveira. - 2021.
235 f. : il.
Orientador: Luis Cláudio Pereira Symanski.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Antropologia - Teses. 2. Arqueologia - Teses. 3. Diáspora africana - Teses. 4. Seridó, Região do (RN) - Teses. I. Symanski, Luis Cláudio Pereira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de Karla Bianca da Silva Oliveira (Matrícula N.º 2018660246)

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2021 (dois mil e vinte e um), reuniu-se, em ambiente virtual, pelo canal do youtube PG-ANTROPOLOGIA UFMG, a Comissão Examinadora para julgar em exame final a dissertação intitulada: "***Terras de criar gado em um lugar denominado sertão: uma arqueologia das moradas de casas e miudezas cotidianas do Seridó Potiguar, séculos XVIII e XIX***", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, área de concentração: Arqueologia, linha de pesquisa: Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo. A Comissão Examinadora foi composta pelos/as professores/as doutores/as: **Luís Cláudio Pereira Symanski - Orientador (PPGAn/UFMG), Andrés Zarankin (PPGAn/UFMG) e Lúcio Menezes Ferreira (UFPEL)**. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Luís Cláudio Pereira Symanski, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à mestranda Karla Bianca da Silva Oliveira para apresentação da sua dissertação. Seguiu-se a arguição pela comissão examinadora, com a respectiva defesa da discente. Logo após a arguição dos/as examinadores/as, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente à discente pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 25 de março de 2021.

Membros da Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski (Orientador)

Prof. Dr. Andrés Zarankin

Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira



Documento assinado eletronicamente por **Luis Claudio Pereira Symanski, Chefe de departamento**, em 25/03/2021, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andres Zarankin, Professor do Magistério Superior**, em 26/03/2021, às 07:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucio Menezes Ferreira, Usuário Externo**, em 01/04/2021, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0619837** e o código CRC **4497ACCE**.

Dedico à minha bisavó, Antônia da Conceição,
escravizada em fazendas pernambucanas.

AGRADECIMENTOS

Foram dias e meses intensos ao longo desse caminho e os quais jamais teria conseguido enfrentar sozinha, é chegada a hora de agradecer às pessoas que tornaram essa jornada menos dolorosa e solitária. A Luís Cláudio Symanski pela troca, orientação, apoio, compreensão, confiança, amizade e tranquilidade com que me transmitiu paz e me ajudou a enxergar saídas nos momentos mais difíceis ao longo desse trabalho.

Ao LAS/CERES/UFRN e ao LARQ/CCHLA/UFRN pela estrutura física para análises, salvaguarda do material coletado, além da disposição de todo o seu acervo material. Assim como agradeço à toda a equipe do LAS: Abrahão, Diógenes, Hozana, Igor, Rayssa, Kayann, Jônatas, Matheus (meio LAS, meio LABORDOC), Francisco (Chico), Mazzuki, Josean, Vanessa, Wendell, João, Apolônia e a pequena Marina, portos de acolhida no Seridó, pelos sorrisos, passeios e conversas enriquecedoras que compartilhamos ao longo de quase três anos de idas e vindas e pelo aprendizado incalculável que foi dividir o campo e os dias de laboratório com vocês. Sem esquecer de Mayara e Pedro, que prontamente auxiliaram na fotografia do material do sítio Belém.

Ao LABORDOC/CERES/UFRN, aos seus estagiários e ao Tiago, por todo o auxílio na disposição do acervo documental do laboratório, a colaboração de vocês foi crucial nessa empreitada. Em especial agradeço ao professor Hélder Macedo pela sua disposição em auxiliar a busca documental, compartilhar inventários já fotografados, além de ter orientado meus primeiros passos na leitura de documentos históricos.

Ainda, agradeço ao apoio institucional, financeiro e logístico disponibilizado pelo projeto Arqueologia em casas de fazendas da região Seridó: espacialidades, temporalidades e sociabilidades no sertão do Rio Grande do Norte, coordenado pelo professor Dr. Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva; ao Programa de Pós-Graduação em História, com área de concentração em História dos Sertões, coordenado pelo professor Dr. Helder Alexandre de Macedo, à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRN e ao DHC/CERES/UFRN.

À Jardelly Santos pela disponibilidade e compartilhamento de informações, aprendizados e empolgação com a Belém antiga. A Sérgio Enilton, Museu Histórico de Acari, pela sua disponibilidade e todo o amparo no município de Acari.

Aos professores do PPGAn em especial a Carlos Magno e Andrés Zarankin pelas orientações precisas e atentas da qualificação, a Andrei Isnardis, Mariana Cabral e Edgar Barbosa Neto pelas aulas inspiradoras e que tanto me auxiliaram a pensar em “*e se*”.

A acolhida prazerosa de Abrahão, Alenuska, Ísis e Heitor que tornaram Caicó uma “casa fora de casa” ao longo dessa caminhada.

A Ângelo Corrêa pelas conversas, questionamentos e auxílios possíveis.

Às parcerias de caminhada no PPGAN, Marina, Denise, Lara, Queiton, Victória, Geraldo, Gabby, Íris, Paula, Giovanna, Daiane, Bruno, Vanuzia e Daniel. E a admirável Aninha Mercês pelo apoio e suporte incondicional, além dos puxões de orelha sempre que preciso.

Às amigas antigas Aracele, Filipe, Chicão, Ângela, Adolfo e Ana Flávia que sempre davam um jeito de deixar a caminhada menos solitária. A Daniel um agradecimento especial por escutar minhas frustrações e por ter me auxiliado na vetorização das plantas de fazendas.

A Fred parceiro e idealizador de excelentes passeios por Belo Horizonte, cuja companhia tornou a saudade de casa menos dolorida e a experiência de morar em BH mais prazerosa.

A minha família pelo apoio, suporte, sacrifícios e toda a compreensão pela ausência ao longo desse período.

Por fim, mas não menos importante, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento dessa pesquisa por meio da concessão de bolsa.

Grata!

Partir não quer dizer que você chegou.
Provérbio haitiano

*Esse longo caminho que eu traço
Muda constantemente de feição
E eu não posso saber que direção
Tem o rumo que firmo no espaço
Tem momentos que sinto que desfaço
O castelo que eu mesmo levantei
O importante é que nunca esquecerei
Que encontrar o caminho é meu empenho
Como posso saber de onde venho
Se a semente profunda eu não toquei?
Sêmen (Mestre Ambrósio)*

RESUMO

As fazendas de gado foram um dos principais empreendimentos adotados na invasão colonial dos sertões nordestinos. Nesta pesquisa explícito como trabalhos no campo da história e da arqueologia auxiliam na construção de narrativas sobre a prática escravista e os diversos sujeitos cocriadores desse cenário, além de pautar a adoção de uma perspectiva afrodiaspórica como uma forma possível de acessar repostas materiais de populações escravizadas neste contexto, as quais, certamente, experienciaram formas de habitar os sertões distintas dos modos de vida de seus senhores. O foco é dado à espacialidade de fazendas criatórias na região do Seridó Potiguar, porção centro meridional do estado do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil, na tentativa de construir uma narrativa crítica à compreensão da materialidade proveniente de suas casas-grandes como reflexo apenas do universo senhorial. Com auxílio de ferramentas da arqueologia documental caracterizo a diversidade de habitantes, dinâmicas de trabalho e as possíveis configurações espaciais dessas fazendas ao longo do século XVIII. Abordo ainda a configuração do espaço interno das casas-grandes erigidas na região no século XIX e, com ajuda da sintaxe espacial, discorro sobre a materialização das relações de poder ao ressaltar o compartilhamento dessas edificações por grupos social e culturalmente distintos.

Palavras-chaves: Arqueologia. Sertão. Diáspora Africana. Fazenda de Criar. Espaço Doméstico. Seridó.

ABSTRACT

Cattle farms were one of the main enterprises used in the colonial invasion of the *sertões do Norte*. In this research, I explain how the field of History and Archaeology helps in the construction of narratives about the slave practice and the various co-creative subjects of this scenario, besides, guiding the use of an Afrodiasporic perspective as a possible way to access material responses of enslaved populations in this context, which, certainly, experienced the *sertões* differently from the way that the owners did. The focus is on the spatiality of cattle farms in the Seridó Potiguar region, in the southern central portion of the state of Rio Grande do Norte, Northeastern Brazil, in an attempt to build a narrative that is critical to understand the materiality coming from the “Big Houses” as a reflection not only of the universe of the owner’s family. Using the tools of documental archaeology, I characterize the diversity of inhabitants, work dynamics and the possible spatial configurations of these farms throughout the 18th century. I also discuss the configuration of the internal space of the “Big Houses” built in the region in the 19th century and, with the help of spatial syntax, I discuss the materialization of power relations by emphasizing the sharing of these buildings by socially and culturally distinct groups.

Keywords: Archaeology. Sertão. African Diaspora. Cattle Farm. Domestic Space. Seridó.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Possível delimitação da Freguesia da Gloriosa Nossa Santana do Seridó, 1788.....	20
Figura 2 - Vilas e Freguesias segundo o relatório do Governador e Capitão-Geral de Pernambuco Jozé Cezar de Menezes de 1774.....	21
Figura 3 - Localização da Região do Seridó Potiguar.....	22
Figura 4 - Uma planta baixa e seu grafo que ilustra dois níveis hierárquicos de profundidade	25
Figura 5 - Municípios da região Nordeste que possuem publicações arqueológicas voltadas à compreensão de assentamentos coloniais e pós-coloniais.....	48
Figura 6 - Casa sede e currais da Fazenda Encampinado, construção da segunda metade do século XIX, RN.....	82
Figura 7 - Engenho da Fazenda Cabaceira e sua planta baixa.....	91
Figura 8 - Planta baixa de casa de farinha.....	92
Figura 9 - Mapa Iconográfico da Fazenda – litigiosa – Bestas Bravas, 1899.....	94
Figura 10 - Carta Topográfica de acordo com os imóveis existentes da Data Soré, 5 de janeiro de 1914.....	102
Figura 11 - Carta Topográfica de acordo com os imóveis existentes da Data Soré, 5 de janeiro de 1914.....	103
Figura 12 - Exemplo de representação gráfica de quatro plantas aparentemente similares analisadas pelo método de sintaxe do espaço.....	124
Figura 13 - Tipos de ordenamento espacial a partir do agrupamento de cômodos em casas-grandes de fazendas de gado seridoenses ao longo do século XIX.....	127
Figura 14 - Fazendas com espaço de trabalho anexos à casa-grande.....	129
Figura 15 - Disposição da cozinha em três casas-grandes de fazendas de criar da região do Seridó construídas no século XIX.....	131
Figura 16 - A sala de refeições como elo entre a área destinada ao receber e a área de serviços	134
Figura 17 - Disposição dos quartos em casas-grandes erigidas no século XIX.....	135
Figura 18 - Casa-grande da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios (RN).....	137
Figura 19 - Trabalhador da Fazenda Timbaúba dos Gorgônio.....	138
Figura 20 - Sintaxe do espaço da casa-grande da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios.....	138
Figura 21 - Indicação de espaço doméstico conjugado e/ou compartilhado.....	140
Figura 22 - Casa sede da Fazenda Tocaia conjugada com a casa do vaqueiro, Piauí.....	141

Figura 23 - Sela <i>gineta</i> usada pelos vaqueiros seridoenses, o <i>selim</i> e a sela <i>suzana</i> (mais semelhante à antiga sela <i>bastarda</i>), respectivamente.....	148
Figura 24 - Artefatos do século XVIII de sítios coloniais de Maryland, EUA.....	148
Figura 25 - Canastra de talas de carnaúba revestida de couro.....	152
Figura 26 - Armadores e tornos presentes nas casas-grandes seridoenses.....	154
Figura 27 - Armários fixos presentes nas casas-grandes da região do Seridó.....	154
Figura 28 - Um modelo de cama de vento ou de campanha e, a direita, um modelo de catre com estrado trançado em tiras de couro.....	156
Figura 29 - A rede e o uso do estrado de madeira em aquarela de Debret, 1827.....	157
Figura 30 - Sala da Fazenda Espírito Santo, Oeiras, Piauí.....	160
Figura 31 - Amostra de fragmentos cerâmicos com decoração escovada e incisa coletada no sítio Culumins, Caicó (RN).....	162
Figura 32 - Fogões de barro e alvenaria presentes em casas de fazenda do século XIX na região do Seridó.....	164
Figura 33 - Possível espacialização do sítio Totoró de Cima, 1793.....	169
Figura 34 - Intervenções realizadas no sítio Totoró, 2017.....	171
Figura 35 - Materialidades observadas ao longo da prospecção, novembro de 2017.....	178
Figura 36 - Casa de taipa derrocada no alto da Serra do Piauí.....	179
Figura 37 - Área do sítio Belém e sítio Passagem, 1789.....	184
Figura 38 - Alicerce em pedra e em tijolos na casa do sítio Belém.....	189
Figura 39 - Vestígios de outras estruturas na área prospectada da Belém Antiga.....	190
Figura 40 - Afloramentos em rocha granítica característicos da Suíte Intrusiva Itaporanga e adaptação do lajedado (d e e) para maior acúmulo de água.....	191
Figura 41 - Áreas de concentração de material na Fazenda Belém Antiga, dezembro 2018..	192
Figura 42 - Materiais presentes na área de concentração a.....	193
Figura 43 - Alguns dos materiais coletados na área b.....	194
Figura 44 - Materiais presentes na área de concentração d.....	195
Figura 45 - Materiais presentes na área de concentração c.....	196
Figura 46 - Edificação arruinada e uma marca gravada na lateral sudoeste da casa.....	197
Figura 47 - Líticos observados na prospecção do sítio Belém, 2018.....	198
Figura 48 - Área prospectada na Fazenda Belém na busca por outras estruturas construtivas, 2018.....	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Peticionários de Sesmarias da Ribeira do Seridó.....	88
Tabela 2 - População da Ribeira do Seridó.....	99
Tabela 3 - Média de escravizados por proprietário em inventários de 1754 a 1815.....	118
Tabela 4 - Faixa etária da população escravizada ao longo dos anos.....	122
Tabela 5 - Itens relacionados ao transporte e pastoreio em inventários de 1754 a 1815 na região do Seridó Potiguar.....	147
Tabela 6 - O <i>guardar</i> em inventários de 1754 a 1815 na região do Seridó Potiguar.....	153
Tabela 7 - O <i>repouso e descanso</i> em inventários de 1754 a 1815 na região do Seridó Potiguar.....	155
Tabela 8 - A <i>refeição</i> no mobiliário em inventários de 1754 a 1815 na região do Seridó Potiguar.....	158
Tabela 9 - O <i>servir</i> em inventários de 1754 a 1815 na região do Seridó Potiguar.....	160
Tabela 10 - O <i>preparo</i> em inventários de 1754 a 1815 na região do Seridó Potiguar.....	162
Tabela 11 - Escravizados da família proprietária do sítio Totoró de Cima.....	166
Tabela 12 - Mobiliário de D. Adriana de Holanda e Vasconcelos, sítio Totoró de Cima, 1793.....	173
Tabela 13 - Mobiliário do capitão-mor Cipriano Lopes Galvão, sítio Totoró de Cima, 1813.....	174
Tabela 14 - Bens móveis e alfaias de casa no sítio Totoró de Cima.....	174
Tabela 15 - Escravizados pertencentes a proprietários do sítio Belém.....	181
Tabela 16 - Mobiliário do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque, sítio Belém, 1789.....	187
Tabela 17 - Mobiliário de Maria da Puridade Barreto Júnior, sítio Belém, 1824.....	187
Tabela 18 - Trastes e alfaias de casa no sítio Belém.....	188
Tabela 19 - Categorias materiais coletadas nas sondagens do sítio Belém, dezembro 2018.....	193

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Transcrição de terras do 1º tabelionato de notas e ofício do registro de imóveis Pombal/PB Vendas de terras e benfeitorias nas zonas rurais - Livro dos anos 1893 - 1896.....	86
Quadro 2 - Equipamentos associados às tarefas variadas do dia a dia no ambiente rural.....	149
Quadro 3 - Bens de Raiz listados no inventário do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque, 1789.....	183

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo entre pesquisas com enfoque em temporalidades pré e pós-contato realizadas em pós-graduações da região Nordeste.....	47
Gráfico 2 - Empregos militares e civis da Vila do Príncipe, 1805.....	113
Gráfico 3 - Quantidade de escravizados <i>versus</i> quantidade de bens de Raiz contabilizados por inventário.....	114
Gráfico 4 - Relação entre a quantidade de escravizados e tipos de criações quantificados por inventário.....	116
Gráfico 5 - Origem de escravizados em propriedades da região do Seridó Potiguar quantificados por ano.....	118
Gráfico 6 - Escravizados africanos e suas indicações de origem quantificados por ano.....	119
Gráfico 7 - Panorama geral da população escravizada na Ribeira do Seridó com base em suas qualidades.....	120
Gráfico 8 - Comparativo da população escravizada por gênero quantificada por anos.....	121
Gráfico 9 - Quantidade de inventários que apresentaram mobiliário ao longo dos anos.....	176

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: Pecuária e escravidão nos sertões do Norte.....	35
1.1 O devassamento dos Sertões do Norte e as Metanarrativas de Formação do Território Nacional.....	35
1.1.1 Escravidão e pecuária nos sertões do Norte pela ótica de narrativas historiográficas.....	39
1.2 Assentamentos coloniais e pós-coloniais a partir das narrativas arqueológicas.....	44
1.2.1 Pesquisas arqueológicas sobre assentamentos coloniais e pós-coloniais no Nordeste brasileiro.....	45
1.3 Os sertões pela ótica da arqueologia: reflexões sobre a produção arqueológica de um passado colonial e pós-colonial e perspectivas de abordagens futuras.....	70
CAPÍTULO 2: Das casas de vivenda térreas de taipa coberta de telhas e suas demais benfeitorias.....	80
2.1 Espaço vivido: casas de morada, currais e a imprecisão de suas <i>demais benfeitorias</i>	81
2.2 Habitantes e dinâmicas de trabalho nas fazendas criatórias.....	98
2.2.1 População escravizada em fazendas de criar: funções, dinâmicas de trabalho e demais informações inventariadas.....	108
2.2.2 Caracterizando a população escravizada da região do Seridó Potiguar.....	117
2.3 Análise espacial de casas-grandes de fazendas da região do Seridó Potiguar.....	123
CAPÍTULO 3: Bens Móveis e Alfaias de Casa: a materialidade das <i>miudezas</i> cotidianas nos sertões do Norte.....	145
3.1 Entre Alfaias de Casa e Bens Móveis: equipamentos de trabalho e transporte, mobílias e ornatos.....	146
3.1.1 Dos bens ligados ao transporte e trabalhos de lavoura, pastoreio e produções artesanais.....	146
3.1.2 O mobiliário nos inventários seridoenses.....	151
3.1.2.1 Os móveis de repouso e descanso.....	154
3.1.2.2 O mobiliário e as <i>miudezas</i> da sala de refeição.....	158
3.1.3 A área de serviço, a cozinha e o preparo dos alimentos.....	162
3.2 Sítio Totoró de Cima, município de Currais Novos/RN.....	165
3.3 Sítio Belém, município de Acari/RN.....	180
3.3.1 Um olhar sobre a materialidade da Fazenda Belém Antiga.....	188
3.3.2 Coisas e demais fontes da Belém Antiga em diálogo.....	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	204
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	210
ANEXO.....	228

INTRODUÇÃO

A instalação de terras de criar gado no interior da capitania do Rio Grande foi uma investida significativa no avanço colonial aos sertões. Os locais de instalação desses empreendimentos, bem como pontos de paragens no transporte do gado, deram origem a pequenas concentrações habitacionais que, em muitos casos, originaram importantes núcleos urbanos afastados da faixa litorânea, assim como os caminhos feitos por vaqueiros e tangedores na condução de boiadas se tornaram relevantes vias de acesso ao interior da capitania. Essa conexão entre fazendas criatórias e a origem de povoados é partilhada por diversos municípios no interior da atual região Nordeste e, embora não seja a pecuária a única atividade desenvolvida nos sertões do Norte ao longo da invasão colonial, ela foi uma peça-chave na construção de uma unidade territorial e da paisagem regional (ARRAES, 2012; DOMINGOS NETO, 2010; MONTEIRO, 2002). Todavia, escassas são as informações relativas aos diversos grupos que ocuparam esses espaços, sobretudo sobre pessoas escravizadas. São também escassos os estudos referentes às edificações ligadas à prática criatória; a sustentabilidade alimentar de seus habitantes; a caracterização das habitações ou locais de vivenda de agregados e demais trabalhadores da fazenda (livres e escravizados); assim como a disposição dessas edificações na área da fazenda.

Nesta pesquisa direciono meu olhar às fazendas criatórias dos séculos XVIII e primeiro quarto do XIX localizadas na porção centro meridional do estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente na região do Seridó Potiguar, região Nordeste do Brasil. Discorro sobre suas edificações mais recorrentes, que caracterizaram e deram identidade a estes empreendimentos; caracterizo a diversidade de sujeitos que ali coexistiram e discuto, com base na análise da configuração do ambiente interno das casas-grandes, a gestão da *circulação* de pessoas em seus interiores. Esta análise espacial realizada em diálogo com os bens móveis listados em inventários de proprietários locais, sugere que a estruturação do espaço interno dessas casas de morada pode ter sido pensado não apenas como uma forma de proporcionar conforto térmico a seus habitantes, mas, também, de reforçar relações

hierárquicas entre grupos social e culturalmente distintos sob um mesmo teto, circunscrevendo seus encontros a cômodos específicos.

As fazendas criatórias dos sertões eram paisagens complexas, que almejavam sua autossuficiência, moldadas de modo a expressar poder, status e ideologia das famílias proprietárias. E ainda que estivessem sob o domínio, na maioria dos casos, de proprietários brancos, elas eram o local de morada de vários outros habitantes, entre arrendatários, trabalhadores contratados, pessoas negras escravizadas e, não raros os casos, indígenas. Ainda assim, ao buscar por essa diversidade de sujeitos e, especialmente, por pessoas escravizadas nessas fazendas de criar¹ dos sertões do Norte no referencial arqueológico me deparei com um silêncio profundo. Aliás, observei que pesquisas relacionadas a assentamentos instalados no decorrer do devassamento colonial ou estudos de comunidades contemporâneas – no tocante aos modos de vida de populações que habitaram ou que ainda habitam o interior da região Nordeste – até esse momento são postergadas quando comparadas às demais temáticas abordadas na região sobre este período. Essa conjuntura me levou a pontuar o quanto a arqueologia na região ainda possui questões prementes a serem respondidas, quiçá, a serem questionadas. Acrescido a isso, no interior da região Nordeste, doravante intitulado de sertão², há o agravante de que a longa tradição historiográfica relegou a população negra, e também indígena, a um papel secundário na formação identitária local, quando não o suprimiu por completo. Julie Cavignac (2003, p. 50) ao tratar especificamente do Rio Grande do Norte aponta que essa invisibilidade histórica reflete diretamente na “atuação dos descendentes de escravos”. Embora o interior do estado, ao longo de sua invasão, tenha contado com uma quantidade inferior (quando em comparação às fazendas litorâneas) de pessoas escravizadas por proprietários, essa população marcou a cultura local da região e “se a escravidão foi esquecida [...], ela está ainda inscrita nas relações sociais e nos contratos de trabalho que são, até hoje, fundados no respeito de uma hierarquia e de um poder determinado pela propriedade

¹ Entendo estes espaços para além da *criação* de gado bovino, primeira associação que o termo remete devido à atividade econômica da pecuária; mas também foi um espaço dedicado a inúmeras outras *criações* para alimentação de seus habitantes; *criou* gentes; *criou* saber-fazer; *criou* sentidos por meio dos quais se traduziu a espacialidade local, além de todo um universo cultural de profundo significado à população sertaneja atual.

² O termo *sertão* aqui utilizado tem sua origem, desde os cronistas coloniais, atrelada a contraposição espacial com o litoral açucareiro. Embora na atualidade sertão ressoe não apenas como uma “categoria espacial, mas também política, cultural, estética e simbólica” construídas a partir desta dicotomia sertão/litoral, engenho/pecuária, a qual “possibilita entender representações do povo sertanejo, o nordestino em particular, profundamente marcadas por imagens do sertão do boi como mito de fundação e suas relações com o imaginário cultural de sertão” (MORAES, 2006, p. 19). E a título de explicitação o locus desta pesquisa centra-se na região do Seridó, ou seja, à parte centro meridional do estado do Rio Grande do Norte.

da terra” (CAVIGNAC, 2003, p. 50), ou ainda nos interesses de pesquisa e na predileção dos sujeitos históricos.

Neste sentido, uma prática arqueológica que se debruça sobre materialidades associadas a escravizados no sertão nordestino e a uma temporalidade associada ao devassamento colonial da região, ainda dá seus primeiros passos. Dados levantados a partir de problemáticas próprias ainda não há, e os existentes precisam ser analisados para além de quesitos essencialistas e uniformizadores. Uma revisão de fontes históricas com enfoque na espacialidade destas fazendas, nas plantas de espaços domésticos (quando existentes), nos grupos sociais presentes e envolvidos na construção do dado contexto analisado, assim como a materialidade listada em inventários da época – visto que nestes espaços é possível localizar indícios sobre modos de vida de proprietários, habitações e ofícios de pessoas escravizadas e trabalhadores livre, indo além da simples listagem de indivíduos – também se faz necessária.

Repensar e alinhar a prática arqueológica à busca de informações sobre populações negras em fazendas de gado no Nordeste não se trata apenas de agregar métodos e/ou técnicas às pesquisas já tradicionalmente consolidadas, mas sim compreender que a pesquisa se dá no presente, em meio a interesses pessoais e/ou coletivos construídos no agora, interesses estes que afetam diretamente nossa interpretação e percepção de mundo e, com isso, nossa capacidade de apreender expressões identitárias diferentes das nossas. Caso essa prática não seja atenta e sensível a compreender materialidades associadas a segmentos sociais que não estão no poder – cabe observar escalas de gênero, étnica, religiosa, sexualidade, classe e tantas outras utilizadas para justificar estratégias de dominação – e cujas práticas, ideologias e dinâmicas cotidianas são fornecidas apenas a partir dos relatos das pessoas que lhes oprimem, nos fará incorrer no erro de reproduzir discursos de violência travestidos de cientificidade (KILOMBA, 2019).

Não sou seridoense, sou maranhense erradicada no Piauí, por onde transito a aproximadamente 20 anos e onde concluí meu curso de graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Minha aproximação com a região do Seridó surgiu ao final da graduação, mais precisamente no meu estágio curricular obrigatório para a conclusão do curso³. Com essa proximidade tive a oportunidade, durante o segundo semestre de 2017, de estagiar no Laboratório de Arqueologia do Seridó (LAS) localizado no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES/UFRN), campus de Caicó.

³ Embora já tivesse participado da escavação no sítio Culumins, município de Caicó em novembro de 2016.

Esta dissertação surgiu com o objetivo de iniciar pesquisas arqueológicas sobre populações negras escravizadas no escopo do projeto *Arqueologia em casas de fazendas da região Seridó: espacialidades, temporalidades e sociabilidades no sertão do Rio Grande do Norte*, coordenado pelo professor Dr. Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Projeto este que tem como objetivo principal compreender a ocupação sertaneja na região do Seridó Potiguar, tendo como foco a casa-grande e demais estruturas presentes nas fazendas de criar.

Ainda em 2017 e em meio a visitas a casas-grandes de fazendas de gado anteriormente mapeadas por Diniz (2008), trabalhos de campo, diálogos com a equipe e meu interesse pessoal em pesquisas arqueológicas com enfoque em populações negras escravizadas⁴ dentro deste contexto, entendi que a construção de um plano de trabalho com foco em pessoas escravizadas poderia agregar bons frutos, além de estar de acordo com o objetivo principal do projeto. Surgiu então a primeira proposta de trabalho, a qual visava analisar a espacialidade e cultura material associada a habitações de populações negras escravizadas, dentro do contexto econômico da pecuária, a partir da análise de fontes documentais e da materialidade presente em contextos dos séculos XVIII e XIX na região do Seridó Potiguar, a serem coletadas em escavações arqueológicas ao longo do desenvolvimento do projeto.

Com o avançar dos estudos me deparei com a fazenda Belém, localizada no município de Acari (RN), a qual apresentava elementos relevantes ao meu interesse de estudo. A fazenda era uma das poucas na região que mencionava a existência de “casas de senzala” como edificações ainda existentes, porém, já “derrocadas” em 1789, segundo o inventário *post-mortem* de seu proprietário, o sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque. Ainda, neste mesmo inventário, estavam listados 24 pessoas sob seus *Títulos de Escravos*, um número que pode soar como irrelevante aos que desconhecem a realidade escravista em fazendas de criar, em especial na região do Seridó, mas como aponta Lopes (2011) ao analisar um total de 354⁵ inventários *post-mortem* desta região, apenas dois apresentaram um número superior a 15 e ambos possuíam 22 pessoas escravizadas por inventário.

⁴ Opto pelo uso de *escravizadas* e não *escravas*; uma escolha política que parte obrigatoriamente de “uma redefinição fundamental das categorias históricas aceitas e na visibilização das estruturas ocultas de dominação e exploração” como aponta Frederici (2017, p. 18–19). Ver também Grada Kilomba (2019), Toni Morrisson (2019), Abdias Nascimento (2016, 2019a), Gabriel Nascimento (2019b) e Neusa Santos Souza (2019).

⁵ Cabe pontuar que a análise da pesquisadora intitulada *Escravidão na Vila do Príncipe: província do Rio Grande do Norte (1850/1888)*, considerou apenas inventários da Vila do Príncipe e incluiu tanto o universo urbano, quanto rural.

Além deste ponto, a pesquisa de Santos (2017, p. 10) foi um atrativo a mais na escolha dessa fazenda. A autora trabalhou com as “memórias da ‘família Belém’ composta por grupos domésticos [negros] oriundos de uma fazenda de criar que tem em seus registros um dos maiores número de escravos nos meados do século XVIII”. E, embora não almejasse nesse primeiro momento realizar um trabalho etno-histórico, a fazenda tornava-se cada vez mais convidativa a trabalhos de médio e longo prazo; pois, como aponta Allison (1998) a inserção da etnografia em estudos de um passado recente pode agregar ainda mais ferramentas para a análise de fontes históricas. Além de ser uma investida fecunda a ambos os lados, comunitário e acadêmico.

Tendo em conta as informações presentes nas fontes documentais e acima mencionadas, a Fazenda Belém Antiga⁶ foi incluída no projeto com o principal objetivo de esboçar os primeiros passos na realização de uma Arqueologia da Diáspora Africana na região do Seridó. Escolhida para a realização de uma fase de intervenções prospectivas, em busca de estruturas para além de uma casa de morada que ainda se encontrava de pé; mas, que segundo a população local, foi erigida na segunda metade do século XIX não correspondendo, assim, à casa de morada do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque da segunda metade do século XVIII.

A primeira e única etapa interventiva de campo realizada na Fazenda Belém e com o propósito da realização deste trabalho foi efetuada em novembro de 2018, no entorno da edificação acima mencionada. No entanto, não foram encontradas evidências categóricas sobre a presença de outras estruturas na área prospectada, além da casa-grande em ruínas. Esse resultado inconclusivo acentuou a necessidade de agregar informações sobre as possíveis configurações espaciais dessas fazendas e, com isso, ampliar minha percepção de possíveis vestígios de estruturas construtivas que pudessem ser associadas à população escravizada ou demais habitantes da propriedade, mesmo quando estas não fossem mencionadas em inventários de proprietários. Ademais, essa configuração espacial remete às relações sociais, econômicas, culturais e ambientais que ali coexistiram, sendo construções étnicas projetadas a partir de suas edificações e espacialidade, as quais nos dão indícios sobre os diversos grupos – como agregados e pessoas escravizadas – que compuseram estes espaços e suas relações (ALLISON, 1998; STEADMAN, 2016), e não apenas o “restrito” núcleo familiar.

⁶ A fazenda Belém permanece em uso, contudo sua casa sede e demais estruturas (currais, açudes e afins) foram transferidas para uma área distante, no outro lado do rio Acauã, por isso o nome popular na região de “Belém Antiga”. Discorrerei um pouco mais sobre este sítio e o trabalho nele realizado, assim como outro sítio da região no Capítulo 4.

Entretanto, quando esses espaços não são tão visíveis, sobretudo, em quesitos construtivos na paisagem atual e não possuem localização definida em fontes históricas, como é possível acessá-los? Embora a arqueologia possua uma metodologia própria sobre como alcançar informações de populações passadas que nem ao menos tínhamos conhecimento sobre sua existência em uma dada área, no tocante a grupos que sabemos que habitaram um dado espaço, mas que, no entanto, sua materialidade não é passível de definição conforme o uso de metodologias amplamente utilizadas para aquele terreno e/ou *cultura material esperada* a prática arqueológica recai em alguns impasses que, por vezes, nada mais são que projeções de percepções do presente no passado (WICHERS et al., 2018). Tais impasses perpassam pelo viés da visibilidade (SYMANSKI; SOUZA, 2007), ou seja, o que esperamos ver e o que conseguimos enxergar quando se parte ao campo ou à documentação com ideias fixas e preconcebidas sobre determinados grupos.

Em razão disso, a configuração espacial do ambiente interno da casa-grande, em especial sua gestão de encontros dado a presença de pessoas escravizadas coabitando este espaço e/ou ali inserida para o desempenho de tarefas diárias, passou a ser crucial. A casa-grande, segundo minha escolha inicial de abordagem, não possuía outra função além de oferecer uma materialidade que seria posta em diálogo com materialidades acessadas em outros possíveis espaços de habitação e atribuídos a outros moradores da propriedade. Mas a que outros moradores me refiro? Foi a partir deste questionamento que a compreensão sobre essa diversidade de sujeitos cocriadores das fazendas criatórias tornou-se outro foco da discussão, assim como suas dinâmicas e relações jurídicas de trabalho. Para tal tarefa busquei auxílio em produções acadêmicas sobre as fazendas criatórias do Piauí instauradas ao longo do período colonial e imperial, devido à expressividade de trabalhos sobre a temática no estado.

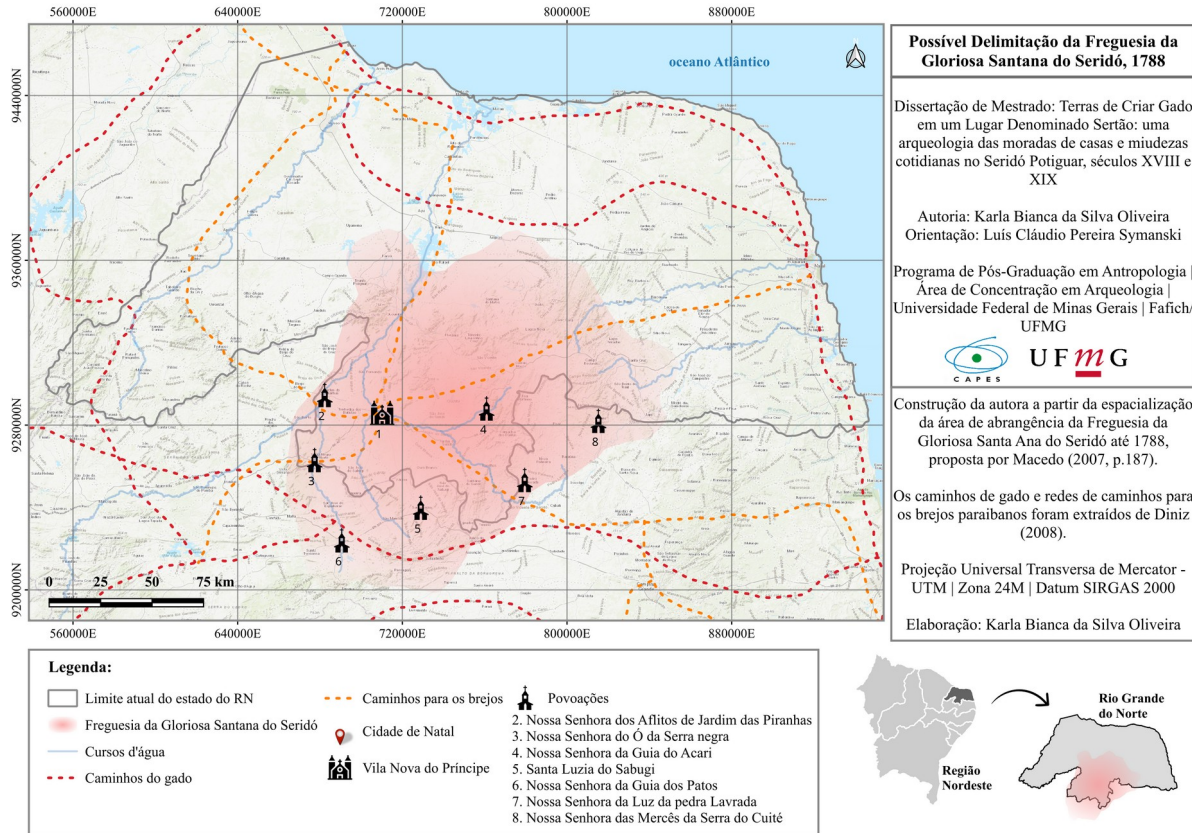
Outro ponto ressignificado ao longo da pesquisa foram as listagens de bens de proprietários da região e, ainda que estas *miudezas* materiais do cotidiano das fazendas criatórias correspondam a um universo senhorial, acredito que essa investigação abre portas a um diálogo profícuo com a materialidade observada *in situ*. Prioridades e padrões de consumo, valoração de bens, considerando quais itens eram merecedores de serem listados em inventários *post-mortem* e o quanto os itens de produção local, ainda que não valorados, poderiam ter suprido os inúmeros *vazios* nessas listagens (a título de exemplo, as redes, as cerâmicas de produção local/regional, o uso do couro e afins), são pontos sobre os quais o trabalho arqueológico tem muito a contribuir e dialogar.

A região do Seridó Potiguar

A espacialidade dessa região é delimitada a partir de elementos distintos de acordo com a bibliografia utilizada. Perpassa por delimitações de cunho ambiental, como a proposta por José Augusto Bezerra de Medeiros, em 1950, que entende este território como uma parte do sertão potiguar banhada pelo rio Seridó e seus afluentes, e que possui a cotonicultura como atividade econômica principal. Já para Guimarães Duque, em 1960, seria um trecho de características ambientais semelhantes (vegetação rasteira, esparsada e espinhenta, solo arenoso e pedregoso, entre outros aspectos relacionados à temperatura e período chuvoso) abrangendo municípios dos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (MACEDO, 2013a). No entanto, neste trabalho remete a um território historicamente constituído na porção centro-meridional do estado do Rio Grande do Norte. Delineado a partir do caráter religioso com a fundação da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Anna do Seridó (Figura 1), que anos depois passa a definir a Vila do Príncipe e, posteriormente, essa mesma espacialidade corresponder ao município de Caicó, de onde os demais municípios da região foram desmembrados. Logo, a Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Anna do Seridó seria “o esboço do que hoje é a região do Seridó” (MACÊDO, 2015, p. 16) e dado que não há uma ilustração cartográfica originária do período que possibilite uma visualização da área de abrangência desta freguesia, usarei a esboçada por Macedo (2007) como uma possível delimitação deste espaço em meados de 1788⁷.

⁷ As narrativas historiográficas sobre a formação territorial da região seguem alinhadas à “cartografia da fé” (MACEDO, 2007) e as informações mais consistentes acerca da construção desse território decorrem atreladas à ordenação espacial de caráter religioso, cristão, na qual se entende a Igreja Católica como um elemento atuante no processo de invasão e na maneira como a configuração territorial por ela moldada imprimiu importantes traços identitários na cultura local. Dentre essas configurações a *freguesia*, segundo Wehling e Wehling (2005, p. 318), colocou-se como uma forma de organização eclesiástica operacional em um quadro muito mais amplo, a jurisdição do papado, e sua atuação na Colônia seguiu os mesmos moldes do absolutismo monárquico, ou seja, sujeita ao Estado por meio do Real Padroado, onde o rei revalidava os decretos papais aprovando e nomeando “as autoridades eclesiásticas do clero secular” (ASSIS, 2012, p. 46). Assim, as freguesias atuavam como base para os bispados, dirigidas pelos vigários, que ficavam responsáveis por questões tanto de ordem espiritual quanto administrativas (WEHLING; WEHLING, 2005). Santos (2010, p. 152), ao pesquisar a formação do espaço do sertão baiano no período colonial, discorreu que a conquista efetiva do território só foi possível “quando e onde foram implantadas determinadas estruturas materiais de ocupação, que garantiriam a apropriação territorial e o controle das populações indígenas remanescentes” (SANTOS, 2010, p. 152), sejam essas estruturas de caráter civil, militar, religioso, ou suas possíveis combinações. Essas estruturas, ou missões geoestratégicas, de acordo com Senatore (2007, p. 39) ao se referir a dominação espanhola na América, materializaram a presença da metrópole em seus domínios mais longínquos e, assim, asseguraram sua soberania.

Figura 1 - Possível delimitação da Freguesia da Gloriosa Nossa Santana do Seridó, 1788



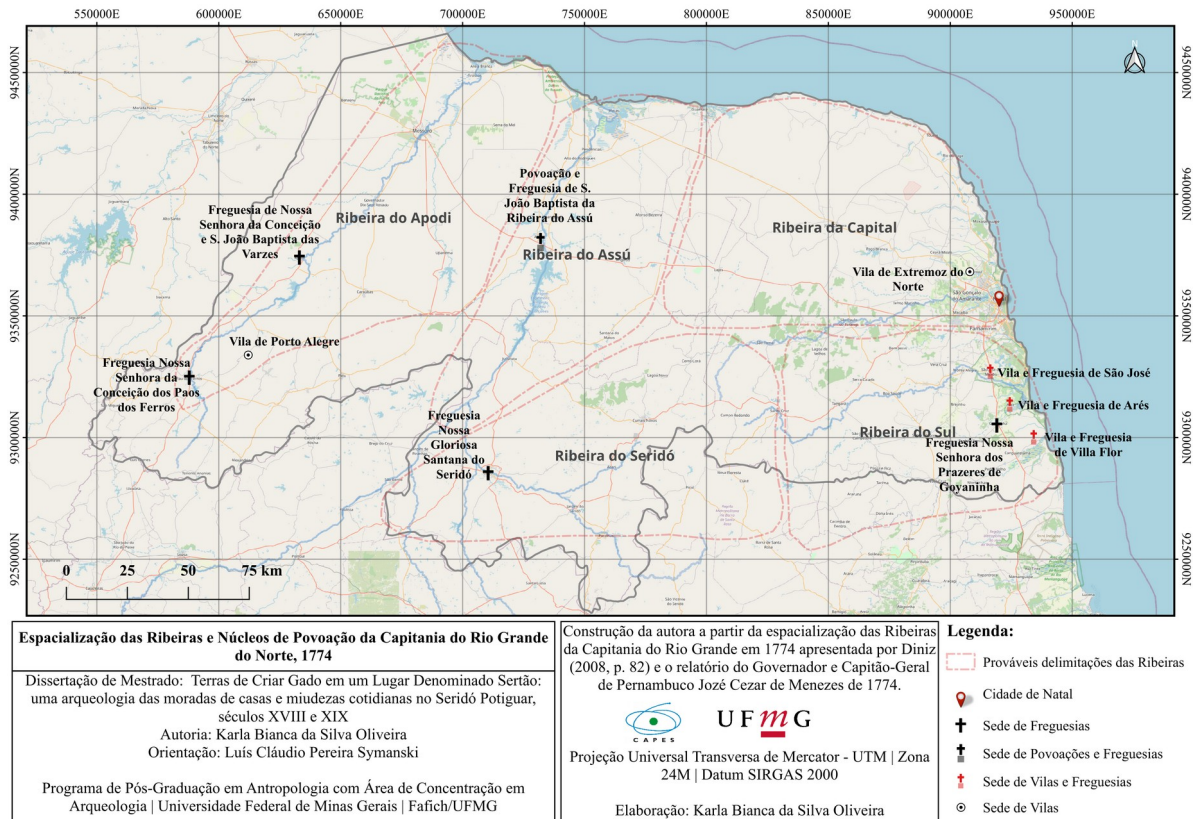
Fontes: elaboração da autora a partir de Macedo (2007), Diniz (2008) e bases cartográficas do IBGE (2015), NEREUS-USP (2017) e imagens do OpenStreetMap (2020).

O domínio colonial foi se entranhando nos sertões por meio das divisões espaciais utilizadas em sua administração: ribeiras, freguesias, povoações e vilas. As *ribeiras* tinham como base a área abrangida pelo rio ou riacho homônimo. A administração de caráter religioso foi empreendida por meio das *freguesias* (o que hoje seriam entendidas como paróquias) e precederam as administrações civis – que seriam as *vilas* e *povoações* – em vários casos na administração portuguesa⁸. De acordo com Diniz (2013), os núcleos populacionais de cunho político, administrativo e religioso na capitania do Rio Grande

⁸ Oliveira (1998) discute que essa segmentação espacial é uma forma de instauração da situação colonial engendrada a partir do processo de territorialização, onde há a criação de todo um aparato político-administrativo para compor e atuar como uma representação do Estado, gerindo não apenas uma nova relação da sociedade com o território, mas também, aos poucos, se conformam “transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural” (1998, p. 54). Deste modo, *territorialização* seria “o movimento pelo qual um objeto político-administrativo [...] vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso)” (1998, p. 56). Ainda, é “um processo social deflagrado pela instância política”. Uma categoria de análise relevante para se observar a forma como o devassamento dessa região se engendrou e se consolidou por meio de uma gestão do espaço que não se deu de forma ingênua, muito menos despropositada.

estariam em 1774 dispostos de acordo com a Figura a seguir.

Figura 2 - Vilas e Freguesias segundo o relatório do Governador e Capitão-Geral de Pernambuco José Cezar de Menezes de 1774.



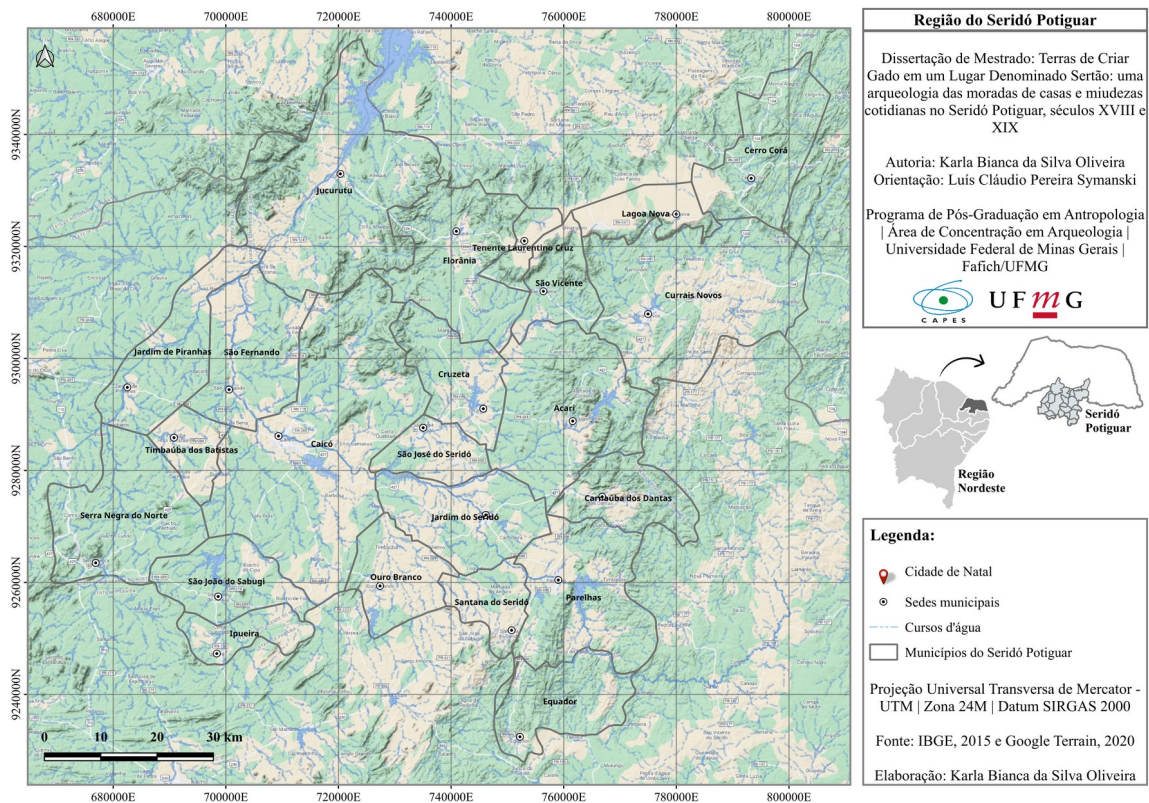
Fontes: elaboração da autora a partir de Menezes (1774), Diniz (2008), bases cartográficas do IBGE (2015) e imagens do OpenStreetMap (2020).

A partir do final do século XVIII o interior da capitania foi gradualmente abrigando núcleos populacionais cada vez mais consolidados. Cinco destes núcleos foram vilas que surgiram a partir de aldeamentos indígenas, sendo estas: Vila Extremoz do Norte (1760), surge da Missão Guajiru; a Vila de Arês (1760), da Missão Guarairás; a Vila Porto Alegre (1761), da Missão Apodi; Vila de São José do Rio Grande (1762) – na Figura 2 consta apenas como Vila de São José –, da missão Mipibu, e; por fim, a Vila Flor (1769), da Missão Igramació (DINIZ, 2008, p. 45; MACEDO, 2013a, p. 52). De acordo com Macêdo (2000, p. 19) a presença de núcleos urbanos no sertão do Seridó era praticamente inexistente no início do século XVIII, existindo apenas dois centros populacionais, “o de Caicó (elevado à Povoação em 1735 e Vila em 1788) e o de Acari (elevado à Vila somente em 1835, desmembrada de Caicó)”. O território foi se conformando de pouco em pouco tal como o

conhecemos atualmente e os municípios que o compõe possuem suas histórias de criação atreladas, direta ou indiretamente, à fixação das fazendas criatórias ao longo do devassamento colonial dos sertões, assim como ao ciclo econômico seguinte, a cotonicultura.

O município *Vila Nova do Príncipe* foi fundado em 1788, passando a denominar-se *Caicó* em 1890, a partir do qual se configurou a conformação territorial conhecida atualmente e resumida a seguir: o município de *Acari* foi o primeiro a se desmembrar de Caicó, dele outros cinco novos municípios surgem: *Jardim do Seridó* (que daria origem a *Ouro Branco*, *São José do Seridó*, *Santana do Seridó* e *Parelhas*, este último daria origem a *Equador*); *Florânia* (do qual sairia posteriormente *São Vicente* e *Tenente Laurentino Cruz*); *Currais Novos* (que originaria *Cerro-Corá* e *Lagoa Nova*); *Cruzeta* e *Carnaúba dos Dantas*. Também se desmembraram diretamente de Caicó os municípios de *Serra Negra do Norte* (que originou *São João do Sabugi*, do qual desmembraria *Ipueira*); *Jardim de Piranhas*; *São Fernando*, *Jucurutu* e *Timbaúba dos Batistas* (IBGE, 2018⁹).

Figura 3 - Localização da Região do Seridó Potiguar



Fontes: elaboração da autora a partir das bases cartográficas do IBGE (2015) e imagens do Google Earth (2020).

⁹ IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn>>. Acessado em 11 nov 2018.

Sobre as fontes

Para a realização desta pesquisa fiz uso de pesquisas arqueológicas realizadas sobre contextos coloniais e pós-coloniais na região Nordeste; fontes históricas primárias (inventários *post-mortem* e autos de demarcação e divisão de terras) e a materialidade arqueológica observada em uma área prospectada do sítio de criar gados denominado Belém, cidade de Acari, região do Seridó Potiguar. Por intermédio das quais busquei informar sobre cenários de pesquisas arqueológicas na região Nordeste e a espacialidade, relações sociais e sujeitos que coabitaram as fazendas criatórias seridoenses entre os séculos XVIII e XIX.

As produções arqueológicas analisadas para a compreensão do cenário de pesquisas arqueológicas sobre contextos coloniais e pós-coloniais na região Nordeste foram definidas com base nos repositórios de teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação das Universidades Federais de Pernambuco (UFPE), Sergipe (UFS) e Piauí (UFPI). Contudo, alguns trabalhos extrapolam essa delimitação e correspondem a pesquisas produzidas em outras instituições, dentro ou fora da região (AMARAL, 2012, 2019; BEZERRA, 2015; CARVALHO, 2014; GORDENSTEIN, 2019; SOUZA, 2015, 2017; SYMANSKI, 2008; WICHERS et al., 2018), e escolhi inseri-los por estarem alinhados ao meu nicho de pesquisa, escravidão ou análise material de contextos sertanejos. Ao final um total de 128 trabalhos foram analisados, a partir dos quais busquei apresentar um panorama do cenário arqueológico sobre contextos de contato e pós-contato na região. Eu me detive, de maneira mais detalhada, às pesquisas com foco em contextos escravistas e/ou sobre os sertões. Com o exame destas fontes busquei responder questões como: a) quais temáticas as pesquisas arqueológicas sobre a região se ocupam e quais as mais habituais? b) quais os principais sujeitos abordados? e; c) a quais territorialidades se dedicam?

A análise do ambiente doméstico de casas-grandes de fazendas seridoenses foi feita a partir de 30 plantas baixas, elaboradas e disponibilizadas por Diniz (2008, 2013). As casas-grandes representadas por estas plantas baixas são sedes de fazendas de criar gado erigidas no decorrer do século XIX na região do Seridó Potiguar¹⁰. A ideia inicial para a análise comparativa entre as plantas baixas partiu da necessidade de verificar a existências de “padrões” entre a edificação com indicação expressa sobre quartos de pessoas escravizadas e as demais e, com isso, especular sobre a recorrência dessa situação em outras casas-grandes,

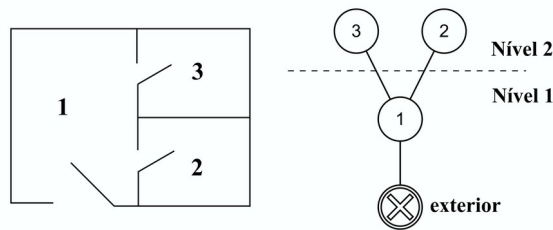
¹⁰ Cabe pontuar que nenhuma dessas casas-grandes analisadas a partir de suas plantas baixas coincide às casas de morada referidas nos inventários acima mencionados, apenas correspondem ao mesmo contexto geográfico.

mesmo que não houvesse menção direta sobre este fato em sua planta. Para tal tarefa fiz uso do método da *sintaxe do espaço*, também conhecido como *modelo gamma*, proposto por Bill Hillier e Julienne Hanson (1984) e empregado na arqueologia para a compreensão da materialização de hierarquia e poder em estruturas arquitetônicas (COSTA, 2020; HILLIER; HANSON, 1984; SOUZA, 2007b; ZARANKIN, 2001).

O método está embasado no fato de que ordenação espacial, sobretudo em contextos eurocentrais, é “uma forma de domesticação do ambiente”; logo, estruturas arquitetônicas são entendidas como um artefato, ou melhor, um *superartefato*, “carregado de signos compartilhados culturalmente e que está em constante relação dialética com as pessoas”, ou seja, tanto é produto de um contexto social quanto transmissor das relações sociais ali vivenciadas (MOREIRA, 2015, p. 95–96). Aplicado em plantas baixas de uma edificação evidencia as diferentes formas de acesso e movimentação em seu interior e realça como o espaço está configurado a propiciar encontros específicos em detrimento de outros. A partir deste método as configurações espaciais são divididas em dois tipos, *distributivas* e *não-distributivas*. As distributivas, possuem várias possibilidades de circulação no espaço e a entrada e saída de cômodos pode ser feito por vias de acesso diferentes, nesses espaços entende-se que o poder e o controle estão distribuídos de maneira mais uniforme e, por conseguinte, são lidos como mais democráticos. As não-distributivas, possuem uma circulação restritiva e seu acesso é feito por uma única via, ao contrário da anterior estes espaços concentram poder e controle de maneira desigual e alguns tendem a ser hierarquizados (ZARANKIN, 2001, p. 125–126).

Sumariamente, a sintaxe do espaço converte a planta baixa de uma edificação em um grafo (Figura 4), o qual permite uma leitura básica da planta e, portanto, haverá *distorções* e *limitações* (ZARANKIN, 2001) na transmissão de informações da planta original ao seu respectivo grafo. Nessa nova representação espacial o acesso entre o interior e o exterior da edificação é representado pelo caractere \otimes , a partir dele são dispostos os *nós* (\circ), ou seja, os cômodos e estes estão interligados por *linhas* ($—$), que correspondem à circulação entre os cômodos.

Figura 4 - Uma planta baixa e seu grafo que ilustra dois níveis hierárquicos de profundidade



Fonte: tradução da autora de Blanton (1994, p. 37).

A noção de profundidade dos espaços também é ressaltada pela construção do grafo e, deste modo, eles podem ser caracterizados em espaços *rasos* ou *profundos*. Os rasos, estão em níveis menores e necessitam passar por poucos ou nenhum nó para alcançarem o exterior. Os profundos estão localizados em níveis maiores, ou seja, passam por vários cômodos até alcançarem o exterior do edifício (SOUZA, 2007b). Segundo Souza (2007b, p. 65) “sistemas rasos tenderão a produzir espaços mais integrados, enquanto aqueles mais profundos produzirão espaços mais segregados”. Esta análise é constantemente utilizada em associação aos índices de escala, integração e complexidade propostos por Richard Blanton (1994) e apresentam bons resultados em estudos comparativos entre unidades domésticas distintas¹¹, além de qualificar e maximizar as informações da análise espacial (MOREIRA, 2015; ZARANKIN, 2001). Contudo, no meu caso, os índices de Blanton não me forneceram agrupamentos que permitissem abordar o conjunto tanto quanto a sua subdivisão em dois grandes grupos (os quais denomino de casas de tipo A e casas de tipo B). Mas, ainda que o cálculo destes índices não tenha embasado a formação dos grupos, eles me auxiliaram na compreensão de características gerais sobre o conjunto, formado expressivamente por casas-grandes com configurações espaciais *não-distributivas e rasas*. O caráter espacial *não-distributivo* pôde ser observado por meio do índice de integração médio do conjunto igual a 1,26 (onde o valor mínimo esperado para este índice é 1), ou seja, os acessos são realizados por aproximadamente uma única via. No tocante ao nível de profundidade, 70% das casas-grandes possuem 3 ou 4 níveis de profundidade e apenas 6,66% apresentam 6 níveis de profundidade, número máximo de níveis observados.

Em suma, em todo o conjunto foi possível observar a presença de cômodos

¹¹ Para Blanton estes índices possibilitam o agrupamento de estruturas arquitetônicas variadas porém semelhantes em fatores como: quantidade de cômodos (índice de escala); estruturas distributivas ou não-distributivas (índices de integração, cujo valor mínimo para este índice é igual a 1, ou seja, os nós devem possuir pelo menos uma via de acesso); e níveis de profundidade do espaço (índice de complexidade).

relacionados ao *receber/estar* (alpendres e salas), *estar íntimo/repouso* (salas íntimas e quartos) e *serviços* cozinha, despensas e salas de jantar) e, em alguns casos, cômodos relacionados à lida com o gado ou roçados (como armazéns, depósitos e afins). No entanto, a forma como estas funcionalidades se ordenaram nos grafos, em forma de *clusters* (aglomerados de cômodos), foi o que, a grosso modo, fundamentou a subdivisão do conjunto em dois grupos. No grupo A foram alocadas as plantas baixas cujos grafos apresentaram dois aglomerados de cômodos (expressivamente representados por *serviços* e *receber/estar*), são em geral casas com menor número de cômodos e ambiente interno mais segregado. No grupo B foram alocadas as plantas baixas cujos grafos apresentam três ou mais aglomerados de cômodos relacionados a: *serviços*, *receber/estar* e um grupo *transicional* entre esses dois eixos, comumente, representado pela alocação da sala de refeições nesse eixo ou, também, pode ser representado pela forte presença de cômodos de armazenamento e trabalhos não domésticos, são casas que possuem um maior número de cômodos que as do grupo anterior, também são componentes desse grupo as poucas casas com atributos construtivos de função decorativa.

A sintaxe do espaço possibilitou destacar a dinâmica de movimentação dentro dessas casas de fazenda espaços. É possível ainda que um dos possíveis fatores que podem ter influenciado a distinção entre casas do tipo A e tipo B esteja associada à época das construções, dado que não foi possível acessar para esta pesquisa, mas que certamente contribuirá com discussões futuras e poderá demonstrar como o espaço interno dessas edificações podem ter sofrido modificações de acordo com a época.

Outro conjunto de fontes que forneceram elementos importantes acerca da materialização de relações sociais foram as fontes documentais. A arqueologia documental embora seja recorrentemente associada a uma prática voltada às elites letradas, com uma “atenção cuidadosa às dissonâncias entre as evidências materiais e textuais sobre o passado pode ser recrutada para revelar vidas e práticas que foram historicamente invisíveis até então” (GALLOWAY, 2006, p. 42). Além disso, segundo Wilkie (2006, p. 33) seus “limites e potenciais são limitados apenas pela criatividade e inovação de seus praticantes”, ainda que isso não signifique uma prática descuidada e, na realidade, corresponde muito mais a um exercício complexo e desafiador. Galloway aponta que fontes diferentes devem ser reconhecidas como decorrentes de *processos de produção*¹² diferentes, para os quais a teoria

¹² Para Galloway (2006, p. 43, tradução minha) “em termos gerais, a rede de atores para a arqueologia histórica consiste em quatro *dramatis personae* focais: arqueólogos, pessoas do passado, objetos e textos. Cada um

arqueológica ainda não dedicou profunda atenção; logo, torna-se imprescindível que “os valores e significados acumulados de sua própria tradução em contextos arquivísticos e interpretativos de objetos e textos, bem como os processos pelos quais isso acontece, devem ser compreendidos e explicitados” (GALLOWAY, 2006, p. 60–62).

A utilização de fontes documentais na arqueologia abre portas a um amplo campo de possibilidades, mas ainda enfrenta questões metodológicas relacionados ao trabalho conjunto com a fonte arqueológica (ver LITTLE, 2014) e referências que discutem o uso destas fontes na arqueologia não findaram com a consolidação do campo, pelo contrário, tornam-se uma pauta cada vez mais recorrente, assim como o uso de diversas outras fontes (COCHRAN; BEAUDRY, 2006; DEAGAN, 2008; GALLOWAY, 2006; LITTLE, 2014; MULLINS, 2014; SCHUYLER, 1988; WILKIE, 2006). De acordo com Schuyler, ainda na década de 1980, as fontes, especialmente as documentais, devem ser abordadas na arqueologia como uma forma complexa de produção cultural, que exigem muito mais do que leituras diretas ou interessadas e estruturadas pela materialidade arqueológica, são um elemento a mais na elaboração de uma etnografia histórica. Ou seja, “arqueólogos históricos devem analisar simultaneamente a arqueologia e as fontes textuais de uma perspectiva antropológica” (SCHUYLER, 1988, p. 40).

Embora alcançar meios de integrar fontes diversas não seja uma tarefa simples e ainda constitua um dos principais desafios do campo (SCHUYLER, 1988; WILKIE, 2006), me aventurei pelos caminhos de uma arqueologia documental, a partir da compreensão de que “existe uma relação direta entre as práticas sociais e a organização do mundo, seja esta material ou escrita” (SENATORE, 2007, p. 77). Deste modo, a análise documental foi efetuada com o intuito de investigar tanto indicativos sobre a espacialidade das fazendas criatórias, como por se apresentarem como outra forma de representar a realidade local, acrescida à materialidade observada em campo como vestígios de edificações, tralha doméstica, entre outras.

A pesquisa documental foi integralmente realizada no acervo do Laboratório de Documentação Histórica (LABODOC) do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES/UFRN) no município de Caicó. Como

desses atores pode ser facilmente dissecado em muito mais detalhes. “Arqueólogos”, por exemplo, podem incluir uma ampla gama de especialistas e práticas. Além disso, os “objetos” e “textos” são eles próprios o resultado de vários processos de produção, tanto pelas pessoas que estão a ser estudadas como pelas pessoas que os estudam, e como consequência também se tornam repositórios de agência e poder. Os “povos do passado” são inteiramente construídos pelas atividades arqueológicas de recuperação e agrupamento de objetos e textos e, em um sentido real, ocupam uma posição semelhante a hipóteses e teorias”.

fonte de informação fiz uso de inventários *post-mortem* e autos de demarcação e divisão de terra. Um total de 72¹³ inventários *post-mortem* de habitantes da Freguesia do Seridó datados entre o período de 1737 a 1813 forneceram a maior parte das informações analisadas nessa pesquisa e os principais objetivos para a análise destes documentos foram: a) caracterizar as edificações existentes e a espacialidade das *terras de criar gado* a partir da descrição dos *Títulos de Bens de Raiz* e *Títulos de Casa* da pessoa inventariada; b) coletar informações sobre os ocupantes e demais agregados destes espaços, mencionados principalmente entre os *Títulos de Dívidas*; c) analisar a materialidade existente nestas fazendas a partir das posses listadas entre os *Títulos de Bens Móveis* e *Alfaias de Casa*, *Títulos de Prata*, *Títulos de Cobre*, *Títulos de Ferro*, de modo a compreender a estrutura econômica de seus proprietários e observar possíveis similaridades, ou não, com a materialidade atrelada a outros sistemas econômicos majoritariamente estudados no Brasil (*e.g.*, engenhos de açúcar e plantações de café); d) levantar informações sobre pessoas escravizadas em fazendas criatórias da região tais como: quantidade de indivíduos por inventário, faixa etária, gênero, menções sobre suas origens (brasileiros ou africanos, neste último caso listados como gentio da Angola, gentio da Guiné, Mina e Congo), suas “qualidades” (crioulo, mulato, preto, curiboca, tapuia, etc.), relações parentais, habilidades, doenças e demais características descritas entre os *Títulos de Escravos*; e) analisar possíveis correlações entre tipos de criações (bovinos, caprinos e equinos) ou outra produção específica e a posse de pessoas escravizadas, ao contabilizar *Títulos de Terras*, *Títulos de Escravos*, *Títulos de Gado Vacum*, *Cavalar*, *Cabrum* e *Ovelhum* e maquinários (descaroçador de algodão, tear, máquina de moer farinha, etc.) entre os *Títulos de Bens Móveis* presentes em cada um dos inventários analisados.

Os autos de demarcação e divisão de terras da Comarca de Caicó somaram um total de 11 manuscritos produzidos entre o último quarto do século XIX e primeiro quarto do século XX, os quais em associação às menções de edificações recorrentes nos inventários *post-mortem* possibilitaram uma maior compreensão da configuração espacial dessas propriedades ao *ilustrar* algumas configurações adotadas por espaços criatórios na região abordada. Os autos ressaltaram primordialmente a existência de outras edificações além da casa de morada da família proprietária e, embora provenientes de períodos mais recentes que os inventários *post-mortem* anteriormente mencionados, deram indícios sobre possíveis formas de

¹³ Dentre estes inventários 69 são fontes manuscritas, pesquisados e digitalizados em sua totalidade anteriormente por Macedo (2013a), 3 foram parcialmente transcritos por Olavo de Medeiros Filho e publicados em seu livro *Velhos Inventários do Seridó* de 1983 e 1 inventário foi transcrito anteriormente por Santos (2017).

organização espacial (disposição de casas, cercados, roçados, açudes, etc.) não alcançadas com tamanho detalhamento nas demais fontes analisadas, configurações estas que podem ter sido também empregadas em períodos anteriores.

Outra fonte utilizada na discussão foi a materialidade observada *in situ* ou coletada ao longo da intervenção arqueológica realizada no sítio Belém. Nessa análise a materialidade foi utilizada como um indicativo de áreas de descarte que pudessem remeter a existência de antigas estruturas construtivas na área prospectada. Logo, cabe pontuar que não tive como objetivo, no âmbito dessa dissertação, detalhar seus aspectos estilísticos, mas sim utilizá-la como meio de acessar a espacialidade da propriedade. Alguns dos questionamentos que guiaram a observação dessa materialidade foram: a) que tipo de materialidade (tralha doméstica, material construtivo, adaptações da paisagem, entre outras) compunha cada uma das concentrações observadas? b) estariam todas essas concentrações relacionadas à casa-grande em ruínas e atribuída a segunda metade do século XIX ou poderiam indicar ocupações anteriores? c) caso essas áreas de concentração correspondessem a períodos temporais distintos, seria possível definir cada período? d) haveria alicerces ou vestígio de outras edificações na área prospectada? e) a partir do material observado ao longo da prospecção seria possível reconstituir a espacialidade do sítio Belém?

Sobre a organização do trabalho

Esta dissertação está dividida em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. No **Capítulo 1**, sob o título de *Pecuária e escravidão nos sertões do Norte pela ótica das narrativas historiográficas e arqueológicas*, apresento uma revisão da produção historiográfica dedicada à prática escravista no sertão, área que se destaca em produções relacionadas à pecuária colonial em contextos nordestinos. Em continuidade, caracterizo o cenário arqueológico da região Nordeste que tem como enfoque pesquisas realizadas sobre contextos de contato e pós-contato e apresento o quanto a produção arqueológica sobre pecuária colonial nos sertões do Norte está situada, até o presente momento, no estado do Piauí. Para tal tarefa, mapeei a disposição de municípios com maiores concentrações de pesquisas arqueológicas e, sobre as quais, me arrisco a elencar alguns fatores¹⁴ que podem ter auxiliado nesse arranjo geográfico, bem como as principais temáticas

¹⁴ Tenho ciência de que estes fatores não serão alcançados apenas por meio de uma análise bibliográfica de produções acadêmicas na região com foco no **quê** e **onde** as pesquisas de arqueologia estão concentradas e, deste modo, também são necessários entendimentos de particularidades como: estrutura física de seus centros de pesquisa acadêmica (dado o cenário analisado); fontes de financiamentos; quadro de profissionais

abordadas. Dessa forma, elenco as potencialidades e limitações de uma pesquisa arqueológica com foco em populações afrodiáspóricas em fazendas criatórias, ao pontuar suas principais problemáticas e possíveis contribuições para a identificação e caracterização de populações escravizadas e demais grupos silenciados nas metanarrativas do devassamento colonial dos sertões. No fundo, o capítulo tem como objetivo explicitar como a arqueologia tem pautado (ou postergado) as fazendas criatórias dos sertões do Norte, a prática escravista ali desenvolvida e os diversos sujeitos cocriadores desse cenário, além de justificar a adoção de uma perspectiva afrodiáspórica como uma forma possível de acessar repostas materiais de pessoas negras escravizadas que ali viveram.

No **Capítulo 2**, sob o título de *Das casas de vivenda térreas de taipa coberta de telhas e suas demais benfeitorias*, exploro informações sobre o “espaço vivido”, ou seja, a configuração espacial das fazendas de criar da região ao traçar um diálogo entre fontes documentais primárias e produções historiográficas. Com isso, busco agrupar informações e descrever as edificações mais habituais nas terras de criar gado seridoenses, ainda que seja uma dificuldade reconstruir a configuração espacial desses espaços, dadas as diversas disposições possíveis que podem ter sido adotadas em cada um deles, tendo em vista a relevância de variáveis como relevo e hidrografia do local onde cada fazenda era assentada, habitantes, tipos de atividades principais e secundárias ali desenvolvidas entre outras. Em seguida, abordo as pessoas que habitavam esses empreendimentos, ao considerar as tarefas necessárias ao seu funcionamento. Desse modo, discorro sobre a coexistência de relações de trabalho e fecho a seção com pontuações específicas sobre a população escravizada descrita em inventários *post-mortem* da região.

Num segundo momento deste capítulo me dedico à análise da espacialidade doméstica de casas-grandes de fazendas de criar da região e edificadas ao longo século XIX. Com base nas plantas baixas elaboradas e disponibilizadas por Diniz (2008, 2013) elaboro uma discussão assentada na sintaxe do espaço¹⁵ de 30 casas-grandes e a partir da qual analiso a disposição de espaços transicionais, o gerenciamento de encontros e o compartilhamento do

e suas áreas de pesquisas; além da própria conjuntura do cenário arqueológico, político, econômico e sanitário nacional, visto que o Nordeste alimenta tanto quanto é alimentado por esses contextos nacionais. Pensar sobre a construção do cenário arqueológico na região Nordeste e, especialmente, no meu caso, sobre pesquisas que se debruçam sobre contextos coloniais e pós-coloniais é um exercício necessário à compreensão do papel da arqueologia na construção e manutenção de discursos coloniais sobre a região.

¹⁵ O uso dessa metodologia em casas-grandes de fazendas de criar seridoenses já havia sido empregada por Feijó (2002) ao comparar casas urbanas e casas rurais do patrimônio arquitetônico do município de Acari, contudo, o autor teve como objetivo traçar um comparativo entre o acesso de visitantes em casas urbanas e casas rurais, dado que seu foco principal esteve atrelado às características arquitetônicas dessas edificações.

espaço doméstico entre a família proprietária e trabalhadores livres e escravizados. Apesar do compartilhamento do espaço doméstico entre senhores e escravizados ter sido indicado de maneira explícita em apenas uma casa-grande entre todas as analisadas e não tenha sido possível, até o momento, observar indícios que indiquem a repetição desse caso em outras edificações, três outras casas-grandes apontam para o compartilhamento desse espaço de morada entre senhores e empregados, como a indicação de quartos de vaqueiro ou a presença de eixos que indicam que a estrutura atual da casa-grande analisada foi, em algum momento pretérito, duas habitações conjugadas. Este fato, me levou a reforçar o quanto grupos sociais distintos, bem como suas visões de mundo, “encaixaram-se” nessa mesma paisagem doméstica e cuja materialidade proveniente de suas áreas de descarte foi, até o momento, associada apenas ao universo senhorial.

O **Capítulo 3**, *Bens Móveis e Alfaias de Casa: a materialidade das miudezas cotidianas nos sertões do Norte*, é um mergulho na materialidade listada em inventários *post-mortem* do século XVIII e XIX do Seridó Potiguar. Materialidades essas que remetem desde o “recheio da casa” à lida diária relacionada com as criações, lavouras e ofícios “especializados” como carpintaria e forja. Uma materialidade onde, por repetidas vezes, as únicas posses listadas remetem à lida com o gado e a montaria. Assim, os itens relacionados ao pastoreio, transporte e lida com o gado (selas, esporas, estribos, arções, ferros de marcar gado e serrotes para a serra de chifres) dão forma às peculiaridades e prioridades materiais do contexto. Entre a pouca mobília – que a grosso modo poderia ser representada por mesas, bancos e canastras/caixas – singulares são as listagens que apontam para a existência de cadeiras, camas e frasqueiras. Algumas das tarefas recorrentes estiveram expressas por meio da presença de equipamentos específicos e relacionados a trabalhos de beneficiamento de farinha e algodão, carpintaria, forja e agricultura, além de equipamentos de alfaiataria (tesoura, agulhas e dedais). O universo material relacionado ao preparo e consumo de alimentos teve nos tachos de cobre, que dominavam a categoria de preparo, e nas colheres os seus representantes mais costumeiros. As louças descritas eram pouco ou nada decoradas, descritas como brancas ou no máximo com uma “beira anil”. Do mesmo modo foram poucos os artefatos em vidro e os acervos com alta variedade funcional, ou seja, foram raros os proprietários que possuíram bens materiais mais diversificados como prato, faca, colher, garfo, galheta, púcaro, tacho, garrafas. Essa discussão embora tenha surgido apenas com o desenrolar da pesquisa, se mostrou promissora e, alinhada à análise do espaço doméstico, deu ênfase a espaços transicionais e áreas funcionais sobre os quais proprietários locais dedicavam

uma maior parcela de seu mobiliário e alfaias de casa.

Em um segundo momento, diminuo a escala da análise material a apenas duas terras de criar gado, o sítio Totoró de Cima (Currais Novos/RN) e o sítio Belém (Acari/RN). O foco permanece nas *miudezas* cotidianas documentadas em inventários de proprietários desses dois espaços criatórios, mas a partir de uma escala micro foi possível explanar de maneira mais pontual a dimensão dessas propriedades a partir das informações coletadas em inventários *post-mortem*, assim como suas possíveis correlações entre propriedades vizinhas e de mesmo proprietário. No sítio Belém, houve também a descrição da única etapa de campo interventiva desenvolvida para esta pesquisa e a partir da qual me empenho na apresentação da espacialidade da área prospectada. Logo, ao longo dessa seção além de apresentar a espacialidade da área prospectada discuto sobre a materialidade (edificações, modificações intencionais na paisagem e as dispersões de concentração de material) observadas *in situ* ou coletadas. Embora a análise material do sítio Belém tenha indicado que o espaço prospectado não corresponde a ocupações anteriores ao século XIX, sugeri novas problemáticas relacionados ao seu processo de territorialização, a contínua mobilidade da casa-grande. Com isso, pesquisas futuras poderão auxiliar no entendimento de como se moldou essa configuração territorial ao longo de gerações e qual a implicação da mudança da sede na localização das casas de morada dos demais habitantes da propriedade, pontos estes que incidem diretamente no registro arqueológico da propriedade.

Concluo com as **Considerações Finais**, onde ressalto questões que permanecem enigmáticas, sobretudo a respeito das populações escravizadas e discorro sobre as escolhas que me levaram a conformar esta produção textual, tais como a qual “rastros” (SANTOS, 2017) me dedicar, qual abordagem adotar, entre outras que contribuíram mesmo de forma sutil ao resultado alcançado. Logo, o mote das Considerações Finais consiste em um diálogo sobre quando o caminho escolhido não leva ao resultado almejado; sobre os retornos ao início com um outro olhar e, às vezes, outra abordagem, acrescido de um reforço sobre a contribuição de uma Arqueologia da Diáspora Africana no estudo de contextos criatórios empreendidos no decorrer do devassamento colonial no interior da região Nordeste.

O ordenamento desta dissertação foi fruto de mais uma escolha, entre as tantas tomadas ao longo desse processo. Optei por partir da escala macro a escala micro, ou seja, partir de uma abordagem sobre a pecuária colonial nos sertões do Norte e em seguida adentrar na discussão sobre as fazendas criatórias seridoenses e fechar com a análise material de dois

casos específicos, os sítios Totoró de Cima (Currais Novos/RN) e o sítio Belém (Acari/RN). Esta disposição, a meu ver, possibilitou o encadeamento de uma discussão que alinha a produção de conhecimento historiográfico sobre o contexto abordado e as predileções de temáticas, sujeitos e espacialidades pela arqueologia na região, pontos continuamente evocados ao longo de todo o trabalho. Depois, adentro nas facetas do contexto criatório nos sertões ao ingressar em uma discussão sobre a heterogeneidade espacial e suas edificações mais costumeiras relacionadas à lida com o gado e sua sustentabilidade alimentar e instrumental. Os sujeitos que ali atuaram são abordados em seguida, assim como os ofícios mais assiduamente evocados na documentação, ou seja, uma discussão sobre a espacialidade do contexto criatório, seus sujeitos cocriadores e suas principais atividades.

Sem demora o espaço doméstico de casas-grandes e a materialidade cotidiana, as miudezas, existentes nos sertões do gado ganham destaque e me auxiliam no entendimento do contexto material a partir de documentações do período. Cabe pontuar, como mencionei no início deste texto, que a casa-grande não era um foco desta pesquisa, no entanto, ao me aventurar na análise da sintaxe do espaço, percebi como este local reflete tanto uma caracterização do universo senhorial quanto um espaço de atuação, de encontros e desencontros, de grupos social e culturalmente diversos, ponto ainda pouco ou nada abordado em fazendas criatórias. A materialidade listada em inventários de famílias locais foi outro ponto significativo e embora ainda não tenha sido possível correlacioná-la sistematicamente com a materialidade coletada ou observada em intervenções arqueológicas na região do Seridó, já é possível pressupor o quanto a produção local de artefatos certamente não apenas supriram os “vazios” e “ausências” de artefatos manufaturados em terras distantes e além-mar, mas exerceram quase que de maneira exclusiva as funções de armazenar, servir e preparar alimentos. Ponto este que me estimula a pensar o quanto esse aprovisionamento por meio de produtos de produção local/regional pode ter sido propagado também a adornos, móveis, ferramentas, entre tantos outros artefatos de utilidade temporária ou permanente.

Por fim, ainda que tenha finalizado esta escrita permeada de questões, principalmente, em relação às pessoas escravizadas que atuaram nestes contextos criatórios, acredito que o levantamento das diversas estruturas presentes em fazendas de criar; a análise do espaço interno da casa-grande não apenas de modo a entendê-la como um refúgio das altas temperaturas nos sertões, mas como uma materialidade que reflete hierarquias e dinâmicas de poder; e o diálogo favorável entre as fontes disponíveis, materialidade e fontes escritas; me apontam o quão promissoras são pesquisas que se debruçam sobre as diversas formas de

habitar o sertão ao longo da invasão colonial no interior da região Nordeste. Cada assentamento pode ter sido configurado espacialmente de forma completamente distinto dos demais, resultante de *processos* únicos e construídos com base no *tempo* e *lugar* onde foram desdobrados e com base na agência das *pessoas* que neles atuaram.

CAPÍTULO 1: PECUÁRIA E ESCRAVIDÃO NOS SERTÕES DO NORTE

Neste capítulo discorro sobre o devassamento do sertão da capitania do Rio Grande e, em seguida, mantenho meu olhar sobre produções acadêmicas dedicadas a temáticas relacionadas à escravidão de um modo mais geral, e à prática escravista nas fazendas criatórias do Nordeste. As narrativas historiográficas abrem a discussão e ganham destaque por serem o campo com maior número de produções voltadas à temática ou, ainda que de forma individualizada, que dedicou atenção à pecuária e à escravidão de populações africanas. Trata-se, portanto, de um capítulo de revisão de literatura, no qual além de apresentar produções historiográficas e arqueológicas, discorro com maior afinco sobre como a Arqueologia se insere nessa temática de escravidão e/ou pecuária no devassamento dos sertões do Norte, ou falando de forma mais prudente, qual o papel do seu silêncio.

Logo após, apresento como o campo da Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo tem sido abordado na região Nordeste, uma revisão sobre o cenário de pesquisas arqueológicas orientadas à compreensão de contextos coloniais ou pós-coloniais na região e suas principais problemáticas. Com isso busco ressaltar o quão pouco sabemos arqueologicamente acerca dos assentamentos coloniais instalados nos sertões do Norte, assentamentos entre os quais está o foco deste trabalho. Por fim, ressalto a importância das pesquisas arqueológicas afrodiáspóricas no Brasil, o potencial do campo e como a inserção dessa abordagem no interior da região Nordeste pode auxiliar no alcance de respostas ou na reformulação de perguntas sobre os diversos sujeitos que atuaram nas fazendas de criar sertanejas, um dos principais empreendimentos utilizados na invasão colonial da região.

1.1 O DEVISSAMENTO DOS SERTÕES DO NORTE E AS METANARRATIVAS DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL

A investida colonial rumo ao interior da capitania do Rio Grande veio logo após a invasão e fixação de colonos na faixa litorânea e foi se entranhando a passos lentos e intensificada somente após a expulsão dos holandeses em 1654 (TEIXEIRA, 2017). Os conflitos entre colonizadores e indígenas tornaram-se cada vez mais frequentes à medida que os primeiros se lançavam ao interior, tensão que viria a culminar no episódio historicamente conhecido como a *Guerra dos Bárbaros*, ou *Levante Geral dos Tapuias* ou ainda, *Confederação Cariri* (HEMMING, 2006). Os conflitos ficaram cada vez mais constantes a partir de 1680, época marcada pela ampliação do número de currais nos sertões do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, e culminaram em 1687 no Levante Geral dos Tapuias. O governador-geral Matias da Cunha recorreu a paulistas, como Domingos Jorge Velho. Este, que marchava com seu exército particular em direção a Palmares, foi solicitado a dar meia-volta e partir em direção ao Rio Grande

[...] com todas as forças que tiver sobre aquelle barbaro, e fazer-lhe todo o damno que puder, porque nisto faz Vossa Mercê mais importante serviço a Sua Magestade, que na jornada dos Palmares de que Vossa Mercê se suspenda, e assim lh'o ordeno. E eu fico dispon-do novos soccorros para marcharem com a mesma brevidade pelo sertão ao mesmo intento. Espero que não só terão todas as glorias de degollarem os barbaros, mas a utilidade dos que prisionarem¹⁶

Batalhas de proporções genocidas perduraram até meados de 1692, sendo que em 10 de abril de 1692 em Salvador “o muito poderoso Senhor Dom Pedro II, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves daquém e além mar em África [...] etc., etc., e Canindé rei dos janduíns”¹⁷ assinaram a minuta de um tratado em acordo de paz. Os conflitos ainda persistiram entre colonos e indígenas de outras “nações”, mas gradativamente os paulistas foram abandonando a região e Domingos Jorge Velho com seu exército em 1694 retomaram sua jornada em direção à Palmares. Ainda que em 1695 investidas indígenas fortuitas contra fazendas de gado em Piancó, na Paraíba, resultaram no abandono de alguns desses empreendimentos na região. Segundo o relato¹⁸ de Manuel Navarro em 1732 “quase todos

¹⁶ Carta para o Capitão-mor Domingos Jorge Velho sobre partir com a gente que tí(ve)r sobre os Bárbaros do Rio Grande, Bahia, 8 mar. 1688, DH, vol. 10, p. 262.

¹⁷ GGBP, 8, p. 288; HBP, tomo 1, p.176; *Taunay*, Guerra dos Bárbaros, pp. 130-134; Ennes, A Guerra nos Palmares, p. 472 apud Hemming (2006, p. 524).

¹⁸ Entre tantos outros dos anos que se seguiram e de autores distintos. Ver maiores detalhamentos sobre o desenrolar desses conflitos em Hemming (2006, p. 497–543).

aqueles bárbaros foram extintos e o sertão foi entregue para grande utilidade do Brasil”, ou seja, aos criadores de gado. As terras dos sertões não eram devolutas, menos ainda despovoadas como tão comumente foi expresso em pedidos de sesmarias, e numerosos foram os esforços de expulsão, apresamento para trabalho compulsório e reduções de nativos em aldeamentos que as investidas da população indígena não foram suficientes para frear a invasão colonial no interior da capitania, ainda que persistam resilientemente em uma guerra que perdura até os dias atuais. Nesse processo a pecuária assumiu um papel categórico, apesar de que sua presença na colônia não tenha surgido apenas a partir desse período, pois nos engenhos de açúcar no litoral a prática criatória já existia como uma atividade complementar e necessária à manutenção da economia colonial, seja como principal fonte de produção de carne ou no fornecimento de força motriz de maquinários e transporte de carga nos engenhos.

Com a consolidação da produção açucareira como principal atividade econômica da colônia a proximidade entre criação de gado e engenhos de açúcar tornou-se impraticável, dada a extensão territorial que ambas demandavam. As atividades foram separadas e as atividades criatórias foram impelidas para áreas distantes da faixa litorânea, para os sertões. Nesse ínterim, a pecuária tornou-se uma atividade “antieconômica”:

A convivência da produção açucareira com a da pecuária em um mesmo espaço, portanto, tornou-se antieconômica na perspectiva de uma economia agrícola voltada para o mercado europeu, a ponto de ser objeto de preocupação da Carta Régia de 1701, que proibia o criatório a menos de 10 léguas do litoral. Daí se explicar a razão do pedido de sesmaria feito em 1738, no remoto “sertão do Seridó”, pelo capitão Antônio da Cunha Vasconcellos, que se denominava “lavrador de cannas” na Paraíba e que “necessitava de terras para criação.” (MACÊDO, 2015, p. 31)

Nas palavras de Godói (1999, p. 21), ao se referir ao nordeste da cana-de-açúcar e ao nordeste do gado, o sertão e o litoral seriam definidos a partir de então por meio de “dois sistemas de exploração agrária diversos, que se complementam, mas que política e socialmente se contrapõem”. O entrelace colonial entre as fazendas de criar e a monocultura açucareira é um caminho chave para entender a forma como a invasão colonial dos sertões do Norte foi delineada e, ainda, como a paisagem local foi reconfigurada ao longo da interiorização de suas práticas econômicas. Cascudo (1984, p. 187) atribui ao século XVIII a “era das fazendas de criar”, momento no qual a invasão colonial se consolida e o povoamento efetivo de colonos no interior rio-grandense se firma por meio da expansão da pecuária (MACEDO, 2013a, p. 36). Foi a partir desse período que os sertões da porção norte da colônia se tornaram apinhados de fazendas de gado – e embora não resultassem em um povoamento contínuo, visto que a maioria expressiva dessas fazendas se concentravam

próximo a cursos d'água, nem sempre constantes –, foram elas as principais responsáveis pela fixação de colonos na região.

A criação extensiva no interior nordestino surgiu como uma demanda irrecorrível de uma indústria que nascia globalizada e que paulatinamente se mostraria capaz de alterar as condições alimentares da humanidade. A criação de gado, portanto, não era uma simples alternativa para o povoamento do interior, como pensaram Capistrano de Abreu (1976, p.123-124) e tantos outros; tratava-se da produção de uma mercadoria que se integrava, direta ou indiretamente, à movimentação intercontinental do jogo capitalista (DOMINGOS NETO, 2010, p. 63).

Deste modo, o impelimento da criação de gado para os sertões foi resultado de uma convergência de fatores como: a) a garantia de fornecimento proteico de origem animal aos habitantes da colônia; b) garantia do território da faixa litorânea à produção açucareira; c) proteção dos empreendimentos da faixa litorânea de contra-ataques constantes de indígenas que vinham do interior. Assim, a interiorização da empresa colonial não surge despreziosamente ou desorganizada, na realidade foi um meio de ampliar a exploração e o lucro das terras da colônia, onde o interesse econômico da metrópole ditou o ritmo desse devassamento nas “terras abertas” dos sertões. Domingos Neto (2010, p. 64) aponta que a pecuária desenvolvida nos sertões nordestinos seguiu “os desdobramentos da empresa colonial” em moldes similares à mineração nas Minas Gerais, visto que sua importância extrapolou os interesses da produção açucareira, a citar a importância do couro bovino e suas aplicações diversas, como podemos observar nesse relato de Antonil:

Para que se faça justo conceito das boiadas, que se tirão cada anno dos curraes do Brazil, basta advertir que todos os rolos de tabaco que se embarcão para qualquer parte, vão encourados. E sendo cada hum de oito arrobas, e os da Bahia, como vimos em seu lugar, ordinariamente cada anno pelo menos, vinte e cinco mil, [...], bem se vê quantas rezes são necessárias para encourar vinte e sete mil rolos. Além disto, vão cada ano da Bahia para o Reino até cincoenta mil meios de sola [...] a maior parte dos moradores do reconcavo mais abundantes, se sustentão nos dias não prohibidos de carne do açougue, e da que se vende nas freguesias e vilas: e que, commummente os negros, que são hum numero muito grande nas cidades vivem de fressuras, bofes, e tripas, sangue, e mais fato das rezes: e que, no sertão mais alto a carne e o leite he o ordinário mantimento de todos (ANTONIL, 1837, p. 201).

Em meio a esse cenário, as concessões territoriais do interior da capitania assumiram um papel fundamental na gestão da população da colônia e, para além de sistematizar a posse e uso da terra, atuaram como uma forma de gerir o contingente populacional economicamente ocioso da zona açucareira, permitindo-lhes o acesso à terra e criando “maneira[s] de dotar-lhes de uma função social de povoamento produtivo” (MACÊDO, 2015, p. 32). Uma conjuntura muito bem engendrada que moldou as formas de posse e uso da terra do interior de uma maneira bastante particular, onde o sistema de arrendamento possibilitou a constituição e

manutenção dos latifúndios e cuja espoliação foi desenvolvida à base de investidas de caráter genocida às populações indígenas que ali habitavam (algumas que há haviam sido compelidas ao interior com a chegada dos colonizadores ao litoral).

Nota-se que a invasão colonial desse interior foi continuamente descrita por meio de narrativas contraditórias que persistem até os dias atuais, tais como: a ocupação de terras devolutas por destemidos e audaciosos colonos, fato que entra em choque com a “marcha heróica de bravos indômitos bandeirantes” que adentraram os sertões e realizaram batalhas massacrantes contra os indígenas que por ali encontrassem. Ainda, ao agregar a visão da população autóctone como “recurso de mão-de-obra *voluntária* e ‘*culturalmente*’ *adequada* ao trabalho” (LINHARES, 1996, p. 132, grifo meu) reforçou-se a desvinculação da prática escravista¹⁹ na pecuária, visto que a mesma não teria tido curso na natureza “livre” do trabalho ali realizado, ficando este a cargo de mão de obra indígena, vaqueiros e peões. Por um longo período foram estas narrativas contraditórias que ditaram sujeitos e discursos em produções historiográficas sobre o devassamento dos sertões do Norte e ainda na atualidade é possível perceber resquícios de suas existências, seja na manutenção destes discursos ou nos esforços investidos em suas desconstruções. Com isso, torna-se cada vez mais difícil seguir alheia à concepção de que a produção acadêmica, produzida sobretudo por *sujeitos*²⁰ brancos, impõe aos demais a posição de inarticulados, incivilizados e tantos outros adjetivos fortemente atrelados à concepção de minorar suas existências. E, “neste sentido, a academia não é um espaço neutro, nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (KILOMBA, 2019, p. 51).

1.1.1 Escravidão e pecuária nos sertões do Norte pela ótica de narrativas historiográficas

Nelson Werneck Sodré (1964) foi um dos precursores na sistematização da ideia de desacordo entre a prática escravista e a pecuária. O autor defendeu que por mais que a atividade criatória tenha surgido em associação à monocultura da zona agrícola da faixa

¹⁹ Em casos onde sua presença era reconhecida, convencionou-se defender uma convivência harmoniosa, ou seja, uma “escravidão branda”, se é que o conceito de escravidão pode, em alguma de suas interfaces, ser compreendido como sinônimo de uma prática branda, benevolente ou qualquer outro conceito que com ele associado possa tornar menos dolorosa e perversa a experiência de uma pessoa ser posse de outra.

²⁰ Aqueles que possuem o “direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (hooks, 1989 apud KILOMBA, 2019, p. 28).

litorânea, fortemente escravista, a pecuária seguiu um caminho próprio e com uma certa resistência ao uso dessa mão de obra. A “natureza livre” do trabalho exercido na lida com o gado foi o mote para a defesa deste desacordo ou de uma prática escravista branda por autores como Celso Furtado (2005 [1759]), Caio Prado Júnior (1994 [1945]) e Clóvis Moura (1981 [1972]), entre outros. Para Moura (1981, p. 234), ao discutir sobre reminiscências da presença negra nessa região, “a origem desses mulatos e negros no sertão só poderia ser encontrada se analisarmos esses elementos como fugitivos”²¹, fortalecendo a imagem de que a população negra que habitava os sertões no decurso da fixação dos primeiros currais de gado eram, em sua maioria, fugitiva e que outrora escravizada na zona açucareira buscava exílio nas terras interioranas ainda pouco exploradas pela empresa colonial²². Entretanto, cabe pontuar que Prado Jr. (1994 [1945], 2011 [1942]) e Simonsen (2005 [1937]) reservaram um espaço significativo em suas obras para discutir a atividade criatória, em um momento onde a historiografia nacional dedicava pouca importância à atividade em si e menos ainda à prática escravista que nela havia. Simonsen, para além de pontuar a importância da pecuária como um fator de alargamento da fronteira colonial em direção ao interior, a pontua a partir das consequências econômicas que a mesma gerou para a coroa portuguesa (VIEIRA, 2011, p. 55).

A prática escravista na pecuária, ainda que de forma sutil, recebeu a atenção do cearense Djacir Menezes (1937). Ainda alinhado a concepções racistas o autor defendeu que a escravidão obteve sucesso ao ser associada à pecuária, visto que os “mamelucos” eram *inaptos* em atividades de ampla continuidade e na lavoura e, com isso, ficavam encarregados pelos afazeres da prática criatória em terras de senhores abastados que não pretendiam fixar moradia no amplo sertão. Sobre as funções dessa população escravizada, Menezes descreveu que eram diversas e completamente distintas às vivenciadas nas plantações. Para ele a população negra escravizada poderia exercer até mesmo funções de guarda de seus senhores ou, ainda, assumir a função de vaqueiros. Essa indicação de população escravizada exercendo a função de vaqueiro e não como *fábricas*²³ ou *cabras* se apresenta como um ponto fora da

²¹ Importante ressaltar que o **sertão** pautado por Clóvis Moura exclui o território de Minas Gerais e foca apenas nas “áreas convencionalmente chamadas ‘de sertão’ do Leste, Nordeste e Norte do Brasil” (MOURA, 1972, p. 227).

²² Embora essa realidade possa ter ocorrido, não nos cabe entendê-la como única. Pois como sabemos a existência de territórios de resistência negra na região Nordeste foi uma realidade, mas se o que se busca a fundo é tentar compreender a “experiência negra” no território Americano ao longo da invasão colonial, todas as diversas nuances dessa experiência devem ser pautadas (WALTER, 2008).

²³ *Fábrica* é o termo mais costumeiro na documentação, embora possa ocorrer o uso de *cabra*, em menor quantidade, como descrição de ajudantes dos vaqueiros na lida com o gado, para alguns autores é entendida

curva na historiografia sobre atividades relacionadas a escravizados na pecuária, mas, como ressalta Vieira (2011, p. 70), Menezes não menciona nenhuma fonte da qual ele retirou essa informação, o que reforça o fato de que possivelmente tenha embasado a afirmação em alguma generalização.

Todavia, foram as pesquisas historiográficas no e sobre o estado do Piauí que impulsionaram e consolidaram a percepção da prática escravista em fazendas criatórias. Já na década de 1960 o historiador Odilon Nunes (2007[1975]) ao pautar a formação social do estado a partir das fazendas criatórias piauienses e, ainda que este autor afirmasse que a mão de obra escravizada não fosse uma característica da economia local (e quando presente estaria alocada em tarefas acessórias²⁴) sua presença passa a ser reconhecida. Odilon Nunes reforçou os preceitos de que este tipo de mão de obra não se alinhava ao trabalho no pastoreio dado às dificuldades de vigilância de pessoas escravizadas envolvidas em funções dessa competência, assim como pautou a “vida mansa” dessas pessoas nestes ambientes (LIMA, 2016). A partir de então a presença de uma população escravizada atuando dentro das fazendas criatórias deixa de ser uma pauta desacreditada e torna-se um fato, ainda que defesas de que a população negra escravizada vivia uma relação de intensa amizade com seu senhor tenham tornado-se recorrentes. A exemplo, Cascudo (1984, p. 150) pontua que:

Ignorava-se no sertão o escravo faminto, surrado, coberto de cicatrizes, ébrio de fúria, incapaz de dedicação aos amos ferozes. Via-se o escravo com sua véstia de couro, montando o cavalo de fábrica, campeando livremente, prestando contas ao filho do senhor. Centenas ficavam como feitores nas fazendas, sem fiscais, tendo direito de alta e baixa justiça.

Cavignac (2003, p. 2), ao analisar especificamente o contexto potiguar, pontua que a história local foi escrita pelas elites e buscou “apagar, a todo custo, as especificidades étnicas ao longo dos séculos”. Essa afirmação foi utilizada tanto em relação ao discurso de extermínio dos povos indígenas como também à população negra escravizada. Onde o objetivo não foi simplesmente reduzir a participação do *sujeito* negro na construção da sociedade potiguar – visto o esforço da historiografia tradicional também em ratificar o “extermínio” indígena (CAVIGNAC, 2003) –, mas sim perpetuar a concepção de que o sujeito branco foi o principal,

como uma função prévia – um treinamento – para o exercício da função de vaqueiro (PRADO JÚNIOR, 2011; RIBEIRO, 1849).

²⁴ Tarefas acessórias seriam todas as demais tarefas necessárias ao funcionamento da fazenda, mas que permitissem uma vigilância constante da população escravizada, tais como: roçados, tarefas relacionadas ao universo doméstico, construção e manutenção de edificações.

e quiçá único, responsável pela construção identitária local²⁵. Deste modo, embora tenha havido o reconhecimento da presença de uma população negra escravizada atuando dentro das fazendas criatórias, percebo que a alocação dessa mão de obra a tarefas acessórias – mesmo quando não tem elementos suficientes para confirmar ou negar tal afirmação – perpetua o mesmo ideário racista e espoliador anteriormente utilizado para negar sua presença nesses espaços e permanece como uma forma de dissimular a violência e crueldade a qual essa população foi sujeitada (NASCIMENTO, 2016), assim como negar seus papéis de cocriadores destes contextos²⁶.

O cenário brevemente descrito acima persiste até meados da década de 1980 e os trabalhos de Luís Mott (2010 [1985]), ao analisar a demografia do estado do Piauí no decurso da instalação das primeiras fazendas criatórias em seu interior, estabelecem um marco na desconstrução de alguns mitos amplamente difundidos e arraigados sobre a região. A partir de um mergulho na documentação primária de forma sistemática, Mott observou o uso dominante da prática escravista na vida econômica piauiense, inclusive indicações pontuais sobre escravizados exercendo funções de pastoreio, assim como outros elementos que se mostraram fundamentais à compreensão do cotidiano da população que ali habitava, tais como o absenteísmo ao longo das primeiras instalações da atividade criatória, a presença indígena nesses empreendimentos e a estrutura demográfica ao longo do século XVII e XVIII no estado.

Ainda na década de 1990 Brandão (2015 [1999]) persistiu no desligamento de pessoas escravizadas das tarefas relacionadas ao criatório e as associando às tarefas acessórias, onde assumiam uma função expressivamente social e não econômica na pecuária local. A autora agrega ao cenário uma discussão sobre as condições de vida e trabalho no cativeiro público²⁷, elencando suas diferenciações com o existente nas fazendas criatórias de domínio privado.

²⁵ Tal como Helen Osório (2007) chamou atenção no sul do Brasil ao apontar o papel da historiografia na formação de um nacionalismo “lusobrasileiro”.

²⁶ Assim como o historiador potiguar Tarcísio Medeiro ao afirmar que “a contribuição da raça negra para formação da etnia no Rio Grande do Norte, foi mínima, pouco deixou de seus caracteres antropológicos, não representou, como escravo, elemento de importância na economia regional, e não legou manifestação cultural de valor” (MEDEIRO, 1980, p. 103). Alinhado a reprodução de um encadeamento de ideias tecidas ao longo do XIX e embasadas em autores como Arthur de Gobineau, Louis Couty, Raimundo Nina Rodrigues, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, que defendiam que a “raça negra” era intelectual e moralmente inferior.

²⁷ Este tipo de cativeiro teve início com a morte de Domingos Afonso Mafrense, 1711, que ao morrer repassa aos jesuítas seu avantajado patrimônio territorial disperso ao longo do território piauiense. Com a expulsão da Companhia de Jesus em 1760 as antigas fazendas de Domingos Sertão passam a compor o patrimônio real e em 1822 passam a ser denominadas de Fazendas da Nação (BRANDÃO, 2015; LIMA, 2016, p. 137).

Falci (1995), ainda na década de 1990, reforçou essa diferenciação existente entre cativeiro público e privado e pautou os cativeiros públicos como locais com muita mão de obra ociosa, dada a quantidade excessiva de mão de obra nesses espaços. A autora pautou ainda a atuação de pessoas escravizadas inseridas em atividades relacionadas ao pastoreio, mas de acordo com Lima (2016) a premissa de Falci sobre essa alocação de mão de obra partiu sobretudo do contexto das fazendas públicas (LIMA, 2016). As fazendas nacionais voltam a ser o foco das discussões com os trabalhos de Lima desde o início dos anos 2000 (LIMA, 2005, 2016) e fortalecem a desconstrução dos mitos de brandura associados ao cativeiro público, posto que nestes espaços:

tudo ganhava a forma de mercadorias – produtos, serviços e trabalhadores –, e a ideia de ambiente gentil aos escravizados desaparece frente a diferentes mecanismos de submissão e extenuantes jornadas em diversificadas tarefas desenvolvidas por homens e mulheres desde tenra idade (LIMA, 2016, p. 138).

Mais especificamente sobre a região do Seridó, Macedo (2013a) ressalta a existência de produções anteriores²⁸ que também pautaram a presença de populações escravizadas tanto de origem africana quanto indígena. No entanto, suas produções se firmaram neste cenário como importantes contribuições historiográficas para compreender além dos “patriarcas brancos”, sobre os quais a produção historiográfica da região se dedicou com maior afinco. Sobre essa região, a partir do que pude observar, as narrativas historiográficas locais têm se dedicado a compreensão geral do cenário e das inter-relações desempenhadas entre as populações branca, negra, indígena e mestiça em contextos macros, como as Freguesias, Ribeiras e Vilas ao estabelecer estimativas populacionais, formação de territórios a partir de sua delimitação geográfica ou abrangência político-administrativa entre outros elementos (ver BORGES, 2000; LOPES, 2011; MACÊDO, 2008, 2015). Também, ganham destaque os estudos micro-históricos (MACEDO, 2013a) ou de linhagens familiares de remanescentes de populações negras escravizadas em fazendas de criar (ver SANTOS, 2017; SILVA, 2014a). No entanto, ainda pouco sabemos acerca do comportamento de consumo e dinâmicas cotidianas da população associada às fazendas de criar, a ponto de discorrer sobre a atuação de impressões identitárias de grupos distintos na materialidade presente nestes empreendimentos. Neste entremeio acredito que pesquisas arqueológicas dedicadas a estes assentamentos e seus habitantes têm muito a contribuir com a construção de narrativas sobre as dinâmicas sociais que delinearão as fazendas criatórias na região.

²⁸ Autores como José Augusto, Manoel Dantas, Eymard L’Eraiste Monteiro e Olavo de Medeiros Filho (MACEDO, 2013a) e o trabalho de Diana Soares de Galliza (1979) sobre o Declínio da Escravidão na Paraíba.

1.2 ASSENTAMENTOS COLONIAIS E PÓS-COLONIAIS A PARTIR DAS NARRATIVAS ARQUEOLÓGICAS

Na Arqueologia Brasileira as pesquisas com foco em contextos atribuídos à chegada dos europeus no continente americano ou posteriores que se debruçam sobre as relações entre indígenas, africanos e europeus no continente se situam no âmbito da *Arqueologia Histórica*²⁹, também denominada Arqueologia da Sociedade Moderna, Arqueologia do Mundo Moderno, Arqueologia dos Povos com Escrita (SENATORE, 2007). Estabelecida oficialmente enquanto campo de investigação a partir da *Conference on Historic Sites Archaeology* organizada por Stanley South em 1967 e que, segundo Deagan (1988), foi um espaço de discussão que buscou delinear a identidade do campo e acabou por representar os primeiros passos da sua definição. Para Schuyler (1970) o termo Arqueologia Histórica era utilizado desde a década de 1930, embora sem definição precisa. Seu conceito passou por mudanças a partir de sua associação ao estudo de locais históricos e o “termo geral e inclusivo”, como define Schuyler, associou o campo ao estudo de materiais arqueológicos provenientes de qualquer período histórico, transformando-o em um servo da história (ZARANKIN; SALERNO, 2008). A presença ou ausência de escrita até esse período não era um elemento definidor do campo, mas sim as diversas categorias de evidências complementares e que versavam sobre os mesmos processos e eventos analisados na materialidade (DEAGAN, 1988; SENATORE, 2007).

Quando reconhecida como uma Arqueologia das Sociedades com Escrita, muitos profissionais de arqueologia que se dedicam ao campo “histórico” buscaram retirar o foco de uma discussão centralizada na colonização europeia, posto que diversas outras sociedades possuem registros escritos e, os quais, possibilitam diálogos com sua materialidade (SENATORE, 2007). Essa perspectiva se define com base na junção de fontes escritas e cultura material seja como formas de complementação, confrontação, integração, tratamento independente ou na busca de contradições. Segundo Senatore (2007, p. 63, tradução minha):

[...] alguns concebem ambas as evidências, escritas e arqueológicas, como corpos de dados epistemologicamente independentes e que por sua natureza distinta devem ser tratados de forma separada. A única forma de combinar ambos os corpos, segundo este ponto de vista, é gerar hipóteses a partir de um tipo de evidências e contrastá-las a partir da outra, visto que evidência histórica e evidência arqueológica

²⁹ Para alguns pesquisadores o campo é definido com base na problemática de estudo ou faixa temporal abordada, para outros é a presença de diversas categorias de evidências disponíveis, como fontes documentais (SENATORE, 2007).

são produzidos por processos independentes. Porém, outros investigadores defendem que ambas são geradas por um processo único e que por tanto devem ser tratadas de forma integrada. Dentro destas perspectivas interpretativas, se entende que a cultura material pode ser tratada como um texto e os textos como uma cultura material, para tanto ambas as categorias podem ser consideradas como uma unidade³⁰.

De acordo com Schuyler (1970) o campo da Arqueologia Histórica é inicialmente proposto como uma perspectiva geral e que em muito se assemelhava a Arqueologia Pré-Histórica diferenciando-se apenas pela inserção da combinação da análise de fontes materiais e documentais, mas como os mesmos problemas técnicos sobre como lidar com ambas as fontes. Porém, como defende Senatore (2007), a junção dessas fontes foi o que potencializou o surgimento de novas propostas de estudos, onde diferentes formas de abordagem de discursos materiais e verbais passaram a ser fundamentais na compreensão dos variados níveis de conformação da sociedade.

1.2.1 Pesquisas arqueológicas sobre assentamentos coloniais e pós-coloniais no Nordeste brasileiro

Na fração sul-americana do continente americano os primeiros trabalhos neste campo de investigação acontecem em meados dos anos 1960, mas como apontam Zarankin e Salerno (2008, p. 39) estes “eram geralmente restritos a escavações conduzidas por não-arqueólogos – amadores, historiadores e arquitetos³¹”. Nessa época no Brasil um marco na consolidação do campo foi firmado pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) ao conduzir estudos que tinham como foco missões jesuíticas e sítios arqueológicos de contato no litoral nordestino (SYMANSKI, 2009). Mas somente a partir da década de 1980, com o final do regime ditatorial que o campo foi consolidado no país.

A sucessão de pesquisas arqueológicas sobre períodos coloniais e pós-coloniais na

³⁰ No original: “algunos conciben ambas evidencias, las escritas y las arqueológicas, como corpus de datosepistemológicamente independientes y que por su distinta naturaleza deben ser tratados de forma separada. La única forma de combinar ambos corpus, según este punto de vista, es generar hipótesis a partir de un tipo de evidencia y contrastarlas a partir de la outra, dado que evidencia histórica y evidencia arqueológica son producidas por procesos independientes. Otros investigadores, sin embargo sostienen que ambas son generadas por un proceso único y que por lo tanto deben ser tratadas de forma integrada. Dentro de estas perspectivas interpretativas, se entiende que la cultura material puede ser tratada como un texto, y los textos como cultura material, por lo tanto ambas instancias pueden ser consideradas como una unidad”.

³¹ No original: “were usually restricted to excavations conducted by non archaeologists – amateurs, historians, and architects.”

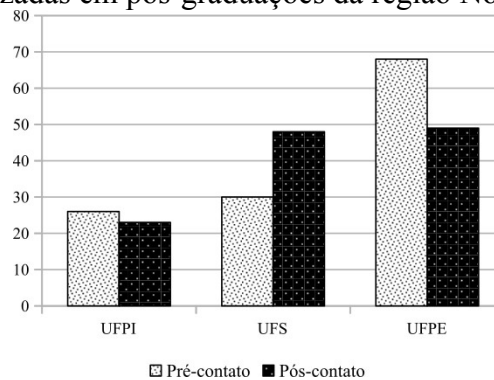
região Nordeste após suas investidas na década de 1960 por influência do PRONAPA permaneceram concentradas em locais específicos da região, maiormente ao longo de sua faixa litorânea. Esta situação não figura uma especificidade de pesquisas sobre passados coloniais ou pós-coloniais, mas sim ao campo arqueológico como um todo e, ao que tudo indica, a proximidade a centros de pesquisas já consolidados na região representa um dos principais impulsionadores desta espacialização³². Ainda, o cenário arqueológico da região no âmbito da arqueologia acadêmica é marcado “pela descontinuidade e pelo esforço extraordinário, por parte dos pesquisadores, para manter em funcionamento programas permanentes”, tal como apontou Etchevarne (2011, p. 14) ao descrever especificamente a situação no estado da Bahia. Uma trajetória compartilhada pelos demais estados da região e além das poucas exceções de centros que permanecem com financiamento de projetos de maior duração (ainda que inconstantes), a grande maioria das pesquisas empreendidas no âmbito acadêmico são frequentemente descontinuadas, fato este que afeta sensivelmente o encadeamento de pesquisas distantes dos grandes centros, os quais além de abrigar a maior parte de profissionais de arqueologia, também abrigam as principais instituições de pesquisa da região Nordeste.

Pesquisas relacionadas a ocupações coloniais ou pós coloniais ainda são acanhadas no cenário arqueológico nordestino, embora assíduas nos programas de pós-graduação da região

³² Historicamente as pesquisas de maior expressividade ou continuidade na região foram/são conduzidas por espaços tais como: a Fundação Seridó com sede na cidade de Carnaúba dos Dantas e o Museu Câmara Cascudo e o Laboratório de Arqueologia (LARQ) no departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na cidade de Natal; o Núcleo de Estudos Arqueológicos (NEA) da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife; o Núcleo de Estudo de Etnologia e Arqueologia (NEEA), em Fortaleza (MARTIN, 2008) e o Memorial do Homem do Kariri da Fundação Casa Grande, na cidade de Nova Olinda no estado do Ceará; o Museu Arqueológico do Xingó (MAX), da Universidade Federal de Sergipe em parceria com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), em Canindé do São Francisco; a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) ligada ao Parque Nacional da Serra da Capivara, na cidade de São Raimundo Nonato e o Núcleo de Arqueologia Pré-Histórica (NAP) no campus de Teresina da Universidade Federal do Piauí, no Piauí. Espaços que permanecem atuando como referências locais em estudos arqueológicos. Entretanto, o foco das pesquisas corresponde, sobretudo, às primeiras ocupações humanas na região Nordeste. Além dessas instituições, atualmente a região conta com outros espaços de referência em pesquisa arqueológica, tais como: o Laboratório de Arqueologia (LARQ) da Universidade Federal do Maranhão, no Maranhão; o Laboratório de Arqueologia do Seridó (LAS) localizado em Caicó vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Laboratório de Arqueologia Brasileira (LAB) vinculado ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba, na Paraíba; Núcleo de Arqueologia (NAR) da Universidade Federal de Sergipe; o Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico (NEPA) da Universidade Federal de Alagoas; o grupo de pesquisa Bahia Arqueológica ligado à Universidade Federal da Bahia, na Bahia. Além de um corpo docente e discente em programas de pós-graduação em “áreas afins” dispersos pela região desenvolvendo pesquisas pontuais ou mais abrangentes sobre arqueologia no Nordeste. E, também, um cenário crescente no âmbito de trabalhos de Análise de Impacto Ambiental, que embora resultem em um baixo número de publicações – além dos relatórios oficiais e, por vezes, trabalhos monográficos em programas de pós-graduação – aos poucos nos informam um pouco mais sobre esse hiato arqueológico da região Nordeste, para além dos grandes centros de pesquisa já consolidados nesse território.

(Gráfico 1). Esse acanhamento ao qual me refiro mais se refere a uma publicização modesta e, especialmente, a reduzida continuidade de pesquisas em um mesmo contexto ou em contextos similares que dialoguem entre si, resultando em reinícios constantes.

Gráfico 1 - Comparativo entre pesquisas com enfoque em temporalidades pré e pós-contato realizadas em pós-graduações da região Nordeste



Fonte: elaboração da autora com base em teses e dissertações realizadas nos Programas de Pós-Graduações em Arqueologia das Universidades Federais do Piauí, Sergipe e Pernambuco³³ entre 2005 e 2019.

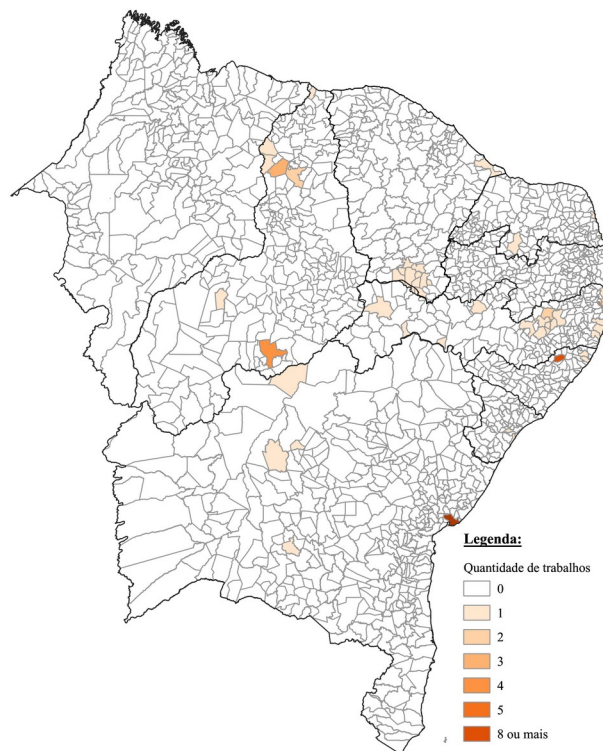
Por certo que um trabalho mais extenso poderá me auxiliar futuramente a compreender e situar de maneira mais contundente como a região vem sendo trabalhada pelo viés arqueológico; acrescido ainda de um contraponto em relação às pesquisas que se dedicam a um passado mais antigo, dará mais consistência, ou melhor, proporções numéricas ao que atribuí acima de aqui de “acanhamento”. Mas até o momento posso afirmar que o cenário arqueológico local sobre contextos coloniais e pós-coloniais persiste e contempla uma diversidade de temáticas, nas quais ganham destaque pesquisas voltadas a engenhos coloniais, fortificações e demais edificações militares e estruturação de centros urbanos e elementos arquitetônicos de edifícios coloniais. Embora também haja espaço para pesquisas relacionadas a populações escravizadas em centros urbanos ou em assentamentos rurais ao longo da faixa litorânea, arqueologia pública, arqueologia subaquática, arqueologia industrial, etnoarqueologia e uma arqueologia sertaneja ou sobre o sertão.

Para mais, com base nos bancos de teses e dissertações produzidas no âmbito dos Programa de Pós-Graduação em Arqueologia das Universidades Federais do Piauí (UFPI),

³³ Em pré-contato inseri as pesquisas que abordam a análise de tecnologias líticas, cerâmica, registros rupestres, contextos funerários e assentamentos humanos e que de maneira categórica são pautados como provenientes de contextos pré-históricos ou pré-coloniais. Os demais, e com pesquisas em sítios da região, seja por lidarem com materialidades associadas a períodos de contato, período colonial, formação de núcleos urbanos, musealização e comunidades contemporâneas foram entendidos enquanto contextos de contato e pós-contato.

Pernambuco (UFPE) e Sergipe (UFS)³⁴ e pesquisas anteriormente pautadas por Lima (1993), de imediato foi possível mapear um panorama da circunscrição de pesquisas arqueológicas na região. Essa espacialização têm um caráter *ilustrativo* de modo a facultar uma percepção especial das pesquisas que serão apresentadas a seguir e subsidiar o que pontuo enquanto silêncio da arqueologia sobre os assentamentos coloniais ou pós-coloniais na região Nordeste e, mais ainda, quando estes estão situados em contextos sertanejos (Figura 5). Logo em seguida, adentro em uma parte mais descritiva das pesquisas espacializadas na figura abaixo e a partir dessa revisão de produções arqueológicas – na qual dedico maior atenção às pesquisas que enfocam fazendas de criar, populações escravizadas ou que estejam situadas em contextos interioranos – ressalto um panorama das temáticas abordadas sobre contextos coloniais e pós-coloniais, os sujeitos pautados e onde estão situadas.

Figura 5 - Municípios da região Nordeste que possuem publicações arqueológicas voltadas à compreensão de assentamentos coloniais e pós-coloniais



Fonte: elaboração da autora a partir de Lima (1993) e das pesquisas citadas abaixo³⁵.

³⁴ Algumas publicações aqui mencionadas e já pautadas na introdução deste trabalho fogem desse escopo, seja porque as tenha alcançado em meio minha trajetória acadêmica pessoal ou por tê-las conhecido em meio às referências das referências aqui citadas, no entanto foram aqui inseridas por dialogarem diretamente com meu foco de pesquisa, população escravizada e materialidades sertanejas, seja de forma conjunta ou individualizada. Além disso, cabe ressaltar que a Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF), não participaram do levantamento; pois até a elaboração deste texto não haviam formado nenhuma turma de pós-graduação.

Arqueologia Subaquática

As pesquisas aqui listadas estão situadas predominantemente na zona costeira da região. Como as pesquisas de Porto³⁶ (2013) e Freire³⁷ (2013) que dedicaram atenção a trabalhos especulativos sobre a importância e viabilidade da Arqueologia Subaquática no país, embora ambos apresentem focos específicos. Porto teve como enfoque sítios relacionados a períodos de guerra, com foco na realização de uma “Arqueologia das Guerras Mundiais³⁸ nos Ambientes Aquáticos” (PORTO, 2013, p. 20) no Brasil e discorreu sobre materialidades associadas a naufrágios e sítios arqueológicos localizados na costa de Sergipe e Alagoas. Freire teve como foco a viabilidade de uma arqueologia subaquática multivocal³⁹ e a partir dessa perspectiva, realizou uma revisão de literatura acerca da arqueologia subaquática e analisou a adaptação da “metodologia pós-processual desenvolvida para o sítio de *Çatalhöyük*” (FREIRE, 2013, p. 90) como um modelo a ser aplicado nos sítios do baixo São Francisco na costa sergipana.

A presença de uma estrutura de ferro submersa e propositalmente assentada na Enseada de Água de Meninos em Salvador (BA) foi o tema abordado por Novaes⁴⁰ (2013). Novaes traça um diálogo com um amplo referencial teórico-metodológico acerca de abordagens que privilegiam interpretações arqueológicas sobre aspectos intangíveis da materialidade cotidiana de grupos humanos, se propõe a contribuir com a consolidação de uma Arqueologia da Religião no Brasil (2013, p. 15). Dessa maneira, com base em

³⁵ Optei por não acrescentar nessa ilustração o trabalho de Rafael Souza (2015, 2017), como houve vários municípios envolvidos na pesquisa e ao mesmo tempo nenhum em específico, teria que adicionar todos os municípios no traçado da Transnordestina nas mesorregiões do Sertão Pernambucano, Sudeste Piauiense, Centro Sul Cearense e Sertões Cearenses, o que poderia gerar um falso positivo para uma quantidade considerável de municípios envolvidos no projeto, mas não envolvidos na sua pesquisa.

³⁶ PORTO, Otávio Arruda. Arqueologia marítima/subaquática da 2ª Guerra Mundial: sua aplicabilidade no Brasil. 138 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013.

³⁷ FREIRE, Luís Felipe. Nas águas do velho Chico: por uma arqueologia de ambiente aquáticos no baixo Rio São Francisco - Sergipe/Alagoas. 118 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013.

³⁸ Sobre o contexto de Segunda Guerra Mundial há, também, o trabalho de Roberta da Silva Rosa. *Sergipe no contexto da Segunda Guerra Mundial (1942): uma abordagem da Arqueologia de ambientes aquáticos* (2015).

³⁹ Ainda, o trabalho de Daniel Martins Gusmão. *Sítios arqueológicos de naufrágios da Baía de Todos os Santos, Salvador-BA: estudo de caso do Clipper Blackadder* (2015) que traz a importância de uma Arqueologia Pública dos ambientes aquáticos.

⁴⁰ NOVAES, Luciana de Castro Nunes. *A morte visível e a vida invisível: um estudo sobre o assentamento de Exu e a Paisagem Sagrada da Enseada de Água de Meninos, Salvador (Bahia)*. 113 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013.

documentações históricas a autora discorreu sobre a construção da paisagem atual da Enseada e a importância das feiras na região do cais, uma área com grande circulação de pessoas e objetos, a qual a permitiu correlacionar o papel de Exu como “patrono das feiras e dos mercados, das portas e entradas, das encruzilhadas e das estradas largas, da circulação e negociação, do comércio, do sexo e do ato sexual” (2013, p. 86) de modo a *dar sentido* à “consagração da vida prática das feiras” (2013, p. 102) e apontar diversas situações de descaso com a materialidade afro-brasileira. A pesquisa de Novaes apresentou uma rica discussão sobre o universo simbólico e material das religiões afro-brasileiras abordando as ressignificações dos espaços por meio da inserção de materialidades sacralizadas, as quais tendem a ser melhor apreendidas com o auxílio do universo material das religiões afro-brasileiras.

Arqueologia de Centros Urbanos

Nessa temática ganham destaque pesquisas relacionadas à estruturação de centros urbanos coloniais, a partir de análises relacionadas à paisagem e ao campo da arquitetura de modo a interpretar demarcações de poder e tendo como foco, na maioria dos casos, uma elite local, proprietária dessas edificações. Situadas sobretudo nas capitais e, por conseguinte, concentradas na faixa litorânea. Embora haja uma produção significativa sobre sítios históricos com Etchevarne⁴¹ em Salvador (BA), gostaria de ressaltar os trabalhos que se dedicam à população negra escravizada no ambiente urbano, visto a expressividade de trabalhos sobre a temática na cidade. O livro *Arqueologia no Pelourinho* (2010) organizado por Najjar⁴² agrupou diversos eixos da pesquisa arqueológica realizada na 7ª Etapa do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. O livro traz artigos diversos sobre as atividades desenvolvidas ao longo do projeto, entre eles artigos dedicados a materialidades associadas à população negra escravizada ou livre que habitavam o centro urbano de Salvador, em meados do século XIX.

⁴¹ Tais como: ETCHEVARNE, C. A reciclagem da fiança em Salvador: contextos arqueológicos e tipos de reutilização. *Clío Arqueológica (UFPE)*, Recife, No. 16, 2003, p.103-118; ETCHEVARNE, C. Escavações arqueológicas em âmbito urbano. O caso da antiga igreja da Sé de Salvador. *Clío Arqueológica (UFPE)*, Recife, No. 17, 2004, p.29-37; ETCHEVARNE, C. Aspectos da cerâmica colonial do século XVII, em Salvador, Bahia. *CLIO Arqueológica (UFPE)*, Recife, v. 1, 2006: 53-79. ETCHEVARNE, C. Cerâmica vermelha fina do século XVII, em Salvador da Bahia. *Clío Arqueológica (UFPE)*, Recife, v. 26, 2011:9-20.

⁴² NAJJAR, Rosana. *Arqueologia no Pelourinho*. Brasília/DF: IPHAN/Programa Monumenta. 2010.

Em 2014, Silva⁴³ realizou uma análise de comportamento de consumo a partir de amostras de vidro presentes em “uma lixeira de uma unidade doméstica localizada em uma das freguesias centrais da cidade” (2014b, p. 122) de Salvador (BA). Silva abordou as contradições entre os ideais burgueses transpostos ao comportamento de consumo da época e as sutilezas do consumo no espaço privado, que nem sempre correspondia tal qual o “projeto civilizador” da época, assim como os hábitos de descarte do lixo doméstico nos quintais que ia de encontro aos ideais de higienização pautados no período.

Ainda sobre mudanças de hábitos no espaço público e privado com a consolidação dos hábitos de consumo ocidentais, Veras⁴⁴ (2014) abordou os comportamentos de saúde corporal e higiene pública embasada nos padrões de consumo, ao longo do século XIX e início do século XX, a partir da análise de frascos de medicamentos do Museu Pharmacia do Povo na cidade de Parnaíba, litoral do estado do Piauí. Parnaíba, por seu um “principal ponto de contato com o mercado nacional e internacional” (2014, p. 101) no estado, foi inserida em um contexto social que materializou de maneira categórica práticas relacionadas à saúde pública nos trâmites da medicina hipocrática, desde o seu traçado urbano ao trato dados aos enfermos.

A presença do estilo *Art Déco* na cidade do Recife (PE) foi o foco do estudo de Barthel⁴⁵ (2015). A autora perpassou por discussões como a renovação de centros urbanos, onde “o *Art Déco* teve um papel importante no processo de mudança cultural enquanto elemento de modernização e de *status* por parte da população” (2015, p. 264). Freitas⁴⁶ (2015) dedicou atenção aos azulejos portugueses do século XVII e XVIII em Pernambuco, onde, por meio de uma análise físico-química, mineralógica e experimental caracterizou tecnologicamente este material em três fases de produção distintas. Com isso, o autor conseguiu correlacionar os principais danos de conservação atrelados aos azulejos de cada uma destas fases. Segundo o autor, o trabalho resultou em uma aplicabilidade concreta e de

⁴³ SILVA, Railson Cotias da. *Nem tudo que reluz é vidro: mudanças sociais e introdução de artefatos vítreos na Salvador Oitocentista*. 136 f. Dissertação (Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2014.

⁴⁴ VERAS, Naira Lorena de Oliveira. *Práticas de saúde e modernidade na cidade de Parnaíba, Piauí (1850 a 1930): um estudo arqueológico*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2014.

⁴⁵ BARTHEL, Stela Gláucia Alves. *Vestígios do Art Déco na cidade do Recife (1919-1961): abordagem arqueológica de um estilo arquitetônico*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

⁴⁶ FREITAS, Yuri Menezes. *Azulejos portugueses dos séculos XVII e XVIII em Pernambuco: patologias e caracterização tecnológica*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

grande ajuda às práticas de conservação do patrimônio histórico urbano⁴⁷.

O litoral leste do estado do Ceará, mais especificamente a cidade de Aracati, foi o locus da pesquisa de Bezerra⁴⁸ (2015) que analisou o modo como a chegada de casas comerciais na cidade ao longo do século XIX proporcionou “a expansão do processo civilizador capitalista, impulsionado pelo consumo de artigos de luxo, pelo ideal de progresso e modernidade, além da expansão de um modelo de civilidade, o europeu” (2015, p. 226). A autora fez uso de inventários *post-mortem*, acervos de museus, publicações em jornais locais, manuais de civilidade e de cozinha e relatórios de trabalhos arqueológicos, observando o quanto a entrada de mercadorias europeias para consumo de chá e aparelhos de jantar, influenciou até mesmo na estrutura das casas, que passaram a contar com um espaço de socialização e móveis para exposição dessa materialidade recém-adquirida.

Arqueologia Industrial

O único caso aqui analisado corresponde à pesquisa realizada por Oliveira⁴⁹ (2014) que examinou os vestígios arqueológicos da Fábrica Cortez, que operava na produção de óleo vegetal e sabão e estava localizada a seis quilômetros da sede municipal de Parnaíba (PI). A autora correlacionou a transformação do povoado no qual a fábrica foi instalada, o qual “teve sua feição e cotidiano modificado com a instalação da fábrica” (2014, p. 80) durante o primeiro terço do século XX. Uma das perguntas para o trabalho residia no porquê do local escolhido para a implantação da fábrica, adverso aos demais empreendimentos comerciais da cidade, concentrados nas proximidades do Porto das Barcas⁵⁰. Contudo, a escolha não se engendrou de maneira aleatória, Oliveira a atribui a três fatores principais: presença de fonte

⁴⁷ Sobre materialidades construtivas há ainda o trabalho de OLIVEIRA, Maria Aparecida da Silva. *Estudo da coleção de tijolos do Programa Monumenta, Bairro do Recife-PE, sob a perspectiva da Arqueologia histórica e subsídios da conservação*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

⁴⁸ BEZERRA, Ana Paula G. *Capitalismo e Elite no Ceará: produção, distribuição e consumo de louças europeias em Aracati (1850 a 1890)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

⁴⁹ OLIVEIRA, Luzia Leal de. *Estudo de arqueologia industrial nas Fábricas Cortez, Parnaíba/PI*. 116f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

⁵⁰ Localizado às margens do rio Igarapé, na cidade de Parnaíba (PI), um importante complexo comercial construído no século XIX, com cais, pátios, armazéns comerciais para estocagem e comercialização de produtos, alfândega e “onde foram instaladas as principais indústrias e casas comerciais de Parnaíba” (OLIVEIRA, 2014, p. 77).

de água em abundância (rio Parnaíba); matéria-prima (cocais) e disponibilidade de mão de obra (povoado). A convergência desses fatores resultou em um baixo investimento no transporte de insumos e desobrigou o proprietário do fornecimento de habitação a seus operários.

Espaços de culto

A temática segue muito alinhada às investigações arqueológicas em centros urbanos e também estão situadas em regiões centrais de capitais da região Nordeste, Recife e Salvador. Tavares⁵¹ (2006) discute a presença de contas de colar associadas a indivíduos de origem africana em enterramentos na antiga Igreja da Sé na cidade de Salvador⁵², entre os séculos XVIII e XIX. A autora aborda a relação entre contas de colares e sua importância a iniciados em religiões de matriz africana, suas correlações entre cores, formas e posições no fio de contas, remetem a “uma relação direta com a dependência do iniciado ao orixá” (2006, p. 53). O trabalho reuniu uma gama de informações sobre a presença de indivíduos portando elementos de religiões de matriz africana em solo católico e enfatizou que mesmo atuando em sistemas religiosos distintos, “não se anularam, mantendo-se enquanto sistemas de crença de forma concomitante em espaços ritualísticos específicos” (2006, p. 84).

A igreja dos Carmelitas, como remanescente do conjunto construtivo do Convento de Santo Antônio do Carmo, na Vila de Olinda⁵³ (PE) foi o local pesquisado por Souza (2007a). O autor buscou evidências acerca da presença material de influências artísticas e arquitetônicas espanholas no território brasileiro entre a segunda metade do século XVI e o século XVII. Logo, constatou que a igreja “tem maior afinidade com a produção espanhola que veio para a América Latina de domínio de Espanha” e mesmo não sendo possível atribuir

⁵¹ TAVARES, Aurea Conceição Pereira. *Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

⁵² Sobre os trabalhos realizados na Igreja da Sé, ver também: ETCHEVARNE, Carlos; COSTA, Carlos; TAVARES, Aurea. Arqueologia nas cidades coloniais portuguesas, o exemplo de Salvador. *Patrimônio arqueológico da Bahia*, p. 77-92, 2011. Outro trabalho que resulta desse período é o trabalho de Carlos Alberto Santos Costa (2005), com a proposta de ser um manual para análise de materiais construtivos. Ver mais detalhes em: COSTA, Carlos Alberto Santos. Materiais construtivos do sítio da primeira Catedral do Brasil: modelos de estudo para telhas, tijolos, cravos e azulejos aplicados aos materiais do sítio da antiga igreja da Sé, Salvador, Bahia. *Clio Arqueológica*, v. 19, p. 43-78, 2005.

⁵³ SOUZA, Fernando Antônio Guerra de. *As duas faces de um mesmo monumento: a igreja e o convento do Carmo em Olinda - Pernambuco*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

o responsável pela obra Souza a define como “uma notável edificação do Maneirismo que chega a Portugal” (2007a, p. 161) por meio da União Ibérica.

Gordenstein⁵⁴ (2014) versou sobre a utilização de um dos Sobrados da Sé adaptado para ser utilizado como terreiro de Candomblé no final do século XIX, com isso discorreu sobre a consolidação dessa religião de matriz africana na cidade de Salvador, cuja fundação é atribuída à entrada expressiva de escravizados iorubanos na Bahia. Assim, ao se debruçar sobre a caracterização dos axés enterrados no espaço, traçou um diálogo com a consolidação do Candomblé no espaço urbano soteropolitano e a significativa dispersão de terreiros nos bairros centrais da cidade ao longo da segunda metade do século XIX.

Missões Religiosas

Sobre a temática o trabalho de Albuquerque⁵⁵ (1991) no Rio Grande do Norte (LIMA, 1993; SILVA, 2009) além de se dedicar sobre o contexto material da antiga Missão de Igramació, é um marco em trabalhos arqueológicos com foco em contextos coloniais realizada em solo potiguar. O autor além de descrever o trabalho de campo e os demais materiais encontrados realiza uma classificação das faianças recuperadas em escavações (LIMA, 1993).

Em Pernambuco, Martin⁵⁶ (2011 [1990]) ao longo de um trabalho de Salvamento Arqueológico na área a ser inundada pela barragem hidrelétrica de Itaparica apresenta os objetivos da pesquisa direcionada a sítios de Missões Religiosas na região do Vale do São Francisco. No artigo a autora discorre sobre as relações conflituosas entre os missionários e os Garcia d'Ávila interessados em ampliar seus domínios por meio do avanço da pecuária aos sertões, apontando para a possível fixação dessas missões em locais onde já haviam assentamentos de grupos indígenas sedentários (LIMA, 1993; MARTIN, 2011 [1990]).

As missões sertanejas do rio São Francisco voltam ao debate arqueológico com a

⁵⁴ GORDENSTEIN, Samuel Lira. *De sobrado a terreiro: a construção de um candomblé na Salvador oitocentista*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, Universidade Federal da Bahia, 2014; GORDEINSTEIN, Samuel Lira. *Arqueologia do Axé Considerações sobre o Estudo do Candomblé Baiano Oitocentista*. In: SANTOS, Vanicléia Silva; SYMANSKI, Luis, HOLL, Augustin (Orgs.). *Arqueologia e história da cultura material na África e na diáspora africana*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019, p. 295-310.

⁵⁵ ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu. *A faiança portuguesa dos séculos XVI a XIX em Vila Flor, RN*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

⁵⁶ MARTIN, Gabriela. *Arqueologia nas missões religiosas do Vale do São Francisco*. *Cadernos De Estudos Sociais*, v. 6, n. 1, 2011[1990].

pesquisa desenvolvida por Oliveira⁵⁷ (2016). A autora dedicou atenção a três ilhas localizadas na região do submédio São Francisco, reconhecidas na historiografia como local de morada de grupos indígenas conhecidos como “habitantes do rio” (2016, p. 43), entre os municípios de Remanso e Paulo Afonso (BA) e sobre as quais discorreu sobre estratégias de dominação e apropriação de um território por meio de alterações no seu ordenamento espacial. Oliveira também ressaltou que não caberia entender a ordenação espacial missioneira aplicada no rio São Francisco como produto de uma configuração semelhante aos demais espaços missionários erigidos no território brasileiro, mas sim como uma solução local e necessária para atender as especificidades daquele contexto interiorano.

Edificações Militares

As pesquisas aqui agrupadas correspondem a um campo expressivo e consolidado na região, situadas sobretudo na faixa litorânea, com uma oportuna exceção que enfoca o uso de edificações militares na invasão colonial do sertão do Rio Grande do Norte, melhor detalhado a seguir. Nesta temática além da significativa produção de Marcos Antônio Gomes de Mattos de Albuquerque, referência nas pesquisas de fortificações no país muitas das quais já sintetizadas por Lima (1993), outros pesquisadores também ganham destaque como o de Medeiros⁵⁸ (2005b) que discorreu sobre a autoria de um dos Baluartes da Porta da Terra, atribuído aos portugueses (devido seu material construtivo, pedra de cantaria) e cuja construção data do século XVII com o objetivo de defender a cidade de ataques bélicos. No entanto, para a autora a edificação tinha como fim proteger o povoado dos avanços do mar e recebeu a forma de baluarte para que também pudesse ser utilizado como proteção, embora não fosse seu principal objetivo. Com a discussão a autora também ressaltou os riscos de simplificar a análise material sem conhecer o contexto no qual a materialidade é produzida/utilizada, neste caso, o Baluarte foi uma produção holandesa cuja matéria-prima fora trazida diretamente do território holandês após solicitação do governador Weerdenburch (2005b, p. 107).

⁵⁷ OLIVEIRA, Jessica Rafaella de. *Os habitantes do rio e as missões religiosas no sertão pernambucano: uma arqueologia da paisagem fluvial do Rio São Francisco – Orocó*. 140 f. Dissertação (Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, SE, 2016.

⁵⁸ MEDEIROS, Elisabeth Gomes de Matos. *O povoado dos arrecifes e o baluarte holandês do século XVII*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

Alinhada à pesquisa anterior, Barthel⁵⁹ (2007) realizou um estudo de caso sobre o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz. Com base na análise de duas técnicas construtivas, taipa e pedra e cal, a autora defendeu que não caberia atribuir uma determinada técnica construtiva a portugueses ou holandeses sem levar em conta o contexto histórico associado ao período de construção e uso destes espaços. A reapropriação de espaços já construídos, urgência na conclusão de obras em períodos de guerra, instabilidade econômica do período, entre outros fatores, influíram diretamente na escolha da técnica construtiva utilizada.

Ainda sobre o Forte Orange, Curado⁶⁰ (2010) manteve seu foco sobre as faianças proveniente das escavações desse sítio. Para a autora, este tipo de material é “subutilizado” devido ao recorrente uso de análises que salientam apenas seus atributos decorativos:

Considerando-se o fato da decoração, enquanto motivo ou padrão, estar relacionada aos elementos não essenciais do processo de elaboração da faiança, sua abordagem precisa ser repensada. Uma decoração, por se tratar de um elemento não essencial, apresenta uma flexibilidade que permite facilmente modificações, a introdução de novidades e está sujeito a modismos (CURADO, 2010, p. 75).

Embora não apresente referências sobre os reais sujeitos de suas críticas e não pondere o fato de que essas “modificações” podem ser indicativos de escolhas, sobre as quais muitos pesquisadores apresentem discussões pertinentes sobre padrões de consumo e perfil de alimentação a partir da análise desse material⁶¹. Para Curado agrupamentos deveriam ser fundamentados às características químicas mineralógicas das peças analisadas, que poderiam remeter a locais de produção e, possivelmente, a produtores específicos e para tal apresenta algumas análises importantes à função. Contudo, ao final de seu trabalho expõe um catálogo organizado “por similaridade da decoração, seguindo a relativa complexidade do motivo decorativo” (CURADO, 2010, p. 106), ou seja, os mesmos atributos que para a autora são “questionáveis”. Análises físico-químicas podem fornecer referências excepcionais à análise arqueológica, mas penso que ao ressaltar a presença de elementos químicos em uma dada

⁵⁹ BARTHEL, Stela Gláucia Alves. *Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz em Itamaracá, Pernambuco*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

⁶⁰ CURADO, Maria Eleonôra da Gama Guerra. *A Faiança do Forte Orange, Itamaracá-PE*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

⁶¹ A exemplo: LIMA, Tânia Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, p. 83-84, 1995; TOCCHETTO, Fernanda Bordin et al. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: Secretária municipal de cultura, 2001; SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Grupos domésticos, comportamento de consumo e louças: o caso do Solar Lopo Gonçalves. *Revista de História Regional*, v. 2, n. 2, 2007; MILLER, George L. Valores indexados revisados para louças CC, visando classificação e seriação econômica de cerâmicas inglesas de 1787 a 1880. *Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 3, n. 1, p. 102-140, 2009;

materialidade sem contextualizar o porquê a presença de tal elemento é relevante à análise proposta, pouco me auxilia na compreensão das *escolhas* tomadas pela população que fez uso dessa materialidade, dado que: existiriam tipos universais? (TRIGGER, 2004)

Silva⁶² (2010b) se dedicou ao estudo de casas fortes erigidas ao longo do período colonial como forma de alargar e garantir o domínio português das fronteiras coloniais, mais especificamente a Casa Forte (casa de pedra) de Pium e a Casa Forte do Cuó⁶³, ambas no Rio Grande do Norte. Com base em documentação e cartografia histórica, relatos etnográficos e materialidades existente nesses espaços, analisou variabilidades e especificidades desses espaços ao traçar um paralelo com outras casas fortes na Península Ibérica, Ásia, África e em outras porções do território brasileiro. As duas casas fortes analisadas com maior afinco em seu trabalho foram bases militares importantes ao devassamento colonial dos sertões da Capitania do Rio Grande. Assim, ao analisar os vestígios construtivos da Casa Forte do Cuó, cuja localização coincide com a abordada neste trabalho (região do Seridó Potiguar), Silva também buscou por indícios relacionados à existência da Capela da Senhora Santana do Vale do Acauã, que segundo a tradição oral, estaria prontamente nas proximidades da Casa-forte do Cuó. Com base no material coletado ao longo de escavações no local o autor pontuou a existência de uma construção relativamente próxima e, de acordo com o material levantado, de uso distinto aos demais espaços associados à casa-forte. Contudo, não chegou a afirmar categoricamente que essa construção era de uso religioso, embora não exclua a possibilidade.

Campello⁶⁴ (2012) analisou a transplantação das técnicas construtivas dos *Concelhos* em Portugal para as Casas de Câmara e Cadeia no Brasil Colônia. Esses edifícios foram “um marco referencial no processo de urbanização do Brasil [...] e caracterizam a elevação de um povoado à vila ou cidade no período colonial” (2012, p. 66). Contudo, para Campello a recorrente falta de recursos técnicos, financeiros e uma mão de obra capacitada para a

⁶² SILVA, Roberto Airon. *Uma arqueologia das casas fortes: organização militar, território e guerra na capitania do Rio Grande-século XVII*. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Antropologia/Arqueologia da Universidade Federal da Bahia). Salvador, 2010.

⁶³ A Casa-forte foi uma base militar erigida na ribeira do Acauã que tinha como objetivo ser um ponto de apoio e consolidação da conquista territorial pelos portugueses. Construída pelo coronel Antônio de Albuquerque da Câmara. O local da edificação “corresponderia ao sítio Penedo, atualmente um bairro na cidade de Caicó, e que está situado à margem esquerda do rio Seridó. Próximo a casa forte, ficava o atual poço de Santana, manancial de água, um fator indispensável à sobrevivência do Corpo de Ordenanças. [...] Em torno da casa forte ficaram acampadas, certamente em choupanas de palha, as tropas empregadas no combate ao gentio tapuia levantado” (SILVA, 2010b, p. 283).

⁶⁴ CAMPELLO, Cecília Barthel C. *Casas de câmara e cadeia: uma análise tipológica de Portugal à Colônia*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

importação de padrões arquitetônicos, resultou em modificações em seus usos na Colônia. Logo, para a autora, a “ausência de ornamentação” destes edifícios no território da Colônia, ao contrário do observado em Portugal, reflete um descaso por parte da Coroa no uso de elementos que expressem materialmente seu poder, visto que “os principais agentes do processo de colonização não expressam o poder de domínio através da utilização de recursos estéticos nos edifícios” (2012, p. 117).

Matos⁶⁵ chama atenção para as mudanças tecnológicas no processo construtivo de fortificações em Pernambuco. Com base na classificação tipológica, modelos de fortificação, capacidade de defesa e a eficácia bélica, Matos subdividiu as edificações analisadas em três tipos

[...] no incremento da eficácia bélica em fortificações do tipo de Transição; em seguida, na troca do tipo de Transição pelo tipo Moderno, que já corresponde a um incremento da eficácia bélica nas fortificações; e, complementarmente, no incremento da eficácia bélica em fortificações do tipo Moderno (MATOS, 2016, p. 227).

O trabalho de Matos é permeado de informações sobre mudanças e processos de mudanças materializados na configuração do Sistema Defensivo português na Capitania de Pernambuco. Com base em tratados europeus sobre fortificação, a autora buscou por orientações sobre técnicas construtivas de modo a vincular elementos portugueses e holandeses e, em seguida, entender o contexto político-econômico no qual mudanças que ocasionaram fases distintas foram consolidadas.

Arqueologia da Paisagem

Novamente os centros urbanos de capitais da região ganham destaque ao serem abordados pela viés da análise da paisagem; contudo, pude observar também a presença da análise de um contexto sertanejo. A paisagem do município de Laranjeiras (SE) foi a temática abordada por Santos⁶⁶ (2015b), a partir do sítio Ruínas do Teatro a autora analisou a chegada da modernidade na cidade em seus “moldes modernos e civilizatórios das cidades europeias,

⁶⁵ MATOS, Manuela Xavier Gomes de. *Transformações tecnológicas das fortificações portuguesas da Capitania de Pernambuco, Brasil, nos séculos XVI e XVII*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

⁶⁶ SANTOS, Marcia Rodrigues. *Palimpsestos do sítio Ruínas do Teatro: perspectivas da arqueologia urbana na cidade de Laranjeiras-SE*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)-Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2015

no século XIX” (2015b, p. 12). Em Laranjeiras esse processo resultou na reivindicação de intelectuais e dirigentes políticos por uma reconfiguração da paisagem urbana e, neste contexto, inúmeros edifícios foram reutilizados para funções diversas. O sítio analisado foi entendido como “a materialização desse discurso de modernidade nessa cidade que se pretendia burguesa” (2015b, p. 92). Com isso e com no mínimo três usos definidos e atribuídos ao edifício (Alfândega, Teatro e Casa de Fundação) a autora narrou a materialização dessas mudanças a partir das alterações na paisagem edificada e no traçado do centro urbano de Laranjeiras.

Silva⁶⁷ (2017b), teve como foco a paisagem urbana aracaçuana (SE) como resultado de uma construção oitocentista planejada. A partir de um diálogo entre fontes documentais, prédios históricos, além do contexto político vigente na época de fundação da cidade, o autor discorreu sobre como a cidade de Aracaju foi moldada a partir do pressuposto de ordenamento espacial para fins de controle social, que pouco se alinhou aos “processos de territorialização” da população (2017b, p. 91).

No sertão de Pernambuco, município de Parnamirim, a paisagem caierista relacionada à produção de cal foi o tema abordado por Ferreira⁶⁸ (2018), assim como a materialidade envolvida no processo e suas marcas deixadas na paisagem. Com base em relatos orais sobre as etapas produtivas, papéis de gênero e a atuação da paisagem “como um espaço social onde as pessoas são os principais agentes e interagem com o meio físico definindo seus papéis” (FERREIRA, 2018, p. 96) a autora observou a reconfiguração nas formas de socialização da comunidade a partir da inserção de novas tecnologias, como veículos motorizados e forno de alvenaria no processo produtivo, que inicialmente se fortaleciam em meio às atividades de produção da cal.

Etnoarqueologia

As análises etnoarqueológicas são marcadas pela forte presença de contextos sertanejos na discussão arqueológica e a produção cerâmica sertaneja, as loiças de barro,

⁶⁷ SILVA, Felipe Neves da. *Construção da paisagem aracaçuana: modernidades e suas redes marítimas em Sergipe*. 105 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)-Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2017.

⁶⁸ FERREIRA, Catarina Menezes. *Arqueologia da paisagem caierista no município de Parnamirim/PE*. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)-Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018.

ganha amplo destaque. Queiroz⁶⁹ (2017) discorreu sobre as populares cerâmicas escovadas da região sertaneja, conhecidas no Cariri cearense como *arranhado*, ao permear discussões sobre o saber-fazer local e como as relações estabelecidas entre consumidores, materialidade e vendedores/produtores se retroalimentam ciclicamente. Deste modo, pautou como as pressões de mercado ecoam na materialidade e a alteração de atributos ganham justificativas mercadológicas atreladas às justificativas de melhoria de performance nos discursos dos atores envolvidos, perpassando ainda pela discussão de resistência marcada na permanência do uso dos potes no cotidiano sertanejo.

Uma discussão sobre a construção da memória social do município de Penedo (AL) traçada por Álvaro Silva⁷⁰ (2017a) tem como foco analisar o patrimônio “lembrado e o esquecido” a partir de um diálogo com a comunidade local, fontes documentais e iconografia. Para Silva “a gestão pública errou ao esquecer-se de envolver a sociedade nas ações preservacionistas” ao ressaltar o quanto a comunidade penedense segue priorizando patrimônios associados a uma elite local, em detrimento de espaços que rememoram a atuação de pessoas menos favorecidas social e economicamente⁷¹. Por esse motivo, o autor pontua que a Educação Patrimonial tem um papel crucial na reconfiguração dessa situação. No entanto, ao contrário de Silva e assim como Canclini (2013) entendo que os processos de patrimonialização são operacionalizados para construir “fontes de consenso coletivo”; logo a defesa de um patrimônio em detrimento de outros não é desprovido de interesses e resulta de discursos que reforçam a condição de subalternidade de determinados grupos a partir de uma condição historicamente construída e, que no presente, se apropria dessa permanência a longo termo como forma de justificar sua existência.

Amaral⁷² (2012, 2019), a partir de Avaliações de Impacto Ambiental relacionadas a

⁶⁹ QUEIROZ, Luiz Antônio Pacheco de. *Água fria é no pote do Cariri cearense*. 266 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

⁷⁰ SILVA, Alvaro Duarte dos Santos. *O lembrado e o esquecido: a Bica das Freiras e a valorização da cultura cotidiana em Penedo-AL*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

⁷¹ A política de patrimonialização a partir de abordagens colaborativas também é foco de: RAMOS, Ana Catarina Peregrino. *Posturas e práticas de preservação: o confronto entre modelos participativos e centralizados na manutenção dos bens culturais em Pernambuco (1978 – 2006)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. A pauta de inserção da comunidade em projetos de Educação Patrimonial também foi foco de SANTOS, Marcelo Herminio dos. *Uma política de preservação em defesa do patrimônio cultural: a antiga Sesmaria Jaguaribe Abreu e Lima/PE*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

⁷² AMARAL, Daniella Magri. *Loiça de barro do Agreste: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana*. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012; AMARAL, Daniella Magri. *Loiças, Potes e Sertões: um estudo etnoarqueológico de*

obras de grande impacto, realizou em 2012 uma análise sobre continuidade e mudança na produção da “*loija de barro* arqueológica [...] produzida e consumida no passado” (2012, p. 17–18) em comparação às loiças produzidas e consumidas atualmente por loiceiras e moradores habitantes no entorno dos sítios analisados. Um amplo trabalho de levantamento de morfologias arqueológicas e etnográficas que resultou na construção de uma “matriz de correlatos” voltada a trabalhos de análise da cerâmica da região. A análise Amaral evidenciou os potes como “veículos da sociabilidade sertaneja e símbolo de resistência ao meio e à marginalização e opressão do colonialismo” (2019, p. 196). Nesse último trabalho a autora esmiuçou a discussão sobre a materialidade para além de uma contraposição de escassez versus abundância, gerada pelo insistente conceito de pobreza atrelado à população sertaneja e seu fator limitante aos bens de consumo. Desse modo, a interpretação da materialidade, os potes, feita por Amaral transpôs o limitado *sentimento de ausência* subordinado a limitações de consumo e a entrelaçou a afetos, memórias, inventividade e resistência cotidiana.

Wichers⁷³ et al. (2018), agregou uma perspectiva de gênero na abordagem de análise da cadeia operatória de produção das loiças de barro no sertão pernambucano, no distrito de Santa Rita município de Oricuri. A partir de uma análise da literatura arqueológica voltada a produção cerâmica do período histórico a pesquisa aponta sobre como o papel da mulher foi subtraído desse cenário de produção, quando na verdade fatores como “diferentes escalas de produção, categorias de trabalho, técnicas e contextos culturais” influenciam muito mais que simplesmente a categorização dos sujeitos por meio de escalas de gênero (2018, p. 80), tal como apontam trabalhos recentes. Com uma perspectiva crítica e pontual o texto aponta o quanto um entendimento de gênero orientado por uma perspectiva feminista na em estudos arqueológicos pode resultar na compreensão de que “dizer que não podemos acessar determinados aspectos das relações entre as pessoas é mais profícuo do que projetar, de forma automática e pouco reflexiva, relações do presente para o passado” (WICHERS et al., 2018, p. 80).

Arqueologia de Quilombos

comunidades ceramistas no agreste central pernambucano. 213 f. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

⁷³ WICHERS, Camila Moraes et al. Um olhar para as relações de gênero na produção das coisas de barro. *Habitus, Goiânia*, v. 16, n. 1, p. 75-102, 2018.

Entre os anos de 1992 e 1993 Pedro Paulo Funari e Charles E. Orser Jr iniciaram um projeto sobre o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga no estado de Alagoas. Os trabalhos na região da Serra da Barriga, iniciados por Orser e Funari como uma pesquisa exploratória (ALLEN, 2013; FERREIRA et al., 2016; FUNARI, 1991, 1996; ORSER JR; FUNARI, 2004), de modo a averiguar a viabilidade de estudos com base na cultura material ali presente. Alguns sítios foram mapeados e uma quantidade significativa de material coletado, um número superior a 3.000 artefatos entre material cerâmico e fragmentos de louça.

No primeiro momento das pesquisas as conclusões alcançadas foram “dispersas” e muito influenciadas por perspectivas afrocentristas que em parte corroboraram com um apagamento da presença indígena na construção desse espaço. Com o prosseguimento dos estudos por Scott Allen a partir de 1996 e 1997 algumas conclusões puderam ser revisitadas e novas problemáticas foram postas em pauta. Allen destaca a forte descaracterização do sítio e a presença de um assentamento pré-colonial, cogitando a possibilidade de um cemitério indígena na área. Continuando as pesquisas, em meados de 2005, Allen reforça a presença de uma ocupação pré-colonial pouco considerada nas primeiras análises, ressaltando a importância da continuação da pesquisa para uma maior compreensão desse espaço (ALLEN, 2010). Os trabalhos sobre a Região Palmarina aos poucos se desdobraram em outros trabalhos abordando temáticas diferenciadas como a de Educação Patrimonial com o trabalho de Silva⁷⁴ (2010a) e a análise espacial com base na funcionalidade da cerâmica obtida com o trabalho de Tenório⁷⁵ (2010).

Para além da Região Palmarina Santana⁷⁶ (2008) discorreu sobre o território negro da Mussuca, em Laranjeiras (SE), um dos primeiros trabalhos sobre a temática de quilombos a partir de uma perspectiva arqueológica no século XXI. Santana discutiu sobre uma comunidade remanescente que “atipicamente” nega sua memória como algo subordinado à escravidão, embora sua espacialidade, formas de subsistências e manifestações culturais tenham sido moldadas atreladas a uma paisagem escravista de engenho de açúcar do século

⁷⁴ SILVA, Selma Lima da. *Contexto comunitário e educação patrimonial: um estudo de caso em União dos Palmares-AL*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

⁷⁵ TENÓRIO, Roberto Luiz Quintella. *Aspectos da Organização Social: um estudo cerâmico e espacial dos sítios Rosa e dos Teto, Serra da Barriga, União dos Palmares, Alagoas*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

⁷⁶ SANTANA, Regina Norma de Azevedo. *Mussuca: Por uma arqueologia de um território negro em Sergipe d’el Rey*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

XIX. Segundo Santana a negação é um instrumento de autoproteção do grupo, onde “aprenderam como defesa a não se reconhecer e preferiram esquecer quem eram” (2008, p. 158).

Senzalas

As pesquisas realizadas sobre a Sesmaria Jaguaribe, localizada no litoral norte do estado de Pernambuco, ganham destaque pela continuidade e quantidade de produções a respeito. O projeto que tem início em 2001 e desde então facultou mapeamentos de sítios, atividades de Educação Patrimonial, etapas de escavação, análise de materiais coletados e um amplo levantamento de fontes documentais. Um dos trabalhos resultantes foi a dissertação de Medeiros⁷⁷ (2005a) que teve como foco a organização espacial da Fazenda de São Bento de Jaguaribe.

Medeiros abordou três estruturas mencionadas na documentação e evidenciadas nos trabalhos de campo, sendo estas: uma igreja, a casa dos monges e uma senzala. Os três locais constavam na documentação como espaços constituintes da fazenda, mas apenas os dois primeiros ainda permaneciam em pé, a senzala foi atribuída inicialmente a um alicerce evidenciado por meio de escavação arqueológica e com o avançar dos trabalhos de campo a autora afirmou que

Os vestígios encontrados no entorno e dentro desta edificação levantam a dúvida acerca da veracidade da localização desta senzala. Foram encontrados muitos fragmentos de faiança, grés, vidro, cerâmicas, botões, bala, moedas, etc., *materiais que não eram comuns no cotidiano dos escravos*. A própria estrutura física desta construção, o acabamento interno e externo *parecem destoar do que seria esperado em se tratando de uma senzala* (MEDEIROS, 2005a, p. 86, grifo meu).

No ano seguinte, Silva⁷⁸ (2006) dedicou total atenção a uma das senzalas da fazenda São Bento do Jaguaribe, intitulado de *senzala 02* e o mesmo sítio anteriormente abordado por Medeiros (2005a). A autora justificou o uso da estrutura como senzala embasada em três pontos: a) análise morfológica da estrutura encaixando-a no tipo de senzala pavilhão; b)

⁷⁷ MEDEIROS, Mércia Carréra de. *Reconstituição de uma fazenda colonial: estudo de caso Fazenda de São Bento de Jaguaribe*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

⁷⁸ SILVA, Fabíola Amaral Jansen da. *O cativo rural colonial: reconstituição arqueológica da senzala da fazenda de São Bento de Jaguaribe Município de Abreu e Lima, Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

modificações na estrutura com a reutilização de elementos construtivos de outros espaços elucidariam a presença de “acabamentos mais refinados” em uma edificação interpretada como senzala, descrevendo que:

mesmo que não fosse tão comum a adoção de acabamentos mais refinados para levantar as edificações dos servos cativos, tem-se, por outro lado, o fato de os religiosos da Ordem beneditina manterem, na medida do possível, *atitudes mais humanitárias perante os seus trabalhadores*, não tornando impossível a aceitação de tais medidas arquitetônicas (SILVA, 2006, p. 124, grifo meu).

Por fim, c) a presença de artefatos como louça, grés e vidro pode ser justificado, segundo a autora, devido uma reutilização do espaço por trabalhadores livres em períodos mais recentes, tornando assim “aceitável” a presença desses materiais em um espaço de senzala (SILVA, 2006). Novamente, se parte de um conceito prévio de que locais associados a populações escravizadas possuem um determinado tipo de materialidade, a qual não deve ser a mesma associada a seus senhores e, ainda, confere uma postura humanitária a Igreja Católica exonerando-a de sua cumplicidade no fortalecimento da prática escravista.

Engenhos e fazendas na faixa litorânea

Os trabalhos na Fazenda São Bento foram continuados por Andrade⁷⁹ (2006) e a casa de vivenda dos monges passou a ser o foco da análise. A autora identificou e detalhou quatro fases de alteração na estrutura da casa, além disso, inferiu a funcionalidade aos cômodos evidenciados com base no diálogo entre a espacialidade e cultura material presente. Apoiada nas fontes documentais, Andrade reforçou a existência de duas senzalas na propriedade. A segunda senzala – estrutura diferente da anteriormente estudada por Medeiros (2005a) –, possivelmente seria uma estrutura separada, porém próxima à casa dos monges e evidenciada ao longo dos trabalhos de campo da sua pesquisa (ANDRADE, 2006, p. 124). No entanto, não correlaciona diretamente ao espaço alguma materialidade ou o porquê da possível atribuição. Creio que a atribuição tenha derivado de informação documental, onde consta que as cozinhas da propriedade estariam localizadas nas senzalas, logo, possivelmente essa proximidade com a casa e uma possível ausência de outras estruturas conhecidas podem ter fundamentado a proposição.

⁷⁹ ANDRADE, Ana Paula Guedes de. *A casa de vivenda do Sítio São Bento de Jaguaribe: uma reconstituição arqueológica*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

Em continuidade aos trabalhos na Fazenda São Bento e Engenho Jaguaribe, Silva⁸⁰ (2017e) observou o comportamento de consumo de ambos os sítios com base na faiança fina coletada. Ao associar tipos de decoração à categoria funcional a autora constatou a presença de louças de menor valor de circulação ao uso doméstico *versus* louças de maior valor a momentos públicos de socialização⁸¹.

O projeto intitulado *Rota da Escravidão/Rota da Liberdade: A Arqueologia da Diáspora Africana em Alagoas*⁸², possibilitou a localização de “doze sítios e mais treze áreas de potencial arqueológico” (BARBOSA, 2012, p. 80), cinco desses locais (Engenho Capiana, Escurial, Estaleiro, Cova da Onça e São Gonçalo) foram abordados por Barbosa⁸³ (2012). A análise dos fragmentos de louça coletados nestes cinco sítios possibilitou uma discussão sobre práticas e representações, onde a “cultura material no contexto dos engenhos banguês no norte de Alagoas também foram utilizadas, assim como em Annapolis, para encobrir uma realidade financeira decadente” (2012, p. 179). O estudo ressaltou o papel ativo da materialidade ao reafirmar o poder de consumo de seus proprietários, os senhores de engenho, mesmo quando estes viviam duras perdas econômicas apontadas pelas dívidas observadas em seus inventários *post-mortem*.

Fazendas de gado nos sertões

Sobre essa temática as pesquisas arqueológicas realizadas *no* e *sobre* o estado do Piauí assumem um lugar de referência, seja pela quantidade de pesquisas ou pela persistência da temática nas produções locais. A exemplo, Carvalho⁸⁴ (2014) que estudou a Batalha do Jenipapo, especialmente à compreensão de como se deu a formação de um “exército

⁸⁰ SILVA, Vanessa Rodrigues da. *A faiança fina e o comportamento de consumo na Fazenda São Bento e Engenho Jaguaribe no século XVIII-XIX na sesmaria Jaguaribe, litoral norte de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

⁸¹ Outro estudo sobre Engenho buscou responder a real função (ou funções) produtiva da propriedade e foi realizado por FOREST, Melânia Gaudêncio Noya. *Engenho Maranguape: uma leitura arqueológica*. 2006. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

⁸² Segundo Barbosa (BARBOSA, 2012, p. 79) o projeto tinha “como finalidade mapear através das evidências arqueológicas e históricas os locais ocupados por populações africanas e afro-brasileiras no estado de Alagoas, com o objetivo de compreender o cotidiano do escravo na sociedade colonial.”

⁸³ BARBOSA, Rute Ferreira. “*Para o povo ver*”: a materialidade dos engenhos Banguês do Norte de Alagoas. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

⁸⁴ A Batalha do Jenipapo foi resultado do enfrentamento entre tropas brasileiras, favoráveis ao movimento separatista entre Brasil e Portugal, e tropas portuguesas, ocorreu em 13 de março de 1823 (CARVALHO, 2014, p. 16).

improvisado” composto maiormente por populares com o objetivo de deter as tropas do Major português João José da Cunha Fidié em 1823 no território da atual cidade de Campo Maior (PI), um importante conflito no território piauiense da Guerra da Independência do Brasil. A autora trabalhou com fontes históricas documentais e orais, vestígios bélicos e à espacialidade associada à batalha. Um ponto relevante dessa pesquisa ao contexto de fazendas de gado se deve ao fato de que a autora contextualizou historicamente o espaço por ela abordado desde a formação da Vila de Campo Maior, com isso, possibilitou uma melhor compreensão da espacialidade apresentada, permeada de referenciais às fazendas de criar que ainda estão marcadas na toponímia local⁸⁵. Assim, ao longo de toda a sua narrativa os locais históricos atrelados ao devassamento colonial se entrecruzam com os relatos da batalha.

Em 2015, a análise do potencial de pesquisa da fazenda São Domingos em José de Freitas (PI) teve início a partir de um levantamento documental e visitas de campo não interventivas por Martins⁸⁶ (2015). O autor destacou a importância da fazenda como um importante núcleo produtivo e habitacional característico do período oitocentista no estado e correlacionou elementos da paisagem local, fontes documentais e a casa-grande da fazenda (ainda em pé) com aspectos da história local, possibilitando a construção de uma agenda de estudos relacionados ao assentamento dessa casa-grande.

Os trabalhos interventivos na Fazenda São Domingos tiveram início com a pesquisa de Borim Júnior⁸⁷ (2016), que salientou as práticas alimentares adotadas no local. O autor teve como base de análise fragmentos de ossos, cerâmicas, vidro e louças coletados ao longo da escavação realizada nas proximidades da casa-grande. Deste modo, com base nos fragmentos de cerâmicas com vestígios de fuligens e fragmentos de ossos mais recorrentes o autor construiu um perfil alimentar da casa-grande da fazenda, caracterizado pelo alto consumo de

⁸⁵ CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. *Batalha do Jenipapo: reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, 2014. O trabalho de Anne Kareninne Souza Castelo Branco, *Arqueologia em Campos de batalha: acampamento, caminhos antigos das tropas da Batalha do Jenipapo* (2018), dá continuidade às pesquisas esboçando por meio de um levantamento aéreo da paisagem, caminhos antigos um percurso entre a Fazenda Alecrim (um dos locais de acampamento do Major Fidié e sua tropa) e o caminho por eles percorridos até a Vila de Campo Maior. Ver mais detalhes em: BRANCO, Anne Kareninne Souza Castelo. *Arqueologia em Campos de batalha: acampamento, caminhos antigos das tropas da Batalha do Jenipapo*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

⁸⁶ MARTINS, Leandro Madeira. *A cultura material como instrumento para compreensão de passados históricos: a fazenda Casa-Grande de São Domingos, José de Freitas, PI*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

⁸⁷ BORIM JÚNIOR, Waldyr. *Sabores e Dissabores: olhares sobre a cultura material da Fazenda São Domingos (José de Freitas, Piauí)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

cozidos de carnes bovina e, em segundo lugar, caprinos. Também, com base na análise de fragmentos cerâmicos e faianças, o autor pontuou a demarcação de, no mínimo, dois momentos fortemente marcados na estratigrafia do sítio; um primeiro e mais antigo, marcado pela ampla presença de cerâmicas de produção local ou regional e um segundo, mais recente, sinalizado pela farta presença de faianças de decorações variadas.

Os vestígios de uma fazenda criatória no sudeste do estado do Piauí ganha destaque no trabalho de Vieira⁸⁸ (2017) que reconstituiu espacialmente o antigo “Complexo Produtivo Fazenda São Victor” no atual município de São Raimundo Nonato, um trabalho realizado em parceria com uma comunidade de remanescentes de escravizados⁸⁹. Elementos como a “casa-sede, curral, senzala, lagoa de São Vitor, cemitério dos escravos e a vila dos escravos” (2017, p. 122) foram descritos e prospectados. Ao longo dos trabalhos foi possível observar que algumas estruturas da antiga fazenda foram em partes sobrepostas pela ocupação atual, onde: partes do alicerce atribuído à casa-sede afloram entre os quintais de residências contemporâneas; alicerces de casas antigas que rodeavam a casa-sede foram reutilizados para a construção de casas atuais; o curral foi sobreposto pela igreja e praça da comunidade; e a senzala, do tipo pavilhão construída em taipa, foi sobreposta pela atual escola.

Nas margens da Lagoa de São Vitor haviam ruínas de uma cerca de pedras (ou muros de junta seca), já abordadas por Negreiros⁹⁰ (2012) que também observou a presença deste mesmo tipo de edificação na construção de uma barragem “formada por duas paredes paralelas de blocos rochosos mediadas por um aterro de sedimentos e seixos” (2012, p. 94) em uma outra fazenda da região. Os trabalhos arqueológicos na barragem abordada por Negreiros foram conduzidos pela equipe da FUMDHAM em meados de 2007 na área da Fazenda Caraíbas, cuja ocupação remete a primeira década do século XIX.

Retornando à cerca de pedra associada à Fazenda São Vitor, conforme os moradores mais velhos, esta funcionava como uma medida de controle de acesso do gado à água e na manutenção da umidade do solo próximo a lagoa. Vieira abordou ainda o “cemitério velho”, um espaço onde um total “de quinze arranjos de pedras dispersos no terreno sinalizam antigos

⁸⁸ VIEIRA, Bruno Vitor de Farias. *Era no tempo do coronel... “eu não concordo muito com isso não!”: arqueologia pública e interpretações colaborativas sobre a “Fazenda São Victor”, Piauí*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2017.

⁸⁹ Trabalho este que também caberia ser alocado entre as pesquisas etnoarqueológicas, contudo optei por alocá-lo aqui de modo a ressaltar sua abordagem relacionada às fazendas de criar sertanejas.

⁹⁰ NEGREIROS, Rômulo Macedo Barreto de. *As trilhas da morte no sertão das Pimenteiras-PI.(1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

enterramentos, popularmente chamados de covas rasas” (VIEIRA, 2017, p. 149), definido na comunidade local como *cemitério dos escravos*. O último espaço, foi a “vila dos escravos”, “uma espécie de vilarejo” onde os escravizados e recém-libertos da fazenda passaram a habitar no período pós-abolição, alcançando uma média de 30 a 40 casas⁹¹, na prospecção dessa área o autor relatou a presença de telhas, cerâmica utilitária, louça, líticos e vidro.

As práticas alimentares ao longo do século XIX a partir da análise da louça coletada na Fazenda Prazeres em diálogo a inventários *post mortem* dos proprietários foram o foco da pesquisa de Oliveira⁹² (2018). A autora analisou a inserção dessa unidade rural piauiense oitocentista nas práticas modernas associadas à alimentação. Deste modo, ressaltou que por mais que seus proprietários tivessem acesso ao consumo de louças, a aquisição dessa materialidade foi priorizada a partir de um caráter funcional e não apenas ostensivo, dado que não adotaram “plenamente os valores de um modo de vida com a qual eles não se identificavam” (2018, p. 181). Assim, para além de um discurso associado a pobreza ou falta de acesso a autora pontuou a atuação da *escolha* na construção de um universo cultural particular a esses espaços rurais sertanejos.

Materialidade Sertaneja

Em 2008, Symanski⁹³ salientou uma significativa autossuficiência dessa população em relação a aquisição de bens de consumo provenientes do mercado externo, com base na materialidade observada em dois sítios rurais oitocentistas, na região do cariri cearense. Pontuando ainda que a importância da cerâmica de produção local-regional não apenas como um item de alto valor comercial na região, mas também “uma expressão material da

⁹¹ Um outro trabalho na região foi o Ana Stela Negreiro de Oliveira (2001), embora o foco da autora seja a trajetória dos maniçobeiros na região do atual PARNA da Serra da Capivara e não as fazendas de gado, ela aborda o sítio histórico “A Casa de Neco Coelho” – hoje pertencente ao PARNA Serra da Capivara, na trilha “No Rastro da Maniçoba” – uma construção histórica constituinte da antiga Fazenda Jurubeba. Ver maiores detalhes em: OLIVEIRA, A. S. *Catingueiros da Borracha: Vida de Maniçobeiro no Sudeste do Piauí 1900-1960*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2001; OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros; BUCO, Cristiane; IGNÁCIO, Elaine. “No Rastro da Maniçoba” Trilha interpretativa da Fazenda Jurubeba. *Fumdhamentos*, v. 8, p. 124-132, 2009.

⁹² OLIVEIRA, Ana Joaquina da Cruz. *A comida está servida? Um estudo das práticas alimentares na fazenda Prazeres, Bertolândia – PI*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

⁹³ SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2, p. 73-96, 2008.

identidade sertaneja e dos laços sociais vinculados a essa identidade” (SYMANSKI, 2008, p. 93).

Ledoux⁹⁴ (2017) trabalhou com uma Arqueologia da Memória ao abordar relatos e lembranças dos antigos moradores da “antiga Remanso”, norte do estado da Bahia, submersa pelo represamento do rio São Francisco. A barragem do Sobradinho, cujas águas submergiram a cidade Remanso, foi construída na década de 1970 no auge da ditadura civil-militar. A partir da memória dos moradores da Velha Remanso a autora discorreu sobre os estágios atrelados ao processo de alocação da população para a nova sede, cujo convencimento se deu em meio a discursos de ordem progressista, que reforçavam a ligação da nova sede a um sentimento de progresso e modernização, em contraste a construção de uma ideia de atraso vinculado aos ribeirinhos da sede antiga. Além de todo o desenrolar dessa mudança a partir da percepção de seus entrevistados, a autora apontou que a mudança dos moradores não foi apenas geográfica, mas que também alterou suas formas de socialização enquanto comunidade.

Santana⁹⁵ (2018), se dedicou às casas de farinha do meio norte nordestino ao analisar a existência de padrões na organização do espaço e tipos de edificações, assim como a materialidade envolvida no processo produtivo a partir de 24 casas de farinha em funcionamento, entre os municípios de União, José de Freitas e Miguel Alves no estado do Piauí. O autor descreveu a existência de

[...] dois tipos de casas de farinha: as casas dentro da estrutura das fazendas e as casas que compunham um sistema agrário próprio, independentes das fazendas estabeleciam provisoriamente em determinados locais, geralmente às margens dos caminhos dos rebanhos, de forma a atender as necessidades dos vaqueiros transeuntes (SANTANA, 2018, p. 54).

Este segundo tipo foi o mais abordado ao longo de seu trabalho, em especial, por possuir mais “elementos de continuidade”, além de elementos relevantes à compreensão de contextos arqueológicos com esse tipo de unidade produtiva, abordando ainda as relações sociais imbricadas no beneficiamento da mandioca. Ao longo do texto o autor dialogou alinhado à importância e coexistência da agricultura com práticas econômicas tidas como prioritárias, a exemplo do contexto, a pecuária.

⁹⁴ LEDOUX, Nina Rosa Pereira. *Arquiteturas sufragadas e memórias construídas: uma arqueologia da memória da Remanso submersa-BA*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2017.

⁹⁵ SANTANA, Juan Marcelo Cardoso de. *Arqueologia das Instalações de Produção Tradicionais: a dinâmica das casas de farinha e os caminhos percorridos pela produção no Centro-Norte piauiense*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

A materialidade associada a casas de barro localizadas nos estados de Pernambuco, Piauí e Ceará observada ao longo dos trabalhos de prospecção do Programa de Gestão da Ferrovia Transnordestina, entre 2009 e 2010 compõem as discussões apresentadas por Souza⁹⁶ (2017). Para além da análise de materialidades, Souza (2015, 2017) trouxe reflexões importantes à prática arqueológica, em especial à dedicada ao interior nordestino, considerando que:

Construir unidades de investigação baseadas apenas na polarização da vida social pelo consumo e pelo poder, a divisão privilegiados-subprivilegiados de Illich (1975), deixa pouca abertura para considerar que o consumo moderno não é inexorável (Wurst e McGuire, 1999), que mensagens culturais globais são recebidas e interpretadas diferencialmente em diversas localidades (Mol, 2000) e que desligar-se de trajetórias passadas que incidem sobre identidades contemporâneas é impossível em sua totalidade. (SOUZA, 2017, p. 87).

A polarização da vida social, atentada por Souza, parte de uma perspectiva de análise limitante produzida pelas lógicas de mercado capitalista que alienam e diminuem a capacidade criativa do *consumidor*. O acesso à ideologia e a adoção das práticas modernas não necessariamente têm relação com o desconhecimento, o isolamento ou a falta de recursos materiais, mas sim com as escolhas, com a adequação desse processo à realidade local (ver OLIVEIRA, 2018).

Limitar vidas humanas ao simples ato de consumir ou não consumir estreitam – visto que usos e costumes sofrem mudanças de acordo com a época e a população analisada – nossa percepção das estratégias reais de ajustamento, poder de atuação e escolhas nos usos da materialidade com a qual lidamos diariamente, ou seja, a resolução de problemas a nível local. As reflexões pautadas por Souza (2017) são cruciais para a compreensão do contexto sertanejo, seja na contemporaneidade ou espacialidades associadas à formação histórica de seu território e da identidade local, como as fazendas de criar.

⁹⁶ SOUZA, Rafael de Abreu e. *Um lugar na caatinga: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste brasileiro*. 365 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

1.3 OS SERTÕES PELA ÓTICA DA ARQUEOLOGIA: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO ARQUEOLÓGICA DE UM PASSADO COLONIAL E PÓS-COLONIAL E PERSPECTIVAS DE ABORDAGENS FUTURAS

The African Diaspora is not a site. It is not a place. It can be, however, a state of mind, a frame of reference.
(BATTLE-BAPTISTE, 2010, p. 26).

Percebo que o Recife e o litoral Norte de Pernambuco concentram grande parte das pesquisas, que, em geral, estão atreladas a compreensão de contextos de engenhos ou fortificações militares. Salvador e a Região Palmarina aparecem como um contraponto em relação às temáticas abordadas, a agentividade de escravizados no ambiente urbano soteropolitano e a organização territorial do Quilombo dos Palmares, um local referência de resistência política e cultural de africanos e afrodescendentes nas Américas, são o foco de pesquisas que se dedicam a compreender outras formas de existir no Brasil ao longo da prática escravista.

O estado do Piauí, seja em decorrência ao Parque Nacional da Serra da Capivara ou por situar trabalhos na circunvizinhança da capital do estado, Teresina (a única da região que não está situada na faixa litorânea), se destacam pesquisas relacionadas às fazendas de criar locais. É certo que essa particularidade do estado, abrigando pesquisas específicas sobre fazendas de gado certamente se deve a uma convergência de fatores, tais como: a forma que a historiografia nacional consolidou a importância das fazendas piauienses como um centro difusor de gado para os demais sertões da região (DOMINGOS NETO, 2010; PRADO JÚNIOR, 1994); a base historiográfica sobre a temática construída por meio de densas e longevas pesquisas historiográficas locais (BRANDÃO, 1995, 2015; FALCI, 1995, 2006; LIMA, 2005, 2016); os contínuos e progressivos trabalhos na área do Parque Nacional da Serra da Capivara; além de abrigar dois cursos de graduação e pós-graduação em Arqueologia. Todos esses fatores, em maior ou menor grau, contribuíram para a estruturação desse cenário, que embora inibido se destaca na quantidade de trabalhos voltados para a temática na região.

Me chama atenção que entre os trabalhos aqui apresentados com foco no “sertão” e que se debruçam sobre materialidades como resultantes de resolução de problemas a nível local – a inventividade sertaneja – ou uma apropriação seletiva de louças, cerâmicas e afins,

partem de pesquisadores situados em centros de pesquisas fora da região⁹⁷ (AMARAL, 2012, 2019; FERREIRA, 2018; SILVA, 2006; SOUZA, 2017; WICHERS et al., 2018), embora também hajam *os locais* (LEDOUX, 2017; OLIVEIRA, 2018; QUEIROZ, 2017; SANTANA, 2018).

A materialidade sertaneja ainda é amplamente preterida pelos arqueólogos locais ao ignorar os diversos *outros* sujeitos, que tanto quanto proprietários das fazendas de criar, ou outra “elite” local analisada, conformaram essa paisagem, práticas e saber-fazer local. Mirar apenas na materialidade de casas-grandes – ou casas-sedes como são popular e academicamente reconhecidas na região as casas de morada de proprietários de fazendas – como um fim em si mesmo, mantendo nossos olhos afeiçãoados à materialidade associada ao *progresso* e a tal *civilidade*, além de nos dar uma visão parcial das relações sociais que conformaram esse contexto nos informam o quão interessada a prática arqueológica permanece na manutenção do discurso colonial, apagando sujeitos e silenciando histórias.

Como apontou James Delle (1999), ao analisar a partir da paisagem às relações de classes que atuaram nas plantações de café em Blue Mountains, Jamaica, uma classe não existe ou se afirma apenas para si mesma, pelo contrário, se fundamenta por meio de relações com as demais. Assim:

Embora a quantificação e classificação de artefatos recuperados de escavações possam revelar os tipos típicos (ou atípicos) de posses de membros de classes sociais específicas, continua difícil interpretar qualquer coisa significativa sobre as relações negociadas entre membros de diferentes classes de tais exercícios. A classe existe dentro desses relacionamentos; uma classe só é verdadeiramente significativa em relação a outras classes e à economia política que as moldou⁹⁸ (DELLE, 1999, p. 136, tradução minha).

Esse foco em classes específicas e a operacionalização de perspectivas arqueológicas mais abrangentes, foi pontuado por Souza (2017, p. 39), ao se debruçar sobre a materialidade sertaneja contemporânea, onde reforçou a importância de adotar:

[...] estratégias mais refinadas de pesquisa, voltadas para a localização de sítios arqueológicos com baixa visibilidade, permite construir interpretações que

⁹⁷ Ainda que numericamente sejam quase equivalentes nesta temática específica, ao observar o todo dos trabalhos na região, seus enfoques, suas espacialidades e seus sujeitos históricos é que torna relevante a quantidade de pesquisadores *de fora*. Cabe pontuar também, que o que ressalto como *de fora* corresponde a outras regiões ou faixa litorânea da região Nordeste.

⁹⁸ No original: While quantification and classification of portable artifacts recovered from excavations may reveal the kinds of possessions typical (or atypical) of members of specific social classes, it remains difficult to interpret anything meaningful about the relationships negotiated between members of different classes from such exercises. Class exists within these relationships; a class is only truly meaningful in relation to other classes and to the political economy which shaped them.

contemplem a diversidade de assentamentos e testemunhos de diferentes segmentos sociais, já que damos foco, ainda, grosso modo, a sítios arqueológicos com alta visibilidade (haja vista, ainda, a arqueologia histórica produzida na região nordeste), em geral associados a elites e grupos hegemônicos. Desse modo, nunca certos grupos e arranjos sociais terão existência em narrativas históricas, correndo-se o risco de reafirmar, para o sertão, o mito do vazio de ocupação.

Cada vez mais me ocorre que não é descabido pensar que essa mesma polarização reverbera, também, na priorização de estudos arqueológicos na região Nordeste, uma região notoriamente marcada pelo estigma da subalternidade, assentada ideologicamente na memória nacional a partir da contraposição do Brasil urbano e industrializado *versus* o Brasil rural de baixa tecnologia e infraestrutura precária. Esse estigma da subalternidade que, em sua grande maioria, é usado para definir a região, em especial seu interior, torna sedutora a possibilidade de ser detentora de um passado pré-colonial *mais* antigo, fecundo e amplamente estudado, abreviando sua ligação com um passado colonial atrelado a vaqueiros e boiadeiros *pobres*. Compreendo a baixíssima longevidade de produções dedicadas às fazendas de criar do sertão como sintomática que espelha realidades históricas, políticas, sociais e emocionais em relação ao interior da região.

Pesquisas com foco nas fazendas de criar ainda são escassas no Nordeste e ao estreitar essa busca para pesquisas com foco em populações escravizadas ou outros grupos que não sejam os proprietários destas fazendas, esse número decresce vertiginosamente e se concentra em maior amplitude no campo historiográfico (e.g., BORGES, 2000; BRANDÃO, 1995, 2015; FALCI, 1995; LIMA, 2005, 2016; LOPES, 2011; MACEDO, 2013a; MACÊDO, 2015; MATTOS, 1985) e antropológico (e.g., CAVIGNAC, 2003; SANTOS, 2017; SILVA, 2014a).

A Arqueologia apresenta um grande potencial de fornecer informações sobre a prática escravista e demais relações de trabalho existentes nestes espaços, indo além de informações documentais como dados demográficos, gestão da mão de obra escravizada, suas origens africanas e outras referências importantes e necessárias, mas, insuficientes para entender essa diversidade de sujeitos como atores na reconstrução de suas identidades ao longo do devassamento dos sertões e da prática escravista local. Ou ainda como populações livres (afrodiaspóricas e/ou economicamente desfavorecidas) agenciaram sua subsistência em locais totalmente alheios aos registros históricos. Contudo, estudos arqueológicos que possuam como eixo as materialidades associadas à populações escravizadas, trabalhadores livres ou ainda à compreensão da materialidade desses espaços rurais sertanejos como produto de relações entre grupos diversos ainda são embrionários, quando não inexistentes. Esse processo de silenciamento acerca da presença africana e indígena nos sertões do Norte na análise

material (para além de limitá-los a tipos específicos de materialidade), acaba por ressaltar proprietários/senhores de fazendas como eixos da discussão, já o eram na época colonial e assim permanecem nos estudos atuais. Logo, a arqueologia não permanece apenas como omissa, mas também como geradora de apagamentos e silenciamentos.

Percebo, cada vez mais, que compreender a construção identitária do que hoje entendemos como identidade sertaneja, forjada a partir das instalações das terras de criar gado se alinha ao conceito de identidade hibridizada⁹⁹ (sobre críticas ver LUGONES, 2019; MULLINS, 2008) que Hall (2013) pontua como sendo o resultado de um *processo relacional* entre populações de origem africana, autóctones e europeias, em meio a relações de poder, sejam estas em situações de igualdade, dominação e/ou resistência. Por isso, mirar em um único grupo é partir em direção a uma compreensão parcial do cenário.

Neste ínterim, acredito que as terras de criar dos sertões do Norte podem ser entendidas enquanto “espaços de diáspora”, categoria conceitual “habitada” e apresentada por Brah (1996, p. 205) para se aprofundar na construção de identidades diaspóricas não apenas a partir de quem migra e seus descendentes, “mas igualmente por aqueles que são construídos e representados como indígenas¹⁰⁰”, que mesmo “estando parado” participam tal qual os demais migrantes envolvidos. Para Brah, em estudos de diásporas, tanto quanto as circunstâncias e lugar de partida de um dado grupo também são importantes onde se chega e sua alocação em relação aos demais, dado que:

Como um grupo ‘se situa’ em uma ampla gama de discursos, processos econômicos, políticas estatais e práticas institucionais é crucial para o seu futuro. Essa ‘inserção’ marca como os diferentes grupos serão posicionados, relacionalmente, em um determinado contexto. Enfatizo a questão do posicionamento relacional, porque nos permite começar a desconstruir os regimes de poder que operam ao diferenciar um grupo de outro; representá-los como semelhantes ou diferentes; incluí-los ou excluí-los de construções da ‘nação’ e de entidade política; e que os inscrevem como sujeitos políticos, legais ou psíquicos¹⁰¹ (BRAH, 1996, p. 179–180, tradução minha).

⁹⁹ Ver maiores detalhes em Canclini (2013). Hibridização dá maior ênfase ao “reconhec[imento] [d]o que contém de desgarre e o que não chega a fundir-se. Uma teoria não ingênua da hibridação é inseparável de uma consciência crítica de seus limites, do que não se deixa, ou não pode ser hibridado.” (p. XXVII). Ver também Burke (2003).

¹⁰⁰ No original: “[...] but equally by those who are constructed and represented as indigenous”.

¹⁰¹ No original: The manner in which a group comes to be ‘situated’ in and through a wide variety of discourses, economic processes, state policies and institutional practices is critical to its future. This ‘situatedness’ is central to how different groups come to be relationally positioned in a given context. I emphasise the question of relational positioning for it enables us to begin to deconstruct the regimes of power which operate to differentiate one group from another; to represent them as similar or different; to include or exclude them from constructions of the ‘nation’ and the body politic; and which inscribe them as juridical, political, and psychic subjects.

Em adição, para Butler (2001) diáspora é uma “categoria de análise”, não um “rótulo étnico”, e para a autora aí consiste a principal dificuldade em delinear seu conceito, visto que este “deve ser capaz de acomodar identidades e fases da diasporização ao longo do tempo”¹⁰² (BUTLER, 2001, p. 193, tradução minha) ou caso contrário pode resultar na essencialização de diásporas. Para tal problema Butler sugere:

[...] mudar o elemento definidor dos estudos de diáspora do próprio grupo para uma abordagem metodológica e teórica do estudo do fenômeno da diáspora na história da humanidade. *Em outras palavras, em vez de ser vista como etnia, a diáspora pode ser considerada como uma estrutura para o estudo de um processo específico de formação da comunidade.*¹⁰³ (BUTLER, 2001, p. 193–194, grifo da autora, tradução minha).

Ao definir diáspora enquanto uma categoria analítica e transcender histórias específicas, é possível delinear estudos comparativos e sistemáticos entre grupos que podem ser completamente diversos entre si, seja em relação à época em que se formaram, a quantidade de indivíduos, a identidade do grupo ou às relações de poder envolvidas ao situar um grupo em relação aos demais (BUTLER, 2001). Deste modo, percebo que uma abordagem diaspórica para o entendimento dos diversos grupos que compuseram as fazendas de gado ao longo do devassamento dos sertões do Norte pode auxiliar na percepção de expressões materiais associadas a grupos que, arqueologicamente, *podem* ter sido entendidos como inexpressivos por estarem em uma situação – seja econômica, social ou cultural – que limite sua capacidade de acesso a bens materiais, mas cujo refugio produzido *pode* ter sido parte do até então lido apenas como refugio da casa-grande. Logo, pontuo que a análise das fazendas de criar sertanejas a partir desta categoria analítica, parte do pressuposto que indígenas, europeus e africanos são cocriadores da materialização desse contexto, ainda que em níveis distintos de poder de atuação.

O modo de vida sertanejo atual, suas ações e percepções, resultam de um entrelace de práticas que dão sentido ao seu cotidiano, como vimos em trabalhos etnoarqueológicos¹⁰⁴ realizados no interior da região (AMARAL, 2012, 2019; QUEIROZ, 2017; WICHERS et al.,

¹⁰² No original: “must be able to accommodate the reality of multiple identities and phases of diasporization over time”.

¹⁰³ No original: “I propose shifting the defining element of diasporan studies from the group itself to a methodological and theoretical approach to the study of the phenomenon of diaspora in human history. *In other words, rather than being viewed as an ethnicity, diaspora may be alternatively considered as a framework for the study of a specific process of community formation*”.

¹⁰⁴ A inserção da etnoarqueologia (AMARAL, 2012, 2019; FERREIRA, 2018; LEDOUX, 2017; QUEIROZ, 2017; SANTANA, 2018; WICHERS et al., 2018) e períodos históricos mais recentes que fogem a um imaginário nacionalista motivado pelo modo de vida europeu se colocam como uma mudança paradigmática e se pautam, sobretudo, como buscas orientadas por demandas de comunidades locais.

2018), e “são permeadas pelo universo simbólico dos sujeitos, pelas categorias e regras mediante as quais pensam e vivem sua existência”, possuem relação direta com as “*condições sociais e historicamente situadas* e ‘funcionam’ em um nível mais profundo do que a realidade passível de apreensão imediata” (GODOI, 1999, p. 27, grifo meu). Assim, ao tentar entender a ocupação dos sertões do Norte, especialmente a ocupação por meio da instalação da atividade criatória, é imprescindível considerar a identificação (e reconhecimento) da diversidade presente nas variadas situações de *contato* que existiram nesses espaços. As numerosas relações de trabalho coexistentes como escravidão, relações contratuais, constituição de redes de solidariedade e tantas outras situações que podem ter possibilitado negociações diretas sobre quesitos espaciais e materiais¹⁰⁵.

Na arqueologia a expressividade de produções com foco em diáspora segue atrelada à Diáspora Africana, a qual nomeia uma linha de abordagem que se dedica à compreensão das diversas formas de existir experienciadas pela população negra nas Américas, do período Colonial aos dias atuais. Consolidada a partir da década de 1970¹⁰⁶ com os movimentos de Consciência Negra e Pan-africanismo como um campo da arqueologia dedicado à “dispersão de povos africanos e seus descendentes”, de forma forçada, por motivos da escravidão, ou por meio de outras migrações (SINGLETON; SOUZA, 2009, p. 449).

O campo trouxe reflexões categóricas sobre pressupostos que considero de suma

¹⁰⁵ O entendimento de fazendas de criar enquanto um *complexo* ganha força, como pontuado por Assis (2012) e apresentado no Capítulo 2. No entanto, aqui a ideia de complexo pautada segue mais alinhada ao proposto por Barile (2004) ao analisar relações hegemônicas entre habitantes em *Plantations* do Sul dos Estados Unidos, relações estabelecidas em um dado “complexo doméstico”. Este complexo é composto por todos os diversos habitantes das fazendas de criar, bem como as estruturas e paisagens dentro de seus limites e utilizados pelas pessoas que ali habitam. Pessoas estas que compartilham uma ou mais características de uma família individual, como relações de parentesco, interdependência econômica ou o uso de um espaço/estrutura, que convivem em um dado território. Para Barile o conceito de complexo doméstico é uma ferramenta poderosa para entender contextos nos quais há uma diversidade de sujeitos envolvidos, mas que até então foram abordados com foco nas demonstrações de poder, status e domínio de proprietários brancos.

¹⁰⁶ Convém ressaltar que mesmo antes Arqueologia da Diáspora Africana já haviam pesquisas dedicadas ao passado afro-americano, como a escavação na habitação de Lucy Foster em 1940 e os trabalhos de campo coordenados por Fairbanks em senzalas de *plantations* da Flórida e Geórgia (EUA) que marcaram o início das pesquisas sobre o passado afro-americano nas Américas (SYMANSKI, 2014, p. 160). Na prática o campo de estudo sobre o passado afro-americano se consolidou com a construção de modelos estáticos e uniformizadores para a compreensão da população afro-americana, ignorando as singularidades sociais e culturais de cada contexto. Deste modo, fez usos de conceitos como: a) *sincretismo*, onde escravizados eram um grupo de oportunistas que se apropriava da cultura dos demais grupos existentes na região de modo a obterem o maior proveito da situação vivida; b) *aculturaração*, no qual se buscava a transplantação de materialidade (padrões estéticos decorativos, principalmente) tal qual as existentes nas regiões da África Ocidental e Central, e em caso de inexistência simbolizava a perda de cultura pelo grupo analisado; e c) *transculturaração*, como uma forma menos unidirecional que a aculturação, mas ainda assimétrico e tendenciado para a população não escravizada e branca (GARMAN, 1998; SYMANSKI, 2014). Ver maiores detalhes sobre esse percurso, assim como as críticas tecidas a cada uma dessas abordagens em Symanski (2014, 2016)

importância à análise de contextos sertanejos – sobretudo pelo fato de que almejo a população negra escravizada situada neste contexto –, como a não existência de uma *cultura material escrava*, ou seja, uma resposta material que independe do meio e das relações nas quais a população escravizada esteve inserida (AGBE-DAVIES, 2015; ALLEN, 2016; SINGLETON, 2015). Respostas identitárias materiais devem ser buscadas “como um *processo* e não como uma *entidade*” (GOSSELAIN, 2000, p. 188), isto é, materialidades devem ser entendidas como provenientes de contextos particulares e não como conjuntos de artefatos divorciados de tempo, lugar e *sujeitos* (AGBE-DAVIES, 2015; ALLEN, 2016).

Ainda, convém ressaltar que a Arqueologia da Diáspora Africana¹⁰⁷ cunhou uma mudança da “missão moral” da arqueologia (FRANKLIN; MCKEE, 2004; SINGLETON, 1999), que segue alinhada a uma pauta de “ação social” delineada por segmentos sociais e políticos, onde:

Os Direitos Civis, a Consciência Negra, os Estudos Negros, a Nova História Social e os movimentos de Mulheres contribuíram no convencimento de arqueólogos a investigarem os restos passados de pessoas que foram forçadas a ocupar posições sociais subordinadas e que deixaram poucos, caso existam, registros escritos acerca de como moldaram suas próprias vidas¹⁰⁸ (SINGLETON; SOUZA, 2009, p. 450, tradução minha).

Acrescidos ainda de reflexões sobre o quanto o trabalho de campo fraquejou e auxiliou na promoção de discursos sobre o passado (FRANKLIN; MCKEE, 2004) e mais, a chegada de profissionais negros empenhados a romper com a prática arqueológica cúmplice de ontologias capitalistas (HARTEMANN, 2019) e mantenedora de uma ordem social racista (LAROCHE; BLAKEY, 1997; MCDAVID, 1997) colaboraram e colaboram (dado que as

¹⁰⁷ No Brasil o campo de pesquisas arqueológicas voltadas a uma perspectiva afrodiáspórica se consolidou a partir do início do século XXI, embora a temática afro-americana já estivesse presente desde a década de 1970 (SYMANSKI, 2014), entre escavações de quilombos (GUIMARÃES; LANNA, 1980; ORSER JR; FUNARI, 1992), senzalas (LIMA; BRUNO; FONSECA, 1993) e estudos que extrapolam essas delimitações (AGOSTINI, 1998, 2009). Para mais, nos últimos vinte anos, além de temáticas já alicerçadas no país como: senzalas (ANDRADE, 2006; NOVAES, 2013; SILVA, 2006; SOUZA, 2007b; SYMANSKI; SOUZA, 2007), escravidão em contextos urbanos (GORDENSTEIN, 2014; NAJJAR, 2010; TAVARES, 2006), materialidades como cachimbos (AGOSTINI, 2009) e cerâmicas com escarificações (SOUZA; AGOSTINI, 2012), os trabalhos arqueológicos desenvolvidos de forma colaborativa com comunidades quilombolas têm impulsionado o campo (ALMEIDA, 2012; CARLE, 2005; CARVALHO, 2012, 2019; MORAES, 2012; SANTANA, 2008) e dão cada vez mais robustez às pesquisas da Diáspora Africana, auxiliando a consolidar a percepção de que a prática arqueológica tem consequências políticas assentadas no tempo presente. A construção colaborativa não é um pré-requisito metodológico do campo, mas uma investida fecunda a ambos os lados, comunitário e acadêmico, que fortalece a compreensão de que os vestígios arqueológicos são heranças, ou melhor, pertences (SCHAEPE et al., 2017) de pessoas vivas e que atuam no presente na materialização de histórias.

¹⁰⁸ No original: “The Civil Rights, Black Consciousness, Black Studies, New Social History, and Women’s movements all contributed to persuading archaeologists to investigate the remains of past peoples who had been forced into subordinate social positions, and who left few, if any, written records that they authored themselves about their lives”.

ponderações são contínuas) com a construção de uma agenda da Arqueologia da Diáspora Africana. Logo:

A diáspora africana, nesse sentido, é mais do que a dispersão de um grupo de pessoas ou discussões sobre se as concepções do continente africano são ou não encaminhadas ou enraizadas em configurações de identidade do passado e do presente. Fazer trabalhos arqueológicos sob uma perspectiva de diáspora africana significa necessariamente fazer discussões de configurações materiais e ideológicas da negritude e da dominação geográfica racial do passado e do presente, centrais para a concepção e processo de interpretação. O trabalho da diáspora africana é sempre sobre formações do espaço. Essa discussão se concentra na configuração dos locais de patrimônio das plantações, paisagens tipicamente projetadas através de um processo de dominação geográfica racial e como corpos negros e narrativas históricas associadas a esses corpos oferecem uma via para transformar o espaço e combater a dominação geográfica¹⁰⁹ (FLEWELLEN, 2017, p. 73).

Consequentemente, a inserção da ótica afrodiaspórica no campo arqueológico é uma das formas possíveis de usar interpretações do passado para uma compreensão mais abrangente de que condições socioeconômicas e políticas vivenciadas atualmente por parcelas da população são construções históricas e, desta forma, fornecer um passo fundamental à justiça social (FLEWELLEN, 2017; FRANKLIN; MCKEE, 2004, p. 1). É, portanto, uma proposta política e emancipadora de compreensão do passado para gerar ações no presente (BUSTAMANTE, 2019).

Diante do abordado e nas palavras de Battle-Baptiste (2017, p. 71–72) o potencial da Arqueologia sob esta perspectiva é amplo e diverso, pois:

Sejam indivíduos que historicamente foram considerados pobres, mas eram materialmente ricos, seja para Africanos cativos criando e mantendo espaços de autonomia bem à vista dos que estão no comando, a arqueologia frequentemente oferece uma visão alternativa dos espaços, dos lugares e de sítios produzidos culturalmente. Estas são as verdadeiras forças que logo chamaram minha atenção, me afastando de uma confiança demasiada nos registros documentais para me aproximar de uma combinação eclética de literatura, artefatos, paisagens culturais e explorar as incríveis possibilidades da análise material¹¹⁰.

¹⁰⁹ No original: The African diaspora, in this sense, is more than the dispersal of a group of people or discussions regarding whether or not conceptions of the continent of Africa are routed or rooted in identity configurations of the past and the present. Doing African diaspora work in archaeology necessarily means making discussions of the material and ideological configurations of Blackness and racial geographic domination of the past and present central to project design and the interpretation process. African diaspora work is at all times about formations of space. This discussion centers on the configuration of plantation heritage sites, landscapes typically designed through a process of racial geographic domination, and how Black bodies and historical narratives associated with these bodies offer an avenue to transform space and counter geographic domination.

¹¹⁰ No original: Whether that be individuals that have historically been considered poor, but were materially wealthy, or captive Africans creating and maintaining spaces of autonomy in full view of those in power, archaeology often provides an alternative view of spaces, place and sites of cultural production. These are the very strengths that quickly turned my attention from a reliance on the documentary record to an eclectic combination of literature, artifacts, and cultural landscape to explore the incredible possibilities of material analysis.

Os artefatos não são apenas materiais fragmentados esquecidos ou abandonados no solo, são a força de trabalho da arqueologia, cruciais para alcançar histórias que jamais alcançaríamos pela dimensão da palavra escrita (BATTLE-BAPTISTE, 2017). “[N]ão oferecem simplesmente uma perspectiva deliberadamente local sobre os processos globais, mas, igual e fundamentalmente, permitem desnudar os silêncios na história” (THIAW, 2012, p. 23), os quais podem nos conectar com populações que muito pouco se sentem atraídas por narrativas construídas arqueologicamente sobre o passado, sobre *seus* passados.

No entanto, pesquisas arqueológicas, podem ser também limitantes ao atribuir categorias materiais a determinados grupos, sem compreender como esses grupos se firmaram em relação a outros e como se relacionaram com os demais, o que nos deixa pouco espaço para questionar sobre mudanças e, menos ainda, sobre como se deram esses *processos* de mudanças (SENATORE, 2007). E tendo como foco estes processos acredito que a realização de uma Arqueologia da Diáspora nos sertões tende a contribuir com um maior detalhamento das inter-relações desempenhadas entre a diversidade de sujeitos existentes nas fazendas de criar instaladas ao longo do devassamento dos sertões, as quais, por vezes, não são discerníveis a partir de uma ótica homogeneizante de metanarrativas (BUTLER, 2001) engendradas a partir de outros contextos econômicos.

Isto posto, no capítulo seguinte abordo o *espaço vivido* e *as pessoas* que nele habitaram. A partir dessas informações discorro sobre o que se sabe até o momento acerca da configuração espacial dos ambientes criatórios instalados na região do Seridó com base em fontes documentais provenientes dos séculos XVIII e XIX, e ainda em diálogos com produções acadêmicas que abordaram essa temática em demais estados da região Nordeste.

CAPÍTULO 2: DAS CASAS DE VIVENDA TÉRREAS DE TAIPA COBERTA DE TELHAS E SUAS DEMAIS BENFEITORIAS

Neste capítulo discorro sobre as fazendas de criar ao descrever suas *territorialidades*¹¹¹, um combinado entre a materialidade do espaço e as relações sociais ali forjadas (GODOI, 2014). Ao levantar as diversas construções que as compuseram e os diferentes grupos sociais presentes almejo não apenas uma descrição de seus espaços físicos, mas proporcionar uma maior percepção da existência e atuação de outros grupos que habitaram estes locais. Assim, em uma tentativa de fugir da restrita circunscrição da casa-grande, ainda que nem sempre possível, optei por analisar esse espaço doméstico como um local que reflete hierarquias e dinâmicas de poder e, por conseguinte, onde determinados grupos se afirmam em relação aos demais. Desta forma, inicio com uma descrição sobre o espaço físico desses empreendimentos, sobretudo no tocante às suas construções mais recorrentes. Em seguida, apresento alguns dos diversos grupos existentes em fazendas criatórias (proprietários, trabalhadores livres e população escravizada) possíveis de serem observados a partir da documentação e sobre os quais percebo que, em geral, foram subdivididos de forma genérica tendo por base a posse de terra, capital econômico e suas condições de liberdade. Para este levantamento faço uso, sobretudo, de produções sobre o contexto piauiense devido à consolidação de pesquisas sobre fazenda de gado neste estado e, sempre que possível, agrego ao diálogo elementos relacionados ao contexto seridoense. Também, utilizo 70 inventários *post-mortem* dos séculos XVIII e XIX (1754 a 1815) de pessoas que residiram na Ribeira do Seridó e, como caráter ilustrativo, dois autos de

¹¹¹ Conforme Godói (2014, p. 444), o conceito de territorialidade corresponde “a processos de construção de territórios”, os quais “não diz respeito somente à materialidade do espaço, pois não há território exterior a relações sociais”. Desta forma, refere-se tanto ao que aqui denomino de configuração espacial, ou seja, a disposição dos lugares de morada, celebrações, trabalho, lugares específicos investidos, material de simbolicamente, de significados. Assim como aos seus “princípios de organização”, o que neste trabalho intitulo de configuração espacial e correspondem “a distribuição e os arranjos dos lugares de morada, de trabalho, de celebrações, as hierarquias sociais, as relações com os grupos vizinhos”. Assim, ao analisar a materialização do espaço das fazendas de gado não a faço alheia ao fato de que são um combinado de momentos históricos e contextos físicos específicos sob quais foram continuamente moldadas, e dos atores sociais que habitaram nesses assentamentos, tal como aponta Godói sobre o entendimento da territorialidade.

demarcação e divisão de terras da Comarca de Caicó produzidos no final do século XIX e início do século XX (1899 e 1914). E, ao final, concentro esforços em uma análise da configuração espacial do ambiente doméstico de casas-grandes de fazendas criatórias erigidas ao longo do século XIX, ao aplicar a *sintaxe do espaço* em 30 casas de fazendas da região do Seridó Potiguar a partir do trabalho desenvolvido por Diniz¹¹² (2008, 2013), para um melhor entendimento das possibilidades de atuação de outros sujeitos não apenas no entorno próximo à casa-grande, mas também em seu interior.

2.1 ESPAÇO VIVIDO: CASAS DE MORADA, CURRAIS E A IMPRECISÃO DE SUAS *DEMAIS BENFEITORIAS*

*Cada fazenda possuía uma casa de tolerável decência,
onde residia o dono ou o vaqueiro e, de ordinário,
havia muitas casinhas espalhadas no campo
circunjacente. Os currais são próximos à casa principal
e habilitam o viajante distinguir, logo e à distância,
uma fazenda.*
Viagens ao Nordeste do Brasil (Henry Koster)

As fazendas de criar foram se assentando ao longo do interior tendo os rios e riachos como elementos guias para sua fixação. Por vezes fazendas vizinhas se encontravam a algumas horas ou à distância de dias a cavalo umas das outras, o que resultava em uma ocupação rarefeita e, em muitos dos casos, era imprescindível que cada um desses espaços fosse autossuficiente na produção de insumos necessários à sua manutenção, além de se dedicar a atividade criatória (ARRAES, 2012; KOSTER, 1942 [1817]).

¹¹² O trabalho de Diniz (2008) aborda ao todo 44 edificações, entre as quais 42 são casas de fazenda da região do Seridó, entre estas casas 10 não apresentam planta baixa e estão em processo avançado de arruinamento e cujas plantas foram apresentadas parcialmente, por isso optei por trabalhar com apenas 30 das 42 casas sedes descritas pela autora.

Figura 6 - Casa sede e currais da Fazenda Encampinado, construção da segunda metade do século XIX, RN



Fonte: Diniz (2013, p. 224).

Para Koster (KOSTER, 1942 [1817]) a apreensão dos limites das propriedades no sertão foi algo que esteve completamente alheio à sua compreensão. Para alguns uma propriedade poderia ter seu tamanho descrito em léguas, para outros, sua dimensão era expressa pela quantidade de bezerros que nasciam ao ano, sem expressar de forma direta qualquer relação com algum sistema de medidas.

Ao que consta na documentação as instalações das primeiras fazendas de criar necessitavam de três elementos básicos: os *currais*, uma *fonte de água* e o *pasto*. A presença desses elementos já atribuía ao espaço a característica de uma *boa*¹¹³ fazenda de criar (BRANDÃO, 2015; DINIZ, 2013). Os pastos mencionados na documentação eram compostos por vegetação nativa dos sertões e o gado era criado solto, moldando o caráter expansivo da atividade criatória local, a qual expandia sua área de atividade não apenas devido às demandas de mercado, mas também pela própria dinâmica da atividade realizada, exigindo cada vez mais novos pastos, seja devido ao baixo ou nenhum nível técnico envolvido no manejo das áreas e/ou aos longos períodos de estiagem (VIEIRA, 2011).

As *fazendas* de criar são entendidas aqui como um “complexo” de edificações erigidas, em associação ao ambiente no qual se instalavam e ações especializadas das pessoas que ali habitavam (ASSIS, 2012). Os *currais*, ao que pude observar na documentação, não se resumiam simplesmente a mais um dos elementos de uma fazenda. Essas estruturas poderiam ser instaladas em um pedaço de terra desejado¹¹⁴ de modo a acostumar o gado ao espaço e ao pasto e garantir assim o local almejado. A fixação da fazenda seria somente um tempo depois,

¹¹³ Como ressalta Mott (2010, p. 76) ao citar Pereira D’Alencaste (1857) para que “no sertão uma fazenda mereça o nome de boa, deve ser primeiro bem provida de água”.

¹¹⁴ Isso justifica os habituais argumentos de solicitação de sesmarias que pontuam ocupação e construção de benfeitorias na área almejada. Também, abre brechas para a compreensão da importância de agregados em amplas glebas de terra, os quais garantiriam o uso efetivo da propriedade.

um método de etapas consolidado desde a instalação dos primeiros currais na região (ASSIS, 2012; BRANDÃO, 2015).

Ademais, entendo que fazenda seria uma denominação mais amplamente utilizada na atualidade para estes empreendimentos ligados à atividade criatória¹¹⁵. Contudo, nos *Títulos de Bens de Raiz* dos inventários por mim analisados, no Rio Grande do Norte utilizou-se de maneira regular as denominações *terras de criar gado* para a atividade criatória – onde haveria no mínimo um curral listado na descrição da propriedade – e *terras de plantar lavouras* para áreas de plantio. Ao contrário do que se observou no estado Piauí acerca da distinção entre fazendas (criação) e sítio (plantio), essa denominação parece, até o presente momento, não ser aplicável ao estado do Rio Grande do Norte, onde em alguns casos, sítio é seguido de terras de criar gado, como no inventário do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque (1789) onde consta: “um sítio de terras de criar gados” (MEDEIROS FILHO, 1983, p. 160). Embora necessite de estudos mais aprofundados, suspeito que essa nomenclatura remeta à dimensão da propriedade, visto que no inventário de Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos (1793) há “uma **porção** de terras de criar gado” (MEDEIROS FILHO, 1983, p. 175) ou no inventário de Antônio Pereira de Albuquerque (1799)¹¹⁶ com “uma **légua** de terras de criar gado”.

Nos inventários locais convém chamar-se de gado todos os animais de médio e grande porte que ali eram criados. Medeiros Filho (1983) aponta que nesta documentação eram descritos animais como o *gado vacum* (bovinos) sobre os quais centravam-se as principais atividades desenvolvidas na fazenda. Ao traçar um comparativo quantitativo o *gado cavalari* (equinos) representava uma média de 10% do *gado vacum* presente em uma dada fazenda e eram utilizados em atividades diversas, “havia cavalos de sela ou estradeiros, e de campo ou de fábrica” (1983, p. 19). Entre as criações miúdas ou miunças estavam o *gado cabrum* (caprinos) que chegava a corresponder aproximadamente a 50% da quantidade de *gado vacum* da fazenda. Sua alta resistência garantia o consumo de carne, leite e queijo da fazenda quando o gado vacum já não mais resistia à falta d'água e de alimentos durante períodos de

¹¹⁵ Embora houvesse a denominação de Fazenda na parte introdutória dos inventários, na qual se menciona o *local onde o inventariado habitou* o que me leva a supor que essa terminologia poderia ser utilizada de maneira “não oficial” para denominar a propriedade no qual a família senhorial tinha como morada. Já na parte de listagem dos bens de raiz da propriedade, elas seriam denominadas “oficialmente” como terras de criar ou terras de plantar.

¹¹⁶ LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó (FCC). 1º Cartório Judiciário (1º CJ). Inventários *post-mortem*. Cx. 323. Inventariado: Antônio Pereira de Albuquerque. Inventariante: Francisco Pereira de Oliveira. 1799. Manuscrito.

estiagem. O *gado ovelhum* (ovinos), que além de ser fonte alimentar também era fonte de renda com a venda dos “couros miúdos”, ou seja, a pele de ovelhas e cabras listadas nos inventários como produtos de exportação.

Medeiros Filho (1983), descreve ainda que eram comuns os *chiqueiros* para as criações miúdas, *cercados* para proteção de *roçados*, *açudes*¹¹⁷, sendo possível ainda a existência de *cacimbas* e *caldeirões*. As *casas de farinha* e os *engenhos de rapadura*, não eram construções obrigatórias mas por vezes se faziam presentes e nas proximidades da casa de morada do proprietário. Na descrição dos *Títulos de Bens de Raiz*, em inventários que analisei dos séculos XVIII e primeiro quarto do XIX, a presença dessas construções e outras mais que pudessem estar presentes podem ter sido agrupadas e denominadas de *benfeitorias*, como nos trechos abaixo:

[...] um sítio de terras de criar gado denominado Catoreré com casas de vivenda de taipa e cobertas de telhas currais e mais benfeitorias [...]¹¹⁸

[...] o Sítio tem casas de vivenda cobertas de telhas térreas de taipa sem benfeitorias já velhas onde mora ela Inventariante [...]¹¹⁹

[...] um Sítio de terras de criar gado num lugar denominado [ilegível] na Ribeira do Siridó [informações ilegíveis que parecem remeter a posse da terra] com uma morada de casas térreas e [ilegível] e mais benfeitorias [...]¹²⁰

Acredito que neste agrupamento estavam inseridas todas as demais construções costumeiras nas terras de criar da época, as quais não precisavam ser listadas de forma individual e detalhada; pois seriam de fácil apreensão por todos naquele período. A listagem de bens de José João de Vasconcelos, de 1798, chega a mencionar entre os seus *Títulos de Bens Móveis* “um engenho com todos os seus aviamentos de fazer mandioca” avaliado em 6\$000, mesmo não havendo menção a nenhuma construção além da casa de vivenda nas propriedades listadas entre seus *Títulos de Bens de Raiz*.

Sobre esse ponto, Irfi (2016) ao tratar sobre o Cariri Cearense chama atenção para o

¹¹⁷ Diniz (2008) atribui a presença dos açudes apenas ao século XX.

¹¹⁸ LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó (FCC). 1º Cartório Judiciário (1º CJ). Inventários *post-mortem*. Cx. 322. Inventariado: Capitão Domingos Alves dos Santos (1º). Inventariante: Capitão José Alves dos Santos (1º) (herdeiro-filho). 1793. Manuscrito.

¹¹⁹ LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó (FCC). 1º Cartório Judiciário (1º CJ). Inventários *post-mortem*. Cx. 322. Inventariado: João Álvares de Oliveira. Inventariante: Antônia Correia de Barros. 1791. Manuscrito.

¹²⁰ LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó (FCC). 1º Cartório Judiciário (1º CJ). Inventários *post-mortem*. Cx. 322. Inventariado: José João de Vasconcelos. Inventariante: Antônio dos Anjos Macedo. 1798. Manuscrito.

fato de que possivelmente proprietários de fazendas de criar usavam propriedades distintas para fins de plantio e criação, assim em uma havia cultivo de produtos alimentícios e, em outra, a criação de gado evitando que o gado destruísse as plantações. A exemplo, cita as informações obtidas em um inventário de 1851, onde:

[...] o casal capitão José Joaquim de Macedo e Roza Perpétua do Sacramento, que criavam gado na propriedade do Riacho das Antas e, no Sítio Coqueiro, nas Ribeiras do Rio Salgado, desenvolviam o cultivo e o refino da cana em seu engenho, assim como a preparação da farinha de mandioca em seu aviamento; além do que, possuía uma razoável quantia aplicada em escravos, num total de 1:820\$000 (IRFFI, 2016, p. 19).

Em *benfeitorias* também poderiam estar inseridas as edificações que compunham as diversas “casinhas espalhadas” no entorno da casa-grande descritas por Koster (1942 [1817]) em seu relato sobre a região, se essas estivessem configuradas entre as posses do proprietário. Visto que certamente entre estas “casinhas” estariam as habitações de agregados¹²¹ e demais trabalhadores, entre vaqueiro, arrendatários, trabalhadores livres e, talvez, até mesmo da população escravizada. Essas casas, pressuponho, teriam tamanhos diferenciados, combinando elementos como funcionalidade do espaço, posses de seu proprietário, compartilhamento do espaço doméstico e espaço de trabalho (olaria, carpintaria, forja, entre outros) e o número de escravizados que coabitavam com esses demais moradores (DINIZ, 2013; MACÊDO, 2015).

Os dados agrupados por Diniz (2013) ao analisar registros de vendas de terras da Paraíba no final do século XIX, Quadro 1, reforçam o fato de que possivelmente todas as demais edificações existentes na área das fazendas foram agrupadas em *benfeitorias*.

¹²¹ O ouvidor da Capitania do Piauí Antônio José de Moraes Mourão, em sua memória DESCRIÇÃO DA CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ de 1772, descreve agregados como dois tipos de indivíduos, “algumas vezes servem como criador inerentes às famílias”, e outros “que nem servem, nem na família se incluem, antes têm fogo separado, posto que dentro da mesma fazenda” (apud MOTT, 1977, p. 551).

Quadro 1 - Transcrição de terras do 1º tabelionato de notas e ofício do registro de imóveis Pombal/PB Vendas de terras e benfeitorias nas zonas rurais - Livro dos anos 1893 - 1896

Descrição	Benfeitorias	Sítio	Data	Valor
Parte de terras	Cacimba	Cachoeira de Lucas	Castello	11\$000
Parte de terras	6 casas de vivenda, açude, cercados, fruteiras e mais benfeitorias	São Vicente	Borges	38\$000
2 partes de terras	Casas de morada com a frente de tijolo, curral de pau a pique, açude e mais benfeitorias	-	Barra Várzea Comprida	270\$000
Parte de terras	-	-	Cipó	300\$000
Parte de terras	Casa de tijolo e 2 cercados de plantações	Queimado	Queimado	27\$000
Parte de terras	Cacimba	Cachoeira do Lucas	Castello	11\$000
Parte de terras	Casa de tijolo e cercado de plantações	Pauferrado	Pauferrado	5\$000
3 partes de terras	Casa de tijolo e cercado de plantações	Furquilha	Barra	-
3 partes de terras	Casa de taipa e tijolo, açudinho, cercado de plantação e uma ilha abaixo do mesmo cercado	Capim-verde Mandante	Jenipapo de São João	28\$000
2 partes de terras	Casa de taipa, cercado de plantações, vazante no rio, capoeira e mais benfeitorias	Maria dos Santos	Culandraca	65\$000
Parte de terras	Casa deteriorada, roça, cercado grande no rio e mais benfeitorias	Maria dos Santos	Culandraca	120\$000

Fonte: Diniz (2013, p. 259).

Brandão (1995) analisa o patrimônio familiar de duas Vilas piauienses, Valença e Jerumenha, a partir de inventários de 1762 a 1822 e aponta uma realidade similar. Nestes inventários a autora reporta a existência de menções às “casas de negócios” (abrangendo edificações como casas de forja, carpintaria e até mesmo a casa de farinha); porém não há informações relativas à localização de outras edificações, se seriam edifícios localizados em área urbana ou se compunham o rol de construções existentes nas propriedades rurais da pessoa inventariada, dado que “são registradas juntamente com as fazendas, sítios, retiros e ‘posse de terra’” (BRANDÃO, 1995, p. 220).

As “casas de morada” são pautadas por Brandão ao levantar informações sobre o modo como se efetuava a valoração de bens imóveis, na tentativa de comparar de modo mais assertivo patrimônios de famílias distintas. Embora o objetivo da autora não tenha sido a título de primeiro momento levantar informações acerca de quesitos arquiteturais ou disposição espacial de estruturas nessas propriedades, essa pauta recebeu sua atenção uma vez que os “critérios de avaliação dos imóveis não est[avam] explicitados” (BRANDÃO, 1995, p. 220) tornando de difícil compreensão fatos como:

o porquê de uma casa de palha com portas, janelas, mobílias e benfeitorias, descrita no inventário de Francisco Joaquim da Silva Brito ter o sido avaliada em 300\$000 réis, enquanto outra, com as mesmas indicações, pertencente a Maria Francisca das Neves só valer 12\$000 réis.

Na região do Seridó a atribuição de valores estaria, segundo Borges (2000, p. 19), relacionado com as benfeitorias presentes na propriedade “tais como currais, casas de morada, roçados, moendas ou mesmo da facilidade de recursos hídricos”. Essa justificativa me parece pertinente, embora, assim como Brandão (1995), ainda perceba esses critérios de avaliação das propriedades como enigmáticos; pois, como podemos observar o Quadro 1 a parte de terras São Vicente com 6 casas de vivenda, açude, cercados, fruteiras e mais benfeitorias foi avaliada em 38\$000 enquanto a parte de terras Cachoeira do Lucas com apenas uma cacimba custa 11\$000, um terço do valor proferido pela São Vicente.

Neves (2005, p. 172) ao discorrer sobre os altos sertões da Bahia, aponta que “no semi-árido a aguada sempre vale mais que a terra”. O autor ao analisar a relação de terras pertencentes à Casa da Ponte em Santo Antônio do Urubu, Bahia, e suas variações de preço no ano de 1819 propôs que a presença de fontes de água perene no terreno seria o principal elemento de atribuição de valor à terra, agregando uma relevância superior a qualquer outra benfeitoria.

No tocante a elementos arquitetônicos e materiais das casas-grandes da Ribeira do Seridó, Diniz (2008, 2013) defende que as primeiras fazendas de pecuária da região possuíam construções erigidas com técnicas não duráveis e as casas grandes só passaram a ser construídas quando os núcleos familiares dos primeiros moradores se mudam para o sertão, a partir do século XVIII com maior ênfase no século XIX. Essa afirmação está atrelada à ideia de que as primeiras investidas no território foram realizadas por indivíduos de gênero masculino, que sozinhos ou acompanhados de outros indivíduos de gênero masculino, adentraram nesse espaço e somente após sua fixação e superação dos obstáculos iniciais levaram seu núcleo familiar, mulheres e crianças, para o espaço da pecuária.

É difícil afirmar que a fixação dos colonos no sertão se deu unicamente desse modo, posto que em 1676 há uma requisição de sesmaria – uma das primeiras na região que se tem conhecimento até o momento – redigida por duas mulheres e um homem, Theodosia Leite de Oliveira, Theodósia dos Prazeres e Manoel Gonçalves Diniz¹²² (MACÊDO, 2015; “SILB”,

¹²² Segundo a plataforma SILB a sesmaria foi concedida em 05 de março de 1676, sendo seus beneficiários Theodora Leite de Oliveira, Theodora dos Prazeres e Manuel Gonçalves Diniz. Em algumas produções é possível encontrar os nomes dos requerentes como Teodósio Leite de Oliveira, Teodósia dos Prazeres e Manuel Gonçalves Diniz, dois homens e uma mulher o que ainda assim não invalida a argumentação acerca

2019)¹²³.

Atualmente sabe-se que ao final do século XVII o território da então Capitania do Rio Grande se encontrava “totalmente” apossado, segundo uma carta do capitão-mor do Rio Grande, Agostinho César de Andrade, que informava em 12 de fevereiro de 1695 a doação de sesmarias adentrou até cerca de 150 léguas ao sertão (TEIXEIRA, 2017). Embora, isso não significasse núcleos habitacionais constantes e efetivos. Ao final do século XVIII o processo de invasão seguia a todo vapor, as fazendas de gado iam se distribuindo ao longo de importantes rios e dando forma ao território das ribeiras.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII as solicitações sesmarias nessa região provinham de indivíduos diversos, que em geral se apoiavam em justificativas relacionadas ao já decorrente uso do terreno; a participação em batalhas locais – em especial, Guerras dos Bárbaros ou Palmares –; descobrimento de áreas “devolutas” ou cursos d’água até aquele momento desconhecidos pelos colonos. Eram, em geral, pessoas “sem qualificação declarada” (Tabela 1), o que pode indicar que não caberia pensar as fazendas de criar do sertão *unicamente* como empreendimentos iniciados com grandes investimentos econômicos e de indivíduos de altas posses, embora tenham havido muitos casos como esse.

Tabela 1 - Peticionários de Sesmarias da Ribeira do Seridó

QUALIFICAÇÕES	1616- 1680	1701- 1711	1713- 1720	1721- 1723	1734- 1740	1741- 1750	1751- 1759	1764- 1768	1777- 1780	1781- 1790	1791- 1811	TOTAL
Fidalgo	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Capitão-mor	-	2	-	-	1	2	1	-	3	7	-	16
Capitão/Mestre de Campo	-	1	1	-	4	14	7	1	1	3	-	32
Tenente-coronel	-	2	3	4	4	5	4	2	-	2	5	31
Sargento-mor	-	1	1	1	-	4	2	-	-	2	-	11
Ajudante da infantaria paga	-	-	4	-	-	-	-	-	-	1	-	5
Alferes	-	4	1	1	2	2	6	-	-	1	-	17
Soldado	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Comissário	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Padres	-	4	2	1	-	5	-	-	-	2	3	17
Mulheres	3	5	3	1	4	2	2	2	1	-	-	23
S/ qualificação declarada	9	21	12	11	16	37	14	5	9	34	10	178

Fonte: Macêdo (2015, p. 51).

Na tabela acima destaca-se um número expressivo de mulheres como peticionárias de

da presença feminina.

¹²³ A PLATAFORMA SILB é uma base de dados das concessões de sesmarias contendo informações de quase 16 mil cartas de sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa. Link de acesso: <http://www.silb.cchla.ufrn.br>.

sesmarias. A atuação das mulheres não é uma peculiaridade do território norte-rio-grandense. Alencar (2014) discorreu sobre a forte atuação das mulheres no sertão da capitania do Siará Grande e chamou atenção para o fato da pouca quantidade de estudos sobre a atuação dessa parcela da população nos sertões das capitanias nortistas¹²⁴. A atuação das mulheres nesse cenário era variada e as solicitações, em geral, compõem uma trajetória particular, onde “houve aquelas que casaram novamente, perdendo o direito de administrar seus bens; outras permaneceram administrando sua fazenda até sua morte; enquanto outras venderam seus bens para se sustentar no período de seca” (ALENCAR, 2014, p. 133).

No tocante a região do Seridó, Macêdo (2015) levantou um total de 19 *Donas* que se destacaram sob essas condições. Essa atuação de mulheres em requisições sesmarias foi entendida pelo autor de maneira similar a Alencar no contexto cearense e, a partir da compreensão de uma sociedade amplamente gerenciada por indivíduos de gênero masculino, Macêdo (2015, p. 54–55) apontou que as solicitações provinham de pedidos de viúvas ou mulheres solteiras abandonadas por seus maridos que viam na aquisição de terras uma melhoria de seus futuros dotes, havendo ainda as que buscaram reaver terras anteriormente abandonadas por seus progenitores devido as adversidades climáticas.

Ainda há grandes desafios a serem superados de modo a caracterizar a população do Rio Grande do Norte até a primeira metade do século XVIII, especialmente na região dos sertões e esse ponto reforça o quão delicado seria afirmar que as primeiras ocupações coloniais sertanejas foram realizadas apenas por indivíduos de gênero masculino, mais ainda que essa população tenha florescido tão somente com a chegada de suas famílias tempos depois, assim como também seria delicado afirmar a presença marcante de mulheres no período. Entretanto, o que se sabe é que as casas grandes amplamente conhecidas e estudadas como sede de fazendas antigas, que sobreviveram até os dias atuais e as quais se atribuem o povoamento de seus arredores, são edificações atribuídas aos séculos XVIII e XIX. Período esse que coincide também com uma diminuição significativa dos conflitos entre indígenas e colonos e com as primeiras empreitadas de caracterização da população local.

No que se refere à organização espacial desses espaços, em especial, à disposição das

¹²⁴ Três trabalhos ganham destaque na temática: Abreu (2011) que discorre sobre práticas de violência em fazendas criatórias e inclui em sua discussão ocorridos como a atuação de proprietárias em punições físicas a seus escravizados e/ou filhos e outros episódios nos quais mulheres assumem o papel de sujeito. Falci (2006) traçou um panorama sobre a presença de mulheres no sertão nordestino. E Silva (2013) que analisou encontros de fins mágico-religiosos no sertão piauiense a partir da documentação onde ora descritos pela ótica do *sabá* europeus, ora pela ótica dos calundus coloniais e teve como principais fontes os depoimentos das escravizadas Joana e Custódia de Abreu datados do século XVIII.

estruturas construtivas presentes, é possível observar em inventários *post-mortem* indícios sobre as edificações, porém sem indicações sobre o local da casa-grande (em casos onde essa construção não mais existe), currais, casas de agregados, casas ou quartos da população escravizada e demais edificações que poderiam existir associadas a atividades de beneficiamento de produtos agrícolas ou outra atividade específica realizada em uma dada fazenda.

Diniz¹²⁵ (2008) observou em algumas das propriedades a presença de engenhos de rapadura, casas de farinha e armazém de algodão nas proximidades da casa-grande. A autora inventariou um total de 45 casas de fazenda, entre as quais sete possuíam engenho e casa-grande em edificações distintas. Três apresentavam a casa de farinha e casa-grande. Uma apresentava engenho, casa de farinha e casa-grande. Uma apresentava um armazém de algodão anexo à casa-grande. Em duas fazendas havia uma casa-grande e uma edificação agrupando engenho e casa de farinha. Trinta e uma casas-grandes eram construções isoladas, sem espaços associados a beneficiamento de alimentos (DINIZ, 2008, p. 95).

Em seu levantamento arquitetônico há a planta baixa de um engenho e uma casa de farinha, ambos relacionados a uma única fazenda. Percebe-se que não há uma padronização sobre a localização desses espaços, contudo algumas características da paisagem¹²⁶ informadas pela autora podem auxiliar na identificação de vestígios construtivos. Sobre os engenhos de rapadura (Figura 7), segundo Diniz (2008, p. 113), esses seriam “edificações térreas, assentadas em terreno em declive, com pisos em níveis diferentes” a ação da gravidade conduziria o líquido da moenda direto aos tachos de cozimento.

¹²⁵ Cabe ressaltar que a autora não teve como foco principal de estudo outras edificações para além da casa-grande e, menos ainda, outros núcleos familiares, além dos proprietários.

¹²⁶ Entendida aqui como uma configuração espacial das edificações e elementos da natureza, que dão concretude às fronteiras (DELLE, 1999; GARMAN, 1998).

Figura 7 - Engenho da Fazenda Cabaceira e sua planta baixa

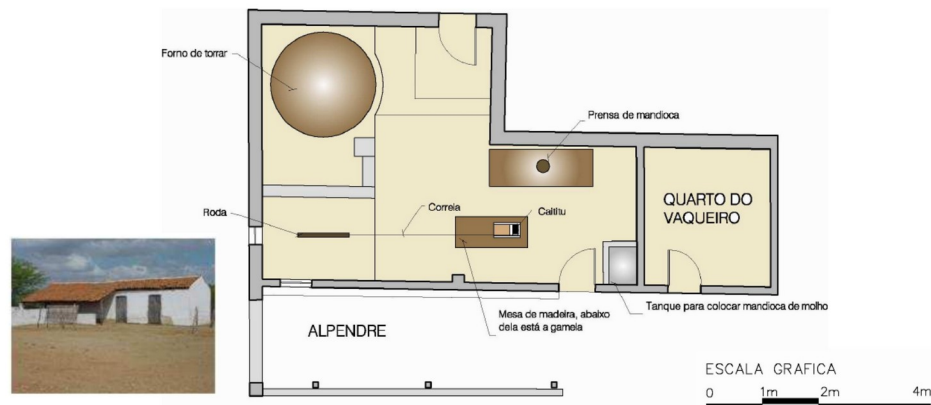


Fonte: adaptado de Diniz (2008, p. 113–114)¹²⁷.

As casas de farinha (Figura) são preferencialmente instaladas em terreno plano. São construções menores em comparação à casa-grande e aos engenhos de rapadura (DINIZ, 2008, p. 118). A autora observou diversos ordenamentos em relação à localização das casas de farinha, tais como: em edificações independentes, na mesma edificação que os engenhos ou em cômodos anexos à casa-grande, sobre esse último, suspeita que seja decorrente da última reforma. Outra atividade comum nesses espaços e observada pela autora foi o beneficiamento do algodão, que na maioria dos casos não requereu um espaço muito elaborado, pois a “atividade consistia num armazém para locar a bolandeira que, dependendo do seu modelo, era movida a tração humana, animal ou a vapor” (DINIZ, 2008, p. 120).

¹²⁷ Nota: Essa fazenda possui engenho e casa de farinha anexo à casa-grande.

Figura 8 - Planta baixa de casa de farinha



Fonte: adaptado de Diniz (2008, p. 120).

Outro trabalho sobre casas-grandes na região é de autoria de Feijó (2002). O autor realizou um estudo de similaridades e diferenças em doze casas-grandes e doze casas urbanas localizadas na cidade de Acari (RN), e possuiu como ponto de análise o arranjo de seu ambiente interno, técnicas construtivas e materiais empregados. Além disso e em relação às casas dos ambientes rurais Feijó pontuou que o local escolhido para a implantação das casas-sedes cumpria três pré-requisitos básicos: proximidade de água potável, boa visibilidade da área da fazenda e acesso fácil.

Ademais, a fachada principal da casa deveria ser voltada para o nascente, o que garantiria o conforto térmico da residência, já que o alpendre e a sala de visitas ficariam à sombra durante o período da tarde. Segundo o autor a casa-grande ficaria totalmente isolada dentro da área da fazenda, sem construções anexas, em consonância às conclusões de Lamartine (1965 apud FEIJÓ, 2002, p. 28):

Assentada no alto – para melhor aproveitar a frescura dos ventos e oferecer posição mais vantajosa quando dos ataques de cangaceiros – era de construção sóbria, alpendrada, de duas águas e levantada com madeira, pedra, tijolo e telha da própria fazenda. Não oferecia a beleza artística dos casarões do açúcar, de grades de ferro-trabalhado e arabescos de argamassa e pedra. Nenhum enfeite transparecia de sua arquitetura e seu conforto maior parecia residir no frio das lajes do alpendre ou na carícia da rede armada no quarto do sótão.

Diniz (2008, p. 93) reforça que as casas-grandes construídas na região do Seridó a partir do século XIX tinham a fachada principal voltada para o nascente e a partir de sua porta de entrada seria possível visualizar “os currais e edificações de produção (fábrica de rapadura, casa de farinha e armazém de descarregar algodão¹²⁸)”. As propriedades iniciais instaladas na

¹²⁸ O desenvolvimento da cotonicultura tem início no Rio Grande do Norte ainda no século XVIII, mas é no final do XIX que a produção do algodão “mocó” se expande fomentado pela forte demanda do produto

região se resumiram ao uso de técnicas construtivas não duráveis como paredes de taipa, chão batido e cobertura de palha. Observa-se que até o momento o maior conhecimento sobre esses espaços criatórios se resumem à casa-grande e essa poderia ser citada no inventário de forma pluralizada elencando termos recorrentes como “casas de morada” e “casas de vivenda”. Macêdo (2015, p. 141) defende que a existência desse termo de maneira pluralizada em inventários da região pode ser sinônimo de compartilhamento do espaço doméstico entre “moradia familiar, local de trabalho e habitação de escravos”.

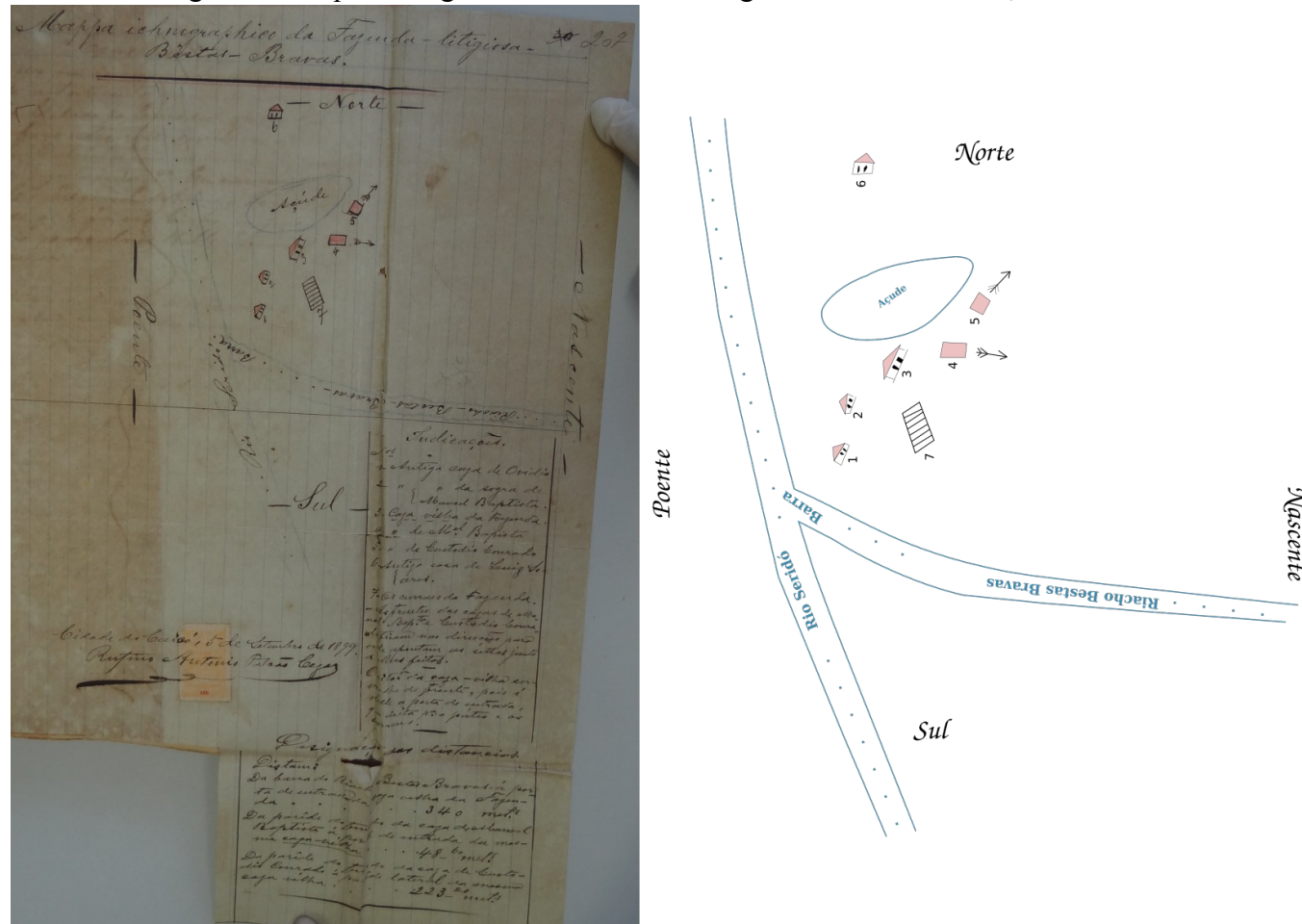
Sobre essa execução de tarefas distintas em um mesmo espaço, o trabalho de Diniz (2008, 2013) me dá alguns indícios de que possivelmente isso não foi um padrão. A presença de locais de produção, seja de farinha ou de rapadura, parece ter sido mais comum em construções separadas da casa-grande, que embora próximos não caberia compreendê-los como uma única construção. No entanto, a presença de espaços reservados ao armazenamento de produtos, como o paiol e depósitos na casa-grande parece ter sido mais habitual.

De certo sabe-se até o momento que ainda que esses espaços fossem moldados a partir de uma atividade comum, a pecuária, e fizessem uso de elementos arquitetônicos semelhantes entre si ainda seria uma atividade árdua tentar visualizá-las com uma ótica homogeneizante (DINIZ, 2013), ou seja, buscar padrões fechados acerca da dispersão espacial das estruturas construtivas mais recorrentes (currais, casa-grande, roçados, entre outras) de modo a tentar prever suas prováveis localizações por meio de disposições precisas. Segundo Diniz, a análise desses espaços rurais cada vez mais segue na direção contrária de uma homogeneidade de suas configurações espaciais.

Pensar a territorialidade desse ambiente rural, indo além da espacialidade da casa-grande, se apresenta como uma necessidade iminente à prática arqueológica nesse contexto, mais ainda se o que se busca é conhecer os diversos grupos que a compuseram, assim como suas formas de sociabilidade ao longo da construção e manutenção diária das fazendas de criar. Observo cada vez mais que um provável caminho para alcançar informações sobre o espaço físico e edificações existentes nestes “complexos” rurais seja ampliar o leque de fontes analisadas, inserindo outras como os registros de vendas de terras abordados por Diniz (2013) e apresentados aqui no Quadro 1 ou documentações sobre divisões e demarcações de terra construídos em processos de questões fundiárias, como a apresentada abaixo.

ocasionada pela diminuição da oferta norte-americana dos Estados Unidos da América, que estavam em meio a guerra de Secessão. Deste modo, na região do Seridó é comum que em algumas fazendas haja maquinário voltado a produção de algodão como bem demonstrou o trabalho de Diniz (2008, 2013).

Figura 9 - Mapa Iconográfico da Fazenda – litigiosa – Bestas Bravas, 1899



Legenda: 1. Antiga casa de Ovídio; 2. Antiga casa da sogra de Manuel Baptista; 3. Casa velha da fazenda; 4. Casa de M.^{el} Baptista; 5. Casa de Custódio Conrado; 6. Antiga casa de Luiz Soares; 7. Os currais da fazenda. - As frentes das casas de Manoel Bap.^{ta} e Custodio Conrado ficam nas direções para onde apontam as setas junto a elas feitas. - O portão da casa velha serve-lhe de frente, pois é nele a porta de entrada, que [ilegível] pátio e os currais. Designação das distâncias. Distam: da barra do Riacho Bestas Bravas à porta de entrada da casa velha da fazenda → 340 met.^s; Da parede da frente da casa de Manoel Baptista à porta de entrada da mesma casa velha → 48⁶⁰ met.^s; Da parede da frente da casa de Custodio Conrado à parede central da mesma casa velha → 223²⁰ met.^s Fonte: LABORDOC. Superior Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. Nº 32. Apelação Civil do Distrito de Caicó. Cx. 470. Apelante Antônio Pereira Monteiro. Apelados Manoel de Batista dos Santos e outros. 1899. Manuscrito. Foto: acervo do LABORDOC, 2017.

Sobre a documentação da fazenda Bestas Bravas, além de conter o Mapa Iconográfico com sua abrangência espacial ainda do final século XIX, pude acessar o inventário do proprietário, José Bezerra Lins¹²⁹, residente da dita fazenda e possuidor de seis escravizados. Sob seus *Títulos de Escravos* havia “um escravo Angola denominado Antônio de vinte e nove anos oficial de ferreiro com saúde” avaliado em 250\$000 e entre seus Títulos de Bens Semoventes havia uma “tenda de ferreiro com [ilegível] respectivos aparelhos” avaliada em 12\$800. O valor atribuído a Antônio certamente se deve à sua atividade, visto que entre os demais escravizados listados não há nenhum orçado em valores superiores a 130\$000, o qual foi atribuído à crioula Josefa de vinte anos. Logo, é possível que tenha coexistido com a “casa velha da fazenda” – apontada na figura acima – uma outra construção que seria usada como espaço para a atividade do ferreiro.

Retornando ao Mapa Iconográfico percebo que a priorização do que ressaltar enquanto elemento construtivo contido na área da fazenda, casa velha da fazenda e currais, permanece muito semelhante às descrições de inventários do século anterior. Porém, o fim ao que se destina a documentação dá o tom das descrições e neste caso de disputa territorial outras residências também foram espacializadas. Observo ainda que as casas possuíam suas fachadas principais voltadas para o nascente, tal como apontado por Feijó (2002) e Diniz (2008).

A presença de currais à frente da casa-grande foi mencionado por Henry Koster, que apontou ainda a subdivisões desses espaços como forma de auxiliar no trato do gado (costumeiros ainda na atualidade):

O interior de Pernambuco, Rio Grande, Paraíba e Ceara, não contém, propriamente falando, gado selvagem. Duas vezes por ano os vaqueiros de várias fazendas se reúnem com o fim de apanhar o gado. As vacas são levadas de toda a parte, para uma área em frente da casa, e aí, cercadas por numerosos cavaleiros, são impelidas para os espaçosos currais. Isto feito, desmontam os homens e se alguma vaca se torna furiosa, como sucede, um laço pelos cornos é bastante para prendê-la bem ou, ainda outro meio é adotado, que é passar o laço numa pata traseira, e trazer a corda enrolando completamente o animal, sendo fácil derrubá-lo. Os bezerros são presos sem grandes dificuldades e marcam-lhe a coxa direita com ferro incandescente, com que é feito o sinal, anteriormente fixado pelo dono, como sua marca privada (KOSTER, 1942 [1817], p. 208).

Sobre espaços associados a outros grupos e os quais motivaram a realização desse estudo, os locais de morada da população escravizada, permanecem ainda mais enigmáticos do que a organização espacial dessas fazendas. E, embora o esforço em conhecer estas moradias não seja recente, em geral, as pesquisas realizadas com este fim estão centradas em

¹²⁹ LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó (FCC). 1º Cartório Judiciário (1º CJ). Inventários *post-mortem*. Cx. 326. Inventário de José Bezerra Lins. Inventariante: Maria José de Jesus. 1817. Manuscrito.

espacialidades distintas às existentes no contexto da pecuária sertaneja, tanto em relação à prática econômica desenvolvida como à quantidade de população escravizada presente; a exemplo, pesquisas desenvolvidas sobre engenhos de açúcar e fazendas de café (ver MARQUESE, 2005; SANTOS, 2016; SYMANSKI; SOUZA, 2007). No tocante às fazendas de criar, os estudos realizados (ver DINIZ, 2008, 2013; FEIJÓ, 2002; SILVA FILHO, 2007), em sua grande maioria, ainda não contemplam muito além dos elementos construtivos da casa-grande.

Na região do Seridó é possível que essa parcela da população tenha chegado junto com as primeiras levas migratórias de colonos a região (BORGES, 2000; MACÊDO, 2015), vindos principalmente da Bahia, Pernambuco e Paraíba. Como aponta a concessão de Sesmaria de 11 de maio de 1701:

Diogo Pereira da Silva, Domingos Fernandes de Souza, e Antonio Lopes de Figueirêdo dizem que pelas ilhargas da data do Rvd.º vigário Antonio de Yiveiros e seus companheiros, que pedirão do rio Seridó do norte para o sul descobrirão um riacho, a que o gentio tapuia chama - Quincú estava um por,*o do mesmo nome pela parte direita da data do Rvd. Vigário, correndo também do norte para o sul e o tapuia vendo-se com mais povoação ficaria mais domestico e elles supplicantes descobrirão á sua custa as ditas terras e **tinlião gados e escravos** para as cultivar, pedião tres legoas de comprimento e uma de largura para cada um, começando do poço que o tapuia gentio chama Quincúdo norte para o sul¹³⁰.

Ainda pouco se sabe acerca do trabalho e cotidiano de escravizados nas fazendas de gado do sertão. Entre os inventários que pude analisar, 71 no total, 52 possuíam *Títulos de Escravos* em sua listagem de bens, e apenas 1 atribuiu uma espacialidade específica a essa população. No inventário do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque, datado de 1789 e transcrito por Medeiro Filho (1983, p. 160, grifo meu), entre seus *Títulos de Bens de Raiz* há a existência de:

Um sítio de terras de criar gados, nesta ribeira do Acauã, onde mora ela Inventariante, chamado Belém, com uma morada de casas de vivenda térrea e de taipa, coberta de telhas, com um oratório e altar de madeira lisa pintado chãmente, onde se celebra missa, com **casas de senzala cobertas de telhas**, já derrotadas, e currais de gados, já velhos, cujo sítio de terras tem três quartos de légua de comprido, pelo rio abaixo, do Acauã, com uma légua de largo, meia para cada banda do rio.

Busco explicitar com essa passagem dois elementos importantes a minha pesquisa: a) a apresentação mais detalhada da espacialidade de uma fazenda de criar até então por mim observada¹³¹ e; b) o único inventário, dentre os aqui analisados, que remete a existências de construções específicas associadas a escravizados.

¹³⁰ JOFFILY, Irineu. Synopsis das sesmarias da capitania da Parahyba. *Parahyba: Typ. E*, 1894:9, [grifo meu].

Observa-se de forma constante a atribuição de ausência de senzalas nas fazendas de criar do Rio Grande do Norte ao baixo número de indivíduos, não superior a 30, em associação a uma atividade que, a grosso modo, possuía baixa rentabilidade econômica. Até o momento, não há como contestar ou comprovar essa explicação, e o que se sabe ao certo é que nas fontes consultadas, poucas¹³² são as que remetem à presença de edificações que possam ser atribuídas a escravizados.

A ausência de informações relativas a essas moradias na documentação histórica em geral, tem sido entendida a partir de três hipóteses por Macêdo (2015, p. 176): a) construções sem valor comercial a ponto de serem elencadas em inventários e documentos afins; b) a construção desses espaços era de responsabilidade dos escravizados e, após sua construção, passavam a ser entendidas como mais uma de suas posses e, por último; c) o compartilhamento do espaço doméstico com seus senhores. Hipóteses essas alicerçadas em Farias (2005), que também se atentou à ausência de informações sobre “casas de negros” ao analisar inventários em Campos dos Goytacazes.

Os pontos **a** e **b**, entendo-os aqui como complementares uma vez que corresponderiam a espaços separados da casa-grande, pontuados em tópicos distintos de modo a ressaltar sua contraposição às senzalas, enquanto habitações conjugadas ou compartilhadas da população escravizada do tipo barração ou pavilhão e comumente associadas à prática escravista no contexto açucareiro ou cafeeiro.

Pessoas escravizadas habitando casas isoladas ou compartilhando o espaço doméstico com seus senhores não é particularidade do ambiente rural associado à pecuária. Symanski e Souza (2007) já discorreram sobre habitações isoladas a partir de ilustrações de Jean B. Debret em engenhos do sudeste brasileiro. Slenes (2011) também pautou a existência desse tipo de moradia isolada, ao qual o atribui a moradia de famílias. Weimer (2014, p. 218) menciona a coexistência dessas com as senzalas conjugadas em fazendas de café também no sudeste, e em acordo com Tschudi ressalta que essas habitações individuais eram utilizadas por casais, que viveriam separados dos demais escravizados.

¹³¹ É possível que as demais construções entendidas como desprovidas de algum valor financeiro podem ter sido suprimidas nessas descrições.

¹³² Até o momento apenas o inventário do Capitão-Mor Felipe de Moura e Albuquerque, citado anteriormente, e Borges (2000) defende a existência de mais dois inventários o de Cosme Damião Fernandes (1851) e o de João Álvares de Oliveira (1791); tendo a discordar sobre esse último pois ao analisar o mesmo inventário em seus Bens de Raiz o sítio Olho d'Água não possui nenhuma menção a quartos de senzala, apenas há a delimitação de suas fronteiras e “em cujo sítio tem casas de vivenda cobertas de telhas, terreas de taipa [com] benfeitorias já velhas”.

Para dar continuidade a essa discussão sobre os demais habitantes das terras de criar gado nos sertões, para além da família proprietária, na seção seguinte me dedico ao levantamento de informações sobre esses demais grupos, a partir do que se tem de informação até o momento. Boa parte da literatura utilizada foi produzida com dados do estado do Piauí, onde os estudos já se consolidaram com pesquisas continuadas e de longa data. Embora algumas funções sejam recorrentes em fazendas de gado, subdivisões específicas de categorias (como a de vaqueiro) podem não ter sido uma realidade compartilhada em todos os sertões das capitâneas do Norte, tanto quanto pode não ter sido em todo o território piauiense. O que busco a seguir é levantar possibilidades que guiem trabalhos futuros cada vez mais direcionados à compreensão desses empreendimentos como espaços dinâmicos e compostos por múltiplos sujeitos, seja por distinções étnicas, gênero, classe, geracional e tantas outras que deram concretude a essa realidade.

2.2 HABITANTES E DINÂMICAS DE TRABALHO NAS FAZENDAS CRIATÓRIAS

Podia construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra. Podia colocar roça pequena para ter abóbora, feijão, quiabo, nada que desviasse da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda, afinal, era pra isso que se permitia a morada.

Torto Arado (Itamar Vieira Júnior)

A narrativa ficcional de Vieira Júnior (2019) remete a um universo sertanejo contemporâneo, mas as relações de trabalho, sociais e redes de solidariedade relatadas ficcionalmente dão concretude a práticas de períodos bem mais antigos que perduram até os atuais – ainda que longe de conceber o sertão nordestino como um espaço paralisado no tempo – e como pautou Cavignac (2003, p. 50) permanecem “ainda inscrita[s] nas relações sociais e nos contratos de trabalho que são, até hoje, fundados no respeito de uma hierarquia e de um poder determinado pela propriedade da terra”. As fazendas criatórias, tal como o romance de Vieira Junior, eram repletas de moradores, como também ressaltou Koster (1942 [1817]), que se ocupavam da labuta diária com as criações, lavoura, construções e reparos de benfeitorias da fazenda, embora não seja tão fácil quantificar essa população, posto que as

informações demográficas sobre a Ribeira do Seridó até o momento pouco nos informam sobre períodos anteriores ao século XVIII e, a partir desse período, os dados que se tem conhecimento são, em sua grande maioria, inferências demográficas realizadas por historiadores (Tabela 2). Macêdo (2015, p. 191) atribui essa ausência de informações demográficas a falta de documentação produzida para tal fim e a compreensão demográfica da região como uma tarefa árdua aos historiadores da contemporaneidade; onde os dados que persistiram e são conhecidos até momento são esparsos e “rebeldes à caracterização”.

Tabela 2 - População da Ribeira do Seridó

	População total	Brancos	Mulatos livres	Pretos livres	Mulatos cativos	Pretos cativos	População cativa	Fogos
1775 (a)	3630	-	-	-	-	-	-	200
1777 (b)	2699	-	-	-	-	-	-	530
1791 (c)	3604	-	-	-	-	-	-	-
1806 (d)	4317	-	-	-	-	-	452	-
1810 (e)	1451	332	564	141	127	287	414	-
1811 (f)	2026	826	846	54	89	210	299	-
1824 (g)	6276	2112	2300	302	464	1152	1616	-

Fonte: Macêdo (2008, p. 28).

Os períodos de estiagem são um fator relevante na compreensão da dinâmica populacional dos sertões e, especialmente, as informações coletadas por meio de inventários da região. A título de exemplo, três secas severas (entre 1777 e 1809) assolaram a região e na época da Grande Seca (1791-1794) estão situados 11 dos 70 inventários aqui analisados, acrescidos de mais 3 provenientes dos demais períodos (Seca de 1777 a 1778 e Seca de 1808 a 1809), inventários provenientes de períodos desses períodos de estios representam aproximadamente 20% do universo analisado neste trabalho. As fortes adversidades climáticas influenciam não apenas na dinâmica populacional da região, mas também na presença dos bens listados como posses de pessoas inventariadas nesses períodos. Macêdo (2008, p. 88) chama atenção para:

No mais medonho dos estios, a Grande Seca da década de 90, parece ter-se mantido, aparentemente, o padrão de crescimento populacional. Mas é preciso que consideremos que não é conhecido qualquer censo entre 1791 e 1806. Período de reestruturação econômica que equivalia, para a grande maioria, reiniciar a produção pecuarística, com as poucas reses que sobreviveram e com a população que escapara na Ribeira do Seridó ou retornara a ela, quando foram mais constantes as quadras invernosas.

A alta população das fazendas criatórias seridoenses pode ser presumida ainda pelo

fato de que até o início do XIX a população da Vila do Príncipe era expressivamente rural (LOPES, 2011) e se empenhava na realização de trabalhos relacionados ao criatório e ao plantio (MACÊDO, 2015). Ainda em 1824 o comércio na Vila do Príncipe, segundo o relato de Frei Caneca, era escasso:

A villa tem uma igreja não pequena, nova e bem paramentada. A casa do vigário é de sobrado e boa; todas as casas são nova e de pedra e cal; e fazendo um como circulo, com um diametro de trezentos passos em uma chã por detrás das casas, o terreno é plano; mas pedregoso. Tem o rio tres grandes poços de boa agua, que nenhum verão por mais forte á capaz de seccar [...] O commercio da villa é pouco ou nenhum. (CARVALHO, 2004, p. 144).

Durante o período da Colônia e do Império o fluxo de movimentação entre o sertão da capitania e sua sede política, a cidade de Natal, foi quase nenhuma. Os habitantes dos sertões seguiam em maior proporção rumo a Pernambuco e à Paraíba, devido às feiras de gado. Seguindo o seguinte fluxo:

Para refazer o plantel que fora comercializado no ano anterior, os fazendeiros do Seridó compravam gado no Piauí e no seu retorno, abasteciam-se com a farinha e a rapadura do Cariri e com o sal cearenses. Passada a fase de engorda do gado, eles vendiam-no nas feiras da Paraíba e Pernambuco, voltando, principalmente dos brejos paraibanos, com outros gêneros que supriam as necessidades da fazenda: milho, feijão, farinha, fumo e aguardente; além de trazerem de Pernambuco mercadorias mais elaboradas como secos e molhados, tecidos, ferrarias, louças etc. (MACÊDO, 2008, p. 20).

A essa movimentação, performada pelos caminhos do gado, se atribui o retardo do crescimento do comércio na capitania, assim como os núcleos urbanos que só começam a se firmar nos sertões a partir do século XVIII. E, em função da distância dos centros de comércio e fazendas vizinhas, estes espaços rurais atuavam ao seu máximo de autossuficiência. O trabalho diário reunia uma série de atividades paralelas à prática criatória como a produção de alimentos e manutenção dos espaços domésticos. Atividades que exigiam tempo, dedicação e, por vezes, conhecimento especializado a serem desenvolvidos seja por trabalhadores livres ou população escravizada. Segundo Brandão (2015, p. 87) a autossuficiência desses espaços ia além da produção de alimentos, abrangendo serviços de carpintaria, tecelagem, construção de edificações, produção de utensílios, sem esquecer do trabalho com o couro para produção de acessórios, mobiliário e vestimentas.

Em 1862 o relatório apresentado por Pedro Leão Velloso apontou que a força industrial da província do Rio Grande do Norte “consist[ia] na agricultura, criação de gados, produção de sal e pesca, extração dos produtos da carnaúba, cortumes de couros, e fabrico de queijos” (1862, p. 9). Segundo o relator, a agricultura (açúcar, algodão, tabaco e lavoura) local

foi “onerada” pelo uso de trabalhadores livres, visto que a criação do gado que vigorou nos anos anteriores não exigiu a ampla importação de “braços africanos”, resultando assim em uma produção “minguada” pela província, apenas o plantio de algodão alcançou uma boa produção a nível econômico, a lavoura se resumia ao abastecimento interno, com poucos casos de exportação de excedentes.

Ainda de acordo com o relatório, a criação de gado, “principal indústria da província, e a base de sua riqueza” (VELLOSO, 1862, p. 13), poderia ter sua produção alargada, mas seu desenvolvimento era dificultado pela inconstância das estações, secas contínuas, baixo nível técnico, “degeneração das raças” e epidemias constantes. Sem a pretensão de adentrar nas argumentações de cunho racistas do relatório, cabe pontuar que as informações demográficas contidas nele são as mais detalhadas para o período. Segundo o autor em 1862 na província do Rio Grande do Norte existiam 2013 fazendas, 622 destas estavam na Comarca do Seridó com uma população livre de 13742 indivíduos e uma população cativa de 2179 (13,7% da população total era cativa). A última contagem de fazendas havia sido efetuada em 1775¹³³ e apresentava um total de 70 fazendas na Ribeira do Seridó, com uma quantidade de 3174 pessoas de desobriga nesta mesma Ribeira.

A partir do apontado acima, como uma expressiva quantidade de fazendas na Ribeira do Seridó (622) e uma população predominantemente rural até a primeira metade do século XIX, na Vila do Príncipe, além das demandas contínuas por trabalhadores na realização das variadas tarefas que esse ambiente rural exigia, seria totalmente plausível que grandes datas de terra existentes na região do Seridó fossem repletas por diversas outras *casinhas* de morada de outros habitantes, tal qual a *Carta Topographica do Sítio S. Anna* de 1914 (Figura 10 e 11) e apontado por Koster (1942 [1817]) ao relatar as “casinhas espalhadas” nas proximidades da casa-grande.

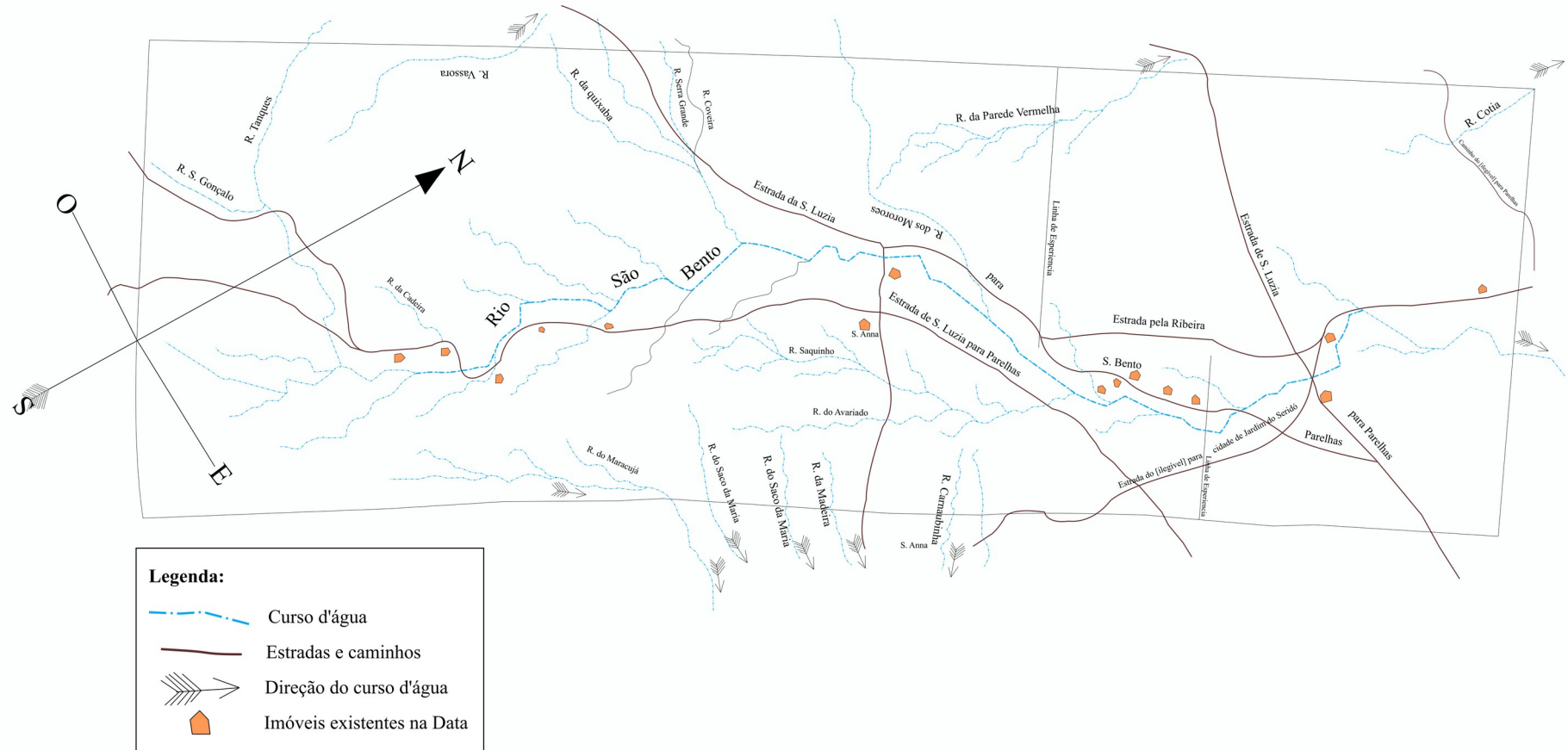
¹³³ Cabe lembrar que não há dados demográficos exatos e contínuos para a região do Seridó. De acordo com o período do levantamento da territorialidade compreendida enquanto Seridó pode mudar, por vezes a estará atrelada à Freguesia, em outras pode ser a Ribeira, no seguinte à Comarca e, ainda, poderá se remeter à Vila do Príncipe. Deste modo, apresento-os aqui apenas como uma estimativa populacional da região.

Figura 10 - Carta Topográfica de acordo com os imóveis existentes da Data Soré, 5 de janeiro de 1914



Fonte: LABORDOC. Superior Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. Nº 32. Ação Civil – Certidão de Terra – Demarcação da Data do Soré, Sítios S. Anna e S. Bento. Cx. 246. Requerente: Rozendo Martins de Araújo Dantas. 1918. Manuscrito. Foto: acervo do LABORDOC, 2017.

Figura 11 - Carta Topográfica de acordo com os imóveis existentes da Data Soré, 5 de janeiro de 1914



Fonte: vetorização de informações contidas na imagem anterior realizada pela autora (2021).

Ao tratar especificamente das populações desses espaços criatórios no alto sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX, Neves (2005, p. 205, grifo meu) descreve que:

[...] fluxos migratórios estabeleceram uma população de **arrendatários** e de **proprietários de médias e pequenas negas de chão**, com o emprego do trabalho familiar, que formou, na sociedade escravista, um núcleo de produtores autônomos. Também se deslocaram nessas migrações, **contingentes desprovidos de recursos** para a aquisição do principal meio de produção, a terra, que disponibilizaram a mão-de-obra como meeiros e diaristas.

Segundo Neves há uma divisão recorrente da população da região em três “grandes categorias” e estabelecida com relação à posse de terra e recursos econômicos. Os sesmeiros/proprietários possuíam terras e recursos, os arrendatários apenas recursos, e uma população livre desprovida de terra e recursos. As relações entre essas “categorias” compuseram o trabalho nos currais e fazendas, das policulturas agrícolas que junto com as *miunças* (criações miúdas, tais como cabrum e ovelhum) formavam a base alimentar dessas propriedades, além de abastecerem mercados locais operacionalizados por tropeiros que transitavam entre núcleos urbanos e propriedades rurais.

De mesmo modo, Lima (2016) ao discorrer sobre o contexto das fazendas de criar piauienses chama atenção para o fato de que não caberia definir os demais (fora os proprietários) habitantes dessas fazendas, os *agregados*, apenas como uma população sem posses e que estava sujeita aos mandos do sesmeiro, citando como exemplo, as categorias de *criador* e *arrendatário*. Para o autor essas duas categorias, são associadas a uma população branca, desprovida de terras, que se relacionam diretamente “à ausência dos sesmeiros e à exploração indireta de suas posses como estratégia de aferição de rendimentos e de controle sobre a terra” (LIMA, 2016, p. 109). **Arrendatário** seria uma pessoa autônoma que necessita da terra de outra pessoa para produzir algo e cuja subordinação estaria sujeita à relação contratual, não necessariamente uma pessoa sem posses e “na tessitura social da ocupação, representava-se como senhor” (LIMA, 2016, p. 110).

O **criador** tinha uma relação com o sesmeiro estabelecida por meio da confiança ou parentesco. Possuía poder de mando na ausência do sesmeiro e atuava no sistema de parceria na criação do gado, “cabia ao criador, além da lida pastoril, a administração da fazenda e seus bens, constituindo-se uma representação do senhor” (LIMA, 2016, p. 110). Embora a categoria possa ser associada com a categoria de vaqueiro, ao assumir a função de administração da fazenda na ausência do proprietário, Lima aponta que a diferença entre elas residia em sua posição social, vaqueiro era um trabalhador, já o criador era uma representação

senhorial.

O uso de terras nos sertões das capitânicas do Norte por *arrendatários*, especificamente na Capitania de São José do Piauí foi reportado pelo Ouvidor José de Moraes Durão, onde proprietários de terras, além de criarem seus próprios rebanhos, arrendavam partes que não utilizavam a outros tendo como pagamento o valor de 10 réis de foro por sítio (CARVALHO, 1938 [1697], p. 370).

A presença de uma população livre em fazendas de grandes extensões gerava um benefício mútuo (ABREU, 1998; PRADO JÚNIOR, 2011; VIEIRA, 2011), moradores obtinham acesso à terra, ainda que restrito, para criar e/ou plantar seja para autossustentação ou para acessar as dinâmicas comerciais, este último caso mais circunscrito a arrendatários e criadores. Para sesmeiros a presença de moradores sob seus domínios garantia a disponibilidade de mão de obra para os serviços diversos e necessários à manutenção da fazenda. A cessão do espaço para moradia e plantio pelos proprietários de fazendas era feita com base na fixação de relações estreitas, onde a cessão do direito de uso da terra aos agregados ou a mão de obra ofertada por estes na lida com os animais e plantio na propriedade poderia ser paga por meio do compartilhamento dos lucros gerados pela produção, acertados previamente¹³⁴.

Além da cessão de terras, proprietários possuíam encargos relacionados à manutenção alimentar de seus trabalhadores. Em períodos onde a produção agrícola não rendesse o suficiente (devido à seca ou outra situação inesperada), segundo Ribeiro (1849, p. 83) – ao tratar da pecuária realizada nos sertões do Maranhão – era comum que cedesse uma vaca (*matolagem*)¹³⁵ a cada mês para alimentação da população que lhe prestava serviços. Nas fazendas de menor produção o vaqueiro poderia ceder sua quarta, a qual seria ressarcida em seu pagamento (*pagar a morta*).

Entre os trabalhadores e moradores da fazenda a figura do **vaqueiro** foi, porventura, a

¹³⁴ Dentre os acordos havia o trabalho de *terça*, quando a safra excede o esperado e o proprietário cede um terço dos gêneros colhidos aos envolvidos; a *meia* quando a produção era dividida meio a meio, e; a *sorte* ou a *quarta* parte (ou também *giz*, nos sertões da Bahia, segundo Neves, 2005, p. 221), ganho dos vaqueiros com base na reprodução do gado, pagos após quatro ou cinco anos de serviço, onde a cada quatro crias nascida sob seus cuidados uma lhe era de direito (ABREU, 1998).

¹³⁵ No inventário de Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos (1793) há entre os bens da inventariada um total de “seis couros de matalotagem”, além de “duzentos e sessenta e cinco couros de cabra e alguns de veados”. O uso de peles de animais foi, e ainda é, recorrente nos sertões para cobertura de superfícies de repouso, como cadeiras e bancos e, certamente, em períodos anteriores podem ter sido utilizadas para dar conforto ao local de dormida desses moradores. Além disso, também são a matéria-prima para produção de uma série de artefatos (tamboretas, sapatos, gibão, chapéus, selas, arreios, entre tantos outros).

mais presente nas fazendas de criar e de suma importância na lida com o gado, compondo ainda hoje o imaginário sertanejo. Mesmo que falte dados sistematizados sobre o período colonial acerca da organização do trabalho nas fazendas de criar acredita-se que o vaqueiro, enquanto figura responsável pelo trato do gado, esteve presente desde os primeiros empreendimentos de pecuária erigidos nos sertões. Não se limitava ao número de um indivíduo por propriedade, poderiam haver outros mais quanto fosse necessário, a quantidade variava de acordo com a quantidade de animais a serem cuidados e tamanho dos campos a serem gerenciados (RIBEIRO, 1849).

Ao vaqueiro, a historiografia por anos a fio atribuiu a gestão desses espaços rurais, enquanto os sesmeiros fixavam moradia na faixa litorânea. Essa afirmação permanece nebulosa, mas atualmente muito se defende que o absenteísmo nas fazendas de criar, possivelmente foi uma realidade vivenciada apenas ao longo da instalação dos primeiros currais – de acordo com a região essa temporalidade pode ser diferente, mas a grosso modo corresponderia a segunda metade do século XVII – e à medida que a instalação de fazendas se expandiu, isso deixou de ser um padrão destes assentamentos. O fato é que estando o proprietário presente ou não nas fazendas de criar, a função de vaqueiro desde o princípio foi necessária para o bom funcionamento da prática da pecuária extensiva (LIMA, 2016). Inclusive, o próprio proprietário pode ter assumido esta função.

De acordo com Ribeiro (1849) a função de vaqueiro correspondia às atividades relacionadas especialmente ao trato do gado *vacum* e *cavalar* como sua proteção, queima dos pastos para rebrotamento da vegetação com a qual o gado se alimenta, condução do gado às malhadas (locais escolhidos pelo próprio gado para pernoitar) ou aos currais¹³⁶, ferra, serragem de chifres, tiragem de leite das vacas leiteiras, apartação e trato dos bezerros, entre tantas outras funções que a gestão diária do gado exigisse.

Na região do Seridó, de acordo com a descrição de Lamartine (1996 apud DINIZ, 2008, p. 80 grifo meu), o vaqueiro seria o responsável pela proteção e zelo dos bens da fazenda e desempenhava funções voltadas ao seu próprio provisãoamento, assim como a fabricação de produtos derivados do leite, como queijo e manteiga, como destaque no trecho abaixo:

¹³⁶ Os currais são espaços dinâmicos, mas cumprem funções básicas como a de separar os bezerros das vacas leiteiras; agrupar o gado de campo (criado solto) na época de ferra e serragem de chifres; manter reprodutores em espaços separados; além de outras configurações que sejam necessárias à função a ser desempenhada. Por isso em geral são descritos no plural, são espaços cercados (pedra ou madeira foram/são os principais recursos utilizados) e setorizados, que embora conectados, podem ser seccionados à medida que a função a ser desempenhada exija uma segregação dos animais ali presentes.

Pagará o dízimo com igualdade sem prejuízo da Fazenda nem do Contratador devendo d, (ilegível) parte ao Procurador para fazer... (ilegível). Deve estar pronto para qualquer junta... (ilegível) de gados, ou qualquer serviço desta natureza nesta ou em qualquer Ribeira, sem que possa alegar não ser da sua obrigação semelhante serviço.

Não emprestará cavalos da Fazenda, e se por justo motivo se servir de algum para carregar farinha ou outro gênero de sua sustentação, e este morrer o pagará por seu justo preço, permito-lhe porém conduzir 2 cargas de sal em animais da fazenda.

Não matará rês alheia, nem consentirá que outra qualquer pessoa pratique um tão indigno procedimento nos pastos... (ilegível) da fazenda, ficando responsável... (ilegível) artigo tão digno de correção como agressor de furto.

Não se utilizará de gado da Fazenda nem ainda com o pretexto de serem suas crias, nem fará ferra alguma na Fazenda sem que esteja presente suas crias, nem fará ferra alguma na Fazenda sem que esteja presente o Procurador, e o livro da Fazenda.

A boa harmonia com o vizinho, o zelo dos seus gados é muito da minha aprovação não lhes negará o refrigério no tempo de babugens passado este tempo cada um deve se retirar.

não consentirá nas terras da Fazenda morador ou agregado, que não seja da obrigação do serviço da mesma Fazenda.

Será obrigado a dar-me em cada um ano em que a Fazenda der 50 bezerros para cima **1 carga de queijo**, e passado de cem, duas.

Não poderá dar vacas a outra qualquer pessoa para tirar leite por ser este artigo muito prejudicial a Fazenda.

Deverá ter a gente precisa para o serviço da Fazenda e trato do gado.

Tem esta Fazenda os ferros seguintes

Machados || Enxadas || Serrote | Marca de ferra | (ilegível)¹³⁷

Devido ao pagamento da *quarta*, a função de vaqueiro possibilitou acúmulo de posses e, possivelmente, não foi uma categoria hegemônica. Lima (2016) ao analisar a documentação de fazendas de gado do Piauí, a subdivide em duas: vaqueiro trabalhador e vaqueiro preposto. Para o autor, as principais diferenciações entre ambas residiam nas tarefas executadas e em sua posição social. Para ocupar a função de *vaqueiro trabalhador* não se exigia nenhuma habilidade em especial, podendo ser subdivida ainda em vaqueiro cabeça-de-campo que assumia as funções de campo e era auxiliado por vaqueiros assistentes, tangedores e peadores¹³⁸ (LIMA, 2016, p. 113). Estava subordinada ao vaqueiro preposto e, além disso, a pessoa que ocupava essa função poderia facilmente ser substituída.

A função de *vaqueiro preposto* cabia aos brancos desprovidos de posse “assim como a função de criador, a de vaqueiro preposto era ocupada por homens de confiança; não raro, parentes da casa senhorial” (LIMA, 2016, p. 113). Para Lima foi essa função, de *vaqueiro preposto*, que transferiu ao imaginário popular a valoração do vaqueiro e o seu entrelace à

¹³⁷ Transcrição de Juvenal Lamartine de parte de um caderno, costurado a linha, dilacerado e ilegível em muitas de suas páginas. As anotações, na maioria das folhas soltas, são escritas com caligrafias e datas diversas que vão de 1805 a 1856. Parece tratar-se da prestação de contas da vaqueirice da Fazenda Cacimba das Cabras, Acari.

¹³⁸ Lima (2016) também aponta que essas subcategorias podem não ter ocorrido ao longo do século XVII, onde o contingente populacional foi diminuto, mas possivelmente foi recorrente ao longo dos séculos seguintes, XVIII e XIX.

possibilidade de acúmulo de posses. Certamente ainda é cedo para afirmar que essa mesma subdivisão também tenha ocorrido nas fazendas do Rio Grande do Norte; contudo, pode ser uma das formas possíveis de compreender os casos onde houve compartilhamento do espaço doméstico, entre senhor e vaqueiros que mencionarei na seção seguinte.

Para Prado Júnior (2011) os auxiliares de vaqueiros recebiam a denominação de **fábricas**, eram pessoas subordinadas ao vaqueiro, cuja quantidade de indivíduos dependia do tamanho da fazenda. A essa função não havia atribuição de tarefas específicas, poderiam realizar trabalhos diversos e de qualquer tipo. Ribeiro (1849, p. 83), definiu como fábricas “os moços dos vaqueiros; dois, três ou quatro, segundo o peso das fazendas de que se trata; são quem os ajuda no amanho dos gados ou trato dos cavalos, e que finalmente lhes obedecem em tudo”, e também se ocupam do cultivo das roças. Recebem pagamentos anuais ou mensais, quando não são escravizados ou mesmo, filhos dos proprietários. Conforme o mesmo autor, a função de fábrica seria um estágio de aprendizado à função de vaqueiro. Essa função foi fortemente associada à população escravizada e sobre a qual dedicarei maior atenção a partir de agora.

2.2.1 População escravizada em fazendas de criar: funções, dinâmicas de trabalho e demais informações inventariadas

Na região do Seridó, a denominação de *fábricas* a população escravizada em inventários não foi costumeira, mas houve casos com sua presença. Macêdo (2008, p. 31) descreveu que no inventário de Dona Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro havia as seguintes referências:

Nicolau e Geraldo, ambos “cabras” de 18 anos, denominados como “fábrica da Fazenda Trapuá”; “Bento, crioulo, aleijado de uma mão, e muito velho, fábrica da Fazenda Cacimba de Cabras” (...); na mesma fazenda “Mateus, angola, (...) 25 anos” e “Domingos, angola, fábrica da Fazenda Luz”.

Além das passagens citadas por Macêdo, observei outras que podem ser indicativas de funções exercidas por essa população. No inventário de Domingos Alves dos Santos (1793), o “escravo Pedro do Gentio de Angolla de idade de trinta anos sem moléstia nem ofício *se não o de campo*”; também no inventário de Dona Adriana de Holanda e Vasconcellos (1793), o “escravo, por nome Miguel, mulato, de idade de trinta anos, pouco mais ou menos [...] sem

lesão nem ofício, *senão o de campo*”. No inventário de Mariana dos Santos Corrêa (1783) a “preta do Gentio de Angola por nome Maria Tereza com quarenta e cinco anos de idade, mais ou menos, que nada carrega por ser doente das pernas, que *só serve dentro de casa*”, entendendo o “só” utilizado na passagem anterior como indicativo de que escravizadas não se limitavam ao ambiente interno da casa-grande.

Na segunda metade do século XIX em inventários transcritos por Medeiros Filho (1983, p. 278) houve a menção de “uma escrava crioula, de nome Joana, com vinte e seis anos de idade, sadia, *rendeira e costureira*” no inventário de Cosme Pereira da Costa (1865) e “um escravo, por nome Antônio, cabra, de idade de setenta anos, robusto, *oficial de carpina*” (p. 219) no inventário de Manoel Gonçalves de Melo (1816).

Lima (2005) discute sobre a utilização de trabalhadores escravizados, os “escravos da nação”, em fazendas públicas no estado do Piauí. Suas observações, a partir de um denso levantamento documental, dão pistas sobre as funções nas quais essa mão de obra foi alocada nas fazendas de criar da nação e, ainda que remetesse a um empreendimento privado, me auxiliou a pensar sobre a atuação desses sujeitos em contextos que ainda pouco abordaram essa discussão. De acordo com Lima (2005, p. 70), o trabalho de fiar e tecer era realizado pelas escravizadas, algumas ainda com quatro anos de idade e já se ocupavam da função auxiliando as mais velhas, o que o leva a ressaltar que fiandeiras de 4 a 7 anos de idade eram listadas com observações como “pouco serve para o trabalho” e ao lado de fiadoras mais velhas que eram apresentadas como “tecelãs”.

Mulheres negras escravizadas também assumiam trabalhos na roça, como aponta o autor sobre a relação de trabalhadores da fazenda Algodões em 1867, “sete meninas, com idade entre 7 e 11 anos, e doze trabalhadoras maiores de 45 anos como roceiras” (LIMA, 2005, p. 73). Ainda, segundo o mesmo autor:

A fazenda [Tranqueira de Baixo] assim como outras, possuía plantação de cana-de-açúcar. E como na produção de farinha, é suposto que apenas as maiores dispunham de estrutura para produzir açúcar mascavo e aguardente. Na fazenda Tranqueira de Baixo havia canavial, uma moenda e um alambique. O canavial tinha sido plantado pelos trabalhadores escravizados, que eram também os responsáveis pelo corte da cana. Percebe-se que homens e mulheres participavam juntos das tarefas, pois, quando do episódio de 1845, em que Marta sofreu “corte de facão” enquanto “cortava cana”, esta acabou sendo socorrida por outros parceiros, dentre eles João, que trabalhava no canavial e na “moedura de cana” (LIMA, 2005, p. 81).

Ao que tudo indica trabalhos variados poderiam compor as ocupações diárias da população escravizada, esse arranjo dependeria mais dos serviços a serem feitos e dos

trabalhadores disponíveis a executá-los do que necessariamente do gênero dessa população. Decerto a atuação de escravizadas não se resumia ao ambiente doméstico, lugar “dado como certo” a atuação feminina. Até mesmo porque mulheres negras escravizadas não estavam sujeitas às mesmas “virtudes e limitações” de mulheres brancas da época e interpretar a vida de pessoas cativas assumindo uma estrutura “mulheres *versus* homens” pode ser mais limitante que elucidativa (BATTLE-BAPTISTE, 2017, p. 88).

Percebo, com base no conhecimento atual desses ambientes criatórios nos sertões nordestinos, que ainda não é possível atribuir com exatidão tarefas específicas que foram desempenhadas apenas ou preferencialmente pela população escravizada, tanto quanto não é possível excluí-la das tarefas ali exercidas¹³⁹. A exemplo, a função de *fábrica* que poderia ser exercida por escravizados, trabalhadores livres ou mesmo pelos filhos dos proprietários da fazenda. Longe de reafirmar a brandura da prática escravista, alegando que a população escravizada nos sertões gozou de equidade social com os demais grupos que ali habitavam, mas que possivelmente as divisões sociais do trabalho nesse ambiente rural se estruturaram de uma maneira peculiar e alheia à nossa compreensão construída fundamentalmente com base em outros ambientes empreendidos pela empresa colonial¹⁴⁰ (ver GARMAN, 1998).

Em geral, o ponto mais controverso na historiografia sobre a região corresponde à atribuição da função de vaqueiro à população escravizada. Várias pesquisas (MOTT, 2010; VERSIANI; VERGOLINO, 2003; VIEIRA, 2011) que dialogaram sobre esta população e a pauta do trabalho em fazendas de gado sertanejas reforçam sobre a particularidade da prática escravista local em relação aos demais ambientes escravocratas, mas, ainda assim, pouco aprofundaram-se a respeito. Com exceção do estado do Piauí, onde a discussão tem se alargado nesta direção e fornecido elementos que têm auxiliado na compreensão do contexto, não como uma realidade padronizada, mas como os rearranjos possíveis e variados que

¹³⁹ Como chama atenção Maria Sylvania de Carvalho Franco (1997 apud MACÊDO, 2015, p. 220): “[...] em verdade, as relações entre os membros das grandes fazendas estão bem longe de organizar-se segundo o modelo clássico em que se opõem, de um lado, senhores liberados do exercício de funções econômicas e que levam a dispendar seu tempo e as contribuições recebidas em atividades bélicas e lúdicas e, de outro, dependentes e escravos sobre os quais pesa com exclusividade a produção dos meios de vida”

¹⁴⁰ Sobre engenhos de açúcar, a título de exemplo, nem todos poderiam ser entendidos de uma única maneira, como os relatos de Saint-Hilaire sobre os engenhos “pobres” em Goiás: “Depois de ter percorrido 4 léguas a partir do Sítio de Gregório Nunes, parei numa propriedade denominada Sítio de Francisco Alves. Havia ali um engenho-de-açúcar ao ar livre, como são geralmente os dos colonos de poucas posses, e uma dúzia de casinhas esparsas. Uma delas pertencia ao proprietário e as outras eram habitadas por escravos e agregados. Todas, porém, tinham uma aparência igualmente miserável, sendo impossível distinguir a do dono. Os trajes dos moradores desses humildes casebres combinavam perfeitamente com a miséria que eles indicavam. O mais bem vestido trazia apenas calções de algodão e uma camisa do mesmo tecido, traje habitual dos habitantes mais pobres do interior do Brasil.” (SAINT-HILAIRE apud VERSIANI, 2000, p. 15).

coexistiram na pecuária dos sertões do Norte.

Algumas dessas particularidades ainda desconhecemos, outras se resumem a eventos que nos saltam aos olhos como o caso da Fazenda Éguas citada na *Descrição do Sertão do Piauí* do Pe. Miguel de Carvalho em 1697, onde: “está nela um negro escravo do capitão Domingos Affonso Certão, senhor da dita fazenda este negro se chama Francisco é casado com uma índia de quem tem 5 filhas, é negro de conta e sem branco dá [conta] da fazenda a seu senhor” (CARVALHO, 1938 [1697], p. 381).

Ainda, o caso do preto forro Feliciano José da Rocha, na região do Seridó, que apresentou uma trajetória arrolada entre a metade do XVIII e início do XIX, marcada na memória local seridoense, de escravizado a forro, alcançando o posto de vaqueiro e, em seguida, de proprietário da Fazenda Barrentas (MACEDO, 2013b, 2013a). Para além de relatos tão deliberados de atuação concreta de ambas as partes envolvidas, senhor/escravizado, é possível que outras situações tenham se desenrolado cotidianamente de forma tão revolucionárias, quanto despercebidas pelos escritos históricos.

Pedro Puntoni (2002) ao se referir à pecuária do século XIX nos sertões do Norte também chama atenção ao fato dessa prática escravista diferenciada. Para o autor a população cativa estaria mais intimamente ligada à função de *fábrica* que a de *vaqueiro*, apesar de que a última ocorresse em casos especiais. Puntoni argumenta que ao longo do XIX a mão de obra de trabalhadores livres foi mais expressiva e substituiu a mão de obra cativa em algumas funções, diferente dos séculos XVII e XVIII onde estas mesmas funções podem ter sido desempenhadas de forma mais costumeira por escravizados, como os casos apontados por Mott (VIEIRA, 2011, p. 81). Percebo que para a historiografia o argumento base para a atribuição de uma dada tarefa à população escravizada reside, a grosso modo, na redução de oportunidades de fugas. Por isso a resistência em considerar essa população assumindo funções como a de vaqueiro. Contudo, é possível que a “gestão de fugas” dessa população tenha se dado por meio de outras formas de controle¹⁴¹, distintas do controle visual constante e da redução das áreas de circulação.

Formas como as ações paternalistas relacionadas à cessão de espaços para construção

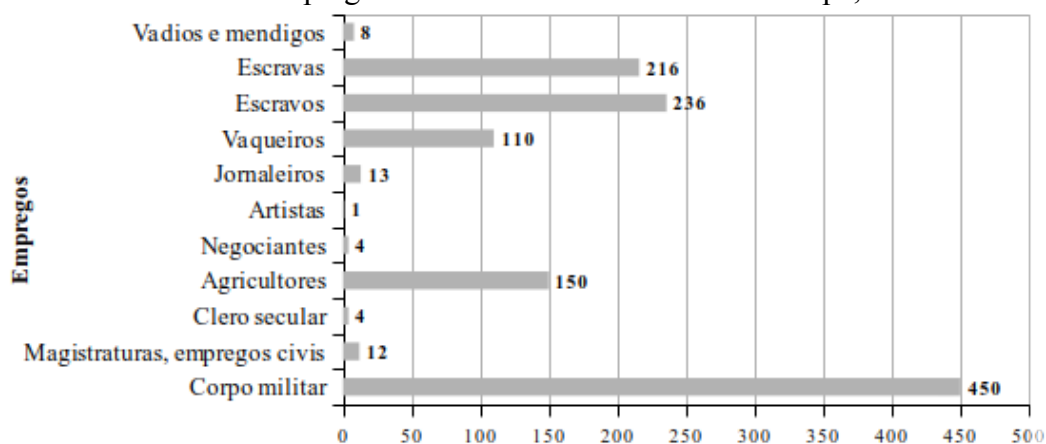
¹⁴¹ Todavia, compreender estes desdobramentos cotidianos da vida cativa apenas pelo viés do direito *cedido*, ou seja, simplesmente como uma *permissão* do proprietário pode ser um pouco controverso, dado que suprimem a atuação da população escravizada dessa dinâmica, ainda que longe de romantizar a vida em cativeiro. Na região do Seridó, alguns trabalhos já se dedicam a discussões relacionadas à *economia interna dos cativos*, assunto especialmente abordado por Lopes (2011), que trouxe uma discussão sobre a *brecha camponesa* ao analisar a presença de escravizados e libertos exibindo posses, seja em inventários de seus senhores ou em seus próprios inventários.

de suas moradias, seus próprios roçados, recebimento ou a possibilidade de receber a *quarta* que viabilizava a criação de animais, tanto criações miúdas (galinhas, porcos, caprinos, etc.) como maiores (gado *vacum* e *cavalar*), valendo-se dos pastos de seus senhores (BORGES, 2000; LOPES, 2011). Para Lima (2005, p. 116) sobre as Fazendas Nacionais do Piauí, o pagamento efetuado por meio da *quarta* aos escravizados “tinha mais efeito psicológico que econômico”, era uma forma de atribuir ao indivíduo a responsabilidade e oportunidade de conseguir sua própria alforria.

Para Lima o acúmulo de pecúlio pela população escravizada, mesmo na função de vaqueiros e ao receber a *quarta*, não significava que tinham os mesmos benefícios ou possibilidades que vaqueiros livres e, com isso, conseguissem dar início aos seus próprios currais de gado com as reses acumuladas ao longo dos anos. Primeiro precisariam comprar sua liberdade, fato este que poderia custar a economia de uma vida inteira não sobrando muito para dar início a um curral ou outro empreendimento. Ainda que casos como esse possam ter existido. Logo, seja a *quarta* ou outro tipo de pagamento de funções especializadas uma realidade possível ao acúmulo de posses dessa população ou apenas estratégias negociadas e alinhadas a uma “gestão de fugas”, essas possibilidades podem ter coexistido, assim, não cabe excluir a ocupação de vaqueiro ou outra ocupação qualquer pelo simples fato da ausência de uma fiscalização constante dessa população.

No levantamento de empregos realizado para a Vila do Príncipe em 1805 (Gráfico 2), escravizados aparecem apenas como *escravos*, e a “ocupação” de *fábrica* não aparece enquanto emprego, ainda que esse ponto não signifique sua ausência. Possivelmente funções desempenhadas pela população escravizada resultavam mais de negociações ou imposições internas no âmbito de cada fazenda e não sobrepujam sua condição de *escravos*, não significando com isso que eles não desempenhassem tarefas diversas.

Gráfico 2 - Empregos militares e civis da Vila do Príncipe, 1805



Fonte: Macêdo (2008, p. 81).

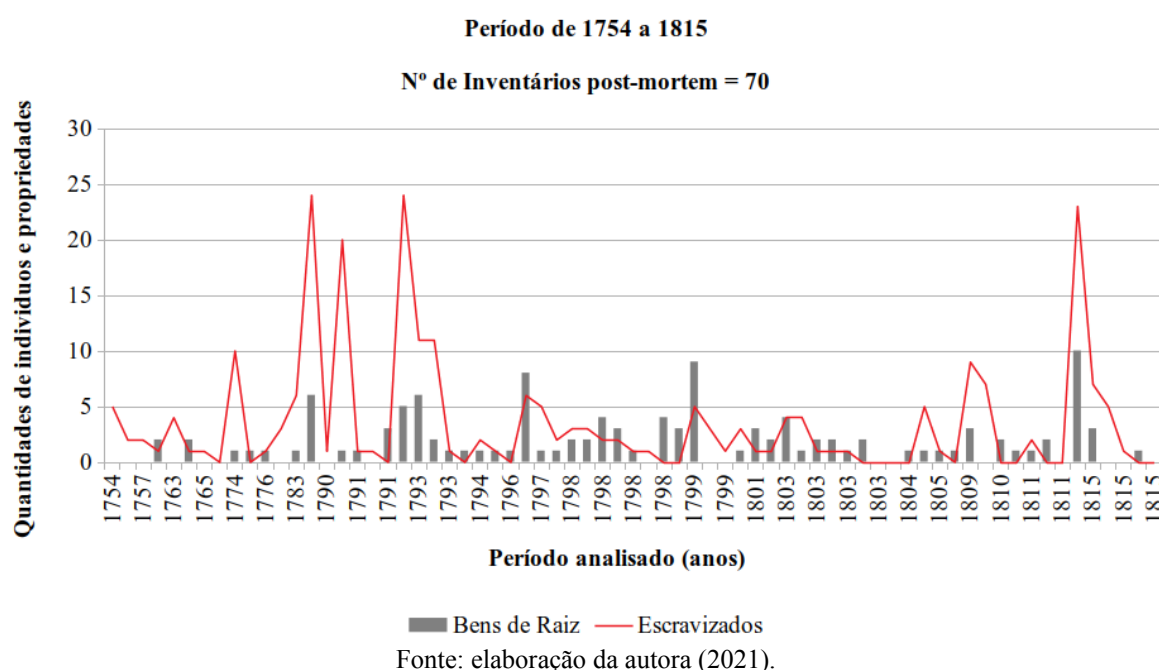
Schwartz (1999, p. 133) ao citar Iraci del Nero Costa sobre sua análise da *arraia-miúda* (não proprietários de escravizados) em São Paulo, Minas Gerais, Piauí e Bahia entre os séculos XVIII e XIX, ressalta a importância do quesito social envolvido na posse ou não de escravizados, dado que “apenas alguns poucos critérios demográficos e sociais diferenciavam proprietários de escravos de não-proprietários”. Em adição a pauta de status, Lopes (2011, p. 77) ao traçar um comparativo entre o patrimônio listado em inventários de brancos pobres e de negros libertos na Vila do Príncipe ressaltou que as diferenciações também eram poucas, em quesitos monetários, contudo os brancos “dispunham de melhor aceitação social”.

A discussão apresentada por Schwartz e pontuada por Lopes ressalta que a posse de escravizados não estaria, obrigatoriamente, atrelada ao uso dessa mão de obra a trabalhos específicos, mas também a quesitos de posição social. Contudo, convém ressaltar que não há justificativa que fundamente a escravização da população negra (ou caso similar) ao longo do período escravista no Brasil, como uma forma de amparar a prática e tornar mais palatável o processo político de sujeição de uma população em relação a outra. Na região do Seridó, certamente essa condição de status social atrelada à propriedade de população de escravizada também esteve presente, mas a exploração do trabalho de corpos negros também regimentou esse cenário.

Nesse ínterim, no exercício de entender como essa população era alocada na dinâmica de trabalho cotidiana das fazendas de gado – caso isso fosse perceptível com base nas fontes trabalhadas – busquei correlações entre produções específicas e a posse de populações

escravizadas¹⁴². Borges (2000) havia sugerido que muitos indivíduos escravizados sob a posse de um mesmo senhor, possivelmente estariam divididos em propriedades diferentes. A relação entre a quantidade de bens de raiz e escravizados (Gráfico 3) parece seguir alinhada a esta suposição quando considerado apenas o fato de que inventários com muitas propriedades (acima de 4) possuíam, em geral, muitos escravizados (acima de 10).

Gráfico 3 - Quantidade de escravizados *versus* quantidade de bens de Raiz contabilizados por inventário

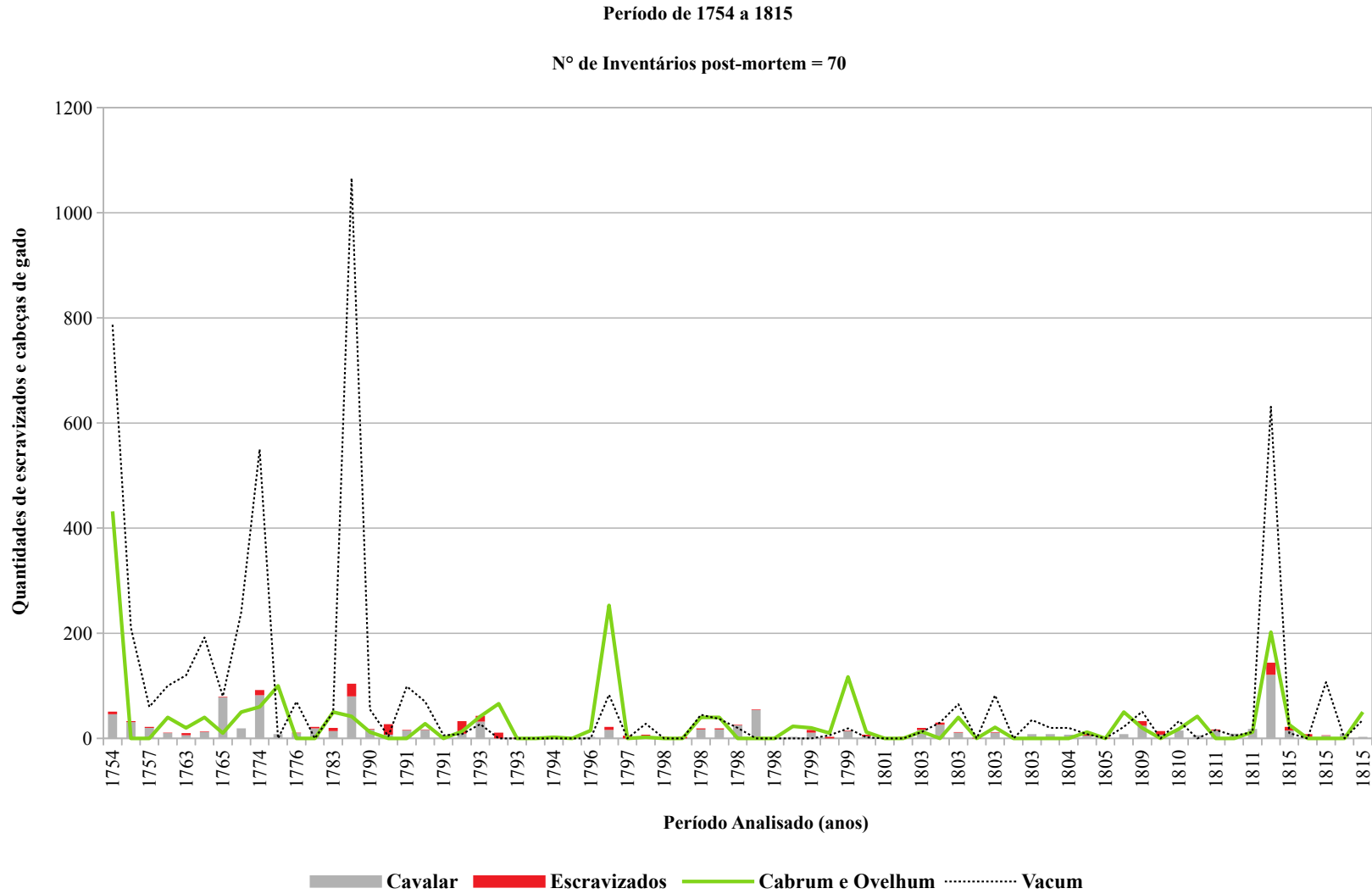


No entanto, de acordo com as fontes analisadas, não encontrei até o momento alusões a possíveis divisões da população escravizada de um mesmo proprietário em propriedades distintas. Decerto a continuidade dos estudos poderá elucidar melhor essa questão, dado que é recorrente a presença de casas de vivenda em várias propriedades e estas podem ter abrigado trabalhadores (livres ou escravizados) que se empenhavam na realização de tarefas em outras propriedades que não a de morada de seus senhores, a exemplo o rodízio do gado em pastos temporários e plantio de lavouras.

¹⁴² Essa ideia partiu alinhada ao trabalho de Garman (1998) que analisa as relações entre tipos de produção específicas em fazendas do Sul da Nova Inglaterra (EUA) e a posse de escravizados na região. O foco do autor foi direcionado às oportunidades de encontros entre escravizados e senhores, e possíveis espaços onde contrastes culturais podem ter sido mais realçados. Um contexto caracterizado por uma baixa quantidade de indivíduos escravizados – tal qual as fazendas de criar do Nordeste brasileiro – e que teve como foco econômico principal as plantações de maçãs para produção de sidra, mas que também desenvolviam inúmeras outras atividades necessárias à manutenção desses empreendimentos.

Ainda que a demonstração de que proprietários com muitos escravizados (grupos maiores que 10 indivíduos) também fossem detentores de grandes quantidades de gado *vacum* e *cabrum* (Gráfico 4) repercute como uma correlação óbvia – visto que a principal prática desses empreendimentos dos sertões do Norte estava vinculada à criação de animais, especialmente para fins comerciais –, para mais, esse fato me indica que esta população esteve mais atrelada à lida com o gado do que se convencionou defender. E, apesar de se pautar a não obrigatoriedade da existência de muitos trabalhadores no cuidado do gado, é possível que em casos de coexistências desses dois elementos, gado e população escravizada, essa população tenha atuado mais ativamente em funções relacionadas à pecuária, tanto quanto nas demais tarefas da propriedade.

Gráfico 4 - Relação entre a quantidade de escravizados e tipos de criações quantificados por inventário



Fonte: elaboração da autora (2021).

Essa mesma correlação entre escravizados e outras possíveis atividades desenvolvidas nas terras de criar são mais delicadas, posto que há poucos casos com menções diretas à presença de outras tarefas especializadas nesses espaços. No entanto, de acordo com a seção anterior, sabe-se que nenhuma fazenda era exclusivamente apenas um local de criação de gado, seguramente os trabalhos mais rotineiros da população escravizada nesses espaços envolviam *todas* as tarefas necessárias ao seu funcionamento, tais como: os cuidados com o gado no pastoreio e nos currais da propriedade, manutenção do pasto, alimentação das criações miúdas, cultivo de gêneros alimentícios, produção de instrumentos utilitários e ferramentas (*e.g.*, o caso do escravizado ferreiro citado no tópico anterior), construção e manutenção de espaços de trabalho (cercas, aguadas e afins), pear e amansar os animais bravios, abatimento de animais, preparação da carne para estocagem (salga e secagem), produção de farinha, cultivo de grãos e vegetais, ordenha do gado leiteiro, produção de queijo, manutenção do espaço doméstico e preparo da alimentação, fiação e tecelagem do algodão, entre tantas outras que possivelmente foram realizados de forma constante ou que buscaram atender uma especificidade sazonal. Em acréscimo, Lima (2016, p. 150) pontua:

As negras também costumavam amamentar crianças brancas, era comum ‘escravas paridas para servir de amas de leite para se alugarem a particulares’ em diferentes vilas. Nas fazendas particulares a economia mercantil foi a base da produção, nestas condições somente as grandes fazendas podiam, mais facilmente, destinar trabalhadores aos ofícios em caráter exclusivo, sejam homens ou mulheres. Contudo, independente do serviço e do lugar exercido, a exploração do trabalho era a base da relação social.

2.2.2 Caracterizando a população escravizada da região do Seridó Potiguar

A aquisição de escravizados no Rio Grande do Norte, segundo a literatura (BORGES, 2000; LOPES, 2011), em grande medida foi via mercados pernambucanos, em Recife, ou chegavam a essa região tão logo seus proprietários adentravam os sertões (BORGES, 2000). Lopes (2011, p. 61) aponta que a quantidade de escravizados se manteve com uma média de 1 a 4 indivíduos por proprietário (Tabela 3). Essa característica permaneceu mesmo em momentos onde a economia local vivenciava momentos de constante ascensão com a cotonicultura (início do século XIX). Logo, ao que tudo indica o baixo capital financeiro da região pode não ter sido a principal justificativa para a manutenção de um número médio de 1

a 5 escravizados por proprietário.

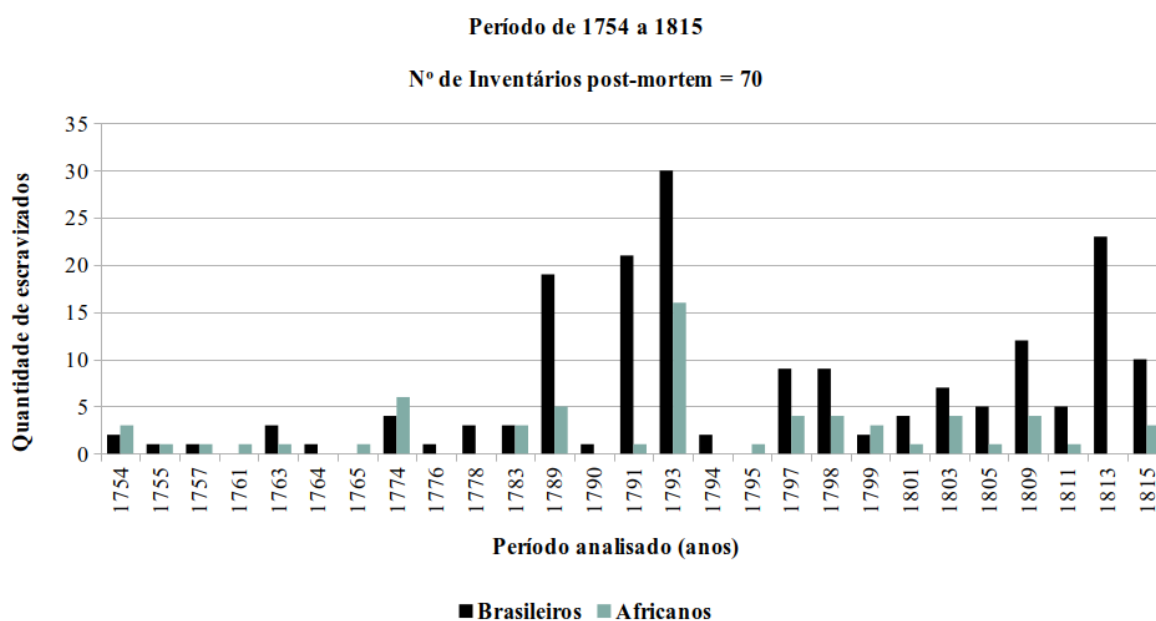
Tabela 3 - Média de escravizados por proprietário em inventários de 1754 a 1815

Nº de escravizados por inventário	Nº de inventários	% total de inventários	Total de escravizados	% do total de escravizados
0	18	25,71	0	0,00
1 a 4	34	48,57	64	25,19
5 a 10	12	17,14	77	30,31
11 a 15	2	2,85	22	8,66
16 a 20	1	1,43	20	7,87
21 a 25	3	4,28	71	27,95
Total	70	100	254	100

Fonte: elaboração da autora (2021).

A posse de escravizados em quantidade maior que 15 indivíduos por proprietário parece ter sido pontual, apenas três casos entre os anos de 1789 e 1793 e um em 1813. Em geral, essa população era composta por cativos nascidos no Brasil (Gráfico 5) apenas em alguns poucos casos esse cenário foi invertido e escravizados africanos compuseram o cenário em maior número, pontualmente em 3 casos (1754, 1765 e 1774).

Gráfico 5 - Origem de escravizados em propriedades da região do Seridó Potiguar quantificados por ano

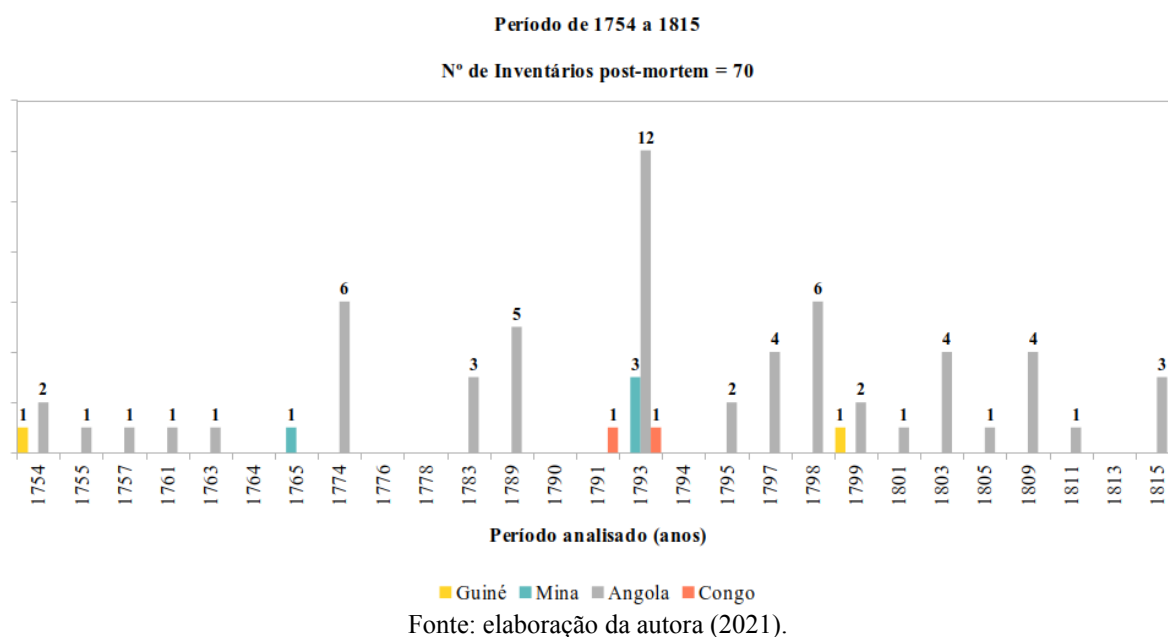


Fonte: elaboração da autora (2021).

A população de origem africana possuía como indicativos de origem os seguintes

predicados: gentio da Guiné; nação/gentio de Angola ou apenas Angola; nação Congo ou apenas Congo e; Costa da Mina ou apenas Mina. Indivíduos descritos como *da nação* ou *gentio de Angola* são as que possuem maior expressividade nas escravarias seridoenses, tanto que as demais aparecem apenas em casos pontuais (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Escravizados africanos e suas indicações de origem quantificados por ano

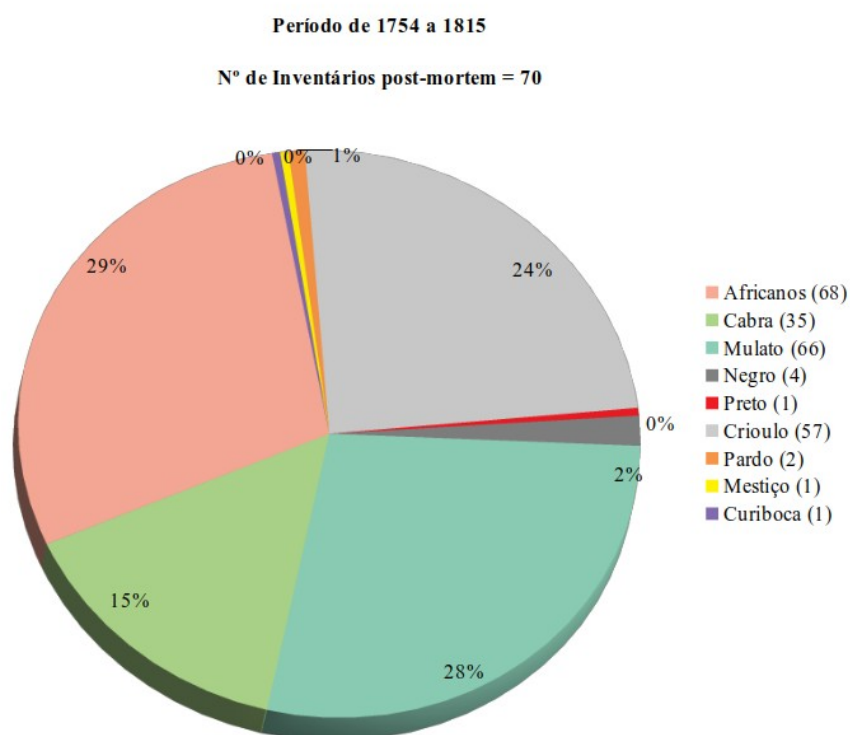


Ainda que as referências de origem dessa população correspondam a grandes áreas, por vezes genéricas e ligadas a portos de saída na África, acredito que o predomínio de uma população relacionada ao substrato cultural centro-africano não deve ser menosprezado. A exemplo, o inventário de José Carneiro de Machado (1774) que possuía 10 escravizados e 6 foram descritos como de “nação Angola”. Certamente essa descrição genérica não deve ter sido o único elemento que possibilitou a sociabilidade entre essa população; contudo, a presença de pessoas com vínculos de origem semelhantes pode ter facilitado “suas possibilidades de construir, a partir de uma herança cultural em comum, uma nova sociabilidade na própria soleira da porta que não se lhes abria, e contra aqueles que a mantinham fechada” (SLENES, 1992, p. 59).

Escravizados nascidos no Brasil eram qualificados de maneiras diversificadas, as mais comuns foram: mulato, crioulo e mestiço. *Preto* e *Negro* eram, na maioria dos casos, qualificações atribuídas a população de origem africana (a qual analisei apenas a partir de sua

origem no Gráfico 6); no entanto, essa atribuição também foi dada a escravizados que não possuíam indicações de origens ou local de partida (5 pessoas em inventários e períodos distintos). *Curiboca*, descendentes de brancos e índios (PAIVA, 2017), ocorreu em apenas um caso, e foi utilizado para descrever o pequeno José de 2 anos de idade, filho de Luísa¹⁴³, uma *cabra* de 37 anos, ambos propriedade de João Álvares de Oliveira¹⁴⁴. Outra atribuição pouco utilizada, foi *Pardo*, observada em apenas dois casos. Houve apenas uma ocorrência de *Tapuias* entre a listagem de pessoas escravizadas, o caso foi observado por Macedo¹⁴⁵ (2013a) no inventário de Crispim de Andrade¹⁴⁶, que também possuía mais dois escravizados, ambos gentios da Guiné.

Gráfico 7 - Panorama geral da população escravizada na Ribeira do Seridó com base em suas qualidades



Fonte: elaboração da autora (2021).

O gênero dessa mão de obra foi majormente masculino (Gráfico 8). Em situações onde

¹⁴³ Luísa deu a luz a mais 5 crianças – Antônia (15 anos), Isabel (16 anos), Domingos (6 anos), Pedro (10 anos) e Margarida (illegível, mas descrita como *mulatinha*) – todas mais velhas que José e descritas como mulatas.

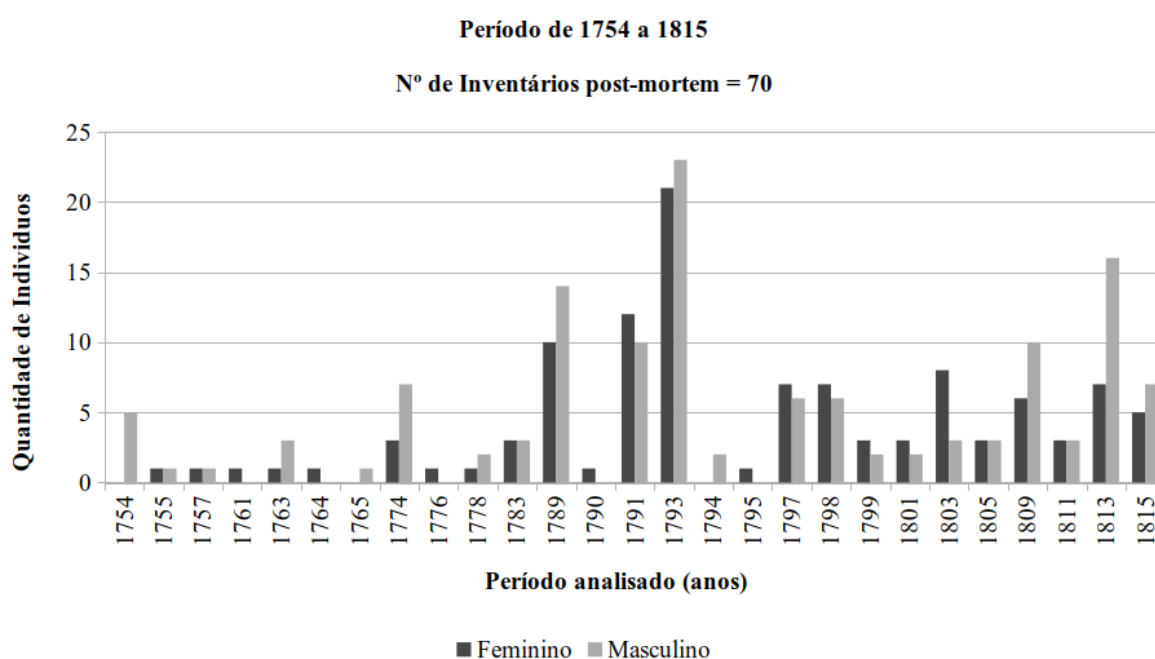
¹⁴⁴ LABORDOC. Inventário de João Álvares de Oliveira (1791).

¹⁴⁵ Para mais detalhes sobre o casal de *Tapuias* listado ver Macedo (2013).

¹⁴⁶ LABORDOC. Inventário de Crispim de Andrade (1737).

havia apenas uma pessoa escravizada listada entre os bens inventariados essa situação se inverteu e haviam em maior número pessoas de gênero feminino, observei 19 casos com apenas 1 pessoa escravizada listada, 14 desses casos eram compostos por pessoas de gênero feminino e apenas 5 de gênero masculino, esse fato ocorreu principalmente nos anos onde o gênero feminino representa 100% da população escravizada listada (1761, 1764, 1776 e 1795).

Gráfico 8 - Comparativo da população escravizada por gênero quantificada por anos



Fonte: elaboração da autora (2021).

Outra situação onde o gênero feminino entre escravizados ganha expressividade esteve em grupos com indivíduos de idade inferior a 10 anos de idade (Tabela 4). Entre as 42 pessoas escravizadas com menos de 10 anos, 18 são de gênero masculino e 24 de gênero feminino. Ainda, a faixa etária média de maior expressividade desta população esteve entre 11 e 30 anos e a maior presença de indivíduos com idade inferior a 10 anos esteve concentrada entre 1777 a 1793, período no qual se concentram três casos, dos quatro observados na região, com uma listagem de pessoas escravizadas com mais de 15 indivíduos.

Tabela 4 - Faixa etária da população escravizada ao longo dos anos

Anos	0-10 anos		11-20 anos		21-30 anos		31-40 anos		41-50 anos		51 ou mais	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
1754-1755-1757	-	1	1	1	-	3	-	-	-	1	-	-
1761-1763-1764	-	-	2	-	-	1	-	-	-	2	-	-
1765-1774-1776	1	2	2	3	-	3	-	-	-	1	2	-
1778-1783-1789	5	6	4	3	2	1	-	2	1	4	1	4
1790-1791-1793	10	5	9	13	7	7	4	1	2	2	2	1
1794-1795-1797	2	-	3	3	-	3	-	1	1	-	1	-
1798-1799-1801	-	-	6	3	1	-	3	2	2	2	-	3
1803-1805-1809	7	2	3	4	3	3	1	2	1	1	2	1
1811-1813-1815	3	6	3	9	4	4	2	3	1	2	-	2
Total	28	22	33	39	17	25	10	11	8	15	8	11

Fonte: elaboração da autora (2021).

Além de descrições de ofícios, origem, faixa etária e gênero, observei um total de 36 pessoas escravizadas com algum tipo de *moléstia* e entre as mais comuns estavam relacionadas aos membros inferiores ou ao quadril. A população do gênero feminino padecia de problemas como: dores/imperfeições/feridas nas pernas; problemas no fígado; rendida/quebrada da virilha; gota e madre de fora. Já escravizados de gênero masculino padeciam de moléstias como: rendido/quebrado da virilha (a maior parte dos casos); moléstia de braço e perna desconjuntada; quebrado das cadeira e do pé; coxo; acachado de gálico; “fistula em uma virilha que lhe acometeria dor de tempos em tempos”; dureza debaixo das costelas; falta de olho; falta de dedo e enxaqueca.

Houve ainda os que possuíam algum tipo de ferimento aparentemente momentâneo, como o João, mulato de 10 anos de idade que “se acha[va] cortado” (MEDEIROS FILHO, 1983 [1813], p. 213) ou a Luísa, mulata de 20 anos, que estava “entrevada na presente ocasião” (MEDEIROS FILHO, 1983 [1793], p. 173). Casos de doentes ainda na pequena infância foram poucos, apenas o “mulatinho por nome João de idade de quatro anos quebrado das pernas e virilha”¹⁴⁷ e a “mulatinha de nome Antônia de idade de oito meses doente com pouca esperança de vida”¹⁴⁸. E, em meio a descrições de *moléstias* e *habilidades* encontrei ainda Joaquim, mulato de 21 anos, que “sab[ia] ler e escrever, quebrado de uma virilha, boa estatura e saúde perfeita”. De modo geral doenças desvalorizavam o valor atribuído a estas pessoas, mas embora “quebrado de uma virilha” Joaquim ainda foi avaliado em 90\$000, segundo maior valor entre os escravizados de Mariana dos Santos Corrêa¹⁴⁹, certamente

¹⁴⁷ LABORDOC. Inventário de José Carneiro Machado (1774).

¹⁴⁸ LABORDOC Inventário de João Góis de Mendonça (1808).

¹⁴⁹ LABORDOC. Inventário de Mariana dos Santos Corrêa (1783).

devido seu conhecimento especializado em ler e escrever.

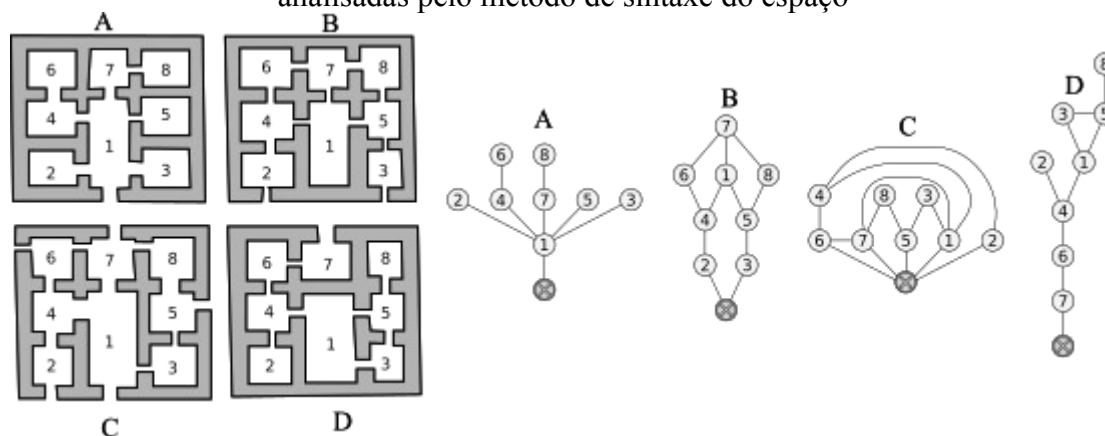
Dando continuidade à compreensão dos elementos que materializaram as relações sociais nas terras de criar gado do sertão do Seridó, no tópico seguinte me dedico à análise do espaço doméstico das casas-grandes, dado que grande parte do conhecimento já produzido sobre espaços criatórios dedicaram atenção aos elementos construtivos e materiais dessas casas de morada. Logo, com base no amplo levantamento arquitetônico dessas edificações a seguir pontuo o que pude observar desses espaços por meio da aplicação da configuração de seu espaço interno.

2.3 ANÁLISE ESPACIAL DE CASAS-GRANDES DE FAZENDAS DA REGIÃO DO SERIDÓ POTIGUAR

Diante da possibilidade de compartilhamento do espaço doméstico entre a família proprietária e demais empregados e/ou população escravizada optei por analisar a espacialidade das casas-grandes da região do Seridó Potiguar disponibilizadas por Diniz (2008) recorrendo ao método de *sintaxe do espaço* (também denominado de modelo *gamma*) de forma similar a Zarankin (2001) em relação à arquitetura escolar em Buenos Aires e Souza (2007b) ao analisar a paisagem social do Engenho São Joaquim em Goiás do século XIX.

O método de sintaxe do espaço possibilita a construção de dados comparáveis, a partir da representação gráfica de plantas baixas de espaços edificados por meio da construção de grafos. Nesse tipo de demonstração, cada cômodo é representado por um *nó* (círculos) e a movimentação no edifício é visualizada por meio das *conexões* (linhas) que interligam esses *nós* (ZARANKIN, 2001, p. 87). O método foi proposto por Bill Hillier e Julienne Hanson na década de 1984 (Figura 12) com o objetivo de observar características de circulação em estruturas edificadas (SYMANSKI; SOUZA, 2007; ZARANKIN, 2001).

Figura 12 - Exemplo de representação gráfica de quatro plantas aparentemente similares analisadas pelo método de sintaxe do espaço



Fonte: Hillier e Hanson (apud ZARANKIN, 2001, p. 87).

A partir dos grafos é possível observar duas configurações distintas no edifício analisado: *distributiva*, quando o acesso a um determinado cômodo pode ser efetuado por mais de uma via, e *não-distributiva*, quando só há uma única forma de acesso a um determinado cômodo. A análise também explicita o nível de profundidade dos cômodos:

[...] sendo os *profundos* aqueles que, em um dado edifício, estão em um nível maior ou, em outras palavras, são separados por muitos nós a partir do acesso; e os *rasos* aqueles que estão em um nível menor ou, em outras palavras, são separados por poucos “nós” ou mesmo nenhum, a partir do acesso. De modo geral, os sistemas rasos tenderão a produzir espaços mais *integrados*, enquanto aqueles mais profundos produzirão espaços mais *segregados* (HILLIER; HANSON, 1984 apud SOUZA, 2007b, p. 65, grifo do autor).

Essas formas de configuração nos dão indícios sobre o gerenciamento de encontros, meios de discipliná-los e circunscrevê-los a determinados cômodos e, por conseguinte, apresenta grande aplicabilidade em espaços utilizados por “segmentos sociais díspares ou antagônicos”, *insiders* e *outsiders* (SOUZA, 2007b, p. 65), o que no contexto da pecuária nordestina se aplica ao núcleo familiar do proprietário e demais grupos sociais que permearam esse espaço, como escravizados e trabalhadores livres. Desse modo, para além do levantamento de elementos arquitetônicos:

A pesquisa em uma paisagem doméstica justifica-se, principalmente, pelo fato de que, dentre todos os tipos de formas construídas, a casa é a que possivelmente gera mais impacto, não só em seus moradores, como também na esfera mais geral da sociedade. As casas, em menor ou maior grau, nos lembram qual modelo de organização social a que pertencemos. Por objetificar regras e convenções sociais, elas atuam como lembretes físicos dessa organização, estimulando nossos sentidos através de sua materialidade de um modo a reproduzir códigos e valores já assimilados pela sociedade (RAHMEIER, 2014, p. 98).

Nos sertões, o levantamento arquitetônico¹⁵⁰ foi uma etapa crucial e de suma importância à compreensão de edificações existentes em contextos econômicos de baixa expressividade nas metanarrativas nacionais, como a pecuária nordestina (ver DINIZ, 2008, 2013; FEIJÓ, 2002; SILVA FILHO, 2007). Contudo, penso que a partir do banco de dados criado acerca das casas-grandes de fazendas de gado é possível subverter ainda mais a lógica de uma perspectiva excludente, e ir além de elementos arquitetônicos como uma simples resposta ao meio ou a condição econômica de seus proprietários, e entender essas edificações como espaços que atuaram na manutenção de hierarquias, ao configurar relações sociais diversas e contrastar enfrentamentos cotidianos.

Para a arqueologia, o espaço doméstico é analisado como uma edificação pensada e erigida de modo a retratar relações sociais, econômicas e ambientais legitimadas/contestadas rotineiramente por quem o vivencia. A partir de sua materialidade – edificações, tralha doméstica e espacialidade – é possível acessar contextos sociais mais amplos, como os significados da vida social daqueles que ali atuaram (ALLISON, 1998; BEAUDRY; COOK; MROZOWSKI, 2007; LIMA, 1995). Paisagens domésticas funcionam como um “veículo por meio do qual estruturas sociais e categorias culturais adquirem existência sensorial” (LIMA, 1995, p. 133) e dão indícios sobre os diversos grupos que cocriaram um dado espaço físico, como agregados e demais trabalhadores, indo além do “restrito” núcleo senhorial (ALLISON, 1998; STEADMAN, 2016).

Ao aplicar a análise da sintaxe espacial em 30 casas-grandes da região do Seridó Potiguar erigidas no decorrer do século XIX, subdividi o conjunto em dois grupos, casas do tipo A e casas do tipo B. A subdivisão foi feita a partir de *agrupamentos de cômodos* visualizados após a elaboração dos grafos, casas que formaram dois agrupamentos de cômodos foram intituladas de **tipo A** e casas com três agrupamentos de cômodos foram intituladas de **tipo B**. Inicialmente, busquei agrupar estas plantas com base no cálculo dos índices de Richard Blanton¹⁵¹ (índices de escala, integração e complexidade), ou seja, nos

¹⁵⁰ O arranjo espacial das casas de fazenda seridoenses foi configurado em torno de três principais funções: “receber/estar, estar íntimo/repouso e serviços” (DINIZ, 2013, p. 209). No tocante aos elementos arquiteturais, apresentam grande semelhança em relação à caixa edílica, todas são térreas com variações apenas em relação à existência de sótão, paiol ou ambos. No geral apresentam telhado de duas águas no corpo principal e os anexos, quando existentes, apresentavam diversas águas. Apenas em raros casos possuem elementos decorativos e se resumem a cimalha. Em regra, o arranjo espacial possui formato retangular ou em L, e mesmo nesse último caso há tendência ao retângulo, o único exemplar em U observado pela autora foi uma evidente alteração posterior de uma planta em L (DINIZ, 2008, 2013).

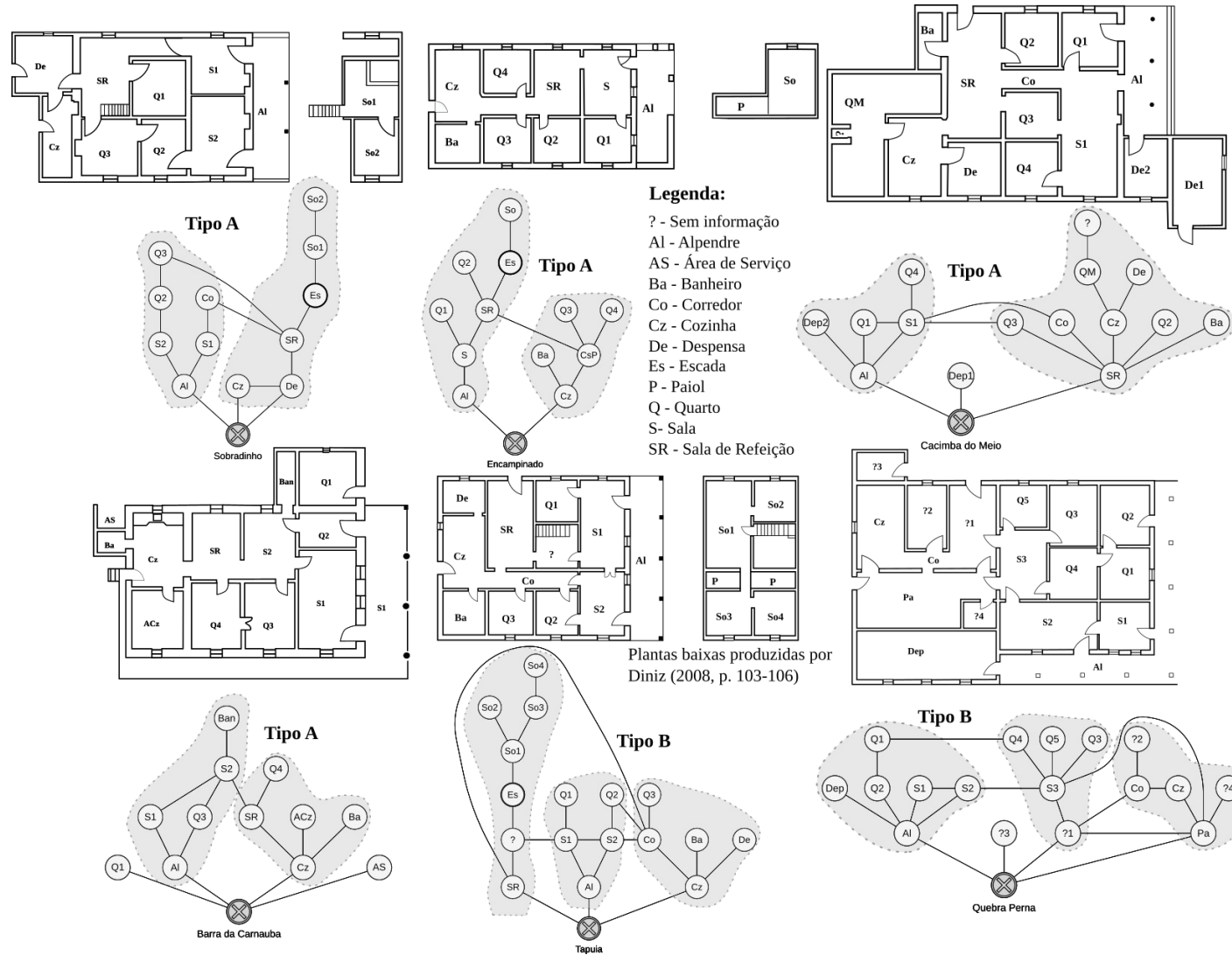
¹⁵¹ Escala desenvolvida pelo arqueólogo Richard Blanton que tinha como foco “estudar como diferentes fatores socioculturais e econômicos influem na concepção e uso das unidades domésticas nas diferentes regiões do mundo” (ZARANKIN, 2001, p. 128). Segundo o autor, o *índice de escala* é igual à quantidade de nós;

grupos que eles pudessem me fornecer, mas os grupos formados com base nestes índices não me facultaram respostas sobre funcionalidade, compartilhamento doméstico entre diferentes grupos sociais e a atuação de espaços distributivos, tanto quanto a separação do conjunto analisado em casas de tipo A e casas de tipo B me proporcionaram. Contudo, 57,14% das casas de tipo B sejam edificações com uma quantidade igual ou superior a 15 nós (índice de escala ≥ 15) e em casas de tipo A essas edificações (com índice de escala ≥ 15) representem um total de 17,65%, penso que assumir essa relação como estrutural pode ocultar situações onde uma quantidade maior de cômodos não resultou em uma maior quantidade de agrupamentos e ao contrário, deu origem a ambientes *não-distributivos* e com vários níveis de profundidade. Fato que até o momento não condiz com as características gerais observadas a partir das casas analisadas e as quais possuem o número máximo de 6 níveis de profundidade e cujo aumento do número de cômodos gerou um aumento do número de acessos ao interior da residência.

No tocante às funcionalidades pautadas por Diniz (2008, 2013) – *receber/estar*, *estar íntimo/repouso* e *serviços* – pude observar que elas nem sempre ditam a configuração espacial dessas casas-grandes, ou seja, esta última remete a uma diluição dessas funcionalidades e reordenação em agrupamentos, onde, em alguns casos, as três funcionalidades podem coexistir em um único grupo (*cluster*). Em 16 de 30 casos analisados, o ordenamento espacial se alinha ao tipo A, subdivididos a partir de dois eixos alinhados às funções de *receber/estar* e *serviços*. Os 14 demais casos são do tipo B, onde além dos dois eixos acima mencionados há um terceiro alinhado à transição entre o *serviço* e o *estar* (representado pela alocação da sala de refeições nesse eixo) ou formado pelo agrupamento de “cômodos domésticos” e cômodos associados ao trabalho desempenhado na fazenda e externo ao ambiente doméstico (Figura 13). Em ambos os tipos os quartos (relacionados à funcionalidade de *íntimo/repouso*) podem estar dispostos em qualquer um dos agrupamentos.

índice de integração é igual à quantidade de conexões dividido pela quantidade de nós; *índice de complexidade A* é igual à quantidade de conexões entre os nós; *índice de complexidade B* é igual a soma da quantidade de conexões necessárias para cada nó acessar o exterior do edifício dividido pela quantidade de nós (ZARANKIN, 2001).

Figura 13 - Tipos de ordenamento espacial a partir do agrupamento de cômodos em casas-grandes de fazendas de gado seridoenses ao longo do século XIX



Fonte: plantas baixas elaboradas por Diniz (2008) e grafos elaborados pela autora (2021).

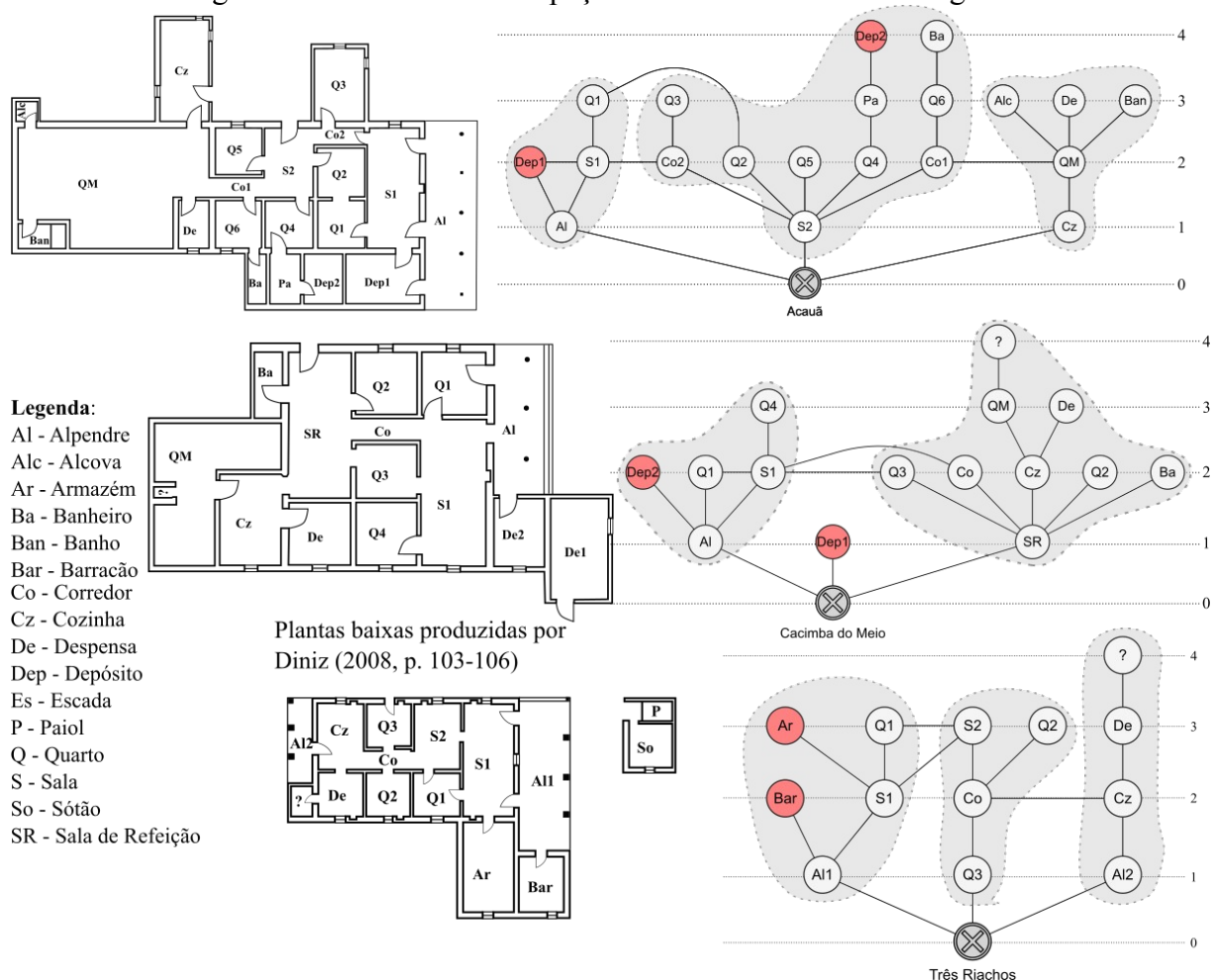
Na Figura anterior gostaria de ressaltar os casos da Fazenda Cacimba do Meio (o mesmo ocorre em três outras fazendas), Fazenda Barra da Carnaúba e Fazenda Quebra Perna, nesses casos um dos “eixos” é formado por um único cômodo, o qual não possui acesso ao interior da residência. Logo, optei por não entendê-los como um grupo e, deste modo, a Fazenda Cacimba do Meio e Barra da Carnaúba estão alocadas no tipo A e a Fazenda Quebra Perna no tipo B. Contudo, a exclusão destes cômodos na formulação dos grupos não os excluiu da análise, pois informam sobre o acúmulo de funções no edifício da casa-grande, situação que poderia remeter ao fato de convivência constante entre residentes e trabalhadores. Um total de 26,67% das casas de fazenda apresentou espaços atribuídos a outras atividades (depósitos, armazéns e barracões) e entre essas 62,5% são plantas de tipo B.

Ao que pude observar, o acúmulo de funções na casa-grande não resultou na configuração de um espaço mais simétrico. Cômodos associados a outras funções, que não a doméstica, não possuem acesso direto ao interior da casa e quando há prevalecem os casos onde esse se restringe ao alpendre ou a área de serviço. Duas plantas apresentaram uma configuração atípica às demais, a Fazenda Acauã e a Fazenda Três Riachos¹⁵², e, é possível, que seja resultado de reformas na planta original¹⁵³ (Figura 14). Na primeira, Fazenda Acauã, um dos depósitos existentes na casa (Dep2) só é acessado passando por uma sala (S2), um quarto (Q4) e um pátio interno (Pa). Na segunda, a Fazenda Três Riachos, o armazém (Ar) é acessado por meio da sala da frente (S1), o que pode indicar acréscimo de alpendre posterior como já mencionado anteriormente.

¹⁵² A planta baixa da Fazenda Três Riachos não aponta a posição da escada, por isso ela não consta no grafo.

¹⁵³ Uma análise do espaço em associação à data de criação das fazendas e, se possível, às modificações efetuadas em relação à planta original sem dúvidas elucidarão um pouco mais situações como esta.

Figura 14 - Fazendas com espaço de trabalho anexos à casa-grande



Fonte: plantas baixas elaboradas por Diniz (2008) e grafos elaborados pela autora (2021).

Na maioria dos casos (75%), cômodos voltados a outras funções que não a doméstica seguem o ordenamento da Fazenda Cacimba do Meio (Figura 14), isto é, isolados e sem acesso direto ao interior da casa. Esse ponto reforça a gestão de encontros no âmbito doméstico, onde o espaço foi configurado de modo não apenas a doutrinar encontros, mas também com o intuito que alguns deles fossem evitados (SOUZA, 2007b, p. 73). Ainda que tenha havido esses dois casos atípicos, em geral, armazéns, depósitos e demais espaços que pudessem ser usados como casas de farinha, engenho ou quartos designados a trabalhadores, geralmente são espaços não distributivos e indicam uma diferenciação entre *insiders* e *outsiders*.

Retornando à discussão do espaço associado às funções domésticas, 83,33% de todos os casos analisados possuem o *alpendre*¹⁵⁴ como acesso principal aos cômodos relacionados

¹⁵⁴ Nas casas rurais seridoenses o alpendre assume função similar às varandas presentes na arquitetura bandeirista.

ao *receber/estar* (alpendre e salas da frente), nos demais uma *sala da frente* assume a função, especialmente, devido à ausência do primeiro¹⁵⁵. Souza (2007b) ao analisar as características da casa bandeirista em Goiás, discorreu sobre a importância da varanda no contexto rural escravista por ele analisado onde esse cômodo não teve simplesmente a importância de refrescar o interior da casa, funcionava também como um local de encontro entre sujeitos que cotidianamente estavam distanciados social ou espacialmente¹⁵⁶; logo, ele representava um espaço onde os contrastes poderiam surgir ou ser realçados, e:

Embora, muitas vezes, análises envolvendo o meio construído costumem assumir que são as superfícies que definem as relações nele passadas e não os espaços propriamente ditos (Hillier e Hanson, 1984:3), há uma importância fundamental em se compreender os chamados “espaços transicionais” (Westman, 1991:19), uma vez que eles muitas vezes são de natureza distributiva, ordenando os encontros, bem como os acessos para setores funcionais distintos de um edifício (SOUZA, 2007b, p. 73).

Na região do Seridó o *alpendre* também é tido como um cômodo ligado à esfera pública, um ambiente de socialização e acertos relacionados ao trabalho e, de acordo com Macêdo (2015, p. 149) “a parte mais ‘pública’ da casa”, o limite máximo concedido aos visitantes, dado que apenas aos mais próximos era permitido o acesso ao interior da casa. Nem sempre compunha a planta original desses edifícios, em diversas construções observadas por Diniz (2008) datadas do século XIX ele foi um acréscimo posterior, o que possivelmente atribuiu à sala da frente a sua função de receber. A análise da sintaxe espacial reforçou a atuação deste espaço e sua substituição pela sala da frente nos casos onde esteve ausente – seja em casos de tipo A ou em casas de tipo B – e como um espaço distributivo habitual entre o ambiente externo e interno da esfera doméstica.

No tocante ao eixo de *serviços*, composto por uma combinação de cômodos associados às funções de *preparo*, *servir* e *armazenamento doméstico* (cozinha¹⁵⁷, salas de trás, sala de refeição e despensa), esse é acessado diretamente pela *cozinha* em 70% dos

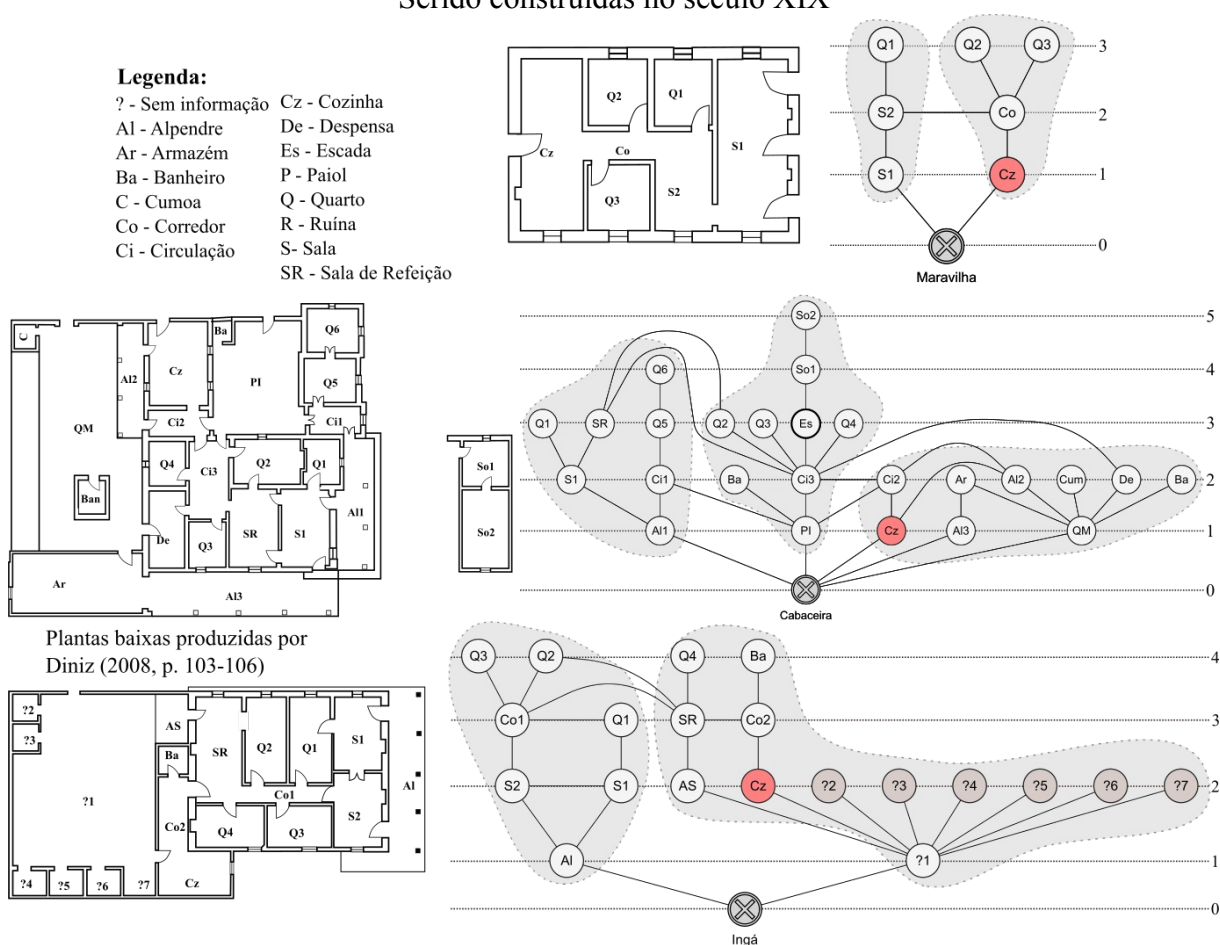
¹⁵⁵ O alpendre como principal acesso aos cômodos atrelados ao receber/estar alcançaram valores aproximados para ambos os grupos, em casas do tipo A alcançou um percentual de 81,25% e em casas do tipo B, esse percentual alcançou o total de 85,71%.

¹⁵⁶ Souza (2007b, p. 72) traça uma discussão com base no conceito de *cronotopo de encontro* de Mikhail Bakhtin, um espaço onde há o encontro de sujeitos com trajetórias distintas, “muitas vezes ligadas a agentes sociais díspares – encontram-se em um único ponto espacial e temporal. Nos cronotopos de encontro, indivíduos que vivem normalmente separadamente por distâncias sociais e espaciais são colocados em contato e, a partir disso, contrastes podem surgir e diferentes destinos podem se entretecer”.

¹⁵⁷ A cozinha “era uma transição entre o corpo domiciliar da família e a parte onde a habitação se misturava ao trabalho dos escravos domésticos, agregados e mulheres da casa” (MACÊDO, 2015, p. 169) e passa a compôr o espaço interno das casas rurais seridoenses apenas a partir do século XIX (DINIZ, 2008, 2013; MACÊDO, 2015).

casos. Esse acesso direto entre a área de serviços e o exterior da casa é mais expressivo em casas do tipo B onde alcança um total de 78,57%, já em casas do tipo A, representa um total de 62,5%. Em nenhuma das casas o acesso à cozinha é compulsoriamente atrelado ao eixo do *receber/estar* e mesmo quando não possui acesso direto ao exterior, esse é proporcionado pela sala de refeições, alpendre traseiro ou quintal murado e em apenas um caso dois cômodos separam a cozinha do exterior da casa, sendo estes a sala de refeição e um alpendre traseiro.

Figura 15 - Disposição da cozinha em três casas-grandes de fazendas de criar da região do Seridó construídas no século XIX



Um caso instigante, é o da Fazenda Ingá, cuja cozinha compõe um agrupamento de cômodos que possivelmente estariam associados à área de serviço da casa (?2, ?3, ?4, ?5, ?6 e ?7 na Figura 15). É certo que esses cômodos podem ter sido utilizados como *cumoa*s (latrinas) ou *despensas*, visto sua disposição próxima à área de serviço. Contudo, por ter sido edificada em 1820 (FEIJÓ, 2002), possivelmente, algum desses espaços também tenha sido utilizado como quartos de pessoas escravizadas dispostos no entorno de um pátio interno ou

quintal murado e seria interessante que trabalhos futuros traçassem um diálogo com os inventários *post-mortem* da família proprietária para verificar a viabilidade dessa hipótese.

O acesso direto da cozinha ao exterior possibilita que pessoas envolvidas com o trabalho doméstico executem suas tarefas de forma autônoma e sem que façam uso de cômodos relacionados ao *receber/estar* para o desenvolvimento de suas funções¹⁵⁸. Além disso, dado a expressividade de pessoas de gênero feminino listadas em inventários com apenas uma pessoa escravizada entre os *Títulos de Escravo*, me arrisco a afirmar que nestes casos eram estas mulheres, negras e escravizadas, as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e entre seus encargos o espaço da cozinha, certamente, foi o mais representativo. Aliado a este ponto é possível que este espaço não estivesse associado apenas a rotina de trabalho, mas, também, na construção e no fortalecimento de laços mais estreitos entre as pessoas que ali atuaram (STEWART-ABERNATHY, 2004).

Lima (1995) ao discorrer sobre a configuração do ambiente doméstico no Rio de Janeiro, aponta que o espaço doméstico do século XIX manifestou uma segregação entre o local do *preparo de alimentos* e do *servir*. A cozinha foi segregada aos fundos da habitação, o “processamento da comida tornou-se uma tarefa especializada da mulher e o lugar do fogo [...] um cômodo também especializado, exclusivamente feminino”, em contrapartida a *sala de jantar*¹⁵⁹ assumiu um local intermediário entre as áreas públicas e íntimas da casa, “um espaço de exibição, de representação, eminentemente masculino” (LIMA, 1995, p. 136). Logo,

O mapeamento desses diferentes “territórios” da casa, suas respectivas funções e implantações no espaço deixa entrever dicotomias fortemente simbólicas (alto/baixo, frente/fundos, exterior/interior, claro/escuro), que estão inequivocamente articuladas à estrutura da sociedade que os concebeu e materializou (Bourdieu 1973). Toda esta compartimentação expressa códigos binários que regiam seu universo e, por extensão, os papéis e tarefas rigidamente polarizados daqueles que por ele transitavam (LIMA, 1995, p. 135).

Na memória e historiografia local o espaço doméstico das casas de fazenda é subdividido de maneira mais expressiva com base no gênero de seus habitantes e a *sala de refeições* é um cenário recorrente nas narrativas locais como um local destinado aos homens, tal qual o cenário carioca do século XIX descrito por Lima (1995). Diniz ao discorrer sobre as

¹⁵⁸ Em contextos com presença de população escravizada este ponto pode ter possibilitado uma maior autonomia dessa população, como também observado por Garman (1998) a região da Nova Inglaterra, Nordeste dos Estados Unidos do século XVIII e Souza (2002) ao analisar Goiás ambos com foco em contextos do século XVIII.

¹⁵⁹ Que também não esteve alheia a suas ambiguidades, ver maiores detalhes em Lima (1995).

casas-grandes erigidas ao longo do século XIX na região do Seridó Potiguar aponta que:

A terceira sala é a de refeição, chamada no Seridó de “sala de trás” ou “sala de janta”. Ela se localiza na sequência da sala da frente ou da segunda sala, ou então no final do corredor. Nessa sala, o mobiliário é somente composto por bancos de madeira, tamboretas com assentos de couro, cadeiras de encosto cobertas de couro e de sola. Tal como o alpendre, **as mulheres também não utilizavam esse cômodo, fazendo suas refeições na cozinha. O uso da “sala de janta” cabia somente aos homens, sem distinção social, reunindo-se ali proprietários e trabalhadores.** O elo de ligação entre a parte frontal da casa e a parte posterior era o corredor, em geral dividido por uma porta que resguardava a zona íntima (reservada à família) da zona social (DINIZ, 2013, p. 210, grifo meu).

Em adição, Macêdo (MACÊDO, 2015, p. 151, grifo meu) ao se referir às casas de vivenda do século XVIII da mesma região descreve:

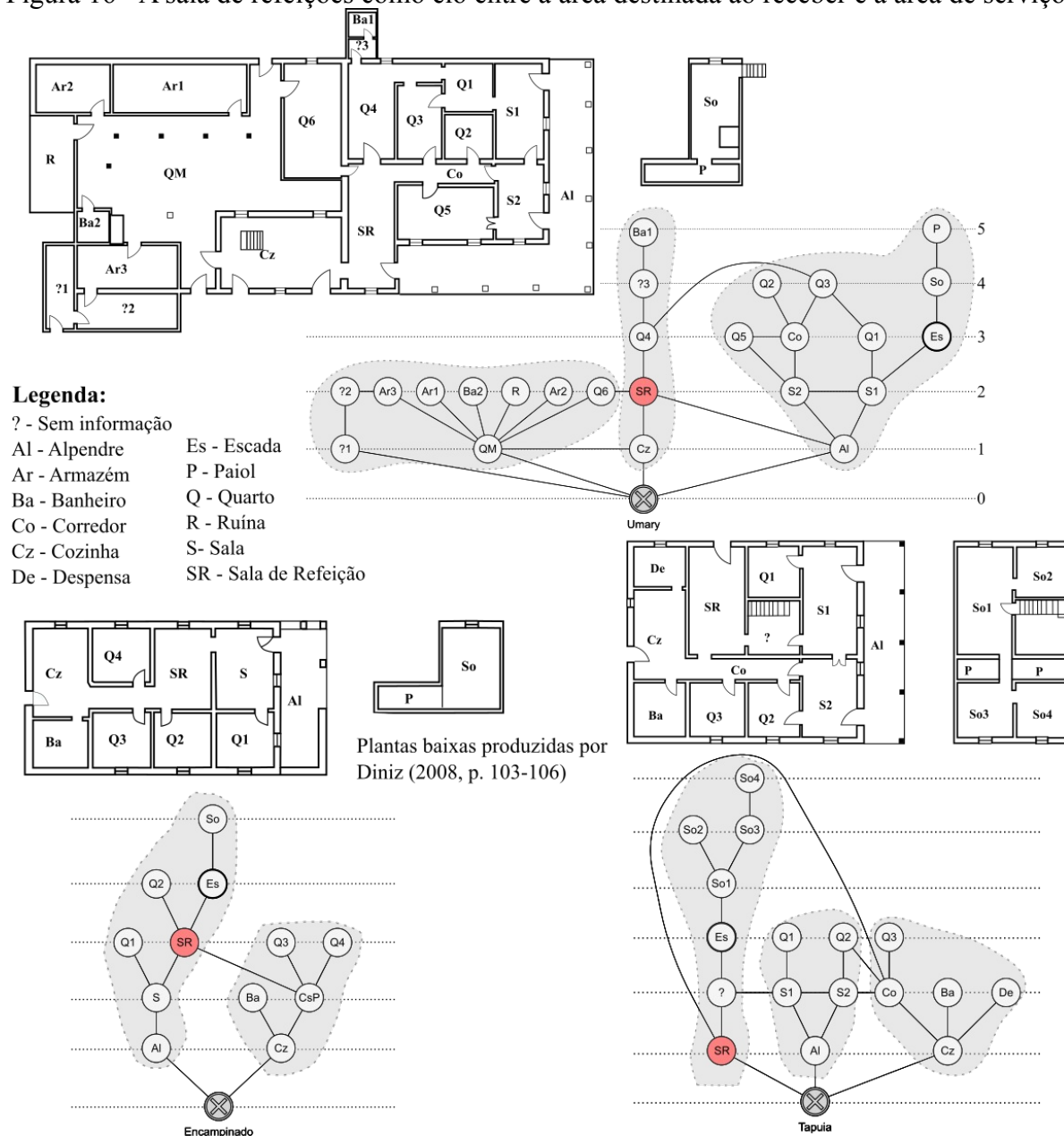
As mulheres experimentavam os ambientes internos mais ligados aos cuidados votados aos esposos, à prole e aos parentes mais próximos. Nesse particular, os quartos e o lugar onde faziam as refeições eram os espaços por excelência dessa interioridade feminina, ao passo que a cozinha, os chiqueiros de galinha e as pequenas hortas representavam os espaços de maior sociabilidade das mulheres com pessoas do círculo em torno da família nuclear. O momento de exteriorização feminina no ambiente doméstico dava-se sob as condições do trabalho que a mulher era obrigada a fazer ou coordenar, coadjuvando-se filhas, agregadas, **escravas e escravos domésticos.**

Materialmente ainda possuo poucos elementos para contestar, compactuar ou reformular essa proposição – embora saiba que no século XIX a mulher branca (a precisão é necessária, uma vez que nem todas as mulheres ocupavam/ocupam o mesmo lugar social) tinha seu lugar social delimitado e atrelado ao domínio doméstico. Contudo, posso afirmar que a configuração desse espaço remete a assimetrias relacionadas a questões de gênero, mas também étnicas e, certamente, relações interseccionadas de gênero, classe, étnicas, geracionais, entre outras (ver SOUZA, 2002, 2007b), de modo que não caberia resumi-las apenas a gênero; pois como grifei na citação de Medeiros poderia haver escravizados (homens) atuando dentro de casa, logo a qual mulher e a qual homem atribuo a esfera íntima e pública do espaço doméstico?

Nas casas de fazenda da região do Seridó do século XIX a *sala de refeição* nem sempre possui acesso direto ao exterior da casa, mas prevalece como uma área distributiva e um elo entre as áreas de *serviço* e *receber*. De forma frequente é o único ponto interno de ligação entre essas duas áreas funcionais e, provavelmente, serviu como uma arena de contrastes na demarcação de autoridades e hierarquias, no âmbito do espaço interno dessas habitações. Em casas do tipo A, a sala de jantar esteve atrelada de forma recorrente ao eixo de *serviços*, e apenas 18,75% dos casos fogem a essa regra, posto que ou não possuem referência

à sala de jantar – nos quais a cozinha pode ter sido utilizada para tal fim – ou está disposta no eixo de *receber/estar*, como é o caso da Fazenda Encampinado (Figura 16). Mas, ainda assim, conecta os dois eixos.

Figura 16 - A sala de refeições como elo entre a área destinada ao receber e a área de serviços

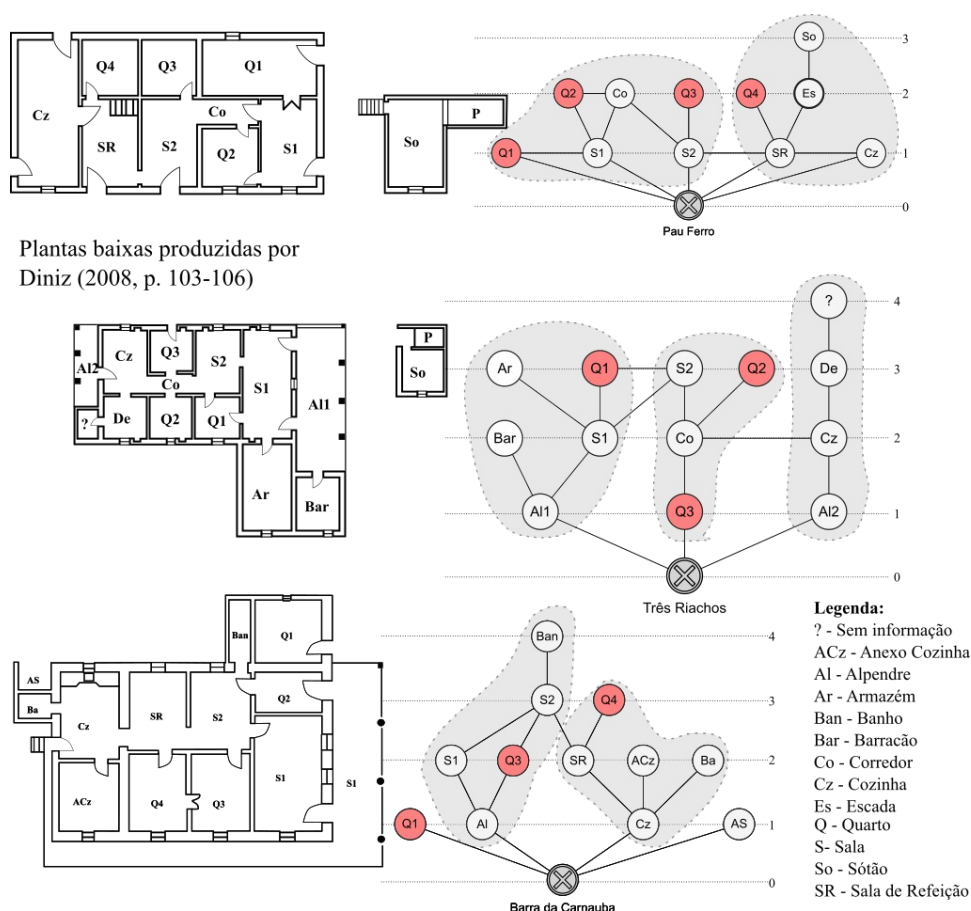


Em casas de tipo B, como o Fazenda Umary e a Tapuia na Figura acima, além da existência dos dois eixos já mencionados (*receber/estar* e *serviços*), há um terceiro eixo que pode tanto ser definido como um espaço “intermediário” entre o *serviço* e o *estar* (Fazenda Tapuia), como também, pode ser representado pela expressiva presença de cômodos

associados à armazenagem de produtos ou instrumentos relacionados ao trabalho nos campos, currais e plantações (Fazenda Umary). Nos casos onde esse terceiro eixo se caracteriza como um espaço transitório, a *sala de refeições* assume um papel de importante espaço transicional.

No que se refere à esfera do *íntimo/repouso*, definidos aqui pela presença dos quartos, estes poderiam estar alocados em qualquer um desses agrupamentos, em 90% dos casos e independente da forma de ordenamento espacial (A ou B) ocorrem a partir do segundo nível de profundidade, ou seja, para acessá-los seria necessário passar por, pelo menos, um outro cômodo. Quartos em menor profundidade e com acesso ao exterior da casa ocorrem em apenas 3 casos, isto é, 10% do conjunto analisado (Figura 17), entre estes está a Fazenda Barra da Carnaúba onde um dos quartos possui acesso direto ao exterior da casa, mas não possui ligação com interior da casa. Os outros dois casos estão nas Fazendas Pau Ferro e Três Riachos, mas ao contrário da Barra da Carnaúba os quartos possuem acesso ao exterior e ao interior da casa.

Figura 17 - Disposição dos quartos em casas-grandes erigidas no século XIX



Fonte: plantas baixas elaboradas por Diniz (2008) e grafos elaborados pela autora (2021).

Em linhas gerais, ambos os tipos (A e B) comportam casas com números variados de cômodos, ambientes com índices de integração e níveis de profundidade semelhantes. Com base no índice de integração médio¹⁶⁰ do conjunto igual a 1,26 percebe-se que o espaço interno destas casas de fazendas manteve uma circulação interna reduzida e o acesso aos cômodos era feito, na grande maioria dos casos, por meio de uma única via. Neste quesito a diferença entre os tipos é bastante sutil – com índice de integração médio de 1,23 para o tipo A e 1,30 para o tipo B – e ambos correspondem a espaços *não-distributivos*. No que diz respeito ao nível de profundidade estas edificações possuem sobretudo poucos níveis, 70% das casas têm 3 ou 4 níveis e apenas 6,66% apresentam 6 níveis, número máximo observado.

Embora o estabelecimento de uma fronteira bem delimitada entre os tipos não seja tão evidente no momento, é possível listar algumas características gerais de cada um deles. Em ambos há obrigatoriamente pelo menos dois acessos principais ao interior da casa, um ligado à área de serviços, relacionado ao preparo e estocagem de alimentos; um segundo direciona às salas da frente e, certamente, relacionado ao modo como a família proprietária expunha seu espaço doméstico aos olhares atentos de visitantes. Casas com as menores quantidades de cômodos; ambiente interno menos integrado; maior índice de profundidade e cômodos de funcionalidades sobretudo domésticas estão em maior número dispostas no tipo A. Os padrões opostos, ou seja, casas com uma maior quantidade de cômodos; cômodos voltados a trabalhos realizados fora do ambiente doméstico¹⁶¹; ambiente interno sutilmente mais integrado e uma maior quantidade de acessos entre o interior e exterior da edificação encontram-se em maior número no tipo B.

Os tipos parecem remeter a distinções de status e poderio econômico de seus habitantes, e quiçá também a construções oriundas de períodos temporais diferentes, dado a diferença na quantidade de cômodos das edificações, casas do tipo B tendem a ser construções mais complexas e apresentar espaços funcionais (serviço, receber/estar e íntimo) mais notoriamente demarcados. No tipo A as edificações são mais simples, com menor área construída e funcionalidades diferentes compartilhando o mesmo eixo são mais recorrentes que o tipo anterior. Por certo trabalhos posteriores que agreguem informações relacionadas à data de construção destas casas, suas tralhas domésticas auxiliarão em uma maior

¹⁶⁰ O qual indica as possibilidades de circulação no espaço ao dividir a quantidade de conexões pela quantidade de nós. Esse índice pode resultar em números maiores ou igual a 1, dado que cada cômodo necessita de pelo menos 1 acesso e quanto maior for o resultado desse cálculo, mais distributivo será o espaço analisado.

¹⁶¹ Importante ressaltar que também houve casos de cômodos de trabalhos não-domésticos em casas de tipo A, porém estes permanecem completamente isolados na edificação, tal como a fazenda Cacimba do Meio apresentada na Figura 14.

compreensão destes tipos ou na reformulação dos mesmos.

Um caso no qual dedicarei um pouco mais de atenção, é o caso da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios fundada em 1833 por Gorgônio Paes de Bulhões (Figura 18), a única entre as 44 apresentadas por Diniz (2008, 2013) e as 30 analisadas neste trabalho onde há indicação direta de compartilhamento do espaço doméstico entre família proprietária e população escravizada.

Figura 18 - Casa-grande da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios (RN)



Fonte: Silva (2017c, p. 101–102).

A casa-grande da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios foi erigida entre os anos de 1856 e 1862 e atualmente é tombada como patrimônio histórico estadual¹⁶² do Rio Grande do Norte. Na fazenda, além da casa-grande, haviam os currais, necessários para a lida com o gado; plantações e armazenagem de algodão, cujo armazém para a estocagem do produto ficava nas proximidades da casa-grande e abrigava um descaroador de algodão que esteve em atividade até a década de 1950 (DINIZ, 2008).

Embora Diniz não tivesse como objetivo descrever todas as edificações que algum dia compuseram o conjunto de edificações da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios, a autora deu alguns indícios ao longo de seu texto sobre o assunto, como a presença de um engenho e de moradores na fazenda, como a Figura 19 na qual o *morador* Jeremias Herculano estava trabalhando no *engenho* da Fazenda. Os moradores eram, em geral, trabalhadores livres que habitavam nas proximidades da casa-grande e representavam uma expressiva força de

¹⁶² Livro de Tombo Histórico, Processo nº 1712/83 – FJA e Portaria nº 848/87-SEC/GS (SILVA, 2017c, p. 101).

trabalho nas tarefas cotidianas e sazonais da propriedade, como discorri na seção anterior.

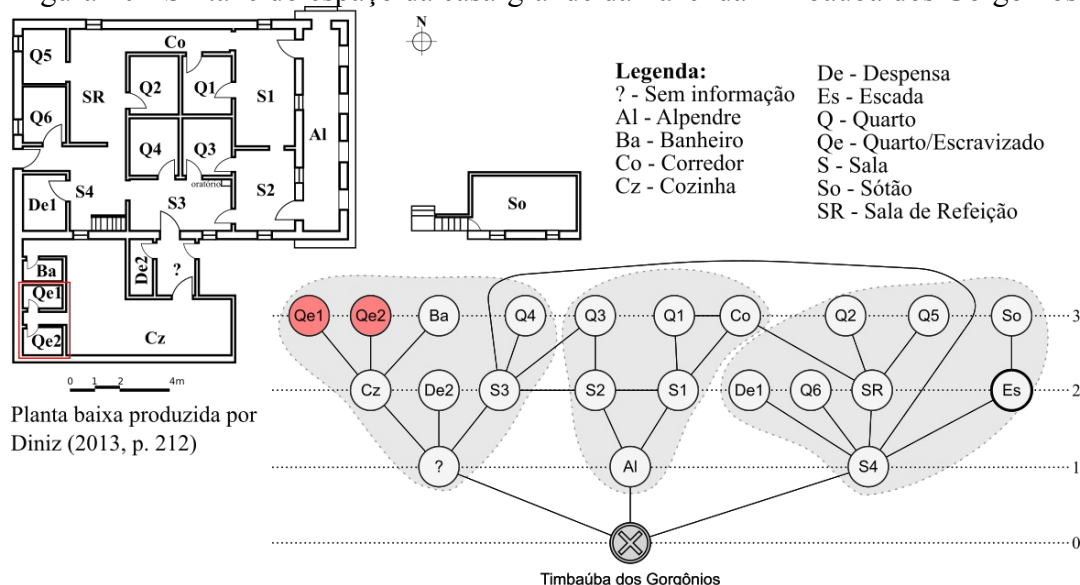
Figura 19 - Trabalhador da Fazenda Timbaúba dos Gorgônio



Fonte: Lamartine (1984 apud DINIZ, 2008).

A casa-grande da fazenda apresentava em sua fachada principal um alpendre (copiar, copiá ou cupiá na documentação histórica) ao longo de toda sua extensão, conforme a Figura 20. No seu interior cinco salas rodeavam quatro alcovas, um caso atípico entre as demais plantas analisadas por Diniz (2013) e já ressaltado pela autora, nas demais casas as salas, em número de dois ou três, faziam arranjos diferenciados com o corredor, mas nenhuma apresentou essa configuração em relação aos quartos.

Figura 20 - Sintaxe do espaço da casa-grande da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios



Fonte: planta baixa elaborada por Diniz (2013) e grafo elaborado pela autora (2021).

De acordo com o modelo de sintaxe do espaço o edifício se enquadra em um tipo B e

apresenta três espaços distributivos principais: o *alpendre* (A1), na parte frontal da casa dava acesso à esfera pública, relacionadas ao receber/estar (salas e quartos); uma *sala* (S4), que dava acesso a uma área transitória entre o *receber/estar* e *serviço* (sala de refeições, acesso ao sótão, outra despensa e quartos); e *um cômodo não identificado* (?) que dava acesso à área de serviço (cozinha, quartos de escravizados, despensa). As áreas conectadas aos dois *nós* laterais (sala e cômodo não identificado), davam acesso a espaços pouco integrados. O *nó* central (alpendre) dava acesso às salas, espaços integrados e distributivos, que se interligavam entre si e às demais salas da casa.

No geral, o espaço é pouco distributivo e a ampla circulação é condicionada a espaços específicos, as salas. A área de serviço era interligada estrategicamente à sala de refeições e certamente as pessoas responsáveis por trabalhos domésticos centrados na alimentação não necessitavam passar por cômodos associados à recepção para realizarem tarefas relacionadas ao servir. Os quartos, a área íntima, em sua maioria concentravam-se no nível mais profundo e embora o edifício fosse uma estrutura relativamente rasa, os espaços são visivelmente segregados, que conduzem a circulação a espaços específicos e notoriamente delimitados.

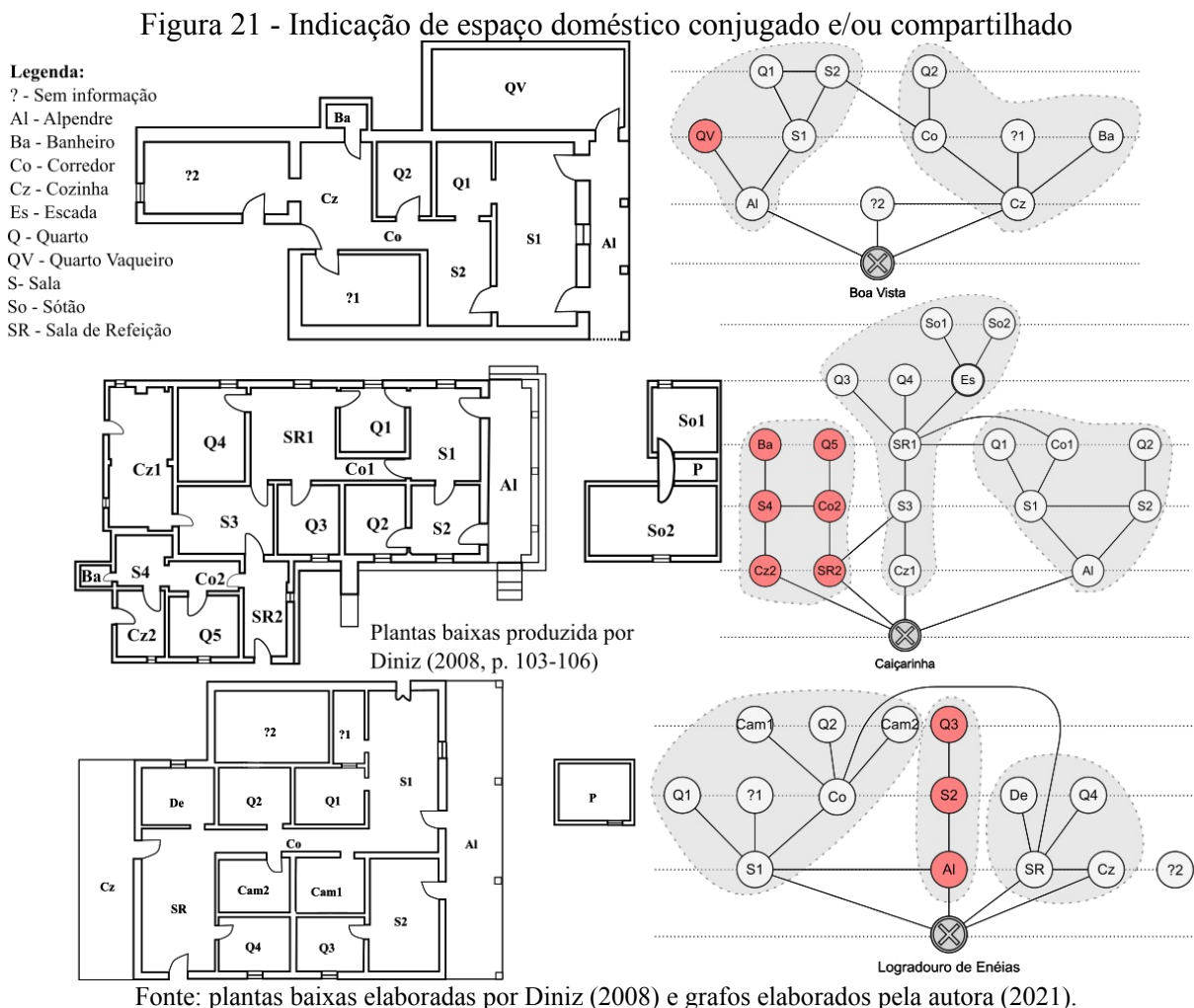
É possível que o compartilhamento de uma mesma edificação entre família proprietária e população escravizada tenha se repetido em outras fazendas da região do Seridó, além do caso apresentado por Diniz. Os relatos de Koster sobre sua passagem pelo sertão me remetem à ideia de que *escravos* criados em casa pode ter sido uma situação recorrente:

[...] há numerosos brancos, e mesmo pardos, que possuem dois ou três escravos que com ele partilham o produto do trabalho jornaleiro e até mesmo do campo. **Esses escravos em geral são crioulos, criados em casa**, ou africanos comprados muito novos por pouco dinheiro quase sempre considerados como pessoas da família, e repartem com o senhor o alimento que vão, cada um para seu lado, ganhar todos os dias (KOSTER, 1930 apud BORGES, 2000, p. 37, grifo meu).

Certamente, habitações ou cômodos associados a população escravizada foram bastante diversos em tipo e qualidade e acredito que estes poderiam variar desde habitações nas proximidades da casa sede, quartos minimamente mobiliados ou algum canto improvisado nas dependências da casa-grande, que pode ter sido arranjado com a disposição de uma esteira ou diretamente sobre o piso.

Ainda que apenas a Fazenda Timbaúba dos Gorgônios pode ser associada diretamente à presença de uma população escravizada coabitando a casa-grande, a presença de grupos sociais distintos habitando a casa-grande também foi reportado na planta da Fazenda Boa

Vista. Nela há um quarto destinado ao vaqueiro, cujo acesso se dá pelo alpendre (Figura 21). Ainda, na figura abaixo a Fazenda Caiçarinha e a Logradouro do Enéias são casos provocativos e ainda que sejam apresentadas como uma única casa de morada, suas configurações espaciais apontam para a coexistência, em algum momento pretérito, de casas conjugadas no edifício que atualmente se configura como uma única morada.

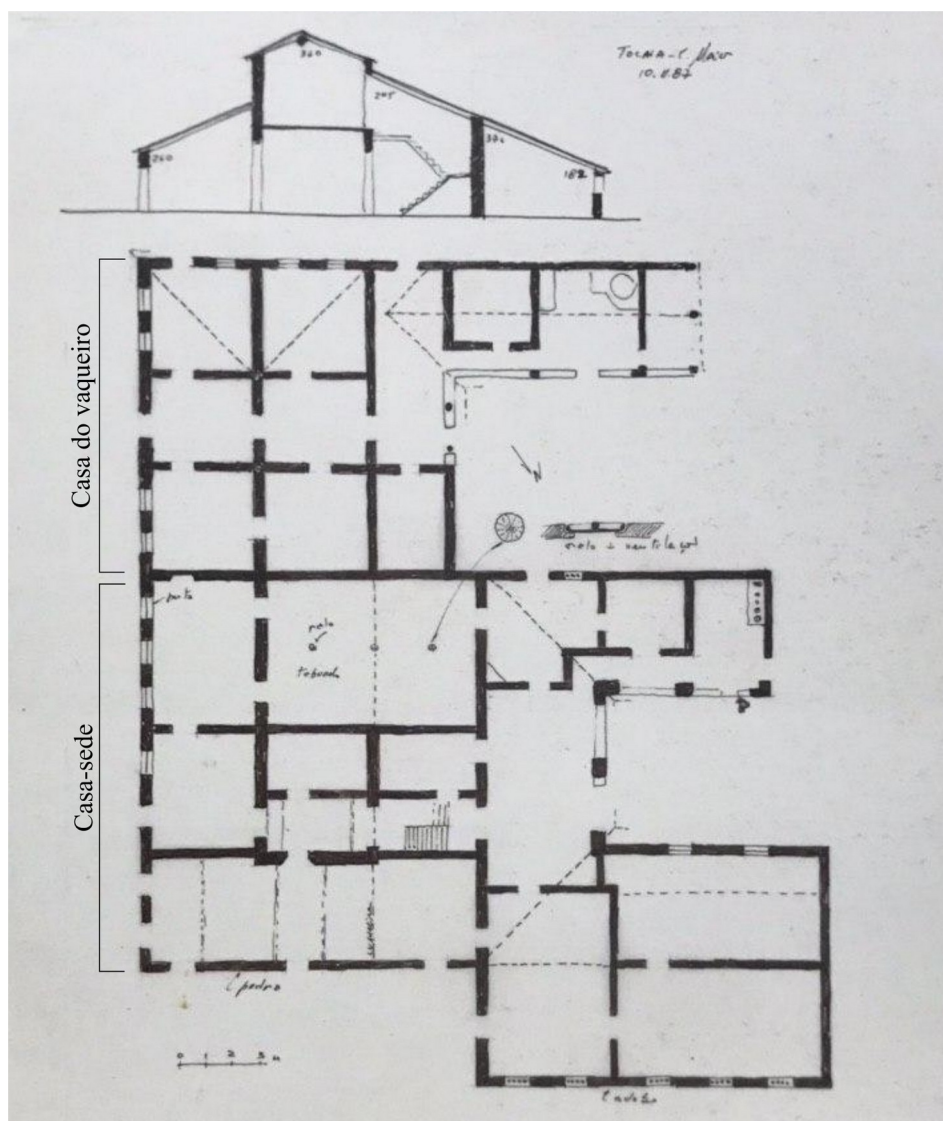


Na Fazenda Caiçarinha há a presença de duas cozinhas e duas salas de refeições que em associação a outros cômodos (quarto, sala e corredor) compõem um único agrupamento e me levam a crer na possibilidade de que em algum momento este agrupamento atuou como uma residência conjugada à casa-grande. Caso similar ocorre na Fazenda Logradouro do Enéias onde um agrupamento que possui acesso pelo alpendre, dá acesso a uma sala seguida de um quarto, ambos os cômodos não possuem ligação ao demais cômodos da residência, e as salas (S1 e S2) não são interligadas caso atípico em comparação às demais casas analisadas,

onde as salas costumam possuir ampla comunicação umas com as outras.

Em reforço a esse compartilhamento de uma mesma edificação entre proprietários e vaqueiros, ainda que em espaços segregados, Silva Filho (2007) apontou caso similar no contexto das fazendas de criar piauienses. O autor demonstrou o caso da Fazenda Tocaia (Figura 22) cuja casa sede é conjugada à casa do vaqueiro.

Figura 22 - Casa sede da Fazenda Tocaia conjugada com a casa do vaqueiro, Piauí



Fonte: Silva Filho (2007, p. 197).

As fazendas de criar sertanejas podem não ter contado com senzalas (seja pavilhão, barracão ou casas isoladas) para abrigar a população escravizada na ampla maioria dos casos que se têm conhecimento até o momento, contudo isso não significa que escravizados não coexistiram nesses espaços e, como tentei ressaltar acima, a própria casa-grande pode ter sido

configurada para abrigar diferentes grupos sociais e, ainda assim, mesmo que sob o mesmo teto, segregá-los.

Tal como Garman (1998) me questionei se existiria uma relação entre a configuração doméstica e seu compartilhamento com escravizados ou demais trabalhadores livres. Para tanto, a sintaxe espacial apresentou informações, no mínimo, provocativas sobre o assunto, como o observado sobre indícios de compartilhamento de edificações expressos na Figura 21. Contudo, em casos onde apenas um quarto (como no único caso onde o quarto de escravizados está discriminado) é disponibilizado para a morada de um vaqueiro ou outro trabalhador a percepção de compartilhamento doméstico apenas por meio deste método se torna menos apurada, quando não imperceptível¹⁶³. Certamente, um diálogo específico entre fontes documentais que mencionem a presença de escravizados na propriedade (como inventários *post-mortem* de proprietários, processos crimes e afins) e a espacialidade doméstica de fazendas poderá auxiliar em uma melhor fundamentação de hipóteses relacionadas a escravizados coabitando a casa-grande ou seu entorno, assim como a materialidade observada em trabalhos arqueológicos futuros.

Esse arranjo relacional entre senhores/escravizados/trabalhadores livres possivelmente contribuiu com a construção de uma configuração doméstica e paisagem rural diversa de outros espaços moldados com foco em atividades econômicas distintas da pecuária e, por isso, creio que a definição espacial do contexto pode contribuir na compreensão das “ordenações sociais” e do “universo cognitivo” que o forjou (AGOSTINI, 2013; SOUSA, 1995). Espaços possuem história, significados que envolvem uma dimensão subjetiva que não pode ser separada da dimensão simbólica dos atores sociais que os moldaram (TILLEY apud AGOSTINI, 2013, p. 61). Ou ainda de acordo com Benês e Zvelebil (1999, p. 90) uma paisagem histórica é um cenário interativo, que constitui “relações dialéticas” entre seus vários usos ao longo do tempo “em termos de oposição, contradição, negação, continuação e elaboração”¹⁶⁴. Assim,

[...] a paisagem nunca é completa ou “acabada”, estando em permanente construção, tornada a efeito apenas por meio da orientação do corpo e dos ciclos de vida cotidianos, sempre ligados a grupos sociais particulares. Em outras palavras, são as ações e movimentos criados pelas atividades corriqueiras do cotidiano e

¹⁶³ Fora o caso da Fazenda Boa Vista, na qual o quarto do vaqueiro é especificado na planta ou o caso da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios que especifica os quartos da população escravizada na residência.

¹⁶⁴ No original: “dialectical relationships to each other in terms of opposition, contradiction, negation, continuation and elaboration”.

passadas em espaços específicos – os *taskplaces* – que, efetivamente, revestem a paisagem de sentidos (SOUZA, 2007b, p. 79).

É certo que até o momento, a configuração espacial me informou mais sobre o espaço *projetado* e ainda pouco avancei sobre práticas de resistência ou de reinterpretação do espaço a partir de seu *uso* pelos trabalhadores, sejam livres ou escravizados (SILLIMAN, 2006), as quais acredito que seriam melhor percebidas a partir do diálogo entre espacialidade e materialidade cotidiana. Contudo, busquei ressaltar que práticas arqueológicas em fazendas criatórias precisam estar atentas ao fato de que o registro arqueológico da casa-grande pode ter sido produto da agência de uma diversidade de atores sociais que coabitaram esse espaço e não apenas de seus proprietários. Além de elencar hipóteses iniciais sobre a presença e atuação de trabalhadores não apenas na produção especializada e desempenhada nos campos, currais ou roçados, como abordado na primeira seção deste Capítulo, mas também, no domínio doméstico da casa-grande.

Acredito cada vez mais que as fazendas de criar do sertão precisam ser compreendidas a partir de seus próprios termos, em outras palavras, permanecer com o entendimento que a prática escravista se deu de uma única forma e ter como modelos espaços que se conformaram a partir de contextos sociais e econômicos diferentes têm se mostrado ineficaz, alimentando discursos que removem a condição de sujeitos da população escravizada e trabalhadores livres que coexistiram nesses espaços. Contudo, a baixa quantidade de estudos que visem compreender a territorialidade desse cenário, com suas dinâmicas de trabalho e os diversos grupos que ali coexistiram continuam contribuindo com a invisibilização desses segmentos sociais que, muito certamente, experienciaram formas de habitar os sertões diferentes dos senhores de terra, proprietários da casa-grande.

Isto posto, no Capítulo seguinte delineio uma análise da materialidade observada a partir de listagens de bens presentes em inventários *post-mortem* do século XVIII e XIX de proprietários locais. O mote principal do capítulo é desencadear a construção de um cenário material e espacial apreendido por meio da documentação, trabalho já anteriormente trilhado sobretudo por Macêdo (2015), mas que aqui busco reanalísá-lo com um pano de fundo a construção de problemáticas e acréscimos de informações voltados a trabalhos arqueológicos futuros a serem desenvolvidos na região. Ao final da apresentação de materialidades listadas em inventários de proprietários da região, diminuo a escala de observação para ressaltar as trajetórias particulares de duas propriedades, o sítio Totoró de Cima e o sítio Belém. Ambas *terras de criar gados* que possuem contexto de ocupação inicial atribuído à segunda metade

do século XVIII, além de um expressivo número de escravizados sobre domínios, acrescido ainda ao fato de que ambas já passaram por etapas de campo iniciais. Sobre este último ponto me debruçarei com maior afinco sobre ao trabalho de campo desenvolvido no sítio Belém, cujo trabalho prospectivo foi realizado no âmbito desta pesquisa.

CAPÍTULO 3: BENS MÓVEIS E ALFAIAS DE CASA: A MATERIALIDADE DAS MIUDEZAS COTIDIANAS NOS SERTÕES DO NORTE

Neste Capítulo me dedico à construção de um cenário material a partir das posses de famílias que se dedicaram à prática criatória na região do Seridó. Deste modo, por meio de inventários *post-mortem* registrados ao longo dos séculos XVIII e primeiro quarto do XIX traço uma discussão sobre a materialidade presente neste contexto e, ao final, me dedico a construção do contexto social e espacial dos sítios Totoró de Cima e sítio Belém. Estes dois espaços serão analisados como casos particulares de modo a entender como o contexto geral pode auxiliar a compreender casos específicos, ou vice-versa. Deste modo, a partir da materialidade listada nos inventários de seus proprietários delinheio suas possíveis espacialidades e abordo o trabalho arqueológico desenvolvido no sítio Belém.

Cabe pontuar que atualmente, por meio do Projeto *Arqueologia em casas de fazendas da região Seridó: espacialidades, temporalidades e sociabilidades no sertão do Rio Grande do Norte* – apresentado na introdução deste trabalho – três casas-grandes associadas a fazendas criatórias são abordadas na região do Seridó Potiguar. O sítio casa de pedra do Culumins¹⁶⁵, no município de Caicó (RN), foi o primeiro a ser escavado no ano de 2016. O segundo, sítio Totoró, no município de Currais Novos (RN), consiste em *um sítio de terras de criar gados* que perdurou da segunda metade do XVIII até a primeira metade do XIX, mas cuja localização e delimitação da casa-grande ainda permanecem imprecisas. O terceiro, é o sítio Belém, no município de Acari (RN), outro *sítio de terras de criar gados* com ocupação entre a segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX, tratando-se do único onde a etapa de campo, realizada no ano de 2018 foi totalmente motivada pela busca de materialidades associadas à população escravizada; contudo, também foi o único que não contou com áreas amplas de escavação, apenas uma etapa prospectiva por caminhamento e sondagens e até o momento sem muitas indicações precisas sobre outras possíveis estruturas

¹⁶⁵ O material coletado ainda está em processo de análise e em breve será tema de trabalhos dissertativos no programa de Mestrado em História dos Sertões do CERES/UFRN.

além da casa ainda em pé, a qual pode não corresponder ao período de ocupação associado às *casas de senzalas já derrocadas* sobre seus domínios, as quais foram mencionadas no inventário *post-mortem* de Felipe de Moura e Albuquerque de 1879.

3.1 ENTRE ALFAIAS DE CASA E BENS MÓVEIS: EQUIPAMENTOS DE TRABALHO E TRANSPORTE, MOBÍLIAS E ORNATOS

Os aparatos domésticos, ou o *recheio da casa* como descreve Ribeiro (2019) ao analisar a cultura material, domesticidades e mudanças sociais no âmbito doméstico de Sabará (MG) do século XVIII, correspondem as coisas destinadas ao universo doméstico envolvendo desde itens relacionados às necessidades básicas (alimentação, descanso e higiene pessoal) ao adorno das casas. Abaixo descrevo a materialidade presente nas fazendas de criar da região do Seridó Potiguar ao longo do século XVIII e primeiro quarto do XIX a partir do que pude observar entre os bens listados em inventários do período.

Nesse ínterim, dos 71 inventários *post-mortem* dos séculos XVIII e começo do século XIX (1737 a 1815) analisados apenas 5 não apresentaram nenhum item listado como *Títulos Móveis*, *Alfaias* ou de *Metal* (latão, ferro, prata e cobre) e 15 apresentaram de um a três itens nessas categorias. Logo, ainda que sejam poucas as grandes fortunas e posses com objetos diversificados, me arrisco a afirmar que a materialidade de produção local foi ativa no suprimento das necessidades locais e o que pode ser entendido enquanto vazio ou ausente, pode apenas denotar uma ausência da presença material de objetos de origem europeia; o que em nada ou muito pouco incapacitou a atuação das soluções a nível local dessa população.

3.1.1 Dos bens ligados ao transporte e trabalhos de lavoura, pastoreio e produções artesanais

Pertences relacionados ao transporte e pastoreio, são os mais presentes, e estão listados em 55 inventários (Tabela 5). Nesta seção não constam apenas itens de pouco valor, os pares de esporas entre os 23 listados, 19 são de prata e se destacam na riqueza de detalhes como os

dois pares de esporas de prata de Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos, um “de agulha chata, aonde [...] com suas fivelinhas de prata lisa, chatas, cortadas a beira, cantos redondos, com o peso, tudo, de quarenta e duas oitavas” avaliada em 4\$250, o outro “de prata lisa, sem fivelas, quebradas, com peso de quarenta e três oitavas e meia” por 4\$350 (MEDEIROS FILHO, 1983 [1793], p. 169). Caso análogo ocorreu entre os bens de Teresa Maria de Jesus¹⁶⁶, onde havia “um par de esporas de prata com peso de oitenta e quatro oitavas” no valor de 8\$400.

Tabela 5 - Itens relacionados ao transporte e pastoreio em inventários de 1754 a 1815 na região do Seridó Potiguar

Itens	Nº de inventários
Sela bastarda	37
Cangalhas	35
Par de esporas	23
Arção gineta	11
Selim ¹⁶⁷	7
Sela gineta	4
Par de estribos	3
Freios	3
Arção de bastarda	2
Meios de sela	1

Fonte: elaboração da autora (2021).

As selas gineta e bastarda, segundo a literatura utilizadas ao longo dos séculos XVII e XVIII se diferenciavam basicamente pela posição dos estribos, e essa diferença proporcionava uma postura diferenciada do cavaleiro de acordo com o instrumento utilizado, na *gineta* a pessoa que estivesse montada se mantinha com os joelhos flexionados (PEREIRA, 2008; TOMASSINI, 2014). A presença da *sela bastarda* é reconhecida como uma herança

¹⁶⁶ LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó. 1º Cartório Judiciário. Inventários *post-mortem*. Cx. 321. Inventariado: Teresa Maria de Jesus. Inventariante: João Esteves Machado. 1768. Manuscrito.

¹⁶⁷ O *selim* é um tipo de sela, Vasconcelos e Aguilera (2012) o associam ao uso feminino quando em associação à expressão “de banda”; contudo, não observei essa descrição nos inventários analisados para a região do Seridó. Para a região Medeiros Filho (1983, p. 41) atribui os ausentes *silhões* como equipamentos de uso feminino, “uma espécie de sela com um grande bico recurvado” e os quais Vasconcelos e Aguilera confirmam como sendo os únicos equipamentos, de acordo com o universo semântico-lexical analisado por eles, que de forma regular é associado ao uso feminino e sem a necessidade do uso de expressões associadas. Para Aguilera e Vasconcelos (2012, p. 359) “no *corpus* quando o informante quer deixar claro que se trata de sela feminina junta ao nome um especificador, quase sempre formado pela expressão ‘de banda’, indicando que a mulher montava sentada de lado no cavalo e não enganchada como o homem”. Embora a ausência da expressão não signifique o não uso por mulheres, apenas não nos remete de forma conclusiva ao fato.

holandesa, com estribos longos e a presença de dois arçõs (um na frente e outro atrás); já a *sela gineta* – referente ao estilo de montar *a la gineta* – é reconhecida como uma herança portuguesa (MELLO, 2006), com origem atribuída ao norte da África, apresenta estribos curtos e arçõs mais elevados (o traseiro especialmente) que a *bastarda* (PEREIRA, 2008).

Figura 23 - Sela *gineta* usada pelos vaqueiros seridoenses, o *selim* e a sela *suzana* (mais semelhante à antiga sela *bastarda*), respectivamente



Fonte: Medeiros Filho (1983, p. 105-108).

As selas além de instrumentos de trabalho e de atribuírem ao montador/a uma postura diferenciada sobre o cavalo, também eram por si só objetos distintivos, a exemplo, “uma sela de capa marroquim, com bordadura de retrós de cores, coxim de veludo carmesim, pregaria dobrada, em bom uso, com cabeçadas, tudo aparelhado, com ferragens de latão estribos do mesmo” avaliada em 20\$000 (MEDEIROS FILHO, 1983 [1793], p. 171) ou “um ¹⁶⁸ aparelhado de couro de guariba” por 3\$200¹⁶⁹.

Pela expressividade material dessa categoria (assim como da presença de *cavalares* entre a posse de animais), sem dúvida, artefatos relacionados ao universo da montaria serão comuns em sítios locais. Trabalhos em sítios arqueológicos coloniais no Nordeste dos Estados Unidos têm demonstrado o quanto as *pequenas coisas* relacionadas a esta categoria de artefatos têm sido comuns nesses sítios (Figura 24).

¹⁶⁸ Cobertura de cavalgadura, por baixo do selim. *Xairel*. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2020, Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/xairel>>. Acesso em 10 mar 2020.

¹⁶⁹ LABORDOC. Inventário de Teresa Maria de Jesus (1768).

Figura 24 - Artefatos do século XVIII de sítios coloniais de Maryland, EUA



Fonte: acervo do Maryland Archaeological Conservation Laboratory (MAC Lab)¹⁷⁰.

Sobre materialidades associadas às tarefas cotidianas presentes em fazendas de criar me embasei nos equipamentos associados ao fabrico de produtos entre os bens inventariados, agrupados em seis grupos que remetem a seus usos em funções específicas (Quadro 2) alinhada aos agrupamentos propostos pelos trabalhos de Ernani Silva Bruno (ACAYABA, 2001). É importante ressaltar que a indicação desses usos não remetem obrigatoriamente à presença de oficinas ou moradores especializados e dedicados unicamente ao desempenho dessas funções ou ainda a comercialização de seus produtos, mas a ideia da exposição surgiu como uma forma de correlacioná-los à dinâmica desses ambientes rurais, a partir da compreensão de demandas por produtos diversificados, muitos dos quais foram produzidos sob seus domínios, seja por mãos habilidosas ou não.

Quadro 2 - Equipamentos associados às tarefas variadas do dia a dia no ambiente rural

Funções	Itens	Nº de inventários
Beneficiamento	Casa de farinha	7
	Moinho	1
	Engenho de algodão	1
Diversos	Machado	36
	Enxada	26
	Foice	15
	Martelo	9
	Ferro de abrir cava	5
	Facão	4
	Carro	2

¹⁷⁰ Disponível em: <<https://apps.jefpat.maryland.gov/outlander/index.html>>. Acesso em 10 mar 2020.

Funções	Itens	Nº de inventários
	Alavanca	1
	Braço de balança	1
	Picão	1
	Prego	1
Carpintaria	Enxó	8
	Serra braçal e de mão	8
	Escopro	5
	Compasso	4
	Serrote	4
	Cepilho	3
	Goiva	3
	Formão	2
	Lima	1
	Ferro plaina	1
Ferro de carapina	1	
Lida com o gado	Ferro ou marca de ferrar gado	16
	Serrote de serrar pontas [chifres]	4
	Torquês ¹⁷¹	2
Forja	Faca de ferreiro	1
Tecelagem e Alfaiataria	Ferro de engomar	3
	Tear	2
	Agulhas de prata	2
	Dedal	2
	Tesoura	1

Fonte: elaboração da autora (2021).

Com exceção de algumas listagens mais criteriosas acerca dos usos dos equipamentos e que, neste caso, podem remeter a existência de espaços específicos ao exercício da função, como nos bens de Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos (MEDEIROS FILHO, 1983 [1793], p. 170) onde há uma “enxó de *carapina* com arma e cabo em bom uso”, o mesmo ocorre entre os bens de Martinho Soares de Oliveira¹⁷² “um ferro de *carapina* tudo velho”, entre os bens do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque¹⁷³ (MEDEIROS FILHO, 1983

¹⁷¹ Segundo Acayaba (2001, p. 27), o *torquês* está associado ao trato dos equinos, mas a ferramenta também pode ser associado a carpintaria (Medeiros Filho, 1983).

¹⁷² LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó. 1º Cartório Judiciário. Inventários *post-mortem*. Cx. 323. Inventariado: Martins Soares de Oliveira. Inventariante: Vicencia Ferreira. 1798. Manuscrito.

¹⁷³ Abordo de maneira mais detalhada o inventário do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque ao final desse capítulo onde discutirei sobre uma de suas propriedades, o sítio Belém.

[1789], p. 156) com “um compasso de ferro de *carapina* de palmo de ferro já velho”, e nos de João Antônio Ferreira das Neves¹⁷⁴ com “uma faca de *ferreiro*”. Mas na ampla maioria dos casos não há indicação sobre seus usos.

3.1.2 O mobiliário nos inventários seridoenses

O mobiliário na maior parte dos casos era rústico e de acordo com Macêdo (2015) ajustava-se às necessidades mais urgentes da população local, com um certo caráter de improvisado somado à sensação, por vezes, de morada transitória de acordo com as condições climáticas do ano. Ao longo do século XVIII, prevaleceram móveis relacionados ao armazenamento de provisões e pertences, superfícies de trabalho e assentos. O requinte e riqueza de detalhes parece não ter sido uma realidade amplamente compartilhada no período e na região, embora certamente não foram ao todo renunciados e, sempre que possível, havia espaço para a presença do “couro lavrado”, redes “bordadas” e móveis de madeira “torneada”.

Identifiquei a presença de oito tipos de itens na categoria de mobiliário, dispersos em 33 inventários. Para a definição da mobília me embasei na classificação funcional proposta por Flexor (2009, p. 35) e também utilizada por Ribeiro (2019, p. 125), onde, de acordo com a funcionalidade da mobília presente em inventários baianos Flexor sugeriu sete grupos, sendo estes: móveis de guardar, móveis de trabalho, móveis de descanso, móveis de refeição e decoração, móveis de higiene, móveis de oração e móveis de transporte¹⁷⁵. Como já mencionado, na região do Seridó não observei tamanha variedade e tomei a liberdade de agrupá-los a partir de três funções básicas: *guardar, refeição e repouso/descanso*¹⁷⁶.

¹⁷⁴ LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó. 1º Cartório Judiciário. Inventários *post-mortem*. Cx. 324. Inventariado: João Antônio Ferreira das Neves. Inventariante: Joana Ferreira das Neves. 1809. Manuscrito.

¹⁷⁵ Ou melhor: a. móveis de guardar – caixas, arcas, cômodas, frásqueiras, cofres, armários, guarda-roupas, guarda-louças; b. móveis de trabalho – contadores, paleleiras; c. móveis de descanso – leitos, camas, catres, preguiceiros, cadeiras, tamboretas, sofás, canapés e outros; d. móveis de refeição e decoração – mesas, bofetes, bancas, tremós; e. móveis de higiene – toucadores, gamelas, tinas ou tigres; f. móveis de oração – oratórios, altares de dizer missa; g. móveis de transporte – (redes), serpentinas, cadeirinhas de arruar. Para Flexor (2009, p. 35) a rede aparece entre parênteses, pois mesmo tendo sua utilização amplamente reconhecida como meio de transporte, por ser feita de tecido não poderia ser alocada na categoria de mobília.

¹⁷⁶ A tese de Ribeiro (2019) apresenta um breve histórico sobre a forma como demais autores nacionais trabalharam o agrupamento de móveis em períodos coloniais e locais específicos, de modo a proporcionar uma melhor compreensão do cenário por eles abordado. No caso da região do Seridó, especificamente, com base nos dados que alcancei o agrupamento por funções e em apenas três categorias foi a que, a meu ver,

A mobília relacionada ao ato de **guardar** foi significativa e esteve presente em 23 das 33 listagens que possuíam mobílias entre seus bens. Neste conjunto entram as *canastras* (Figura 25) acrescidas das *caixas* e *caixões* e os três casos de *frasqueiras* nos inventários de Domingos Duarte de Carvalho¹⁷⁷, Catharina Vieira¹⁷⁸ e Caetano Dantas Correa (MEDEIROS FILHO, 1983 [1797], p. 194), todas “com seus frascos”.

Figura 25 - Canastra de talas de carnaúba revestida de couro



Fonte: Medeiros Filho (1983, p. 105).

As caixas e caixões possuíam tamanhos diversificados e, em geral, foram feitas em madeira, como o “caixão grande de tábua de jurema com fechadura e dobradiça”¹⁷⁹, a “caixa velha de timbaúba”¹⁸⁰, ou ainda, a “caixa de pau da terra com sete palmos e meio de comprimento com sua fechadura”¹⁸¹. Segundo Flexor (2009) e Macêdo (2015), esses móveis eram usados para o armazenamento de farinha, carne salgada e demais gêneros alimentícios, embora também acomodassem roupas¹⁸².

melhor se adequou à minha discussão no momento. Conforme outras informações sejam acrescidas aos dados já planilhados é possível que essa ordenação se reconfigure.

¹⁷⁷ LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó. 1º Cartório Judiciário. Inventários *post-mortem*. Cx. 321. Inventariado: Domingos Duarte de Carvalho. Inventariante: Francisco Muniz de Mello. 1763. Manuscrito.

¹⁷⁸ LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó. 1º Cartório Judiciário. Inventários *post-mortem*. Cx. 323. Inventariado: Catharina Vieira. Inventariante: Francisco Xavier Gomes. 1795. Manuscrito.

¹⁷⁹ LABORDOC. Inventário de João Gualberto Costa (1809).

¹⁸⁰ LABORDOC. Inventário de Cosme Fernandes Jorge (1801).

¹⁸¹ LABORDOC. Inventário de Diogo Pereira da Silva (1754).

¹⁸² LABORDOC. Inventário de João Nogueira de Queiroz (1811).

Tabela 6 - O *guardar* em inventários de 1754 a 1815 na região do Seridó Potiguar

Móveis	Nº de inventários
Canastra	15
Caixa e caixões	12
Frasqueira	3

Fonte: elaboração da autora (2021).

Nesse conjunto poderiam ser acrescentadas as *malas* (presentes em quatorze inventários), em geral, feitas de madeira e encouradas, citadas na maioria dos casos como *jogos* (conjuntos). Certamente, cumpriram função semelhante às caixas, caixões e canastra, especialmente, na guarda de roupas e acessórios quando seus proprietários não estavam em deslocamento. A exemplo, Manoel Gonçalves Rabelo e sua mulher Ana Joaquina¹⁸³ possuíam “uma mala de pau coberta de couro cru com fechaduras e dobradiças”; já Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos (MEDEIROS FILHO, 1983 [1793, p. 171] deixou listada “um jogo de *malas de casa*, cobertas de couro, já rotas as madeiras em uso, com dobradiças”, a expressão “de casa” parece confirmar seu uso como “móveis” de guardar.

Outros dois itens que podem ter composto o conjunto de “móveis” são os armadores (ALGRANTI, 1997; RIBEIRO, 2019) e tornos (Figura 26), presentes em quase todas as salas e quartos das casas de fazenda, serviam armar redes e pendurar objetos variados (DINIZ, 2008), mas seu caráter “fixo” e, supostamente, de pouco valor, não possibilitou que compusessem as listagens do período.

Figura 26 - Armadores e tornos presentes nas casas-grandes seridoenses



Fonte: Diniz (2008, p. 111).

¹⁸³ LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó. 1º Cartório Judiciário. Inventários *post-mortem*. Cx. 322. Inventariado: Manoel Gonçalves Rabelo e sua mulher Ana Joaquina. Inventariante: Fernandes Telles. 1794. Manuscrito.

Outro “móvel” *fixo* presente foi o armário, mesmo que ausentes nos inventários. São comuns em casas de fazenda da região, mas como descreve Ribeiro (2019, p. 156) ao relatar que nos inventários de Sabará do século XVIII não eram “verdadeiramente ‘móveis’” e no conjunto de mobília se descreviam apenas a mobília “móvel”, o que deixariam de fora “móveis” *fixos*, como os armadores e tornos e, também, os armários (Figura 27).

Figura 27 - Armários fixos presentes nas casas-grandes da região do Seridó



Fonte: Diniz (2008, p. 112).

3.1.2.1 Os móveis de repouso e descanso

Os *tamboretetes*, *cadeiras* e *camas ou catres* (Tabela 7) foram os representantes de outra função relevante na escolha dos móveis, o *descanso* e *repouso*. Cadeiras e tamboretetes, estiveram presentes em apenas dois inventários. Entre móveis e miudezas variadas presentes nas posses de Diogo Pereira da Silva¹⁸⁴ havia um total de “[seis] tamboretetes de couro lavrado” e “um tamborete raso do mesmo”. As cadeiras encontravam-se entre os bens do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque (MEDEIROS FILHO, 1983 [1789], p. 157), “meia dúzia de cadeiras de encosto, cobertas de sola picada com meia pregaria já velhas e uma com o encosto roto” que possivelmente guarneciam uma de suas salas e quem sabe até mesmo sua sala de refeição em conjunto com uma de suas quatro mesas, onde teria feito uso das dezoito¹⁸⁵ colheres e onze garfos de prata. O sargento-mor contava ainda com mais “duas cadeiras rasas, cobertas de sola picada e pregaria já velhas”.

¹⁸⁴ LABORDOC. Inventário de Diogo Pereira da Silva (1754).

¹⁸⁵ No inventário do sargento-mor as colheres estão listadas separadamente diferenciadas pelos seus pesos, sendo: “7 colheres de prata vazadas de bom uso com peso de oito oitavas” e “11 colheres de prata de chapa de bom uso com peso de setenta e três oitavas” (MEDEIROS FILHO, 1983 [1813], p. 156).

Tabela 7 - O *repouso e descanso* em inventários de 1754 a 1815 na região do Seridó Potiguar

Móveis	Nº de Inventários
Camas	5
Catres	2
Cadeiras	2
Estrados	1
Tamboretas	1

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O capitão-mor Cipriano Lopes Galvão¹⁸⁶ (MEDEIROS FILHO, 1983 [1813], p. 209), também possuía “cinco cadeiras de encosto, cobertas de sola, na casa de sua residência” entre seus móveis, além de canastras, bancos, mesas e três camas: “uma cama de armação; uma cama, chã, coberta de sola; uma cama, chã, coberta de couro cru”, que juntas equivaliam a 12\$000. Em caso parecido, em 1764, entre os bens de José Gomes Nobre¹⁸⁷ havia “uma cama de vento de couro” avaliada em 2\$000.

Figura 28 - Um modelo de cama de vento ou de campanha e, a direita, um modelo de catre com estrado trançado em tiras de couro



Fonte: Cama de vento do Acervo do Museu da Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia¹⁸⁸ e catre do Acervo do Museu da Casa Brasileira¹⁸⁹.

As *redes* (descritas em apenas 5 inventários – Figura 29), para além de transporte

¹⁸⁶ Abordo de maneira mais detalhada o inventário do capitão-mor Cipriano Lopes Galvão na seção seguinte desse capítulo onde discutirei sobre uma de suas propriedades, o sítio Totoró de Cima.

¹⁸⁷ LABORDOC. Inventário de José Gomes Nobre (1764).

¹⁸⁸ Disponível em: <<https://mas.ufba.br/cama-de-vento-ou-de-campanha>>. Acesso em: 10 mar 2020.

¹⁸⁹ Disponível em: <<https://mcb.org.br/pt/acervo/catre/>>. Acesso em: 10 mar 2020.

como apontou Flexor, eram também multifuncionais e nos sertões serviam principalmente como um “móvel” relacionado ao descanso e repouso, “geralmente supr[iam] o papel das camas e [eram] de longe muito mais confortáveis, também, frequentemente usadas como cadeiras¹⁹⁰” (KOSTER, 1942 [1817], p. 144). As únicas com maiores detalhes correspondem à “uma rede branca” nos inventários de Diogo Pereira da Silva¹⁹¹ e Inês Maria da Conceição¹⁹² e “uma rede nova de fios com travessas bordadas”, mais “uma rede de fio de travessa¹⁹³ já velha” ambas entre os bens de João Antônio Ferreira das Neves¹⁹⁴.

Figura 29 - A rede e o uso do estrado de madeira em aquarela de Debret, 1827



Fonte: Ribeiro (2019, p. 204).

¹⁹⁰ No original: Hammocks usually supply the place of beds and are by far more comfortable, and these are likewise frequently used as chairs.

¹⁹¹ LABORDOC. Inventário de Diogo Pereira da Silva (1754).

¹⁹² LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó. 1º Cartório Judiciário. Inventários *post-mortem*. Cx. 321. Inventariado: Ignez Maria da Conceição. Inventariante: Gregório Carvalho de Deus. 1755. Manuscrito.

¹⁹³ Luís Câmara Cascudo em seu livro *Rede de Dormir: uma pesquisa etnográfica* (2003, p. 44) cita o conde Ermano de Stradelli (Borgotaro, Piacenza, Itália, 1852, Umirizal, perto de Manaus, 1926) que descreveu esse tipo de rede e sua feitura como: “formada de um número variável de fios dispostos ao comprimento, para fazer punho, e unidos transversalmente por sete ou oito travessões, distantes um do outro mais ou menos um palmo, que formam como que malha. É uma rede de viagem, geralmente feita em miriti e que todo e qualquer tapuio sabe fazer sempre que queira sem precisar de tear, espola ou agulha. Basta um bom novelo de fio e dois paus para conservar esticados os fios, passados neles, como se se quisesse fazer a meada. Posto o número de fios convenientes, se prendem com as travessas por meio de nós de trança. Feito isso, passa-se uma corda no lugar onde estão os paus, e ao desarmá-las se tem já a rede pronta para servir, e com as cordas nos punhos para suspendê-la onde se quiser”. Embora a descrição de Cascudo tenha mais um efeito elucidativo sobre esse tipo específico de rede, decerto as redes de travessa foram objetos mais requintados, visto a valorização da rede de travessas nova de João Antônio Ferreiras das Neves, avaliada em 6\$000, como já havia observado Macêdo (2015).

¹⁹⁴ LABORDOC. Inventário de João Antônio Ferreira das Neves (1809).

O estrado (Figura 29) apareceu em apenas uma listagem (MEDEIROS FILHO, 1983 [1813], p. 210), um mobiliário de feitio simples e de origem ibérica e islâmica, fortemente associado ao “universo feminino”, como apontou Ribeiro (2019) de acordo com os relatos de Fernand Braudel sobre os assentos reservados à população feminina nas salas de recepção do monarca espanhol, Carlos V, e Saint-Hilaire ao relatar uma cena onde:

[...] descreveu a casa de um dono de estância no Rio Grande do Sul, com “sala, muito limpa”, sem janelas, e “apenas mobiliada por duas cadeiras de assento de couro, uma mesa, um catre, cujo fundo é guarnecido de couro, segundo a usança geral, e enfim *um estrado sobre o qual a dona da casa trabalha acocorada e que é formado por tábuas sobre dois paus* (RIBEIRO, 2019, p. 205, grifo do autor).

No que se refere às miudezas que *rechearam* moradas de casas ao longo dos séculos XVIII e XIX das casas-grandes das fazendas de gado dos sertões cabe ter em conta que, possivelmente, materiais de baixo – ou nenhum – valor econômico a ponto de serem descritos em inventários do período supriram as necessidades locais. O local de repouso dessa população pode ser um importante retrato dessa situação, de 71 inventariados apenas 5 possuíam *redes* e 7 possuíam *catre* ou *cama*, quem possuía rede listada não possuía cama ou catre e vice-versa, o que significa que apenas 12 inventários deram indícios sobre os locais de repouso dessa população. Também, é possível que a própria rede, sobretudo a de produção local e sem grandes ornamentos, não tenha sido um objeto valorizado a ponto de ser sempre listado. A título de exemplo no inventário de Catharina Vieira¹⁹⁵ continha um “[tear] de pau de [fazer] rede (1\$600)” e, apesar do item, nenhuma rede foi listada entre seus bens móveis, assim como nenhum catre ou cama.

3.1.2.2 O mobiliário e as *miudezas* da sala de refeição

Os móveis de refeição, aqui representados pelas *mesas* e *bancos*, assinalaram o grupo de mobília mais expressivo no cenário e período abordado (presente em 23 das 33 inventários que continham itens de mobiliário listados) e assim como na sintaxe do espaço (Capítulo 2), esta sala novamente ganhou destaque com a análise do mobiliário presente (Tabela 8). As mesas, ainda que não houvessem menções a suas utilizações, é possível que em maior número tenham sido utilizadas na sala de refeição, ainda que também cumprissem outras funções de apoio diversos, como a função de oratório visualizada no inventário de Diogo Pereira da

¹⁹⁵ LABORDOC. Inventário de Catharina Vieira (1795).

Silva¹⁹⁶ onde havia presença de “uma mesa velha com suas gavetas; *um oratório digo*¹⁹⁷ uma mesa de pau da terra” ou assumissem tanto funções de apoio no preparo dos alimentos como de suporte no momento das refeições.

Tabela 8 - A *refeição* no mobiliário em inventários de 1754 a 1815 na região do Seridó Potiguar

Móveis	Nº de Inventários
Mesa	20
Banco	12

Fonte: elaboração da autora (2021).

Os bancos por vezes apareciam em pares, e seu caráter móvel possibilitaria sua utilização em outros cômodos da casa relacionados a espaços de receber, como o alpendre e demais salas da casa, característica substancial para suprir a necessidade de cômodos diferentes conforme a precisão do momento. O Capitão Domingos Alves dos Santos¹⁹⁸ possuía dois pares de bancos, sendo estes “dois bancos de pau-d’arco com nove pernas” e “dois bancos pequenos de cinco pernas”, além de “duas mesas grandes de madeira de aroeira”, sobre os quais presumo que um desses pares de bancos configurou, em associação com uma de suas mesas, o cenário da sala de refeições de sua casa de morada.

Sobre o mobiliário da sala de jantar de casas-grandes de fazendas na região do Seridó Potiguar Diniz (2013, p. 210) relatou que “é somente composto por bancos de madeira, tamboretas com assentos de couro, cadeiras de encosto cobertas de couro e de sola”. Os inventários analisados parecem reforçar essa alegação também para períodos anteriores, dado que o mobiliário listado correspondeu ao mesmo apontado por Diniz como constituintes da sala de refeições.

Henry Koster (1816) em sua passagem pelo *Seara-Mirim* destacou alguns dos elementos presentes nas salas de refeição por ele observados:

A maioria das melhores casas contém uma **mesa**, mas a prática usual é que a família se agache em um **tapete** em círculo com as **tigelas, pratos ou cabaças no centro**, para comer suas refeições no chão. Facas e garfos não são muito conhecidos e nem

¹⁹⁶ LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó. 1º Cartório Judiciário. Inventários *post-mortem*. Cx. 321. Inventariado: Diogo Pereira da Silva. Inventariante: Gregorio Martins Pereira. 1754. Manuscrito.

¹⁹⁷ O equívoco do relator nos permite um vislumbre do uso dado a essa mesa em específico, a outra também presente no inventário, possivelmente deve ter sido utilizada na sala de refeições.

¹⁹⁸ LABORDOC. Fundo da Comarca de Caicó. 1º Cartório Judiciário. Inventários *post-mortem*. Cx. 323. Inventariado: Domingos Alves dos Santos. Inventariante: José Alves dos Santos. 1793. Manuscrito.

são utilizados pelas classes mais pobres. É costume em todas as casas, da baixa à alta classe, como em tempos antigos e de fato a mesma prática prevalece em todas as partes do país que visitei, uma **bacia de prata ou uma de barro ou uma *cuia*** e uma **toalha** de cambraia com franjas ou de algodão grosso nacional, é distribuída a todos os que vão se sentar para comer para que assim lavem as mãos e a mesma cerimônia ocorre novamente após o término da refeição¹⁹⁹ (KOSTER, 1816, p. 114, tradução e grifo meu).

Silva Filho (2007) ao realizar o levantamento arquitetônico de sítios históricos do estado do Piauí ilustra a sala de refeições a partir da Fazenda Espírito na Figura 30, a qual, ainda que inserida em um contexto do século XX, exhibe elementos que certamente estavam presentes ao longo do século XVIII e XIX nas salas de refeições seridoenses, tendo como base os inventários analisados, tais como: as “mesas grandes”, bancos de madeira e uma vasilha de cerâmica (destacada pela seta vermelha) para lavar as mãos, que embora não pautada diretamente em inventários foi descrita por Koster em seu relato do século anterior e, de maneira indireta, noto sua presença com o inventário de Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos (MEDEIROS FILHO, 1983 [1793], p. 172, grifo meu) onde consta “duas toalhas de *aguar as mãos*, de Bretanha, cercadas de renda, já usada (\$960)”.

Figura 30 - Sala da Fazenda Espírito Santo, Oeiras, Piauí



Fonte: SILVA FILHO (2007, p. 99)²⁰⁰.

¹⁹⁹ No original: Most of the better sort of cottages contain a table, but the usual practice is for the family to squat down upon a mat in a circle, with the bowls, dishes, or gourds in the centre, thus to eat their meals upon the floor. Knives and forks are not much known, and are not at all made use of by the lower orders. It is the custom in every house, from the highest to the lowest, as in former times, and indeed the same practice prevails in all the parts of the country which I visited, for a silver basin, or one of earthenware, or a *cuia*, and a fringed cambric towel, or one that is made of the coarse cotton cloth of the country, to be handed round, that all those who are going to sit down to eat may wash their hands; and the same ceremony, or rather necessary piece of cleanliness, takes place again after the meal is finished.

As louças e demais elementos associados ao **servir** que também dialogam com o ambiente da sala de refeição foram listados em 35 inventários (Tabela 9). As colheres foram as mais comuns, os garfos aparecem logo depois e as facas em uma quantidade ainda mais discreta. Segundo produções anteriores, as facas não eram itens habituais nas mesas dos seridoenses (MACÊDO, 2015) e os inventários parecem reforçar esse pressuposto.

O único caso de “faqueiro” observado pertencia ao capitão-mor Cipriano Lopes Galvão (MEDEIROS FILHO, 1983 [1813], p. 207, grifo meu), com “seis colheres de prata, seis garfos de cabos de prata, seis colheres pequenas de prata, seis garfos de cabos de prata, seis colheres pequenas de prata, de chá, uma colher de prata de sopa, grande, uma escumadeira de prata, uma colher pequena de prata, de tirar açúcar, um garfo grande, com cabo de prata, *uma faca com cabo de prata*, com o peso, tudo, de trezentas e noventa e cinco oitavas, e a caixa”, e mesmo neste conjunto constava apenas uma faca.

Tabela 9 - O *servir* em inventários de 1754 a 1815 na região do Seridó Potiguar

Itens	Nº de Inventários
Colheres (latão e prata)	29
Garfos (latão e prata)	9
Pratos (estanho, louça e pó de pedra)	9
Facas ou cabo de faca	4
Garrafas e garrafões	4
Pratos de meia cozinha	3
Cocos e púcaros	3
Copos	3
Frascos	3
Galheta	1
Salva	1
Faqueiro	1
Bandeja	1
Copeira	1
Terrina	1

Fonte: elaboração da autora (2021).

Quase todos os itens listados na tabela acima são de *metal*, *vidro* ou *louça*²⁰¹. A descrição dos itens de *metal* se resume à especificação do metal (estanho, prata ou cobre) ou

²⁰⁰ Coincidentemente a fazenda Espírito Santo, utilizada por medeiros Filho para representar um caso onde a varanda de refeições era uma “varanda fechada” é bastante similar ao contexto da região do Seridó Potiguar.

²⁰¹ Ainda que seja uma descrição genérica, penso que estariam agrupados aqui faianças variadas.

seu peso. Objetos de *vidro* aparecem em apenas 5 inventários (2 do século XVIII e 3 do século XIX) e se restringem a copos, garrafas e garrafões, descritos em sua maioria como brancos, pretos e branco com dourado, respectivamente. As *louças* correspondem ao “prato fino quebrado na beira” de Diogo Pereira da Silva²⁰², os “pratos louça do porto em bom uso”, “sete pratos finos em bom uso” e os “quatro [copos] de louça em bom uso” de Domingos Alves dos Santos; “um prato branco grosso” de Catarina Vieira²⁰³ e “uma terrina de *pó de pedra*, branca” e “dois pratos brancos, rasos, de *pó de pedra*, com beira *anil*” de Cipriano Lopes Galvão (MEDEIROS FILHO, 1983 [1813], p. 209).

Sem dúvida, no cotidiano dessas fazendas, os utensílios relacionados ao *preparo* e ao *servir* dos alimentos não se limitou apenas aos bens inventariados e foram viabilizados pelo uso contínuo de vasilhas diversas, onde a cerâmica de produção local-regional teve um papel importante na forma de panelas, potes, pratos, canecas, travessas e afins, ainda que notoriamente ausentes das listagens de bens do período. Koster (1816) havia chamado atenção para o uso costumeiro de *cuias* no trabalho doméstico e o trabalho arqueológico (Figura 31), segue em direção a uma maior evidenciação dessa materialidade cotidiana fortemente representada pela cerâmica utilitária (ver SYMANSKI, 2008), nem sempre relevante às avaliações monetárias envolvidas em processos de listagens de bens.

Figura 31 - Amostra de fragmentos cerâmicos com decoração escovada e incisa coletada no sítio Culumins, Caicó (RN)



Fontes: Hozana Danize Lopes (2019) e composição da autora (2021).

²⁰² LABORDOC. Inventário de Diogo Pereira da Silva (1754).

²⁰³ LABORDOC. Inventário de Catarina Vieira (1795).

3.1.3 A área de serviço, a cozinha e o preparo dos alimentos

Outra área da casa que esteve presente nas listagens de bens foi a área de serviço, especialmente em relação ao preparo de alimentos (Tabela 10), evidenciada em 39 inventários. Os tachos de cobre foram de longe os mais populares entre os bens listados, dado o valor agregado ao cobre, mesmo tachos furados não passaram despercebidos nas partilhas, a exemplo, o “tacho grande todo quebrado com peso de dezoito libras”²⁰⁴ ou o “tacho velho já furado com peso de cinco libras”²⁰⁵. Os tachos eram de cobre, já as bacias podiam ser de cobre ou de “arame”, estas últimas também foram utilizadas no cozimento dos alimentos, como bem precisou a listagem do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque (MEDEIROS FILHO, 1983 [1789], p. 156) “uma bacia de cobre de fazer doce, com peso de três libras”. As panelas de ferro, aparentemente foram pouco habituais, e apareceram em apenas dois casos “um caldeirão de cobre com peso de duas libras” de Sebastião José Pereira da Costa²⁰⁶ e as “panelas de ferro de cozinhar” de Terêza Maria de Jesus²⁰⁷.

Tabela 10 - O *preparo* em inventários de 1754 a 1815 na região do Seridó Potiguar

Itens	Nº de inventários
Tacho de cobre	37
Bacia	8
Almofariz	4
Espeto de trempe	1
Caldeirão	1
Panela de ferro	1

Fonte: elaboração da autora (2021).

As primeiras cozinhas funcionavam na *tacaniça*, uma puxada na parte traseira da casa, onde se dispunham os trempes para o preparo dos alimentos (MACÊDO, 2015). Para Stewart-Abernathy (2004) que analisou a disposição da cozinha em fazendas urbanas de Washington (1820-1860), Arkansas (EUA), essa separação (ambiente doméstico servil/ambiente doméstico senhorial) estaria relacionado à segregação da população escravizada dedicada aos

²⁰⁴ LABORDOC. Inventário de Antônio Garcia de Sá (1755).

²⁰⁵ LABORDOC. Inventário de João Álvares de Oliveira (1791).

²⁰⁶ LABORDOC. Inventário de Sebastião José Pereira da Costa (1803).

²⁰⁷ LABORDOC. Inventário de Terêza Maria de Jesus (1811)

trabalhos domésticos (principalmente no preparo de alimentos) de seus proprietários, mas ainda mantendo-a próxima e acessível, para fins de controle e supervisão. Deste modo, seria uma “metáfora para a separação estruturada entre pessoas que trabalhavam na cozinha e aquelas para quem trabalhavam²⁰⁸” (STEWART-ABERNATHY, 2004, p. 68–69). Para a autora, ainda que houvesse motivos físicos vinculados aos recorrentes riscos de incêndios, excesso de fuligem, odores e outras motivações fortemente defendidas pela historiografia local, esta separação estaria mais associada a motivações sociais do que físicas. Na região do Seridó, em casas de proprietários mais abastados, as cozinhas aos poucos foram internalizadas no ambiente doméstico (Figura 32), mas ainda assim a cozinha externa permaneceu. Para Diniz (2008, p. 108–109) “em algumas casas-sedes, além do fogão a lenha na cozinha [interna], há também outro no alpendre de trás”, conhecida localmente como a “cozinha de queijo”.

Figura 32 -Fogões de barro e alvenaria presentes em casas de fazenda do século XIX na região do Seridó



Fonte: Diniz (2008, p. 108).

Em acordo à existência de áreas de preparo na parte externa da casa e equipadas com trempes, havia entre os bens de José João de Vasconcelos²⁰⁹ (1798) “um espeto de uma trempe”, outros três inventários mencionam a presença de “espeto”, no entanto nenhum outro descreve de maneira tão enfática seu uso. Além das trempes, o preparo de alimentos compôs o rol dos objetos valorizados entre as listagens de bens do século XVIII e primeiro quarto do

²⁰⁸ No original: “metaphor for the structured separation between those who worked in the kitchen and those for whom they worked.”

²⁰⁹ LABORDOC. Inventário de José João de Vasconcelos (1798).

XIX e, sem dúvida, nesse período a produção de doces, queijos, carnes de sol na nata, arroz de leite, feijão macassar (DINIZ, 2008) e tantas outras foram, cada vez mais, agregadas à memória gustativa seridoense. E, certamente, foram nessas cozinhas que parte substancial da rotina diária seridoense foi criada e mantida, o *habitus* da vida cotidiana. Assim como, conceitual e emocionalmente, grande parte da intimidade, contradições e ambiguidades das relações entre brancos e negros ainda existentes (STEWART-ABERNATHY, 2004).

Sobre o queijo dos sertões Macêdo (2015, p. 175, grifo meu) descreve:

Mais que a manteiga, o queijo poderia ser conservado por até um ano. Recorria-se à sua impermeabilização utilizando-se um pequeno *ferro de passar*, processo que forma uma resistente, deliciosa e grossa casca. Henry Koster o comera em suas viagens: “O queijo do sertão é excelente quando fresco, mas ao fim de quatro ou cinco semanas fica duro e coriáceo. Poucas pessoas fabricam manteiga, batendo o leite em garrafas comuns”. O inglês não percebeu que a dureza do queijo era resultado de uma técnica de conservação, preciosa nos sertões. Guardados para serem usados por muitos meses, duros como pedra, os queijos eram fatiados a machado ou amolecidos em forno rústico. Neste caso, era ao modo da barrelada: enterrava-se o queijo e sobre ele queimavam uma fogueira, e em pouco tempo esse forno bruto amolecia-o. Também amaciava-se o queijo adicionando-o em fatias ao cozimento de pratos como feijoada e arroz de leite.

3.2 SÍTIO TOTORÓ DE CIMA, MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN

A data de sesmária denominada Totoró foi adquirida pelo Coronel Cipriano Lopes Galvão em meados 1755. Segundo Medeiros Filho (1981) o Coronel era natural de Igarapu, Pernambuco, local onde contraiu matrimônio com Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos, entre 1747-1748. Sua presença no Rio Grande do Norte foi documentada a partir de 1721 quando inventariou os bens de seu pai em Goianinha, episódio ocorrido logo após sua aquisição da Data do Totoró, local no qual fixou morada e currais de gado. Novamente se tem notícias do Coronel Cipriano com as solicitações de terra por Dona Adriana, sua esposa, que indicava ser viúva do Coronel em 1764.

Dona Adriana casou-se três vezes ao longo de sua vida. O Coronel Cipriano Lopes Galvão foi seu primeiro marido, com quem teve seis filhos (dois faleceram ainda na infância), e de quem foi meeira do sítio Totoró de Cima. Este sítio ficou sobre a gestão do segundo filho do casal, capitão-mor Cipriano Lopes Galvão (2º), assim como parte das duas terras de plantar vizinhas a ele, perpetuando o domínio territorial da família. O segundo casamento foi com

Félix Gomes Pequeno, em 1764. Neste casamento nasceu Félix Gomes Pequeno (2º), o qual foi descrito, no inventário de sua mãe, como proprietário de metade de *uma casa* no sítio Totoró e de terras que faziam fronteiras pelo lado do poente com este mesmo sítio. Por fim, Dona Adriana contraiu matrimônio com o português Antônio da Silva e Souza, com quem não teve nenhum filho (MEDEIROS FILHO, 1983).

Em 1793, terceiro ano da *Grande Seca* (MACÊDO, 2015), Dona Adriana faleceu e seu inventário deixou transparecer um pouco das dificuldades do período, onde mesmo os grandes proprietários sentiam as atribulações dos extremos climáticos da região. Sua listagem de bens continha apenas “oito bovinos, vinte e três caprinos e nove cavalares” (MEDEIROS FILHO, 1983 [1793], p. 166), que representavam um valor de 17\$600. Seu maior patrimônio estava investido sob os *Títulos de Bens de Raiz* que correspondiam ao valor de 1:611\$885 e sob o *Título de Escravos*, 1:595\$000, os demais *Bens Móveis* (dinheiro, ouro, prata, latão, cobre, estanho, ferro, sola, móveis e alfaias) correspondiam juntos a 1:158\$000.

O sítio Totoró de Cima tornou-se popular na região por ter sido a residência de uma das famílias cuja história particular se entrelaça com a história do município de Currais Novos, com as doações de terra do capitão-mor Cipriano Lopes Galvão (2º) para a construção da capela que daria origem à cidade. Deste modo o Almanak Laemmert²¹⁰ (1911) remonta a história do município da seguinte maneira:

Currais Novos: Município pertencente a comarca de Acari. [...] E' o município banhado pelo rio Currais Novos, outrora Maxinaré que nasce na serra do Doutor e depois de um curso de 48 quilômetros, atravessa, a vila e entra no município de Acari onde toma o nome de Acauã, recebendo como tributários os rios Tororó, Areia, Cipó e Mulungu.

O primeiro habitante do município foi o coronel Cipriano Lopes Galvão, natural de Iguaraçu (Pernambuco) que em meados do século XVIII fixou residência com sua família. Depois do seu falecimento, ocorrido em 1764, ficou seu filho capitão-mor Cipriano Lopes Galvão que, além das terras do Tororó compradas por seu pai, possuía outras cujo número se contava os de Currais Novos, onde tinha uma fazenda de gado.

Em 1808 empreendeu ele erigir uma capela dedicada a Nossa Senhora de Sant'Anna em sua fazenda de Currais Novos oferecendo para patrimônio uma légua quadrada. Requerendo, (o que obteve) ao Bispo de Pernambuco D. José Maria de Araújo a 24 de fevereiro de 1808 a provisão para erigir a dita capela, benzendo o mesmo Bispo a primeira pedra na pessoa do pároco da freguesia. Foi celebrada a primeira missa nessa capella em 1813, ano em que faleceu seu fundador, no dia 13 de dezembro, sendo sepultado na Capella de sua fazenda.

²¹⁰ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940, edição B00068, p. 3710-3711. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=47635&url=http://memoria.bn.br/docreader/#>>. Acesso em 10 abr 2020.

A família foi possuidora de um número expressivo de escravizados (Tabela 11), motivo pelo qual me dedico a compreender um pouco mais sobre seu contexto de ocupação, sujeitos, paisagem edificada e materialidades. Um total de 24 foram listados no *Título de Escravos* de Dona Adriana e 23 foram listados no inventário de seu filho, capitão-mor Cipriano. Entre a população escravizada de 1793 é possível observar informações relacionadas a laços parentais entre as escravizadas, suponho que esse ponto pode ter influenciado na dispersão ou agrupamento destas pessoas nas propriedades da família, caso esta população fosse dividida entre as propriedades, como sugere Borges (2000, p. 40), ou mesmo no compartilhamento de moradias independente desta população estar disposta em uma ou várias propriedades da família.

Tabela 11 - Escravizados da família proprietária do sítio Totoró de Cima

D. Adriana de Holanda e Vasconcelos (1793)	Capitão-mor Cipriano Lopes Galvão (1813)
Ignacia, mulata, 50 anos, malhada na cor, por fígado de que é doente	Tomás, mulato, 26 anos, dom saúde
Ana Theresa, mulata, 17 anos, sem moléstia, nem habilidade, filha de Ignacia	Manoel, cabra, 26 anos, doente de cravos
Sebastiana, mulata, 15 anos, sem moléstia, nem habilidade, filha de Ignacia	Prudente, crioulo, 19 anos, com saúde
Leonarda, mulata, 10 anos, sem moléstia, nem habilidade, filha de Ignacia	João, crioulo, 17 anos, com saúde
Florência, mulata, 9 anos, sem moléstia, nem habilidade, filha de Ignacia	Alexandre, crioulo, 20 anos, com saúde
Emerenciana, mulata, 5 anos, sem moléstia, nem habilidade, filha de Ignacia	Leandro, mulato, 14 anos, Com saúde
Rosa, mulata, 2 anos, sem moléstia, nem habilidade, filha de Ignacia	Agostinho, mulato, 38 anos, achacado de gálico
Theresa, parda, 60 anos, sem moléstia, nem habilidade, casada, achacada de algumas moléstias	José, crioulo, 70 anos, om saúde
Luisa, mulata (parda + preto), 20 anos, entrevada na presente ocasião, filha de Theresa	Inácio, crioulo, 52 anos, com saúde
Monica, mulata, 4 anos, sem lesão, nem moléstia, filha de Luisa	Caetano, mulato, 8 anos, com saúde
Maria, crioula, 35 anos	Francisco, mulato, 6 anos, com saúde
Isaura, crioula, 14 anos, sem moléstia, nem habilidade, filha de Maria	Miguel, mulato, 5 anos, com saúde
Rita, crioula, 20 anos, com imperfeições das pernas e corpo, rendida das virilhas, filha de Maria	Bartolesa, mulata, 20 anos, com saúde
Luís, mulato, 50 anos, sem moléstia, nem habilidade	Joaquina, 30 anos, com saúde
Francisco, mulato, sem moléstia, nem habilidade	Maria, mulata, 33 anos, com saúde
Manoel, mulato, 21 anos, sem moléstia, nem habilidade	Josefa, mulata, 8 anos, com saúde
Agostinho, mulato, 19 anos, sem moléstia, nem habilidade*	Luiza, cabra, 7 anos, com saúde
José, Mina, 40 anos, sem moléstia, nem habilidade	Maria, mulata, 6 anos, om saúde
José, Gentio da Angola, 22 anos, sem moléstia, nem habilidade	Inácia, crioula, 40 anos, doente
Cipriano, Gentio da Angola, 20 anos	João, mulato, 10 anos, se acha cortado
Joaquim, Gentio da Angola, 14 anos, sem moléstia, nem habilidade	Henrique, crioulo, 20 anos, se acha empenhado, em seu poder, por Miguel Figueira Galvão
Manoel Gomes, Costa da Mina, 55 anos, sem moléstia, nem	Manoel, crioulo, 20 anos, com saúde

habilidade	
José Gomes, Costa da Mina, 50 anos, quebrado das cadeiras e de um pé	Cipriano, mulatinho, 5 anos, com saúde
Miguel, mulato, 30 anos, sem ofício se não o de campo	

Fonte: elaboração da autora (2021) a partir de Medeiros Filho (1983).

Vinte anos após a morte de Dona Adriana, em 1813, faleceu seu filho o capitão-mor Cipriano Lopes Galvão²¹¹ (2º) que residia no sítio Totoró, e quem o conduzia após a morte de sua mãe. Uma grande quantidade de escravizados permaneceu sob a posse da família, um total de vinte e três, entre esses o escravizado Agostinho (listado anos antes com 19 anos de idade), reaparece com idade de 38 anos e moléstia (achacado de gálico). Entre os escravizados do capitão-mor cinco possuíam idade inferior ou igual a 7 anos o que, possivelmente, indica o prosseguimento da constituição de laços parentais entre a população escravizada nos domínios da propriedade. Ainda, a continuidade numérica de escravizados pode ter possibilitado espaços de habitações contínuas dessa população ao longo desse período na fazenda.

Além da presença negra, o sítio, ao que tudo indica, também contou com a presença indígena sobre seus domínios. Macedo (2013a, p. 131) ao realizar um levantamento sobre a presença da população nativa na região do Seridó no século XVIII pontuou a existência de indígenas nas cercanias do Totoró e com uma íntima relação com a família proprietária, como a indígena Joana da Rocha, que em 1802 na Capela do Acari deu “sepultura ao filho, Alexandre, na época, com 16 anos. Na ata do óbito do índio Alexandre consta a referência ‘moço’ do capitão-mor Cipriano Lopes Galvão”, também:

[...] duas outras índias, em outubro de 1815, celebraram o batizado de suas filhas no Totoró: Maria do Carmo, mãe da pequena Rita, que tinha, à época, 2 meses e Joana Tavares, mãe de Angélica, com um mês de nascida. Embora a índia Joana Tavares fosse moradora no platô da Serra de Santana, as relações de parentesco ritual que estabeleceu no batizado de sua filha demonstram que mantinha convívio, também, com as populações que moravam na planície. Escolheu para padrinhos da índia Angélica dois pardos, Luiz, solteiro e Ana, casada, ambos escravos do capitão Félix Gomes Pequeno (2º), morador no Totoró (MACEDO, 2013a, p. 132).

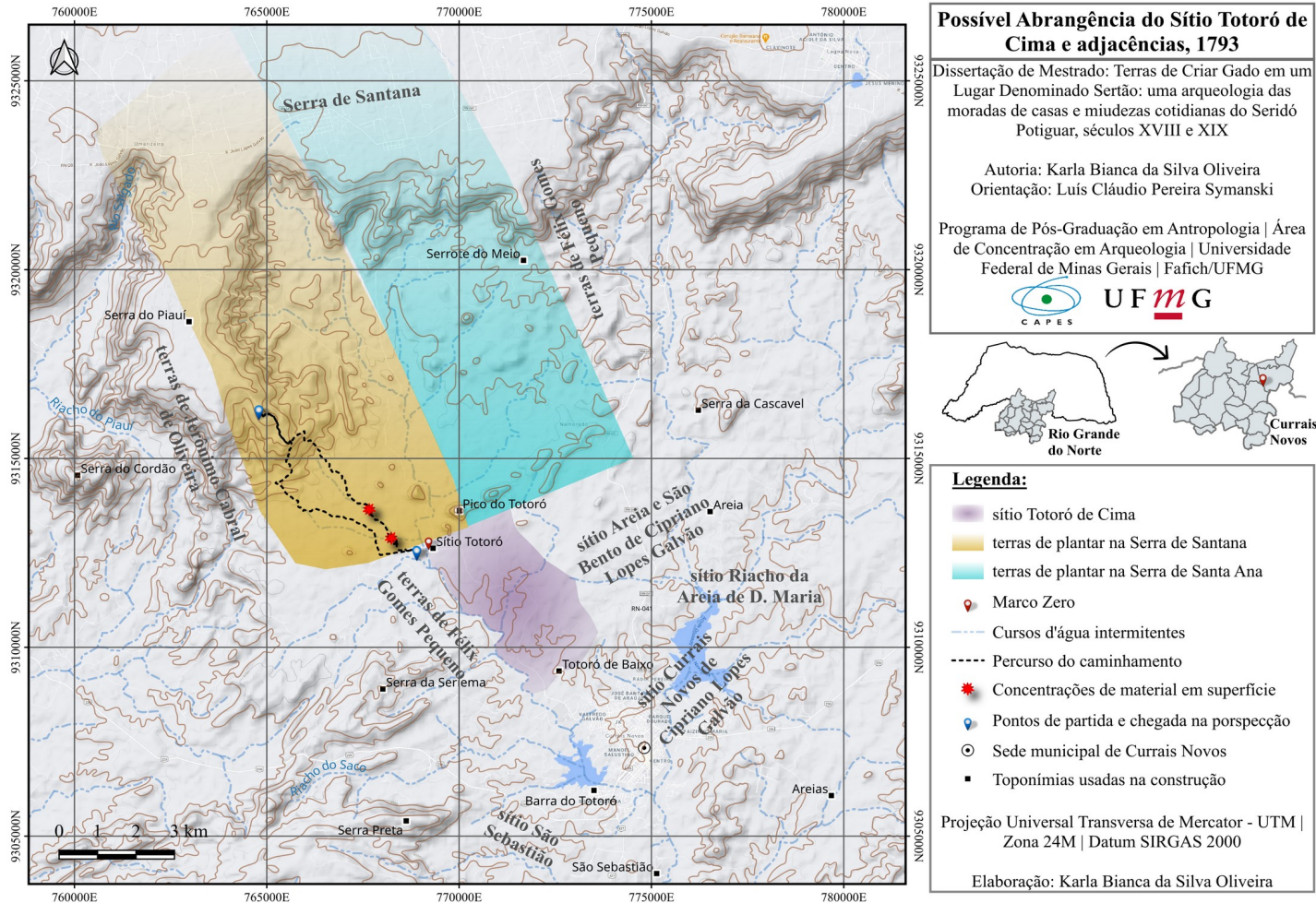
Macedo aponta que a designação de moço era utilizada para “criados livres” que mantinham estreita relação de dependência, os filhos de criação, dos fazendeiros locais. Ponto que reforça a hipótese de Macedo de quem ambos, Joana e Alexandre, certamente habitavam a propriedade como agregados.

²¹¹ A listagem de bens do capitão-mor Cipriano foi o único caso observado onde havia listado entre seus bens “uns grillhões” e “quatro pares de algemas, com três cadeados” (MEDEIROS FILHO, 1983 [1813], p. 208). Ainda que esse aparato fosse esperado dado ao seu posto de militar, também indicar o trato dado a seus escravizados (ver ABREU, 2011).

Entre os bens de raiz de Dona Adriana haviam cinco propriedades, uma terra de criar gado na Vila Nova da Rainha da Campina Grande; uma porção de terras no sítio do Catolé, em Goianinha, de Iguaria e com aviamentos de fazer farinha e casas; e três propriedades que faziam fronteiras entre si, uma delas era a terra de criar gados Totoró de Cima e duas datas de terras de plantar lavouras. Com base nessas informações esbocei uma proposta sobre a possível espacialização do sítio Totoró, cuja maior dificuldade na tarefa residiu na localização do riacho Totoró, o qual não consegui localizar na hidrografia disponibilizada pelo IBGE e inferi a partir de toponímias presentes nas Cartas Topográficas disponibilizadas pelo Exército Brasileiro e apresentadas como *sítio Totoró*, *Barra do Totoró*²¹² e *Totoró de Baixo* (Figura 33).

²¹² De acordo com o que pude observar em algumas cartas topográficas, inclusive na Carta Topográfica da Fazenda Bestas Bravas (1899) apresentada no Capítulo 2, “barra” seria uma formação geológica possível de ocorrer na desembocadura de um curso d’água (tal qual seu conceito atual) e onde o nome de um desses cursos nomeia a “barra”, logo “barra do Totoró” poderia remeter ao antigo riacho Totoró.

Figura 33 - Possível espacialização do sítio Totoró de Cima, 1793



Fonte: elaboração da autora a partir do inventário de D. Adriana de Holanda e Vasconcelos (MEDEIROS FILHO, 1983); Cartas Topográficas Matriciais de Currais Novos (SB-24-Z-B-II) e Santa Cruz (SB-24-Z-B-III) do Exército²¹³; bases cartográficas do IBGE (2015); e imagens do *Open Street Map* (2020).

²¹³ DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO (DSG). *Banco de Dados Geográficos do Exército*. Versão 3.0. 2013. Disponível em: <<https://bdgex.eb.mil.br/mediador/>>. Acessado em 20 jan 2020.

Para a sugestão destes limites me embasei na definição das fronteiras e medidas de terras listadas no inventário de Dona Adriana (1793) e dispostas da seguinte maneira:

[...] neste lugar denominado Totoró de Cima, cujas terras têm **de comprido três quartos de légua, e meia légua de largura, por uma banda do riacho chamado Totoró**, da parte do nascente, cujas terras a houveram por título de compra, que dela fizeram por escritura pública, ao Capitão Domingos Alves dos Santos, cujas terras fazem suas extremas, para a parte do *nascente*, com terras de D. Maria, **do sítio denominado Currais Novos, do Capitão-Mor Cipriano Lopes Galvão**, e, para parte do *sudoeste*, com o sítio de São Sebastião, do Alferes Félix Francisco, pelo *norte*, com terras de planta[r] Serras Negras, **pertinentes ao mesmo monte**, e para a parte do *poente*, **com o mesmo herdeiro Félix Gomes Pequeno**, dividindo em meio o rio a meio.

Uma data de terras de plantar lavouras, na serra chamada Santana, com o título de antiguidade Serra Negra ou Serra Azul, cuja data a houvera a defunta mulher dele inventariante, da sesmaria da Cidade do Rio Grande do Norte, que compreendem em si **três léguas de comprido e uma légua de largo**, já cultivada e situada, que fazem suas extremas, pela parte do *poente*, com o Coronel, digo, Tenente-Coronel Jerônimo Cabral de Oliveira, e, pelo *nascente*, com terras do **mesmo monte**, pelo *norte*, com terras do Capitão Domingos Jorge e do Sargento-mor Matias Fernandes de Sá, e, pelo *sul*, com terras do dito Totoró de Cima, **do mesmo monte**. Declaro que esta data acima dita, assim confrontada, a houveram por título de compra, que dela fizeram por escritura pública [...]

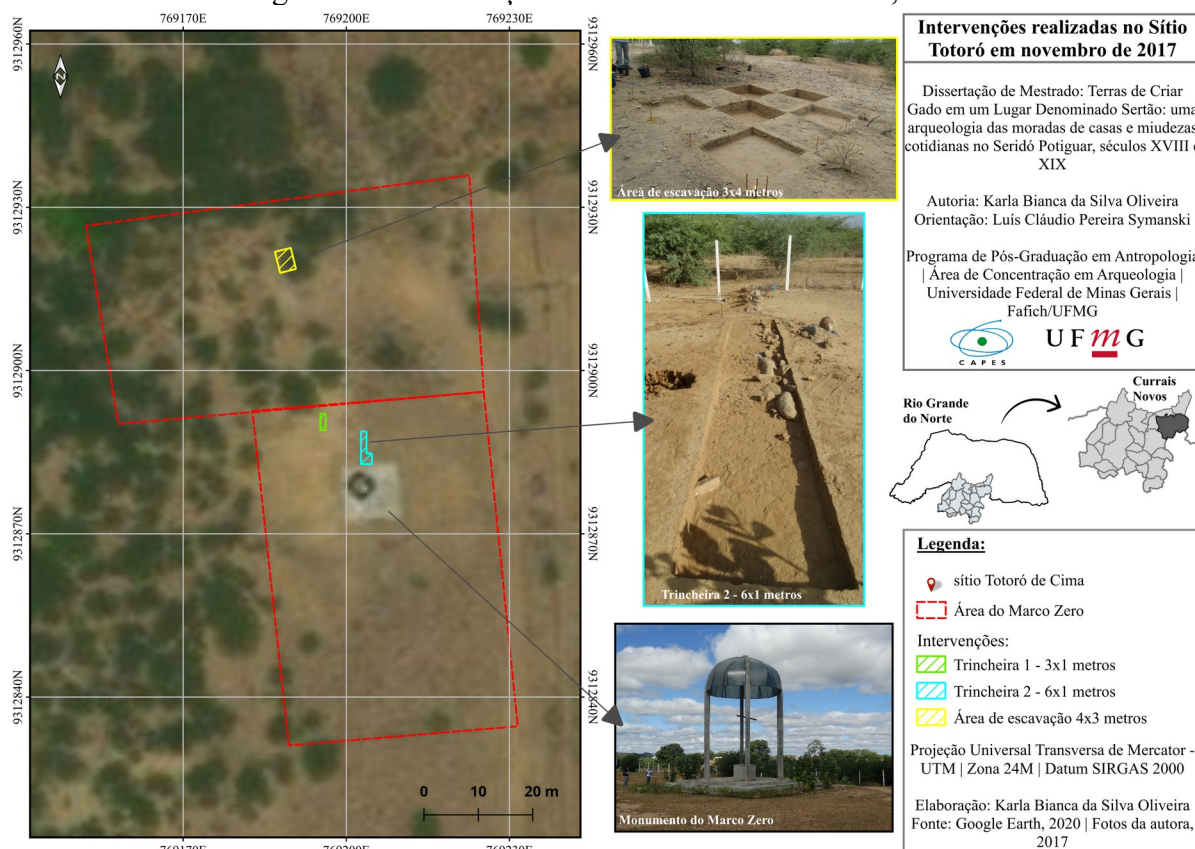
Uma Data de terras de plantar lavouras, na serra Santa Ana, algum dia denominada Serra Negra ou Serra Azul, que tem **de comprido três léguas, e uma légua de largura**, cujas terras houveram por título de Data de Sesmaria, passado por um dos Capitães-Mor e Governador da Cidade do Natal do Rio Grande do Norte, que fazem suas extremas, **pelo poente, com terras de planta de Félix Gomes Pequeno**, pelo *norte*, com terras de criar do Capitão Baltazar Soares da Silva, do sítio denominado Currealinho, e com terras de Miguel Alves de Souza, no sítio denominado Bodó, e, **pelo sul, com terras de criar do Capitão-Mor Cipriano Lopes Galvão**, do sítio Areia e São Bento, e terras de criar do Tenente-Coronel Afonso José Albuquerque, dos sítios denominado Santo Antônio e Maxinaré. (MEDEIROS FILHO, 1983 [1793], p. 175-176, grifo meu).

Ainda que a espacialização apresentada seja uma proposta, a partir dela me arrisco a elencar algumas hipóteses que foram realçadas com a ilustração. De acordo com a Figura 33, o local atribuído à antiga casa-grande do sítio Totoró de Cima, fica em uma região próxima ao encontro das três propriedades destacadas no mapa e acredito que o Pico do Totoró²¹⁴ pode ter sido um marco na paisagem do entrocamento das três propriedades (1). Também, a proximidade das propriedades me remete ao fato de quão integrados esses três espaços podem ter sido na dinâmica de ocupação do sítio, e tenham atuado na realidade como uma única propriedade (2).

²¹⁴ No geossítio Pico do Totoró “*estão situados atrativos geoturísticos que envolvem geoformas (criadas pela atuação de processos erosivos e por intemperismo esculpidas pela ação do vento)*”, neste geossítio há a “*presença de fósseis e pinturas rupestres*” (CPRM, 2020). Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/gestao_territorial/geoparques/serido/tororo.html>. Acesso em 10 jan 2020.

Como já mencionado na introdução deste Capítulo, não se conhece até o momento a localização exata da casa-grande do sítio Totoró de Cima, dado que não há restos materiais de edificações que possam ser atribuídos à casa-grande ou alguma outra habitação. Ainda que, de acordo com a memória local, o local da casa-grande da propriedade corresponde com uma alta concentração de material em superfície, local este escolhido para a construção de um Marco Zero²¹⁵ do município, assim como para a escolha das áreas de escavação, em número de três (Figura 34).

Figura 34 - Intervenções realizadas no sítio Totoró, 2017



Fonte: elaboração da autora (2021).

A Trincheira 2, polígono em azul na Figura 34, evidenciou um alinhamento de blocos rochosos semelhante a um alicerce em junta seca, que com o avançar dos estudos e continuidade dos trabalhos de campos poderá informar um pouco mais sobre sua origem e função, se estaria associado a um alicerce de alguma habitação ou a uma “cerca de pedra”.

²¹⁵ Devido a importância da propriedade de Cipriano Lopes Galvão, figura importante na construção da Capela em homenagem a Sant’Anna no povoado que deu à história da cidade de Currais Novos. O posicionamento do Marco Zero corresponde ao local onde havia a maior concentração de material (fragmentos de louça, vidro, cerâmica utilitária de produção local, metal e afins) em superfície.

Ainda, se esta estaria associada a morada de casas na qual habitou Dona Adriana ou o capitão-mor Cipriano ou, mais, se estes habitaram a mesma *morada de casas térreas*.

De acordo com o inventário de Dona Adriana, a única edificação descrita do sítio consistia em “uma morada de casas térreas de taipa, no sítio de criar gados denominado Totoró de Cima, nas ditas casas tem o monte a metade delas e um copiar que de novo se erigiu, e a metade da dita casa do herdeiro Félix Gomes Pequeno” (MEDEIROS FILHO, 1983 [1793], p. 176). Além dessa edificação, a presença de agregados pode ser observada a partir da citação de mais três moradores que deviam ao casal:

Manoel da [ilegível] morador neste lugar Totoró de Cima de acerto de contas a quantia de 5\$450

Antônio de Mello [ilegível] velho morador no [Totoró de Baixo] Ribeira do Siridó [motivo ilegível] a quantia de [ilegível]

José de Freitas Leitão morador no Totoró de Baixo na Ribeira do Siridó deste termo procedido de gados de açogue como consta devidos créditos a quantia de 70\$190²¹⁶.

Ainda que, até o momento, sejam breves as informações sobre as edificações do sítio Totoró ao longo da administração do sítio pela matriarca da família, o cenário se altera, ainda que de forma sutil, anos depois no inventário de seu filho onde outras informações são listadas, como: “uma morada de casa, com frente de tijolos, de sua residência²¹⁷, no lugar do Totoró, com três currais de pau a pique; uma cacimba coberta de telha, anexa à mesma casa de sua residência; uma casa de taipa coberta de telha, no lugar do Totoró” (MEDEIROS FILHO, 1983 [1813], p. 213).

No tocante ao mobiliário disposto no inventário da matriarca da família, observei, que ao longo do século XVIII a residência sede possuía um acervo mais arrojado (Tabela 12) quando em comparação com o mobiliário exposto pelo proprietário subsequente, o capitão-mor Cipriano, embora em quantidade expressiva quando em comparação com outras listagens do período.

²¹⁶ Arquivo da Vara Cível da Comarca de Currais Novos, 3º Cartório Judiciário. Caixa I. Inventário *post-mortem* de D. Adriana de Holanda e Vasconcellos, 1793.

²¹⁷ Ainda que seja difícil comparar avaliações monetárias relacionadas às casas de morada no período, conforma já discutido no Capítulo 2, há uma variação significativa de valor entre a casa de morada onde vivia Dona Adriana, orçada em 21\$000, e a casa onde viveu seu filho, o capitão-mor Cipriano, orçada em 200\$000. Algumas melhorias

Tabela 12 - Mobiliário de D. Adriana, sítio Totoró de Cima, 1793

Mobília
1 mesa lisa, sem gavetas com oito palmos de comprimento e três e meio de largura usada
1 banco de madeira de pau de arco bem feito com dez palmos
1 jogo de malas de casa, cobertas de couro, já rotas as madeiras em uso, com dobradiças ²¹⁸
1 mesa velha, na Serra, de pau de arco
1 banco velho de oito palmos na Serra de madeira pau de arco
2 canastras velhas, uma de couro e outra de vaca já velhas

Fonte: elaboração da autora (2021).

Segundo a tabela acima, os seis itens de mobília listados estavam divididos em duas residências, na casa do Totoró havia uma mesa grande, um banco, duas canastras e um jogo de malas e na casa da Serra uma mesa e um banco. Ainda, é certo que em algum espaço da casa de Dona Adriana foi dedicado exclusivamente a exposição de seu acervo de santos, vultos e demais símbolos religiosos. Possivelmente, estavam expostos em uma de suas salas, ornando um pequeno e expressivo oratório composto por: “um diademazinho e um casquinho com feitio de olhos, tudo velho, com o peso de duas oitavas”, “um resplendor de prata de uma imagem de Santa Ana, lavrado, com peso de nove oitavas”, “um vulto de santo crucifixo em metal de latão com cruz de madeira com alguns efeitos do mesmo metal”, “um vulto da imagem de Santa Ana da altura de um palmo e meio menos o pé, na mesa estofada ainda em bom uso”; “uma imagem Crucifixo, em latão, velha, cruz de madeira, com cabeças do mesmo metal latão”, e “um vulto da Senhora das Dores, de madeira de cedro, com palmo e meio de altura, estofada ao chão” (MEDEIROS FILHO, 1983 [1793], p. 171).

Em 1813, o mobiliário arrolado no inventário do capitão-mor Cipriano (Tabela 13) possuía uma maior expressividade numérica, mas variava pouco em relação a diversidade dos móveis arrolados no inventário de sua mãe anos antes. Ao que tudo indica, com a chegada do século XIX a presença de um mobiliário voltado ao repouso e descanso se intensificou na propriedade, como é possível observar com a presença de 3 camas, 5 cadeiras de encosto e 1 estrado de madeira, além dos bancos que permaneceram presentes. Assim como no inventário de Dona Adriana, o capitão-mor possuía outra residência com presença de mobília, desta vez era “uma morada de tijolos, na Povoação dos Currais Novos” (MEDEIROS FILHO, 1983 [1813], p. 213).

²¹⁸ As malas foram aqui dispostas como mobílias de acordo com o que já foi discutido na primeira parte deste Capítulo.

Tabela 13 - Mobiliário do capitão-mor Cipriano, sítio Totoró de Cima, 1813

Mobília
1 mesa grande, de angico, com quatro gavetas
1 banco chão, de angico, com dezesseis palmos de comprimento
5 cadeiras de encosto, cobertas de sola, na casa de sua residência
1 mala pequena, sem perfeição, de pau de arco
1 banco pequeno, de pau de arco, sem perfeição
1 estrado de pau de arco, em bom uso
1 caixa, com quatro palmos de comprida, com fechadura, de pau amarelo
1 jogo de malas, coberta de sola, com ferragens, uma já avariada
1 canastra nova
1 canastra usada
1 cama de armação
1 cama, chã, coberta de sola
1 cama, chã, coberta de couro cru
1 copeira, com cinco copos dourados
Na casa de Currais Novos, uma mesa de cedro, sem gavetas, chã
1 banco de angico, na casa dos Currais Novos

Fonte: elaboração da autora (2021).

O mobiliário do sítio Totoró expressa, ainda que de forma sutil, as mudanças das condições sociopolíticas, econômicas e culturais enfrentadas com a chegada do império ao território brasileiro, as quais seriam ainda mais intensificadas ao longo do século XIX com a chegada da corte e com o aumento da chegada de produtos industrializados. Possivelmente, nas proximidades de centros urbanos e comerciais essa repercussão se deu de forma rápida, já nas fazendas criatórias dos sertões é possível que seus reflexos, em quesitos materiais, exigissem um pouco mais de tempo para tomar forma e se consolidar, principalmente na mobília²¹⁹. Em todo caso, as louças e demais utensílios domésticos associados aos hábitos de sociabilidade com as práticas alimentares parecem ter refletido de modo mais significativo essas mudanças (Tabela 14).

Tabela 14 - Bens móveis e alfaias de casa no sítio Totoró de Cima

Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos (1793)	Capitão-mor Cipriano Lopes Galvão (1813)
8 colheres de chapa de prata, lisas, velhas, quebradas, com peso de quarenta e nove oitavas	1 copo de prata, lavrado pela beira, com peso de noventa e uma oitavas, a cem réis cada oitava
2 garfos de prata, com lavor nas chapas dos cabos, em bom uso, com peso de duas oitavas	1 salva de prata, com peso de setenta oitavas

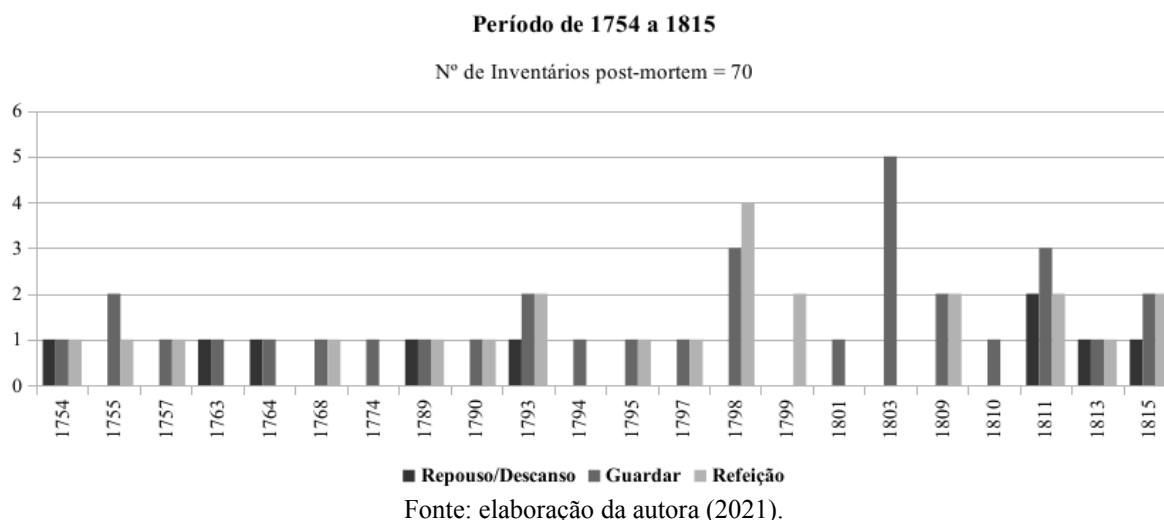
²¹⁹ Ver mais detalhes sobre o modo de vida burguês oitocentista em Symanski (2002).

Dona Adriana de Holanda e Vasconcelos (1793)	Capitão-mor Cipriano Lopes Galvão (1813)
1 candeeiro em meio uso sem bandeira de latão	1 copo de prata, com peso de uma libra
1 tacho velho de cobre com peso de dezesseis libras	1 colher grande, de prata de chapa, com peso de trinta e cinco oitavas e meia
1 tacho, uso, em bom uso, com o peso de cinco libras e meia	1 faqueiro, com seis colheres de prata, seis garfos de cabos de prata, seis colheres pequenas de prata, seis garfos de cabos de prata, seis colheres pequenas de prata, de chá, uma colher de prata de sopa, grande, uma escumadeira de prata, uma colher pequena de prata, de tirar açúcar, um garfo grande, com cabo de prata, uma faca com cabo de prata, com o peso, tudo, de trezentas e noventa e cinco oitavas, e a caixa
1 tacho pequeno em bom uso com o peso de três libras	6 talheres, com o peso, cada par, de trinta e uma oitava
1 vaso e prato de estanho, de deitar água às mãos em bom uso	Os ferros dos talheres de faca e garfos
2 pratos de estanho, novos	6 colheres de prata
1 púcaro de estanho, de beber água, pequeno	6 colheres pequenas, de chá, com peso de cinco oitavas cada uma
6 dúzias de pratos pequenos, fundos, de estanho, em meio uso	3 colheres de prata, de chapa, velhas, com o peso, cada uma de oito oitavas
2 garrafões de canada e meia	1 candeeiro, em bom uso
2 toalhas de elefante em meio uso	1 bacia de arame, grande, com peso de dez libras
2 toalhas de aguar as mãos de bretanha cercadas de renda já usadas	1 tacho grande, com o peso de dezessete libras, cobre novo, a quinhentos réis a libra
	1 tacho meia, de cobre, velho, com o peso de oito libras e meia, a quatrocentos réis a libra
	1 bacia de cobre, velha, com duas libras
	1 bandeja grande
	2 garrafas brancas, listradas
	1 garrafa branca e lisa
	1 garrafa pequena, branca e dourada
	1 copo branco, grande
	1 copo de vidro branco, pequeno, de labores
	3 copos de vidro branco, pequenos
	1 copo de vidro branco, pequeno, pé de cálice
	2 pratos brancos, rasos, de pós de pedra, com beira anil
	1 terrina de pó de pedra, branca
	2 castiçais de casquinha
	1 garrafão de três canadas
	2 garrafões pequenos
	1 garrafão pequeno, de canada
	12 frascos
	3 garrafas de vidro preto

Fonte: elaboração da autora (2021).

O inventário do capitão-mor além de ressaltar as mudanças materiais do sítio Totoró também aponta o retorno de um mobiliário voltado ao repouso e descanso nos inventários seridoenses. Esse tipo de mobília, de acordo com os inventários analisados, parece ter chegado à região junto aos primeiros colonos. No entanto, a partir de 1793 deixa de ser mencionado em inventários locais e volta a aparecer a partir de 1811 (Gráfico 9). Essa ausência de mobiliário de repouso/descanso de maneira repentina pode ter como justificativa a Grande Seca (1791-1794) que assolou por três anos a região do Seridó e, certamente, afugentou moradores de forma permanente ou temporária (onde voltariam somente após uma melhoria das condições climáticas).

Gráfico 9 - Quantidade de inventários que apresentaram mobiliário ao longo dos anos



A posse de casas da família nos povoados próximos também aumentou ao longo dos anos, em 1793 havia apenas “uma morada de casas térreas de taipa, velha, sita no lugar e povoação do Acari, chãos próprios, sem benfeitoria, sim, a salinha ladrilhada de tijolos”. Em 1813, três casas passam a compor o rol de bens do capitão-mor, sendo estas: “uma morada de casa de tijolo, na Povoação dos Currais Novos”, “uma morada de casa de taipa, coberta de telhas, sita na Vila do Príncipe” e “uma casa pequena, de taipa, coberta de telha, velha, na Povoação do Acari”.

A relação entre as *terras de criar gados* Totoró e as *terras de plantar* lavouras na *Serra*, ao que tudo indica, permaneceram integradas e incumbidas das mesmas funções com o passar das gerações, a primeira foi utilizada na criação de gado e morada da família e a última dedicada à plantação de lavouras, como o plantio de mandioca para produção de farinha entre

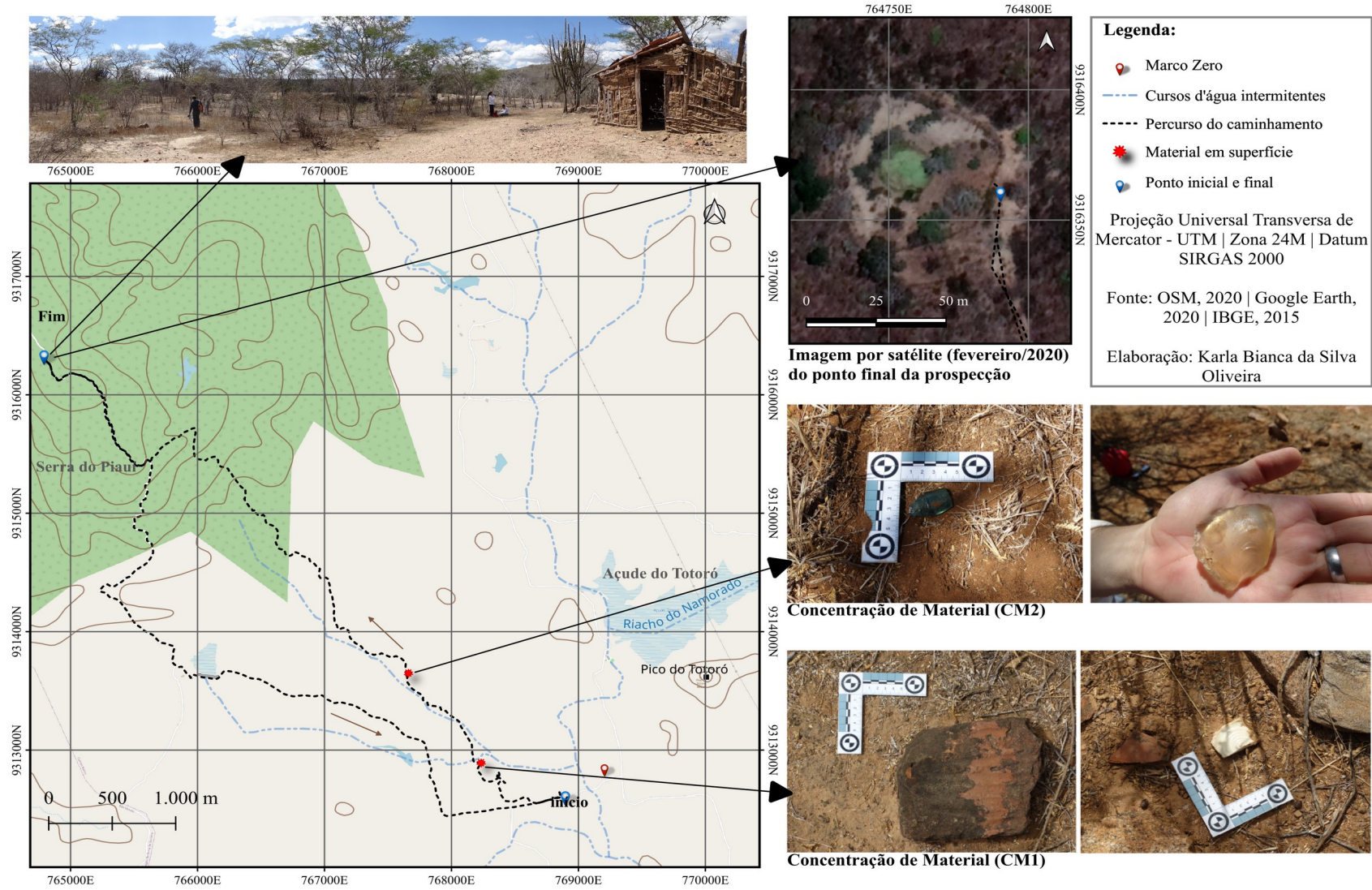
as “quatorze mil covas de roça de toda sorte” arroladas nos bens do capitão-mor em 1813.

As *terras de plantar da Serra de Santa Ana* (área em amarelo na Figura 33) foi prospectada em novembro de 2017 na busca por vestígios construtivos ou refugos de tralha doméstica em superfície que pudessem ser atribuídos à *casa de farinha* da família que existiu nessa propriedade. O percurso do caminhamento realizado, sem coletas e intervenções, ocorreu durante a primeira campanha de escavação arqueológica do sítio Totoró e ao longo do caminhamento passamos pelas terras da comunidade **negros do Totoró**, a qual segundo Silva (2017d, p. 154, grifo meu):

No município de Currais novos, há duas comunidades rurais negras: uma no Riacho dos Angicos e outra nas **Queimadas**. **Esta última é conhecida como “negros do Totoró”, ocupa há mais de um século, terras herdadas dos antigos**. Atualmente, ela é formada por 12 famílias e não possui certificado de reconhecimento da FCP.

Até a realização da prospecção não sabia da existência da comunidade, menos ainda de sua ligação com as terras de Dona Adriana, embora a associação tenha ocorrido de forma automática no momento. A comunidade está situada entre as duas concentrações de material identificadas ao longo da prospecção, a primeira (CM1), mais ao sul do mapa corresponde a uma concentração de vestígios construtivos (tijolos e telhas) associados a fragmentos de grés, vidro e faianças dispersos em superfície. Na concentração mais a noroeste (CM2), destacou-se a presença de vidro lascado, metal, grés e gargalos de garrafas de vidro (Figura 35).

Figura 35 - Materialidades observadas ao longo da prospecção, novembro de 2017



Fonte: elaboração e fotos da autora (2021).

A prospecção foi finalizada no alto da Serra do Piauí, onde havia a presença de uma casa feita em taipa de mão e em ruínas, coberta de telhas, possivelmente dividida em dois cômodos internos com uma puxada na parte traseira da casa já derrocada. É possível que a edificação tenha tido função temporária, devido a pouca presença de material em superfície. A partir de suas características construtivas²²⁰ – paredes de pau-a-pique, telhas de produção artesanal – essa casa, certamente, foi “movida”, realocada por meio da reutilização de seus materiais construtivos, de um outro lugar para o atual, e possivelmente, sua andança ainda não chegou ao fim (Figura 36). E como reportou Souza (2017, p. 72) ao discorrer sobre *consumo*, *mobilidade* e *paisagem* como eixos que o nortearam na compreensão de contextos sertanejos: “a mobilidade no sertão faz noções como ‘vazio’ e ‘abandono’ perderem o sentido, dado que as coisas para nós ‘abandonadas’ ganham outros usos e semânticas dentro das práticas de mobilidade”. Seguramente não se trata de uma edificação erigida entre os séculos XVIII ou XIX e utilizada na produção de farinha do sítio Totoró de Cima quando este foi conduzido por Dona Adriana ou por seu filho Cipriano, mas ao que tudo indica a dinâmica de ocupação da Serra perdura até os dias atuais e a pequena casa em processo avançado de arruinamento pode estar relacionada a processos de ocupações sazonais relacionados, neste caso, com a cheia do açude localizado ao lado da casa, como demonstra a imagem por satélite obtida em períodos de chuva (Figura 35).

Figura 36 - Casa de taipa derrocada no alto da Serra do Piauí



Fotos: da autora (2017).

Segundo Medeiros Filho (1981, p. 369, grifo do autor) a aquisição dessa terra por

²²⁰ Coberta por telhas com pouco uso em conjunto com telhas reutilizadas (presença de musgo ressecado e desgastes causados pela exposição ao sol) e, para a construção das paredes traseiras, foram acrescentados fragmentos de telhas “antigas” à argila.

Dona Adriana se deu da seguinte maneira:

Dona Adriana de Olanda de Vasconcelos recebeu, em abril e maio de 1764, duas sesmarias de três léguas por uma, da forma da lei. Na primeira, o domínio confinava com *o sítio de criar gado no Totoró* e era na Serra que ela descobrira, por intermédio dos escravos, *huma serra de plantar rossa*, sem água corrente nem vertente, inútil para pastorícia. Na outra, teve *sobras nessa Serra que corre uma parte para o Açú e outra para o Seridó*. Essa não foi confirmada pelo Rei de Portugal, requerendo-a o Tenente-Coronel Francisco de Souza e Oliveira e a houve por sua em 1804.

Narrativas que rememoram a apropriação de terras na Serra de Santana pela família de Dona Adriana, embora “idílica[s] e pacífica[s]” (MACEDO, 2013a, p. 127) apontam a presença de uma população indígena refugiada do avanço colonial na região, embora pouco pautadas na documentação histórica, assim como a atuação da população negra escravizada em empreitadas de exploração do território da Serra de Santana a mando e em conjunto com seus proprietários. Ponto que demonstra a coexistência de diversos sujeitos na construção histórica da região. Nesse cenário, o sítio Totoró de Cima e as *terras de plantar e criar gado do mesmo monte*, estão situados em um cenário geomorfológico repleto de feições variadas, que dão forma ou abrigam sítios geomorfológicos, paleontológicos e arqueológicos pré-coloniais (com gravuras e pinturas rupestres), os quais fornecem marcos ao imaginário local (MEDEIROS, 2003; PFALTZGRAFF; TORRES, 2010) ao materializar histórias e fronteiras. Corresponde a uma paisagem onde temporalidades distintas se encontram, se sobrepõem e dialogam nas narrativas históricas sobre o estabelecimento do povoamento de seu entorno e as quais continuamente reforçam o quanto este cenário foi configurado a partir de sujeitos e temporalidades diversas, ainda que as narrativas de maior eco persistam com o silenciamento dessa diversidade.

3.3 SÍTIO BELÉM, MUNICÍPIO DE ACARI/RN

O sítio de terras de criar gado denominado Belém era propriedade do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque e sua esposa Maria da Puridade Barreto. Segundo Medeiros Filho (1983) Felipe de Moura e Albuquerque “era natural da freguesia de Santo Amaro do Jabotão” e, sua esposa, Maria da Puridade Barreto natural do Seridó. O casal teve um total de onze filhos e um deles já havia falecido na data do inventário de Felipe de Moura e Albuquerque, em 1789.

O inventário do sargento-mor chama atenção pela presença de 24 escravizados (Tabela 15), além de suas posses como já haviam ressaltado outros autores, entre bois, vacas parideiras 1066 gados *vacum*, 85 cavalares e 42 caprinos (MEDEIROS FILHO, 1983; SANTOS, 2017). Após as despesas do funeral e o pagamento de dívidas ainda restou à família um patrimônio orçado em 7:730\$340, em um momento onde o custo médio de uma vaca parideira era orçado em 2\$560, deste valor coube a viúva meeira o valor de 3:865\$170 e para cada dos dez filhos o total de 386\$517 (MEDEIROS FILHO, 1983 [1789]).

Tabela 15 - Escravizados pertencentes a proprietários do sítio Belém

Sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque (1789)	Maria da Puridade Barreto (a viúva) (1802)	Maria da Puridade Barreto Júnior (1824)	Joana Bezerra de Moura (1855)
Rosa, crioula, 70 anos, sem moléstia*	Antônio, gentio de Angola, 63 anos*	Alexandre, cabra, 21 anos*	Alexandre, cabra, 46 anos*
Maria, negra, Gentio de Angola, 30 anos, sem moléstia, casada com o preto Antônio, pejada, e tem parido oito barrigas	Rosa, crioula, 80 anos*	Pedro [ilegível]	José, mulato, 32 anos
Isabel, negra, Gentio de Angola, 30 anos, com moléstia de madre de fora	Maria, gentio de Angola, 43 anos, casada com o preto Antônio*	João, crioulo, 8 anos	Francisco, cabra, 22 anos
Apolônia, crioula, 14 anos, sem moléstia, nem habilidade	Apolônia, crioula, 26 anos*	David, cabra, 7 anos	Manoel, mulato, idade de Francisco
Inácia, cabra, 13 anos, sem moléstia, nem habilidade	José, mulatinho, 18 anos*	José, mulato, 45 anos*	Paulo, cabra, 18 anos
Josefa, mulatinha, 11 anos, sem moléstia, nem habilidade	Bento, crioulo, 20 anos*	Amaro, [ilegível], 1 ano	Misael, cabra, 14 anos
Antônia, mulatinha, 9-10 anos, sem moléstia, nem habilidade	Felipe, cabrinha, 4 anos	Joaquina, crioula, 32 anos*	Joaquim crioulo, 12 anos
Angelina, mulatinha, 3 anos, sem moléstia	Themoteo, crioulo, 25 anos*	Tereza, crioula, 30 anos	Antônio, crioulo, 6 anos
Ana, mulatinha, 1 ano, sem moléstia	Gertrudes, crioula, 10 anos	Maria, [ilegível]	Joana, crioula, 16 anos
Joaquina, crioulinha, 1 ano, sem moléstia		Inácia, cabra, 14 anos	Maria, crioula, 16 anos
Manoel, negro, Gentio de Angola, 70 anos, falta do olho			Isabel, crioula, 10 anos
Manoel, negro crioulo, 50 anos, sem moléstia			

Sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque (1789)	Maria da Puridade Barreto (a viúva) (1802)	Maria da Puridade Barreto Júnior (1824)	Joana Bezerra de Moura (1855)
Antônio, cabra, 50 anos, falta de vista e doente de uma dureza debaixo das costelas			
Antônio, negro, Gentio de Angola, 50 anos, moléstia de braço e uma perna desconjuntada			
Francisco, negro, Gentio de Angola, 70 anos, sem moléstia			
José, mulato, 40 anos, sem moléstia			
Timóteo, crioulinho, 12 anos, sem moléstia			
José, mulatinho, 11 anos			
Manoel, mestiço, 10 anos, sem moléstia			
Bento, crioulinho, 7 anos, sem moléstia			
Bernardo, mulatinho, 6-7 anos, sem moléstia			
José, mulatinho, 4 anos, sem moléstia			
Antônio, crioulinho, 3 anos, sem moléstia			
Manoel, crioulinho, 4 anos, sem moléstia			

Fonte: elaboração da autora a partir de Medeiros Filho (1983 [1789], p. 157-159) e Santos (2017, p. 47-43).

O casamento do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque com Maria da Puridade Barreto resultou em dez filhos, entre eles Maria da Puridade Barreto Júnior que após a morte de sua mãe ficou responsável pela gestão do sítio Belém. Além deste sítio constava no inventário do sargento-mor que o casal possuía mais cinco propriedades, resultando em um total de seis propriedades (Quadro 3), entre as quais cinco possuíam casa de vivenda.

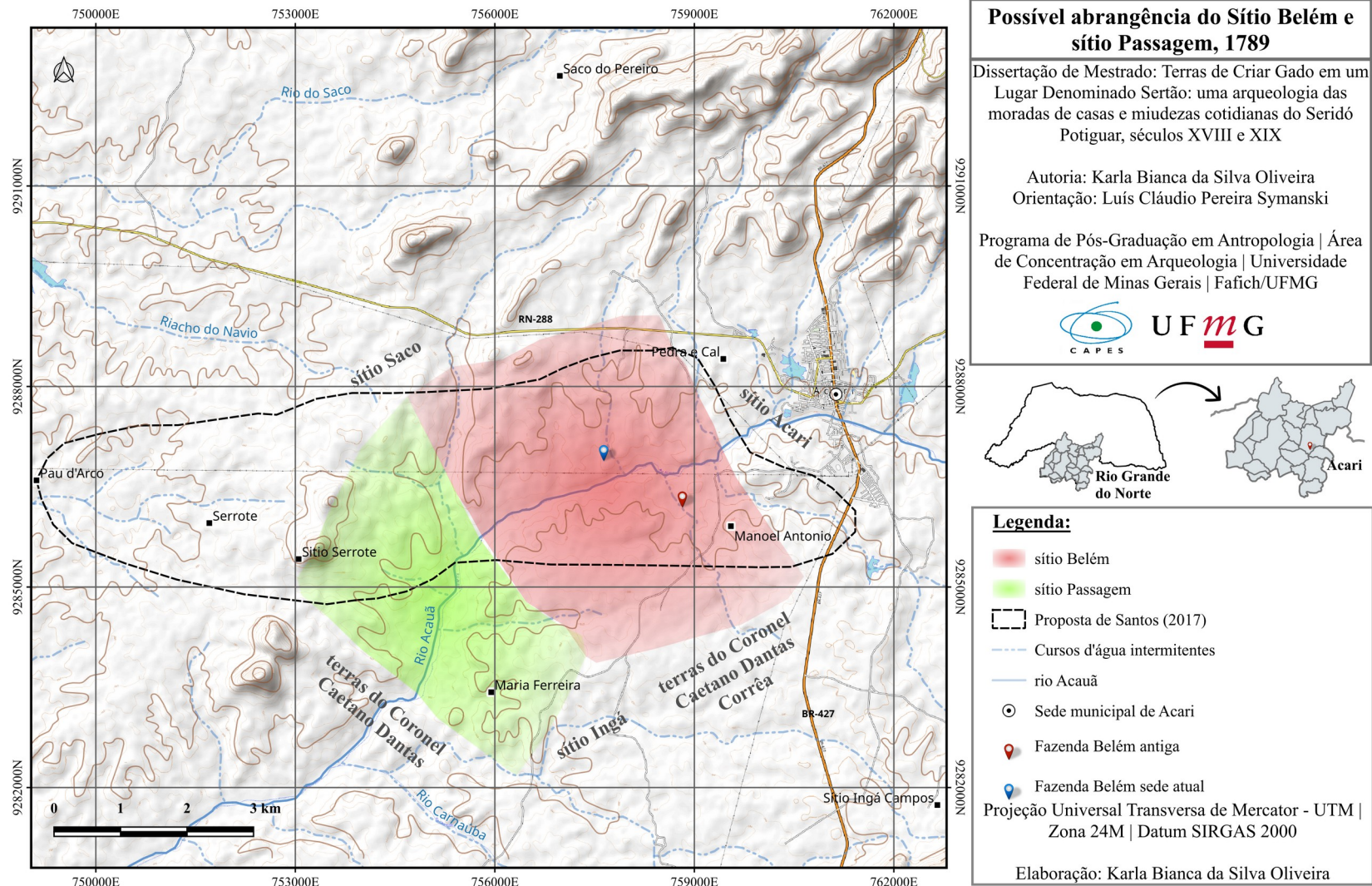
Quadro 3 - Bens de Raiz listados no inventário do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque, 1789

Terra	Nome	Benfeitorias	Tamanho	Curso d'água	Valor
Um sítio de terras de criar gados...	Belém	Uma morada de casas de vivenda térrea e de taipa, coberta de telhas, com um oratório e altar de madeira lisa, pintado chamente, onde se celebra missa, com casas de senzala cobertas de telhas, já derrotadas, e currais de gado, já velhos	$\frac{3}{4}$ légua de comprido x 1 légua de largo	rio Acauã	600\$000
Outro sítio de terras de criar gados...	Passagem	Com casa de vivenda térrea e de taipa, coberta de telhas, e currais de gado, já velhos	$\frac{1}{2}$ légua de comprido x 1 légua de largo	rio Acauã	350\$000
Outro sítio de terras de criar gados...	São José	Casa de vivenda térrea de taipa e currais de gado, novos	$\frac{1}{2}$ légua de comprido x 1 légua de largo	rio São José	900\$000
Outro sítio de terras de criar gados...	Timbaúba	Casa de vivenda de térrea e de taipa, coberta de telhas, com currais velhos de gado	1 légua de comprido x 1 légua de largo	-	500\$000
Outro sítio de terras de criar gados...	Pé da Serra	Casa de vivenda térrea de taipa, e currais de gado, tudo velho, em que compreende o logrador chamado Boa Vista, com casa de telha e currais, velhos	3 léguas de comprido x 1 légua de largo	-	1:000\$000
Uma sorte de terras de plantar e criar gados...	-	Sem benfeitorias	3 léguas de comprido x 1 légua de largo	Terra seca, sem águas seguras	50\$000

Fonte: elaboração da autora (2021).

Cinco das seis propriedades listadas são mencionadas como “terras de criar gado” e apenas uma é listada como “terras de plantar”. Fato interessante, visto que esta é a única descrita como “terra seca, sem águas seguras”, no entanto estava localizada aos pés da serra da Timbaúba e o relevo possivelmente foi um elemento atuante na fertilidade e umidade do solo – o mesmo ocorre nas terras de Dona Adriana apresentadas acima, a terra de plantar não possui *água corrente* e é descrita como inútil ao pastoreio. É possível que essa propriedade possuísse cursos d'água intermitentes que proporcionaram o plantio de vazantes e devido a constância de secas na região, certamente, as demais propriedades também abrigassem pequenos roçados que poderiam ser conduzidos por agregados ou trabalhadores da propriedade. Com base nos limites apresentados na documentação esbocei uma representação espacial sobre os limites do sítio Belém e do sítio Passagem em 1789 (Figura 37):

Figura 37 - Área do sítio Belém e sítio Passagem, 1789



Fonte: elaboração da autora a partir das Cartas Topográficas disponíveis no Banco de Dados Geográficos do Exército; inventário do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque (MEDEIROS FILHO, 1983 [1789]); bases cartográficas do IBGE (2015); imagens do OpenStreetMap (2020); e Santos (2017, p. 37).

Para seguir as definições de que ambos os sítios, Passagem e Belém, possuíam o rio Acauã como eixo central (meia légua para cada banda do rio), tive que mudar a orientação da descrição, ou seja, o Noroeste da Figura apresentada acima corresponde ao Norte apresentado da descrição presente no inventário *post-mortem* do sargento-mor, onde consta:

Um sítio de terras de criar gados, [...] chamado **Belém**, [...] tem três quartos de légua de comprimento, pelo rio abaixo, do Acauã, com **uma légua de largo, meia para cada banda do rio**, que faz extrema, pelo *norte*, com terras do sítio Acari, do Tenente Coronel Antônio Garcia de Sá Barroso, pelo *sul*, com terras do sítio da Passagem, do mesmo casal, pelo *nascente*, com terras do sítio do Coronel Caetano Dantas Corrêa, e para *oeste*, com terras do sítio chamado Saco, de Francisco Pereira [...]

Outro sítio de terras de criar gados, [...] chamado **Passagem**, [...] com meia légua de comprimento, pelo rio abaixo, do Acauã, e **meia de largo para cada banda do dito rio**, que faz extremas, pelo *norte*, com o dito sítio de Belém, pelo *sul*, com terras do dito Coronel Caetano Dantas Corrêa, e, pelo *nascente*, com o dito sítio Ingá, e, pelo *poente*, com o dito sítio do Saco (MEDEIROS FILHO, 1983 [1789], p. 160-161, grifo meu).

A partir dessa descrição tomei o rio Acauã para a medida “de comprimento” e tracei medidas aproximadas para ambas as propriedades de meia légua para cada lado do rio. É provável que a espacialização de Santos tenha sido mais fiel ao uso real da terra dado que trabalhou com relatos orais da família Belém²²¹ e, ainda, acrescentou informações presentes nos inventários da esposa de Felipe de Moura e Albuquerque, Maria da Puridade Barreto (1802) e de sua filha Maria da Puridade Barreto Júnior (1824). Apenas uma das propriedades listadas no inventário de Felipe de Moura e Albuquerque estava isolada, o sítio *São José*, as demais terras do sargento-mor devido suas proximidades físicas formariam duas grandes glebas de terra: a primeira composta pelo sítio *Belém* e o sítio *Passagem* e, a segunda, composta pelos sítios *Pé de Serra*, *Timbaúba* e *uma sorte de terras de plantar e criar gado* aos pés da serra da Timbaúba. Logo, embora existam seis propriedades listadas em seus bens de raiz (Quadro 3), penso que estas podem ter atuado como 3 grandes propriedades.

Cabe pontuar que inicialmente não havia considerado inserir a proposta de Santos no mapa acima, porém observei que ambas as delimitações me parecem similares e, quiçá, complementares, a demarcação proposta pela autora usou como base marcos da paisagem ainda presentes na memória da família Belém, deste modo, as diferenças observadas podem resultar da dinâmica de aquisição e fragmentação entre os herdeiros de terras após a morte de

²²¹ Os “Belém” correspondem ao núcleo familiar formado a partir de habitantes da antiga Belém e se reconhecem como descendentes de uma “fazendeira” possuidora de terras (SANTOS, 2017, p. 71). A fazendeira seria Maria da Puridade Barreto Júnior, filha caçula de Felipe de Moura e Albuquerque, que inclusive é descrita como parda no seu registro de óbito.

Felipe de Albuquerque e Moura. A listagem das terras como propriedades isoladas me parecem ter sido apenas uma convenção burocrática, ou seja, provavelmente na vivência diária eram compreendidas como um todo integrado, tal qual a demarcação de Santos. Ainda, cabe pensar ainda que ambas as propriedades (Figura 37) possuíam listadas sob seus domínios casas de vivenda e currais velhos, logo é plausível que trabalhadores (sejam estes livres ou escravizados) estivessem alocados em ambos os espaços, ou ainda, trabalhadores dedicados a tarefas sazonais e intercaladas em ambas as propriedades pudessem ser alocados de forma temporária em cada uma delas (a exemplo rodízio de pastagens; roçados; entre outros).

Este sítio, assim como o Totoró de Cima, não apresenta informações sobre *onde* e *quais* edificações existiam em seus domínios. No inventário do sargento-mor Felipe há apenas informações breves sobre sua morada de casas, as casas de senzala e currais de gado, sem indícios sobre suas disposições na paisagem. Em meados de 1824, a proprietária do sítio Belém, Maria da Puridade Barreto Júnior, parece que não mais se dedicava à atividade criatória, visto que nenhum gado *vacum* está listado entre seus bens, apenas 2 cavalares, 80 ovelhas, 20 cordeiros, 60 cabras e 17 cabritos (SANTOS, 2017, p. 64).

Segundo Santos a terceira maior parcela do patrimônio de Maria da Puridade Júnior estava investida em suas *Fazendas secas*²²² (274\$210), atrás apenas de seus *Títulos de Escravos* (1:620\$000) e seus *Bens de Raiz* (395\$146). Com base em seu inventário, Santos supõe que a proprietária fosse comerciante de tecidos ou costureira, e é possível que essa mudança de atividade econômica no sítio Belém tenha resultado, ao longo do século XIX, em uma reconfiguração da propriedade para atender as novas ocupações de sua proprietária Maria da Puridade. Suponho, que possa ter havido nesse período a realocação de sua casa-grande de modo a torná-la mais próxima de vias de maior circulação, caso já não o fosse.

De modo geral, as informações sobre o sítio Belém se concentram nas posses inventariadas por seus proprietários como bens móveis e alfaias de casa, e são a partir desses elementos que apresentarei o contexto material do sítio a partir de dois inventários observados o do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque de 1793 e o inventário de sua filha, Maria da Puridade Barreto Júnior de 1855. A casa-grande da propriedade ao longo do século XVIII parece ter sido bem servida de móveis de apoio, com suas 4 mesas, e de repouso, 8 cadeiras, além dos móveis de guardar representados pelos “caixões de mala” e 1 “canastra velha”, (Tabela 16).

²²² Entre suas posses de “fazendas secas” o total de “30 figas de metal - \$600” e “199 rosarinhos de miçanga ± [ilegível]”. O inventário de Maria da Puridade Barreto Júnior (1855) foi transcrito por Santos (2017).

Tabela 16 - Mobiliário do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque, sítio Belém, 1789

Mobília
6 cadeiras de encosto, cobertas de sola picada com meia pregaria já velhas e uma com o encosto roto
2 cadeiras rasas, cobertas de sola picada e pregaria já velhas
1 mesa redonda pequena com duas gavetas e suas fechaduras e madeira de pau de arco, lisa e de bom uso
outra mesa lisa, sem gaveta e velha
outra mesa lisa com gaveta sem fechaduras com sete palmos de comprida e quatro de larga de madeira de pau de arco em bom uso
outra mesa lisa sem gaveta e velha
1 jogo de caixões de mala sem cobertas ainda novos
1 canastra velha e rota com fechaduras

Fonte: elaboração da autora (2021).

O mobiliário do sargento-mor não reflete a presença de camas, catres ou redes, assim como os tradicionais bancos das listagens da região, no entanto, no lugar destes últimos estão as cadeiras (que como descrito na seção anterior representa a única menção a cadeiras com encosto em listagens do século XVIII). Ainda, de acordo com a própria descrição dessa terra de criar (descrita no Quadro 3), havia um oratório na casa de morada da fazenda, “com altar de madeira lisa” que era utilizado na celebração de missas, certamente nesse altar estavam dispostas a “imagem da senhora da Conceição, feita de (...) com um palmo de altura e sua coroa de prata lavrada” e “uma imagem de São Brás, de ouro”.

No século XIX, a listagem o mobiliário de Maria da Puridade Júnior foi bem mais sucinta (Tabela 17), e os três itens presentes correspondem unicamente à função de guardar.

Tabela 17 - Mobiliário de Maria da Puridade Barreto Júnior, sítio Belém, 1824

Mobília
1 caixa de pau coberta de sola e pregos amarelos em bom uso
2 canastras usadas

Fonte: elaboração da autora a partir de Santos (2017, p. 62).

Ao que tudo indica a diminuição do mobiliário parece estar associada mais a uma reconfiguração do espaço doméstico influenciada pela atividade econômica da proprietária, do que a uma situação de recessão vivida pela família proprietária da Belém. Mesmo que a fortuna do sargento-mor Felipe tenha sido repartida entre seus herdeiros e o poderio econômico da família concentrado no sítio Belém nos tempos de outrora tivesse diminuído,

até o momento não se tem elementos para defender que a proprietária Maria da Puridade Júnior vivenciasse uma crise econômica, pelo contrário, o valor total de seu patrimônio (2:753\$977) ainda era bastante expressivo para a época, ainda que nenhum gado vacum tenha sido listado em seu inventário de modo a comparar sua fortuna com a de seus progenitores a partir do preço das reses em sua época.

Com relação às “alfaias de casa”, listada no inventário do sargento-mor, era composta unicamente por objetos de metal, como tachos e bacias de cobre e de arame, assim como colheres e garfos de prata (Tabela 18). O que certamente indica que os demais utensílios de usos cotidianos possivelmente foram produzidos na própria fazenda ou em suas proximidades, como panelas, vasilhas e pratos de cerâmica local-regional. Tal como a mobília, com o passar dos anos o acervo de “trastes de casa” na casa-grande da propriedade também tornou-se menos expressivo numericamente. Certamente a mudança de foco econômico da propriedade não reconfigurou apenas a paisagem do sítio Belém, mas também sua materialidade e, decerto, suas dinâmicas sociais com o decorrer das gerações que administraram o local.

Tabela 18 - Trastes e alfaias de casa no sítio Belém

Felipe de Moura e Albuquerque (1789)	Maria da Puridade Barreto Júnior (1824)
1 bacia de arame de fazer barba, já velha	1 colher de prata vazada
1 tacho grande de cobre em bom uso com peso de dezoito libras de cobre	1 tacho de cobre velho
1 bacia de cobre de fazer doce, com peso de três libras	3 facas de mesa
7 colheres de prata, vazadas, de bom uso, com peso de oitenta e oito oitavas	
11 colheres de prata, de chapa, de bom uso, com peso de setenta e três oitavas	
1 dúzia de garfos de prata, vazados, novos, com peso de cento e trinta e cinco oitavas	

Fonte: elaboração da autora a partir de Medeiros Filho (1983 [1789], p. 156-157) e Santos (2017, p. 62–63).

3.3.1 Um olhar sobre a materialidade da Fazenda Belém Antiga

Não se sabe ao certo como se deu a ocupação do sítio Belém após a morte de Maria da Puridade Barreto Júnior (1824), sua irmã, Joana Bezerra de Moura (1855), o herdou, mas documentalmente esta propriedade só “reaparece” por volta de um século depois, em meados

de 1930, tendo como proprietário João Fortunato de Medeiros (SANTOS, 2017). Este interregno de informações coincide com a época atribuída à construção da casa ainda existente na Belém Antiga, atribuída a segunda metade do século XIX, a qual, segundo a memória local, não corresponde à casa onde residiu o sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque e seus descendentes.

Embora soubesse que esta casa não foi a mesma na qual residiu o sargento-mor, investi na suposição de que a antiga casa-grande pudesse ter sido sobreposta ou estivesse em suas imediações, por isso o primeiro trabalho de campo realizado na propriedade foi conduzido no entorno desta edificação. A casa existente apresenta todas as paredes externas erigidas em tijolos, ponto que reforça o fato de que esta não foi a residência do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque, visto que sua morada de casa era de taipa (Quadro 3). No entanto, a edificação figura-se como resultado de dois momentos construtivos, com base em seu alicerce, na parte frontal da casa o alicerce é de pedra e na parte traseira o alicerce é de tijolos e encontra-se quase totalmente em ruínas (Figura 38).

Figura 38 - Alicerce em pedra e em tijolos na casa do sítio Belém



Fotos: da autora (2017, 2018).

Além da diferença entre os materiais construtivos utilizados nos alicerces também é

possível observar (Figura 38c) uma diferença no direcionamento do telhado, também em duas águas, mas na parte em tijolos o caimento é lateral e na parte em pedras o caimento é frontal. Ainda, além da casa foi possível observar em seu entorno próximo a existência de estruturas de cerca de pedra, ou muros de junta seca, desmontadas, mas que demonstram a existência de duas “cercas” edificadas em paralelo (Figura 38a). Também, um ordenamento de tijolos nas proximidades das estruturas de cerca desmontadas, a uma distância de aproximadamente 84 metros da estrutura da casa e a 14 metros da estrutura de cerca (Figura 38b).

Figura 39 - Vestígios de outras estruturas na área prospectada da Belém Antiga

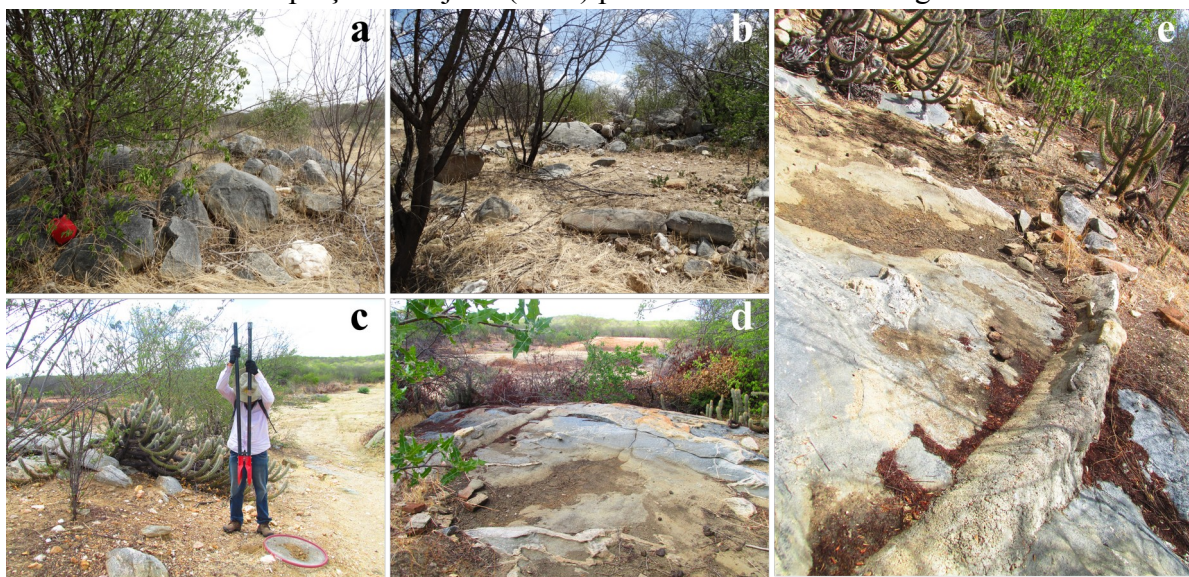


Fotos: cerca de pedra por Jônatas Alves Ferreira (2018) e vestígio de alicerce pela autora (2018).

A opção pelo uso de sondagens foi uma tentativa de verificar a existência de vestígios relacionados a outras edificações na área prospectada, além da casa (Figura 38), cerca desmontada e ordenamento de tijolos (Figura 39). Como a pesquisa tinha a preocupação inicial de localizar as antigas estruturas de senzalas descritas no inventário do sargento-mor Felipe (1789), duas questões precisavam ser exploradas até aquele momento, a localização da casa-grande onde residiu a família proprietária em meados do século XVIII e a verificação de outras estruturas para que assim um trabalho de análise específica de cada uma das estruturas localizadas fosse iniciado.

Foram efetuadas um total de 437 sondagens, entre as 520 estipuladas, e realizadas com a ajuda de uma cavadeira articulada na área demarcada, em intervalos de 10 metros de distância e no local de maior concentração de material, essa malha foi reduzida a 5 metros. Os afloramentos rochosos existentes (Figura 40) foram a principal justificativa para a não realização de algumas sondagens, outras mais coincidiram com a localização da casa ainda existente ou com o terreno de aterro recente e altamente compactado.

Figura 40 - Afloramentos em rocha granítica característicos da Suíte Intrusiva Itaporanga e adaptação do lajedo (d e e) para maior acúmulo de água



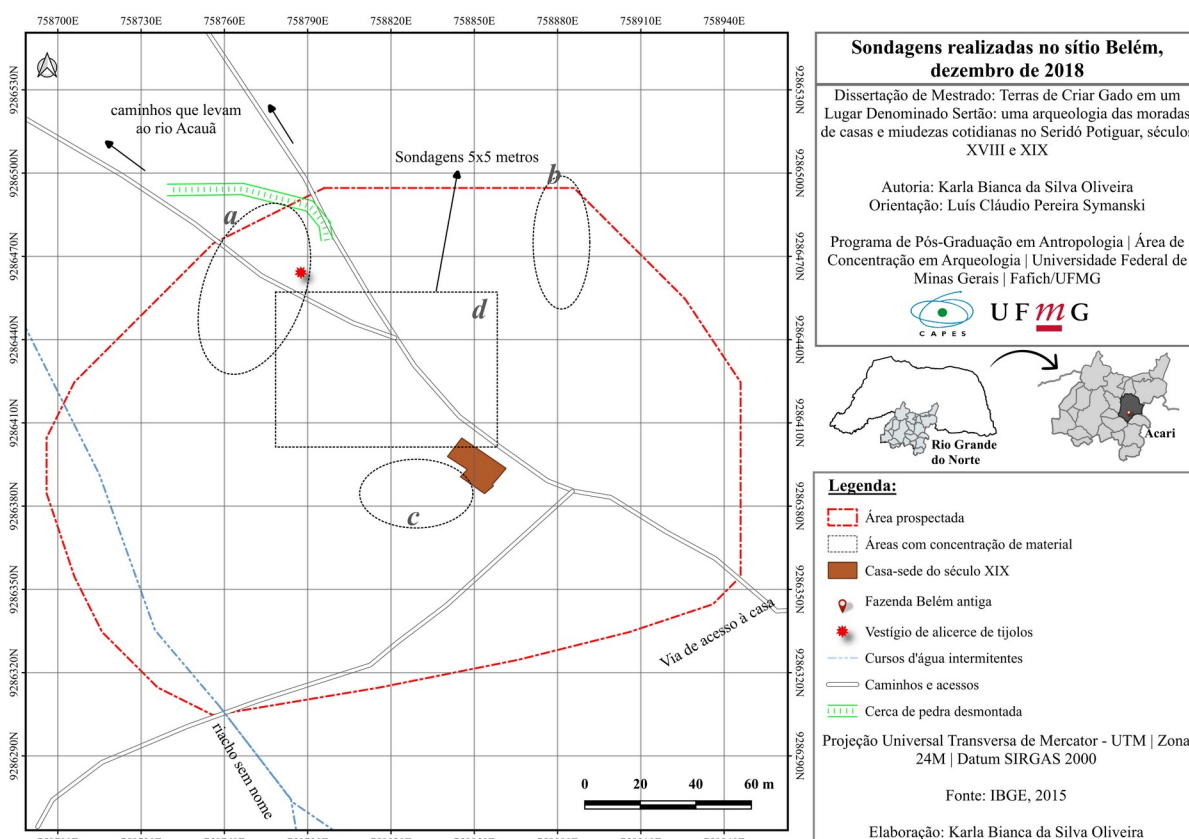
Fotos: da autora (2018).

Ainda que os afloramentos rochosos tenham sido um *agravante* à não realização de algumas sondagens não caberia entendê-los como áreas sem uso na propriedade. A título de exemplo, um dos lajedos presentes no entorno da casa do sítio Belém foi adaptado para o acúmulo de água (Figura 40d e 40e), onde a construção de uma pequena parede em tijolos maciços e cimento ampliou sua capacidade de armazenagem. Embora a casa esteja a poucos metros do rio Acauã (311 metros), o rio é um curso d'água intermitente e em períodos de seca a água permanece acumulada apenas em alguns “poços” escavados naturalmente pela água no afloramento sob o qual o rio corre no período de chuva. Logo, os lajedos existentes no entorno da casa, sem dúvida, foram utilizados como bebedouros para as criações ou mesmo como uma fonte de acesso rápido para a realização de atividades domésticas com já havia sido observado por Souza (2017).

Materialidades relacionada à tralha doméstica e demais *miudezas* cotidianas foram avaliadas como possíveis indicativos de áreas de descartes ou outras edificações. Assim, apesar do resultado inconclusivo para a existência de outras estruturas por meio das sondagens, a etapa possibilitou mapear quatro áreas com concentrações de materiais (Figura 41). Essas concentrações foram aqui definidas com base na proximidade de sondagens positivas, ou seja, com presença de material arqueológico, seja em subsuperfície ou superfície. Deste modo, ainda que tenha ocorrido coleta de material em sondagens fora dessas áreas de concentração ao longo de toda a área prospectada elas não são entendidas como áreas

de concentração dado que em seu entorno não houve presença material arqueológico (seja em superfície ou subsuperfície). Em todas as concentrações a cerâmica de produção local-regional se destacou em quesitos numéricos, mas também houve presença de vidros, louças (brancas em quase sua totalidade), líticos, metais e material ósseo.

Figura 41 - Áreas de concentração de material na Fazenda Belém Antiga, dezembro 2018



Fonte: elaboração da autora (2021).

As áreas **a**, **b** e **d** apresentam materialidades com marcas de produção atribuídos ao século XIX, já a área **c** é a que mais destoia das demais com a expressividade de uma materialidade produzida a partir do século XX. Uma quantificação geral do material coletado²²³ na prospecção está disposto na Tabela 19 abaixo. A quantidade de material mais expressiva estava concentrada na área dos fundos da casa, como podemos observar pela quantidade de material obtido nas sondagens de 5x5 metros, refletindo o que já estava expresso em superfície na área e embasou a diminuição das distâncias entre as sondagens.

²²³ As coletas de superfície tiveram como pressuposto básico auxiliar na cronologia ou na compreensão de morfologias da cerâmica de produção local-regional (como os apêndices).

Tabela 19 - Categorias materiais coletadas nas sondagens do sítio Belém, dezembro 2018

Sondagens	Tipo de material						
	Cerâmica	Vidro	Louça	Metal	Lítico	Ossos	Construtivo
10x10 metros	91	8	16	1	10	16	0
5x5 metros	131	41	7	14	4	45	1
Total	222	49	23	15	14	61	1

Fonte: elaboração da autora (2021).

A delimitação da área **a** foi definida com base na presença de fragmentos de cerâmica utilitária, fragmentos de louça branca e fragmentos de ossos de animais bastante fragmentados em subsuperfície. Além disso, em superfície havia uma diversidade de fragmentos cerâmicos e ossos cujo agrupamento apresenta indícios de ter sido formado a partir da erosão ocasionada pelo escoamento das águas de chuvas – a qual escoaria da parcela mais alta do terreno e onde está situada a casa (sobretudo a área **d**) a sua parte mais baixa, o rio. A cerâmica, em sua maioria, apresenta superfície lisa e sem decoração, com exceção de alguns fragmentos com decoração escovada (c) e um único fragmento com decoração incisa (Figura 42b).

Figura 42 - Materiais presentes na área de concentração **a**



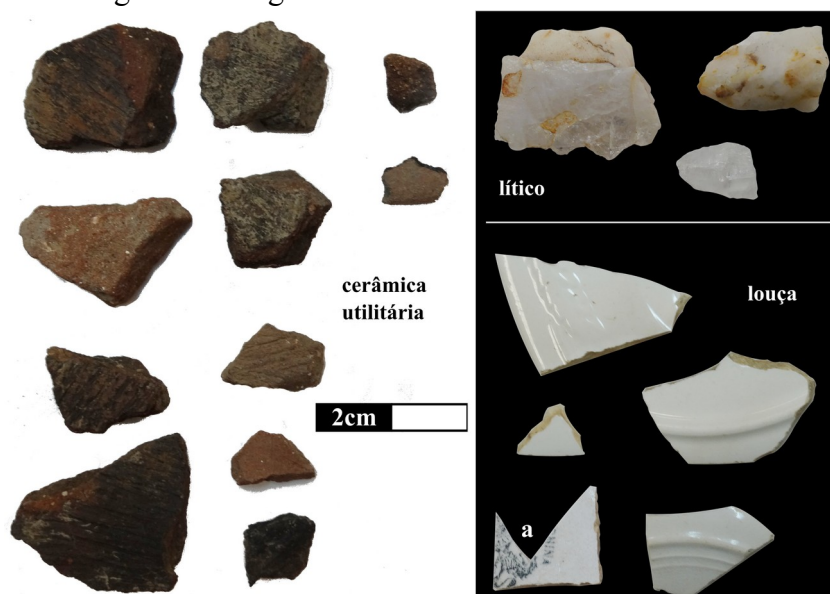
Fotos: louça (a) fotografada em campo pela autora (2018), demais itens por Mayara Saldanha (2019) e composição da autora (2021).

Devido à sua proximidade com o alicerce de tijolos (Figura 38c), é possível que nem todo o material ali presente seja justificado apenas por erosão pluvial e um trabalho intensivo

na área poderá auxiliar melhor nesse ponto, assim como um trabalho dedicado à evidenciação desse vestígio construtivo. A profundidade média atingida pelas sondagens, nesta área, foi de 25 centímetros (havendo casos com 40 centímetros de profundidade), mas o material arqueológico coletado esteve restrito aos 10 primeiros centímetros. Ainda, nesse setor ocorreu um dos raros casos de louça com decoração na prospecção, um fragmento de louça com decoração floral em tons pastéis de vermelho e verde disposto em superfície (Figura 42a).

A área **b**, foi definida a partir da proximidade de 6 fragmentos de louça branca dispostos em superfície, incluindo um fragmento com parte de um carimbo de marca (Figura 43a) e sondagens com a presença de 14 fragmentos cerâmicos com decoração escovada, 1 fragmento de louça branca e 3 líticos.

Figura 43 - Alguns dos materiais coletados na área **b**

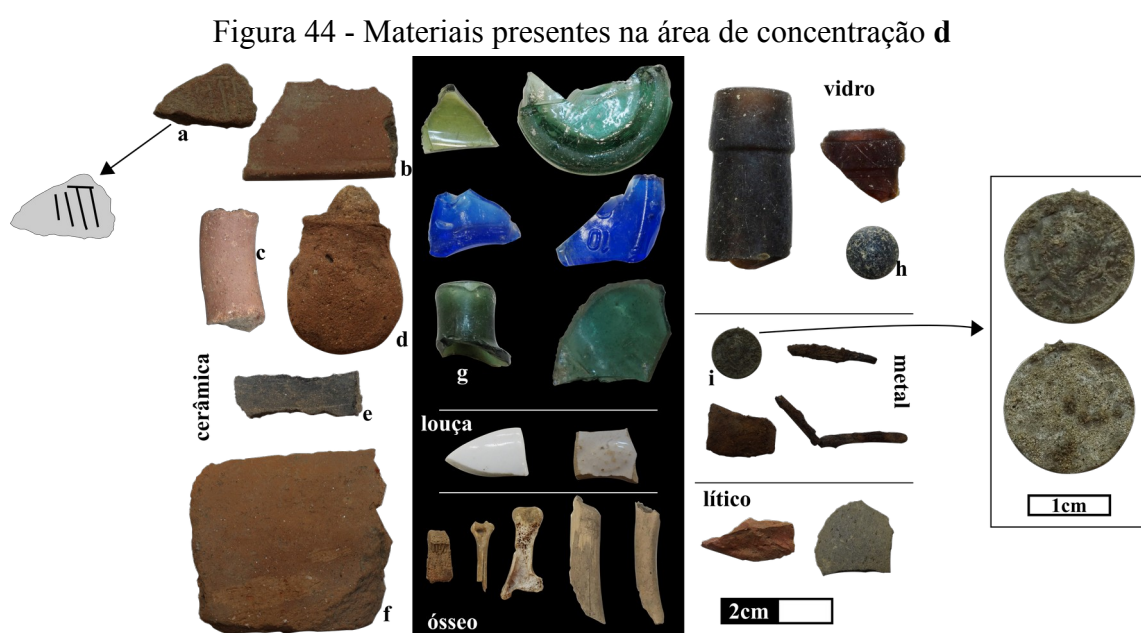


Fontes: fotos por Mayara Saldanha (2019) e composição da autora (2021).

Ao contrário da área **a**, as sondagens foram insuficientes para traçar explicações iniciais sobre a presença de material na área **b**, dado que, por meio da metodologia utilizada, não houve indícios de edificações em suas imediações, menos ainda quantidade de material expressiva a ponto de entendê-la como uma área de descarte do lixo doméstico da casa, da qual dista cerca de 70 metros. É possível que uma malha de sondagens com distâncias entre si de 5 metros (tal qual a área **d**) possa auxiliar um pouco mais na compreensão desse setor.

A maior concentração de material foi observada ligeiramente próxima à parte traseira da casa, intitulada aqui de área **d** (Figura 41). Devido à expressividade de material em

associação à presença de uma materialidade com características de produção atribuídas a períodos mais recuados (como fragmentos de vidro soprado, Figura 44g), nesse setor a distância entre as sondagens foi reduzida a 5 metros. Com isso, busquei verificar a existência de alicerces que remetesse a edificações não mais existentes na atualidade, como uma antiga casa-grande que poderia ter sido sobreposta pela atual, mas o único indício de material construtivo observado foi uma lajota de piso (Figura 44f), coletada em uma sondagem entre 10 e 20 centímetros de profundidade.



Fonte: fotos por Diógenes Saldanha, Mayara Saldanha, Pedro Medeiros, Igor Soares (2019) e composição da autora (2021).

A cerâmica de produção local-regional foi bastante expressiva na área, com 131 fragmentos, entre eles dois apêndices localizados em superfície (Figura 44c e 44d). Os modos de produção identificados até o momento perpassam por torneado (Figura 44b) e acordelado (Figura 44e), é possível que outros modos de produção também estivessem presente, como as modeladas²²⁴. A decoração não destoou das demais áreas, contando com cerâmica de superfície lisa, escovada e apenas um caso de decoração incisa (Figura 8a, destacada à esquerda da imagem) em linhas retas.

O vidro coletado alcançou um total de 41 fragmentos nas colorações âmbar, azul-cobalto, verde-água e incolor. Também, uma bolinha de gude de vidro de coloração verde

²²⁴ Dado que alguns fragmentos com tamanhos inferiores a 3 centímetros (largura máxima) remetem a este tipo de produção.

bastante desgastada (Figura 44h). Os ossos corresponderam a animais de pequeno e médio porte, além de um osteodermos de *tatu*. A louça, representada por 7 fragmentos, foi em sua totalidade branca, com a presença de faiança com esmalte craquelado e *ironstone*. O material metálico se resumiu a 16 peças, em sua grande maioria não foram identificadas, com exceção de 4 pregos e uma pequena medalha (Figura 44i, ampliada à direita), da qual os motivos não foram identificados devido ao seu grau avançado de oxidação.

A casa possui sua fachada principal voltada para o sudeste e em sua lateral sudoeste, localiza-se a área c, a presença de louças (Figura 45b), uma garrafa de vidro completa (Figura 45c) e um fragmento de vidro âmbar com marca de molde (Figura 45d), cerâmicas torneadas de produção local, grés e um lítico semiglobular de base reta, além do único fragmento de grés observado ainda em campo (Figura 45a). Pela materialidade observada nessa área de concentração, em especial à garrafa do fortificante “Água Inglesa” produzida pela marca Granada, a atribuo à ocupação da fazenda ao longo do século XX²²⁵.

Figura 45 - Materiais presentes na área de concentração c



Fonte: fotos por Diógenes Saldanha (2019) e composição da autora (2021).

²²⁵ Compreendo que atribuir temporalidade às fazendas de criar com base em sua materialidade ainda é uma tarefa delicada, dado a pouca quantidade de estudos arqueológicos com foco em ocupações coloniais e pós-coloniais no interior da região Nordeste. Logo, ainda pouco é sabido sobre rotas de comércio nas proximidades da região do Seridó (sobre exceções ver BEZERRA, 2015) e, menos ainda, se haveria, ou não, uma demora entre a chegada de mercadorias aos grandes centros comerciais e sua entrada nos sertões do Norte e o quanto isso pode reverberar na construção de narrativas temporais desses sítios com base apenas em sua materialidade.

Para além da tralha doméstica observadas nessa área, há ainda uma antiga edificação erigida com alicerces e paredes de tijolos e argamassa de argila, coberta de telhas, em processo de arruinamento e ao que tudo indica foi utilizado como banheiro externo. Também, nesse setor há um acesso à casa por meio de uma porta lateral e em um dos degraus há gravado uma marca de ferro de marcar²²⁶ (Figura 46), o que remete ao fato de que embora a família proprietária do sítio Belém tenha oscilado entre as atividades econômicas ali desenvolvidas, como o caso de Maria da Puridade Barreto Júnior citado anteriormente, o trato com o gado parece ter retornado às atividades cotidianas do sítio em algum outro momento.

Figura 46 - Edificação arruinada e uma marca gravada na lateral sudoeste da casa



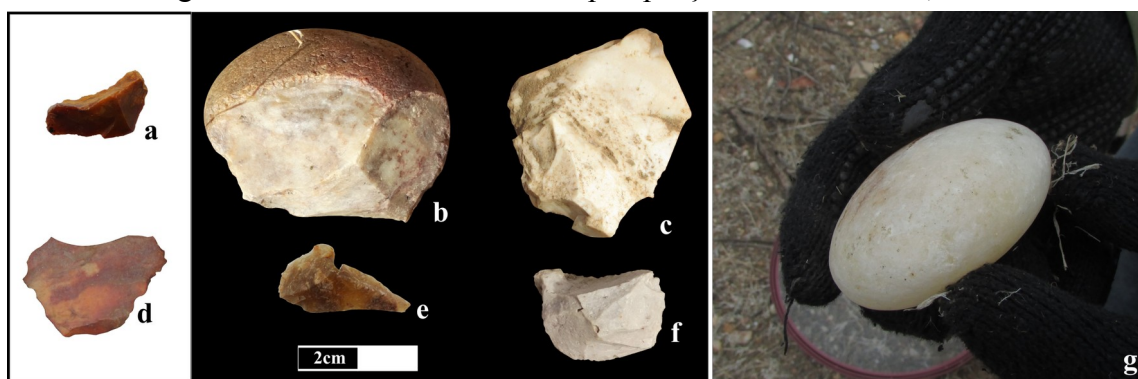
Fotos: da autora (2017).

Os líticos observados na área prospectada são variados e não se resumem apenas aos apontados em figuras anteriores, outros mais foram constatados ainda em campo e grande parte em superfície (Figura 47b, 47c, 47d, 47f e 47g). Ao que tudo indica, as rochas, nos sertões, não se resumiam simplesmente a matéria-prima para alicerces, cercamentos ou pederneiras, seus usos parecem ter sido diversos, o que não seria difícil de compreender dada a supervalorização dos artefatos de ferro e demais metais nos períodos iniciais da invasão colonial. Penso que não caberia entender essa materialidade apenas como provenientes de um passado longínquo, *pré-histórico*, desvinculando-os da construção de narrativas sobre um

²²⁶ Os ferros de marcar gado (cuja presença nos inventários da região consta desde meados do século XVIII) foram e, ainda são, um símbolo de distinção entre as famílias proprietárias de gado e terra da região (MACEDO, 2013). Para Diniz (2008, p. 83) “além de atestado de posse, era a assinatura sertaneja”, ou seja, cada família possuía sua própria marca e as gerações futuras que continuassem na lida com o gado desenvolveriam sua marca a partir da marca de seus progenitores, tornando possível um satisfatório estudo genealógico de uma família a partir dos ferros de marcar. Ver mais detalhes em Araújo et al. (2006)

passado recente, ou *histórico* como convencionou-se assim intitulá-lo. E, ainda que fossem *apenas* vestígios de um passado longínquo, por que não percebê-los como formas de compreender como antecessores e sucessores operaram ativamente dentro de uma dada paisagem histórica?

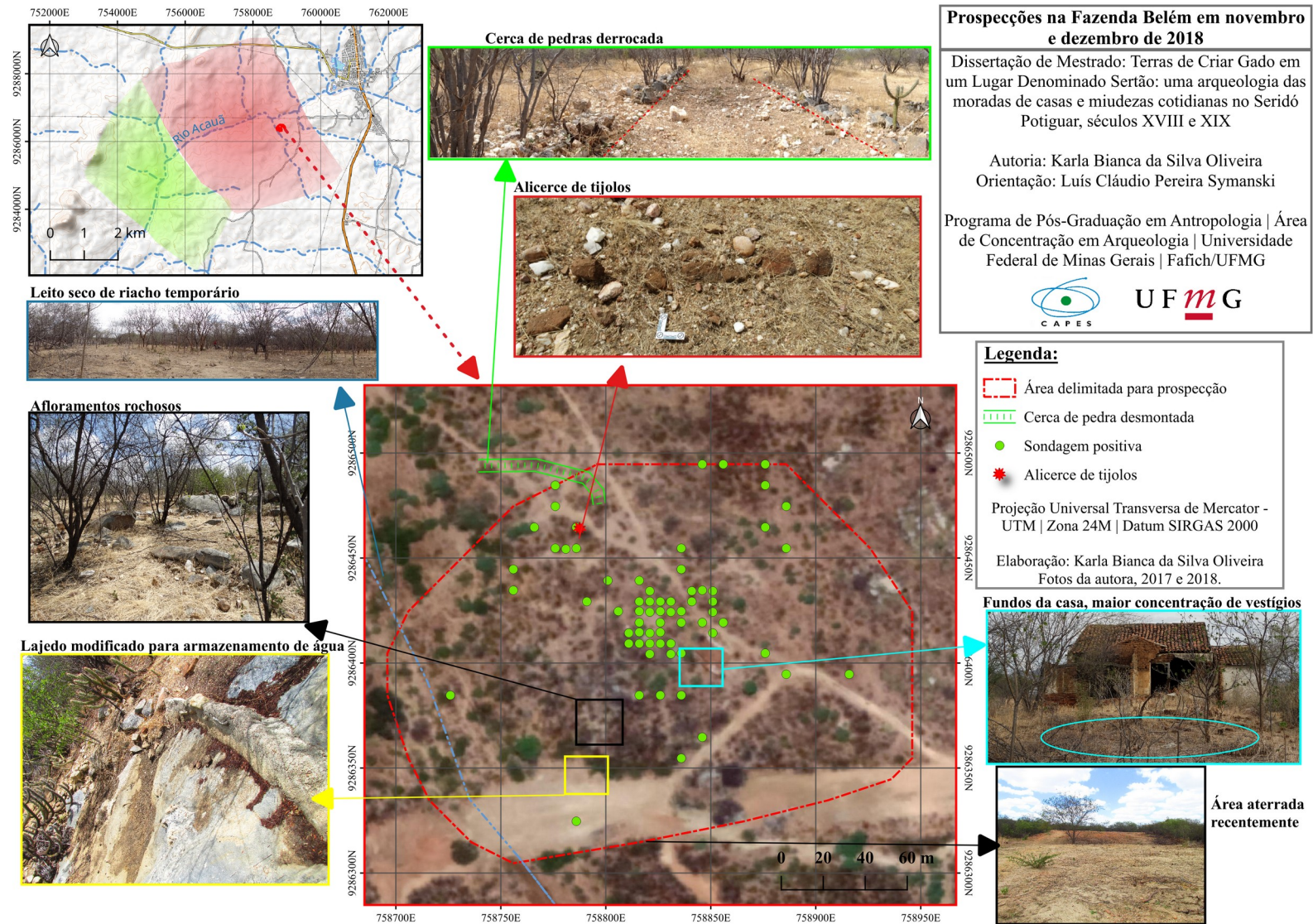
Figura 47 - Líticos observados na prospecção do sítio Belém, 2018



Fontes: fotos por Daniel Silva, Jônatas Alves Ferreira, da autora (2018) e composição da autora (2021).

Acredito que a paisagem da *antiga Belém*, assim como a correlação entre as áreas de concentração de material anteriormente apresentadas poderão ser melhor compreendidas com a continuidade dos trabalhos arqueológicos na propriedade. As concentração de material, denominadas aqui de área **a** e **b** após a análise de informações coletadas em campo figuraram-se como promissoras a uma análise mais detalhada. E uma diminuição da malha de sondagem, abertura de trincheiras ou ambas podem auxiliar no entendimento de seus processos formativos. A área **a** por estar tão próxima ao vestígio de alicerce (Figura 41) pode remeter a um período de ocupação anterior ao representado pela casa ainda existente – embora a tralha doméstica observada pela área não remeta a ocupações anteriores – ou a alguma outra edificação existente no passado, porém apenas um estudo mais detalhado na área com a evidenciação dessa estrutura de alicerce poderá auxiliar na compreensão desse cenário. Ademais, a cerâmica de produção local-regional se destacou numericamente entre os demais materiais e ao traçar um paralelo inicial entre a materialidade dos inventários e a observada no sítio Belém, as louças, vidros e metais ainda que dignos de serem listados em autos de partilha, são quantitativamente inferiores às cerâmicas, as quais remetem a um mundo material muito mais diverso que o apresentado pelos bens do século XVIII e XIX. Em síntese e de modo a ilustrar o que foi descrito anteriormente, a Figura abaixo tem como finalidade apresentar a organização espacial da propriedade, a partir de suas estruturas ou vestígios de estruturas e demais miudezas e pontos na paisagem mencionados anteriormente.

Figura 48 - Área prospectada na Fazenda Belém na busca por outras estruturas construtivas, 2018



Fonte: elaboração da autora a partir dos dados obtidos em campos, bases cartográficas do IBGE (2015) e imagens de satélite por Google Earth (2020).

3.3.2 Coisas e demais fontes da Belém Antiga em diálogo

Uma das principais motivações para a investigação arqueológica da fazenda Belém Antiga era a busca por vestígios que correspondessem às primeiras ocupações da fazenda – a casa do sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque (1789) e uma segunda ocupação, a casa de sua filha Maria da Puridade Barreto Júnior (1824). Contudo, ao longo da pesquisa pude observar algumas ambiguidades entre as fontes que merecem ser pontuadas. A partir das *fontes documentais*, especialmente os inventários de proprietários, atribuo a existência de três sedes: a) a sede atual; b) a casa de morada do sargento-mor e; c) a casa de sua filha Maria da Puridade Júnior. A *memória da comunidade* local remete a apenas duas sedes: a) uma atual e b) uma antiga. No entanto a *materialidade arqueológica* me conduz a uma quarta sede, a qual entraria nessa trama como uma terceira sede, anterior a atual, porém posterior às casas-grandes do século XVIII e XIX.

Deste modo, a busca por suas casas-grandes da fazenda²²⁷ me levou a cogitar que na fazenda Belém houve uma dinâmica de ocupação pautada na mobilidade de sua sede. Bem como observado por Souza (2017) ao analisar dinâmicas de mobilidade de ocupações sertanejas do século XX e as quais, segundo o autor, vão além de motivações ligadas às necessidades de abastecimento. Logo, acredito que a casa-grande da fazenda Belém tenha migrado pelo espaço da propriedade ao longo da ocupação da fazenda, não apenas uma ou duas vezes, mas no mínimo quatro vezes. Cabe pontuar que não entendo essa mobilidade no espaço da fazenda como descuidada, muito pelo contrário, a vejo como um entrelace de significados que deram e dão concretude à vida no lugar (GODOI, 1999, 2014; SOUZA, 2017). Por certo a mudança esteve atrelada a uma série de fatores, tais como: às reformas ou reconstrução do espaço doméstico, à mudança de atividade econômica desempenhada na propriedade, adequação a núcleos urbanos em seus arredores, a proximidade de estradas e um melhor acesso/distribuição de produtos, mudança de geração dirigente da propriedade, às práticas e estratégias da população local. E para este contexto onde, ainda que as edificações de morada das famílias proprietárias possuíssem uma durabilidade efêmera, exigindo

²²⁷ Lidas por mim inicialmente apenas como uma experiência frustrante, posto a inconsistência temporal entre a materialidade observada na Belém antiga (pós-abolição) e o contexto pelo qual buscava (escravista).

reconstrução ou uma nova construção de tempos em tempos, a presença do novo não perturbou a consciência de que o domínio era longo, embora as edificações não o fossem.

Tal como na análise do espaço, a casa de morada assume novamente o papel de artefato ativo na conformação da paisagem local. Sua andança pelo espaço me parece estrutural e deu forma ao processo de territorialização da fazenda Belém, ou dizendo de uma outra forma, transcendeu de uma mera ocupação de espaço físico para uma organização que é discursivamente sistematizada (GODOI, 2014). Mesmo havendo uma “mobilidade no espaço” haveria também uma “fixidez no lugar” (SOUZA, 2017, p. 77). Ponto este que me leva a um meio diferente ao observado por Souza (2007b, p. 82) em sua análise do Engenho São Joaquim, na qual a construção da casa de morada do proprietário era mais recente que os elementos estruturais empregados em sua fachada, visando transmitir estabilidade e *durabilidade de estruturas*; contudo, na fazenda Belém, as edificações foram (re)construídas e movidas constantemente pelo espaço da propriedade mas, ainda assim, obtinham fins similares, quais sejam, um “senso de continuidade e identidade duradoura” e atuaram na construção de pertencimento ao lugar. Esta questão foi também observada por Santos (2017, p. 129), a qual destaca que é este pertencimento “que explica que o nome Belém ainda seja uma referência que designa não somente uma classificação familiar, mas também associa o indivíduo a uma história e a um lugar no universo social”.

Um outro ponto instigante nesse percurso esteve atrelado às narrativas da comunidade, que a meu ver²²⁸ ganham densidade a partir da relação contraditória entre dois espaços, Belém nova *versus* Belém antiga. Ao que tudo indica, para a comunidade a temporalidade assume uma definição de tempo tipológico²²⁹, êmico, onde as narrativas de vida atreladas à sede da fazenda são circunscritas a dois episódios, novo *versus* antigo. Para a comunidade o passado do lugar é representado pela sede antiga, a qual concebeu (ao dar concretude ao passado, ao tempo dos antigos) e concebe o processo de territorialização da fazenda Belém, além de fixar elos de ancestralidade no lugar (ver MORAES, 2012). Informações que a primeira vista podem entrar em choque com concepções de tempo linear, éticas, e sua busca incansável pela

²²⁸ A história oral não foi um eixo adotado neste trabalho, embora foi impossível não tê-la em conta desde o meu primeiro contato com a fazenda Belém, posto trabalhos anteriores sobre a propriedade (ver SANTOS, 2017).

²²⁹ Fabian (2013, p. 59) denomina de *Tempo Tipológico* aquele que o tempo não é medido em termos de escala linear, mas por meio de eventos significativos, com características comuns e opostas (e.g., rural *versus* urbano). A partir de diferentes concepções de tempo Fabian aponta como o tempo é discursivamente apresentado, nem sempre como uma medida absoluta, mas que ainda assim é um instrumento poderoso sobre o qual a cultura se desenvolve (2013, p. 57).

indicação de sedes variadas, provenientes de momentos diferentes. No entanto, para além de questionar a autenticidade (JONES, 2010) da Belém antiga como sendo produto das primeiras ocupações na propriedade ou, ainda, apagar a ambiguidade presente nas coisas com a construção de narrativas lineares (MULLINS, 2014) ao atestar veracidade ou não da memória local, essa dualidade de novo *versus* antigo, me impele a pensar no fato de que:

Alguns relacionamentos são privilegiados, enquanto outros são cortados, suprimidos ou perdidos, fazendo com que a negociação de autenticidade seja frequentemente um processo contestado. Na verdade, como acontece com os discursos primordiais, os limites são geralmente colocados nas relações que são consideradas autênticas, e este é, em última análise, um processo excludente associado à produção de poder e identidade²³⁰ (JONES, 2010, p. 199, tradução minha).

A Belém antiga pode não ser a primeira sede da propriedade, a própria comunidade reconhece tal fato, ainda que não informe em nenhuma de suas narrativas sobre onde estariam localizadas tais sedes – seja porque essa pergunta não foi feita ou porque para a comunidade não há a necessidade de atestar autenticidade temporal à ocupação da Belém em suas narrativas –, mas *materializa*²³¹ em si as lembranças do passado da propriedade. Logo, a Belém antiga não consiste apenas em coisas de valor intrínseco atestado por intervalos de produção de tralhas domésticas ou características construtivas. Ao invés disso, suas ruínas dão concretude às narrativas sobre o passado daqueles que possuem uma história de vida atrelado a este lugar, que reconta histórias não apenas de uma ocupação de proprietários brancos da região do Seridó, mas também sobre a resistência de uma população negra remanescente que mantêm em suas narrativas a “reivindicação velada de um passado - e de posses - através da reiteração dos laços de parentesco” mesmo que “em nenhum momento a reivindicação étnicoracial se torna evidente” (SANTOS, 2017, p. 129). Nesse sentido a materialidade assume um papel crucial ao incorporar “as experiências e relações passadas das quais eles fizeram parte e facilita algum tipo de contato inefável com essas experiências e relacionamentos²³²” (JONES, 2010, p. 190).

A forma como a mudança constante de localização da casa-grande impactou a

²³⁰ No original: *Some relationships are privileged whilst others are cut, suppressed or lost, with the result that the negotiation of authenticity is frequently a contested process. Indeed, as with primordial discourses, limits are usually placed on the relationships that are deemed authentic, and this is ultimately an exclusionary process associated with the production of power and identity.*

²³¹ Isso ressalta o quanto os objetos não são apenas resultados de processos de produção, tanto pelas pessoas que estão a ser estudadas como pelas pessoas que os estudam, mas são também repositórios de agência e poder (GALLOWAY, 2006, p. 43) e, por conseguinte, “as coisas podem ter uma certa ambiguidade de significado, mas podem fornecer pontos de partida excepcionalmente concretos para a discussão, e muito da arqueologia mais desafiadora usa coisas prosaicas para desencadear a discussão sobre questões consequentes que de outra forma não seriam confrontadas” (MULLINS, 2014, p. 109), bem como pode a dinâmica de ocupação da fazenda, a qual dificilmente seria observada por meio da análise de uma única fonte.

formação do registro arqueológico, assim como a dispersão das demais habitações de pessoas agregadas, escravizadas ou livres, seriam conformadas nessa dinâmica são questionamentos para os quais ainda não possuo respostas. Acompanhariam a mudança ou permaneceriam delimitadas a um mesmo espaço e demarcariam assim mais uma dinâmica de poder associada a quem pertence o direito de se realocar pelo território? Por fim, o caso da Belém antiga, ainda que não dialogue diretamente com o contexto escravista almejado nesta pesquisa, reforça o quanto não caberia entender os contextos arqueológicos como espaços desconexos de tempo, lugar e ligação com o hoje dada a presença de remanescentes de escravizados que permanecem atrelados a esse lugar e têm nesse espaço a materialização de sua história de origem. Como também penso em como a arqueologia poderia auxiliar na compreensão do quanto a escravidão pode ter permanecido impressa “nas relações sociais e nos contratos de trabalho” (CAVIGNAC, 2003, p. 50), “esbulhos, expulsão da terra, estratégias de sobrevivência e pobreza” (SANTOS, 2017, p. 17) tramadas entre os diversos grupos que continuaram coexistindo atrelados a este território.

²³² No original: [...] the materiality of objects embodies the past experiences and relationships that they have been part of, and facilitates some kind of ineffable contact with those experiences and relationships.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Pode não parecer, mas eu tenho uma história.
 Uma casa com alicerces profundos, paredes flexíveis.
 No quintal uma mina d'água na sombra de um jequitibá
 Lugar, onde crescemos e nos firmamos eu e meus antepassados
 reverenciado na alegria e na tristeza.
 Ponto de redenção para o qual inevitavelmente sempre serei chamada.
 A aprender suportar o doído processo de transformação do tecido.
 E com o corpo totalmente exposto tear a nova pele.
 Pode não parecer, mas eu tenho uma história completa com bases
 profundas e paredes flexíveis
 Solidificando a herança, uma mina d'água na sombra de um jequitibá.
 Toda cercada de saias, saíotes
 Galinhas d'angola,
 Quilombolas.
 História (Ana Cruz)*

Esta pesquisa seguiu um caminho totalmente diferente do planejado. Ainda que o texto *finalizado* transmita uma ideia de que a sintaxe espacial das casas-grandes do século XIX, a análise da materialidade presente em inventários de fazendeiros seridoenses do século XVIII, ou as demais discussões aqui dispostas compunham o objetivo inicial dessa pesquisa, sinto informar que não. Muito pouco ou quase nada do que havia *idealizado* para essa pesquisa se concretizou. A seguir apresento alguns dos meus maiores percalços, algumas escolhas *infelizes*, onde o caminho escolhido não levou ao resultado esperado; meus retornos ao início com um outro olhar e, às vezes, outra abordagem (ver LIMA; BRUNO; FONSECA, 1993), mas foi esse constante ir e vir que deu forma a esta pesquisa.

Inicialmente tinha como objetivo efetuar uma análise da *espacialidade e cultura material associada a habitações de escravizados* em fazendas de gado e, como fontes, faria uso de documentação histórica e materialidades coletadas em escavações de casas de fazendas na região. Contudo, a constatação da ausência de menções sobre habitações/cômodos de escravizados na documentação analisada foi um dos primeiros obstáculos enfrentados, complexificando o levantamento arqueológico de materialidades associadas a esses espaços em fazendas de gado do sertão nordestino.

Estudar populações negras escravizadas em fazendas de criar do interior da região Nordeste é um caminho que se entrelaça com leituras densas, histórias silenciadas e temas complexos demais para serem assimilados em um período tão curto. Nesse ínterim, percebi que mirar apenas na população escravizada em uma paisagem moldada a partir de uma atividade econômica tão pouco abordada arqueologicamente, poderia fortalecer discursos que suprimem as relações sociais e as singularidades do contexto²³³ da análise material, ou seja, pautar sujeitos divorciados de seu contexto social. Este foi um dos meus maiores receios. Ou ainda, como afirma Lugones (2019, p. 372) ao discutir a consolidação de categorias binárias (mais especificamente a colonialidade das categorias de gênero, raça e sexualidade), “as comunidades, e não os indivíduos, possibilitam o fazer; as pessoas produzem junto de outras, nunca em isolamento”, e por esse motivo a caracterização da variedade de sujeitos se fez tão necessária.

Ademais, o mais próximo que alcancei sobre menções de habitações de escravizados foi o caso da Fazenda Belém (Capítulo 3), mas sua etapa de campo poderia ser definido como uma experiência marcada pela “frustrante ausência de vestígios” (LIMA; BRUNO; FONSECA, 1993, p. 187) no que se refere à presença de outras habitações, ou seja, habitações de trabalhadores livres ou escravizados. Por que o defino desta maneira? Entendia, até o início da pesquisa, que seria possível localizar vestígios de outras edificações, mesmo que, a título de primeiro momento, não fosse possível associar cada edificação a tarefas específicas (currais, cercados para criações miúdas, oficinas, entre outras) ou a casas de morada de outros habitantes (moradores, vaqueiros e população escravizada), além da família proprietária. No entanto, a indeterminação de outras estruturas em uma propriedade na qual habitaram 24 pessoas escravizadas sob seus domínios e a qual mencionava a existência de casas de senzala no inventário do proprietário tornou-se uma experiência *frustrante*. Pois, tendo em vista tantos elementos *favoráveis* e ainda assim resultar em um cenário tão inconclusivo, como seria a busca em fazendas onde habitaram 1 a 4 escravizados e nenhuma menção havia sobre suas habitações ou compartilhamento doméstico com seus senhores? Permaneço sem respostas.

Todavia, ainda que inconclusiva, esta etapa me levou a questionar *o quê e onde* estava buscando informações e a direcionar meu olhar à casa-grande. Mas, para além de compreender a forma como proprietários de fazendas de criar sertanejas expuseram aos

²³³ Arraigado de esteriótipos que remontam a presença de uma população selvagem, paisagem ambientalmente árida, agricolamente pobre e socialmente anárquica e desabitada (MORAES, 2006, p. 29).

demais um modo de vida “civilizado” a partir de louças de jantar e aparelhos de chá, ou como estes espaços foram ocupados por proprietários ou vaqueiros homens, sobretudo brancos, escolhi me atentar também a outros rastros, isto é, indícios materiais/documentais que pudessem remeter à atuação de outros sujeitos dentro do ambiente doméstico senhorial, como pessoas escravizadas ou demais serventes livres. Deste modo, as plantas de casas-grandes erigidas no século XIX entraram na análise. A escolha deste caminho me levou a abdicar, ao longo desta pesquisa, da continuidade do trabalho de campo e me dedicar à explanação do cenário social (pessoas que ali habitaram) e material (espacialidade, edificações e miudezas cotidianas inventariadas) desses espaços no sertão do Seridó a partir de descrições de propriedades e posses materiais observadas em inventários *post-mortem* de pessoas que habitaram essa região ao longo dos séculos XVIII e primeiro quarto do XIX; com isso as fontes documentais ganharam um pouco mais de destaque.

A materialidade inventariada ao longo do século XVIII certamente esteve atrelada a um ideal de riqueza similar a contextos econômicos distintos, onde os bens inventariados eram sobretudo objetos de metal, em boas ou más condições de uso; peças de louças e vidro; equipamentos de montaria e móveis²³⁴. Todavia, por certo o universo material desses assentamentos não foi tão escasso quanto me apontaram os inventários analisados. E, ainda que exista uma tendência imediatista de analisar este contexto pela ótica da pobreza, devido a pouca presença de produtos de produção europeia, a quase inexistência de móveis e a baixa opulência demonstrada na tralha doméstica ao compará-lo às grandes fazendas de café ou aos engenhos de açúcar do litoral, o avanço das pesquisa arqueológicas nas fazendas de gado demonstram que seus habitantes “lançaram mão da criatividade na produção e uso dos recursos materiais” (SOUZA, 2013, p. 29) que estavam a eles disponíveis e deram forma a um contexto material próprio, rico e diversificado (OLIVEIRA, 2018).

A configuração interna da casa-grande observada por meio da sintaxe espacial em casas de proprietários edificadas no século XIX foi um “retorno ao início” na pesquisa que trouxe bons frutos e embasou alguns elementos até então nebulosos, tal como a presença de outros grupos sociais habitando a mesma edificação da casa da família proprietária e, por conseguinte, argumento que o refugio material desses espaços deve ser lido como produto da agência de uma diversidade de atores sociais, ainda que estes atores possuíssem acesso diferenciado aos bens de consumo. Cabe pontuar que optei por precisar “compartilhamento da

²³⁴ Embora não tenha sido possível abordar neste trabalho também observei a presença de adornos, sobretudo, em ouro e prata e, em menor número, peças de vestuário.

mesma edificação” e não do “mesmo espaço doméstico”; pois as dinâmicas de movimentação também evidenciadas com essa análise ressaltam o quanto a circulação desses outros grupos no ambiente doméstico senhorial foi restrita, por vezes similar a visitantes, ou seja, o acesso ao interior da casa-grande era feito apenas por meio de sua entrada principal ou de serviços, e ainda que compartilhassem a mesma edificação, não compartilhavam o mesmo espaço doméstico. Outro ponto que uma observação da casa-grande me proporcionou esteve atrelado ao caso da Fazenda Belém. Ao observar de forma mais atenta as fontes (material, documental e oral), em especial suas ambiguidades, inferi que sua sede foi movida pelo território da propriedade não apenas duas vezes (nova e antiga) mas no mínimo quatro vezes. Logo, seria a *sede antiga* que prospectei a *sede nova* da *sede antiga* que procurava? Novamente, continuo sem respostas. Mas, assumir esse pressuposto de movimentação da sede me auxiliou a justificar a ausência de uma materialidade que pudesse ser associada a contextos anteriores ao século XIX no entorno de sua *atual sede antiga*. Porém, ainda me manteve sem respostas sobre a possível localização das “casas de senzalas” que existiram na propriedade no século XVIII, dado que as estava buscando em um espaço que não correspondia a uma ocupação desse período.

As fazendas criatórias representam um expressivo campo de pesquisa, ainda pouco abordado, entender a atuação desses espaços na formação de grandes latifúndios no interior da região, repercutindo no campo da história agrária, auxiliaria na compreensão do quanto desmedidas porções de terras foram repassadas de geração a geração de famílias locais, suas dinâmicas de fragmentações e alargamentos constantes de fronteiras, por vezes, expropriando pequenos proprietários. E tal como apontou Domingos Neto (2010, p. 18) as “peripécias de cangaceiros, proezas de potentados rurais, grandes calamidades e arcaísmos linguísticos [...] despertaram mais atenção que as estruturas socioeconômicas, as relações de trabalho, a cultura e o cotidiano da pecuária extensiva” nos sertões do gado. Na Arqueologia o levantamento material com foco em outros grupos sociais ainda está em seu início e escavações orientadas para este fim não foram realizadas até o momento. No tocante à população escravizada nesses empreendimentos cabe reforçar a existência de algumas complicações próprias do contexto e que foram abordadas ao longo desse texto, como sua possível dispersão na propriedade, o desconhecimento sobre suas habitações e, por conseguinte, de depósitos materiais a ela associada e em contextos delimitados.

Tendo em vista os aspectos abordados, com base na posse de pessoas escravizadas na região do Seridó (Capítulo 2), o alto número de proprietários com posse de apenas uma

pessoa escravizada, sobretudo, mulheres negras, em arranjo com a disposição da cozinha como um acesso principal aos cômodos da casa relacionados a funções de serviços; sugiro que pesquisas arqueológicas para este fim na região deem ênfase a escavações próximas a áreas de cozinha. Julgo que esta área poderá fornecer evidências mais específicas sobre aspectos materiais da vida dessa população sob condições de escravidão. Mas, cabe pontuar, que além de focar no *trabalho* é preciso também manter em foco a *agência* desses trabalhadores; pois a maneira como eles negociaram regras, recursos, restrições e oportunidades a partir das relações de trabalho que os cercaram é tão importante quanto as funções que executaram (ver SILLIMAN, 2006).

Acredito também que trabalhos que visem refletir sobre modos de vidas de populações negras ao longo do devassamento dos sertões do Norte podem e devem ser construídos em *colaboração* com populações remanescentes. E, desta forma, conceber de forma coletiva um discurso *contracolonial* (SANTOS, 2015a) onde não há um único passado a ser descoberto/desvendado por *especialistas do passado* (CANCLINI, 2013), mas sim vários, múltiplos, e cuja diversidade pode auxiliar na construção de narrativas diversificadas e, principalmente, menos silenciadoras.

Isso significa que só prevejo pesquisas arqueológicas sobre populações afrodiáspóricas em um momento futuro? Longe disso. Acredito que pesquisas arqueológicas em *terras de criar gados* e em *terras de plantar lavouras* podem e, primordialmente, devem ser pautadas como *espaços de diásporas* (BRAH, 1996). Espaços estes moldados a partir das relações entre populações europeias, afrodiáspóricas e indígenas (Capítulo 1). Ou seja, as fazendas criatórias foram cenários onde diásporas distintas se entrecruzaram – europeia, africana, indígena, além de outras que podem ter ocorrido e de todo um emaranhado de configurações de poder articuladas dentro de cada uma dessas diásporas – e cujo conhecimento de suas diferenças e similaridades tornam-se premente à compreensão desses espaços, dado que esses ambientes possivelmente foram configurados e habitados por pessoas variadas (ressalto aqui escalas de gênero, étnica, social, econômica, geracional, entre tantas outras).

Deste modo, contextos arqueológicos devem ser entendidos como um produto de arranjos sociais (CONKEY; SPECTOR, 1984, p. 28). Isto é, a materialidade existente nesses espaços é polissêmica e não uma matéria inerte com significado *intrínseco* e *único*, independente de sujeitos, tempo e lugar, mas sim frutos de relações (SOUZA, 2002, 2015, 2017; SUGUIMATSU, 2016). Quando a prática arqueológica não pondera as sutilezas da qual

a materialidade é imbuída corre o “risco de tornar o processo arqueológico em uma atividade rotineira descaracteriza[ndo] tanto a materialidade do passado quanto a diversidade dos grupos que foram os atores históricos” (ALLEN, 2016, p. 95). Logo, entender as fazendas de criar como frutos de arranjos sociais, territorialidades construídas a partir de *processos* ao longo da construção de territórios (GODOI, 2014), abre caminho à percepção de que todas as pessoas que atuaram nesses contextos estiveram capacitadas a desempenhar qualquer tarefa necessária ao seu bom funcionamento, uma prática que embora no início desestruture certezas no fazer arqueológico (BATTLE-BAPTISTE, 2017), poderá também diminuir interpretações calcadas em preconceitos atuais (WICHERS et al., 2018), que limitam ou apagam a atuação de determinados sujeitos. Em razão disso, com o avançar da pesquisa reiterarei que não haverá materialidade específica a ser buscada em um contexto tão singular e onde possíveis impressões identitárias por parte da população escravizada podem ter sido operacionalizadas de maneira sutil, mais como resultado de negociações do que como algo que contenha limites precisos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C. DE. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ABREU, W. **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888**. Dissertação (Mestrado em História)—Campina Grande: Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2011.
- ACAYABA, M. (ED.). **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira: Equipamentos**. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001.
- AGBE-DAVIES, A. **Tobacco, pipes, and race in colonial Virginia: Little tubes of mighty power**. [s.l.] Left Coast Press, 2015.
- AGOSTINI, C. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. **Revista de História Regional**, v. 3, n. 2, p. 113–137, 1998.
- AGOSTINI, C. Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. **Topoi**, v. 10, n. 18, p. 39–47, jun. 2009.
- AGOSTINI, C. Estrutura e liminaridade na paisagem cafeeira do século XIX. In: AGOSTINI, C. (Ed.). **Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 59–81.
- ALBUQUERQUE, P. T. **A faiança portuguesa dos séculos XVI a XIX em Vila Flor, RN**. Dissertação (Mestrado)—Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1991.
- ALENCAR, A. C. F. DE. **Declaro que sou “Dona”, viúva e cabeça de casal: mulheres administradoras de bens nos sertões de Quixeramobim (1727-1822)**. Dissertação (Mestrado)—Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2014.
- ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, L. DE M. E (Ed.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1p. 83–154.
- ALLEN, S. J. Os Desafios na arqueologia de Palmares. **Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)**, p. 119–130, 2010.
- ALLEN, S. J. The movement of people and things in the Capitania de Pernambuco: Challenges for archaeological interpretation. In: BEAUDRY, M. C.; TRAVIS G. PARNO (Eds.). **Archaeologies of Mobility and Movement**. New York: Springer, 2013. p. 31–46.
- ALLEN, S. J. Afrofatos. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 1, p. 91–105, 2016.

ALLISON, P. M. The Household in Historical Archaeology. **Australasian Historical Archaeology**, v. 16, p. 16–29, 1998.

ALMEIDA, F. G. **Terra Negra de Quilombo: Arqueologia da Resistência e etnoarqueologia no território quilombola dos Mandira, Cananéia (SP)**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012.

AMARAL, D. M. **Loiça de barro do Agreste: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012.

AMARAL, D. M. **Loiceiras, Potes e Sertões: um estudo etnoarqueológico de comunidades ceramistas no agreste central pernambucano**. Tese (Doutorado em Arqueologia)—São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2019.

ANDRADE, A. P. G. **A casa de vivenda do Sítio São Bento de Jaguaribe: uma reconstituição arqueológica**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

ANTONIL, A. J. **Cultura, e opulencia do Brasil, por suas drogas, e minas, com varias noticias curiosas do modo de fazer o assucar; plantar, & beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas&descubrir as da prata, etc**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Ca., 1837.

ARRAES, D. E. A. **Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo)—São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São Paulo, 2012.

ASSIS, N. P. D. **A Capitania de São José do Piauí na Racionalidade Espacial Pombalina (1750-1777)**. Dissertação (Mestrado em História)—Natal: Programa de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa Relações Econômico-sociais e Produção dos Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

BARBOSA, R. F. **“Para o povo ver”: a materialidade dos engenhos Banguês do Norte de Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

BARILE, K. S. Hegemony within the household: The perspective from a South Carolina Plantation. In: BARILE, K. S. et al. (Eds.). **Household Chores and Household Choices: Theorizing the Domestic Sphere in Historical Archaeology**. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2004. p. 121–137.

BARTHEL, S. G. A. **Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz em Itamaracá, Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

BARTHEL, S. G. A. **Vestígios do Art Déco na cidade do Recife (1919-1961): abordagem arqueológica de um estilo arquitetônico**. Tese (Doutorado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

BATTLE-BAPTISTE, W. Global Conversations. **Museum International**, v. 62, n. 1–2, p. 26–30, 2010.

BATTLE-BAPTISTE, W. **Black feminist archaeology**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2017.

BEAUDRY, M. C.; COOK, L. J.; MROZOWSKI, S. A. Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 2, p. 71–113, 2007.

BENEŠ, J.; ZVELEBIL, M. **A historical interactive landscape in the heart of Europe: the case of Bohemia**. . In: THE ANTHROPOLOGY AND ARCHAEOLOGY OF LANDSCAPE. New Dehli: Routledge, 1999

BEZERRA, A. P. G. **Capitalismo e Elite no Ceará: produção, distribuição e consumo de louças europeias em Aracati (1850 A 1890)**. Dissertação (Mestrado)—Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015.

BLANTON, R. **Houses and households: a comparative study**. New York: Springer, 1994.

BORGES, C. C. DO L. **Cativos do Sertão: um estudo da escravidão no Seridó—Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em História)—Franca: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual Paulista, 2000.

BORIM JÚNIOR, W. **Sabores e Dissabores: olhares sobre a cultura material da Fazenda São Domingos (José de Freitas, Piauí)**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Teresina: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, 2016.

BRAH, A. **Cartographies of Diaspora: Contesting identities**. London and New York: Routledge, 1996.

BRANDÃO, T. M. P. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRANDÃO, T. M. P. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Gráfica da UFPI, 2015.

BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. Tradução: Leila Souza MENDES. 1th. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

BUSTAMANTE, A. L. Historiografías feministas para la descolonización. In: MUÑOZ, K. O. (Ed.). **Miradas en torno al problema colonial: pensamiento anticolonial y feminismos descoloniales en los sures globales**. Poscolonial. Madrid: Akal, 2019. p. 335–362.

BUTLER, K. D. Defining diaspora, refining a discourse. **Diaspora: a journal of transnational studies**, v. 10, n. 2, p. 189–219, 2001.

CAMPELLO, C. B. C. **Casas de câmara e cadeia: uma análise tipológica de Portugal à Colônia**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4th. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

CARLE, C. B. **A organização espacial dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX**. Tese (Doutorado)—Porto Alegre: Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.

CARVALHO, G. V. DE. **Frei Caneca: gesta da liberdade, 1779-1825**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2004.

CARVALHO, M. DO A. A. DE. **Batalha do Jenipapo: reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica**. Tese (Doutorado em História)—Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, 2014.

CARVALHO, P. M. DE. Descrição do Sertão do Piauí remetida ao Ilm o e Rvm o Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco. In: ENNES, E. (Ed.). **As Guerras dos Palmares: subsídios para a sua história**. São Paulo: Editora Nacional, 1938. v. 127.

CARVALHO, P. M. DE. **A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012.

CARVALHO, P. M. DE. **Visibilidade do negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão - Vila Bela/MT**. Doutorado em Arqueologia—São Paulo: Universidade de São Paulo, 28 fev. 2019.

CASCUDO, L. DA C. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal e Rio de Janeiro: Fundação José Augusto e Achiamé, 1984.

CASCUDO, L. DA C. **Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica**. 1. ed. [s.l.] Global Editora, 2003.

CAVIGNAC, J. A. A etnicidade encoberta: ‘índios’ e ‘negros’ no Rio Grande do Norte. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 4, n. 8, 2003.

COCHRAN, M. D.; BEAUDRY, M. C. Material culture studies and historical archaeology. In: HICKS, D.; BEAUDRY, M. C. (Eds.). **The Cambridge Companion to Historical Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 191–204.

CONKEY, M. W.; SPECTOR, J. D. Archaeology and the Study of Gender. **Advances in Archaeological Method and Theory**, v. 7, p. 1–38, 1984.

COSTA, D. N. B. **Memórias de Repressão, Memórias de Resistência: as marcas da ditadura no DOPS-MG (1964 - ?)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Belo

Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

CPRM. **Geossítio 5: Pico do Totoró**. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/gestao_territorial/geoparques/serido/tororo.html>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CURADO, M. E. **A Faiança do Forte Orange, Itamaracá-PE**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

D'ALENCASTRE, J. M. P. Memoria chronologica, histórica e corographica da província do Piauhy. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 20, 1857.

DEAGAN, K. Líneas de investigación en Arqueología Histórica. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 2, n. 1, p. 63–93, 30 jun. 2008.

DEAGAN, K. A. Neither history nor prehistory: The questions that count in historical archaeology. **Historical Archaeology**, v. 22, n. 1, p. 7–12, 1988.

DELLE, J. A. The landscapes of class negotiation on coffee plantations in the Blue Mountains of Jamaica: 1790–1850. **Historical Archaeology**, v. 33, n. 1, p. 136–158, 1999.

DINIZ, N. M. M. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo)—São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008.

DINIZ, N. M. M. **Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado das Ribeiras do Norte**. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo)—São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2013.

DOMINGOS NETO, M. **O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba**. São Paulo: Annablume, 2010.

ETCHERVARNE, C. Patrimônio Arqueológico na Bahia. Breves Considerções sobre o Estado Atual da Questão. In: ETCHERVARNE, C.; PIMENTEL, R. (Eds.). **Patrimônio Arqueológico da Bahia**. Salvador: SEI, 2011. p. 9–16.

FABIAN, J. **O tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Tradução: Denise Jardim DUARTE. Petrópolis: Vozes, 2013.

FALCI, M. B. K. **Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais: Piauí, 1826-1888**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FALCI, M. B. K. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORI, M.; BASSANEZI, C. (Eds.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 241–277.

FARIAS, S. DE C. Cotidiano dos negros no Brasil escravista. **Tres Grandes Cuestiones de la Historia de Iberoamérica**, v. 1, 2005.

FEIJÓ, P. H. F. **A arquitetura tradicional de acari no século XIX: estudo comparativo entre a casa-grande de fazenda e a casa urbana**. Dissertação (Mestrado)—Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

FERREIRA, C. M. **Arqueologia da paisagem caieirista no município de Parnamirim/PE**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Laranjeiras: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2018.

FERREIRA, L. M. et al. La Arqueología de Quilombos en Brasil: Problemas y Perspectivas. **Revista Euroamericana de Antropología**, Dossier ‘Culturas e Identidades Afroamericanas’. n. 3, p. 68–80, dez 2016.

FLEWELLEN, A. O. Locating Marginalized Historical Narratives at Kingsley Plantation. **Historical Archaeology**, v. 51, n. 1, p. 71–87, 2017.

FLEXOR, M. H. O. **Mobiliário baiano**. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2009.

FRANKLIN, M.; MCKEE, L. Introduction African Diaspora Archaeologies: Present Insights and Expanding Discourses. **Historical Archaeology**, v. 38, n. 1, p. 1–9, 2004.

FREDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, L. F. **Nas águas do velho Chico: por uma arqueologia de ambiente aquáticos no baixo Rio São Francisco - Sergipe/Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Laranjeiras: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

FREITAS, Y. M. **Azulejos portugueses dos séculos XVII e XVIII em Pernambuco: patologias e caracterização tecnológica**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

FUNARI, P. P. A. A Arqueologia e a cultura africana nas Américas. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 17, n. 2, p. 61–72, 1991.

FUNARI, P. P. A. A "República de Palmares" e a arqueologia da Serra da Barriga. **Revista USP**, v. 28, p. 6–13, 1996.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GALLIZA, D. S. DE. **O declínio da escravidão na Paraíba, 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

GALLOWAY, P. Material Culture and Text: Exploring the Spaces Within and Between. In: **Historical archaeology**. Malden: Blackwell Publishing, 2006. p. 42–64.

GARMAN, J. C. Rethinking “resistant accommodation”: Toward an archaeology of African-American lives in southern New England, 1638–1800. **International Journal of Historical Archaeology**, v. 2, n. 2, p. 133–160, 1998.

GODOI, E. P. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

GODOI, E. P. Territorialidade. In: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. (Eds.). . **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

GORDENSTEIN, S. L. **De sobrado a terreiro: a construção de um candomblé na Salvador oitocentista**. Tese (Doutorado em Antropologia)—Salvador: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, 2014.

GORDENSTEIN, S. L. Arqueologia do Axé Considerações sobre o Estudo do Candomblé Baiano Oitocentista. In: SANTOS, V. S.; SYMANSKI, L. C. P.; HOLL, A. (Eds.). . **Arqueologia e história da cultura material na África e na diáspora africana**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. p. 295–310.

GOSELAIN, O. P. Materializing identities: an African perspective. **Journal of archaeological method and theory**, v. 7, n. 3, p. 187–217, 2000.

GUIMARÃES, C. M.; LANNA, A. L. D. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. **Pesquisas, Antropologia**, n. 31, p. 17–164, 1980.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução: Adelaine La Guardia RESENDE. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HARTEMANN, G. **Voltar, contar e lembrar de Gangan: por uma arqueologia griótica afrodecolonial em Mana, Guiana**. Dissertação (Mestrado em Antropologia)—Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

HEMMING, J. **Ouro Vermelho: A Conquista dos Índios Brasileiros**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes De MOURA. São Paulo: EDUSP, 2006.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge university press, 1984.

IRFFI, A. S. R. P. C. Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: escravidão e núcleos familiares no cariri cearense (1850-1884). **Afro-Ásia**, n. 53, p. 9–44, 2016.

JONES, S. Negotiating Authentic Objects and Authentic Selves: Beyond the Deconstruction of Authenticity. **Journal of Material Culture**, v. 15, n. 2, p. 181–203, 1 jun. 2010.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess OLIVEIRA. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOSTER, H. **Travels in Brazil**. 2. ed. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1816.

KOSTER, H. **Viagens ao nordeste do Brasil**. [s.l.] Brasiliana, 1942.

LAROCHE, C. J.; BLAKEY, M. L. Seizing intellectual power: the dialogue at the New York African Burial Ground. **Historical Archaeology**, v. 31, n. 3, p. 84–106, 1997.

LEDOUX, N. R. P. L. **Arquiteturas Sufragadas e Memórias Construídas: Uma arqueologia da memória da Remanso submersa-BA**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Laranjeiras: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2017.

LIMA, S. O. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí - (1822-1871)**. Passo Fundo: UPF, 2005.

LIMA, S. O. **Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII-séc. XIX)**. Teresina: EDUFPI, 2016.

LIMA, T. A. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do museu paulista: história e cultura material**, v. 1, n. 1, p. 225–262, 1993.

LIMA, T. A. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do museu paulista: história e cultura material**, v. 3, n. 1, p. 129–191, 1995.

LIMA, T. A.; BRUNO, M. C. O.; FONSECA, M. P. R. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, Séc. XIX: fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. **Anais do museu paulista: história e cultura material**, v. 1, n. 1, p. 179–206, 1993.

LINHARES, M. Y. L. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). **Tempo—Revista do Departamento de História da UFF**, v. 2, n. 1, p. 132–150, 1996.

LITTLE, B. Povos com história: uma revisão da Arqueologia Histórica nos Estados Unidos. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 8, n. 2, p. 122–165, 2014.

LOPES, M. S. **Escravidão na Vila Do Príncipe: Província do Rio Grande do Norte (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História)—Natal: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. DE (Ed.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2019. p. 356–377.

MACEDO, H. A. M. DE. **Ocidentalização, Territórios e Populações Indígenas no Sertão da Capitania do Rio Grande**. Dissertação (Mestrado em História)—Natal: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

MACEDO, H. A. M. DE. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)**. Tese (Doutorado em História)—Recife: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2013a.

MACEDO, H. A. M. DE. Da escravidão à liberdade: trajetória do preto forro Feliciano da Rocha na Capitania do Rio Grande (Freguesia do Seridó, séculos XVIII-XIX). **Revista Ultramares**, v. 1, n. 3, p. 114–130, 2013b.

- MACÊDO, M. K. DE. História e Espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 1, n. 1, 2000.
- MACÊDO, M. K. DE. O sertão negro: escravos nos inventários e testamentos da Ribeira do Seridó colonial. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 9, n. 24, p. 77–91, set/out 2008.
- MACÊDO, M. K. DE. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Século XVIII)**. Natal: Flor de Sal & EDUFRN, 2015.
- MARQUESE, R. DE B. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 13, n. 2, p. 165–188, 2005.
- MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.
- MARTIN, G. Arqueologia nas missões religiosas do Vale do São Francisco. **Cadernos De Estudos Sociais**, v. 6, n. 1, original publicado em 1990 2011.
- MARTINS, L. M. **A cultura material como instrumento para compreensão de passados históricos: a fazenda Casa-Grande de São Domingos, José de Freitas, PI**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Teresina: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, 2015.
- MATOS, M. X. G. DE. **Transformações tecnológicas das fortificações portuguesas da Capitania de Pernambuco, Brasil, nos séculos XVI e XVII**. Tese (Doutorado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.
- MATTOS, M. R. M. F. **Vila do Príncipe – 1850/1890: Sertão do Seridó – Um Estudo de Caso da Pobreza**. Dissertação (Mestrado)—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1985.
- MCDAVID, C. Descendants, decisions, and power: the public interpretation of the archaeology of the Levi Jordan Plantation. **Historical Archaeology**, v. 31, n. 3, p. 114–131, 1997.
- MEDEIROS, M. C. DE. **Reconstituição de uma fazenda colonial: estudo de caso Fazenda de São Bento de Jaguaribe**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2005a.
- MEDEIROS, E. G. DE M. **O povoado dos arrecifes e o baluarte holandês do século XVII**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2005b.
- MEDEIROS FILHO, O. DE. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.
- MEDEIROS FILHO, O. DE. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

- MEDEIROS, W. D. DE A. **Sítios geológicos e geomorfológicos dos municípios de Acari, Carnaúba dos Dantas e Currais Novos, região seridó do Rio Grande do Norte.** Dissertação (Mestrado)—Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2003.
- MELLO, E. C. DE. **Nassau: governador do Brasil holandês.** [s.l.] Companhia das Letras, 2006.
- MENEZES, D. **O Outro nordeste: formação social do nordeste.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.
- MONTEIRO, D. M. **Introdução à história do Rio Grande do Norte.** 2. ed. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.
- MORAES, D. Ainda queremos ser... tão? reflexões sobre identidade cultural e imaginário de sertão no Piauí. **O público e o privado**, n. 7, p. 15–36, jun. 2006.
- MORAES, I. P. DE. **Do tempo dos Pretos d’antes aos Povos do Aproaga: Patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA).** Dissertação (Mestrado em Antropologia)—Belém: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2012.
- MOREIRA, J. M. B. **Arquetetura que Enlouquece: poder e arqueologia.** Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- MORRISON, T. **A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura.** Tradução: Fernanda ABREU. 1th. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MOTT, L. R. B. Descrição da Capitania de São José do Piauí – 1772. **Revista de História**, n. 112, p. 543–566, 1977.
- MOTT, L. R. B. **Piauí colonial: população, economia e sociedade.** 2th. ed. Teresina: APL, FUNDAC, DETRAN, 2010.
- MOURA, C. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas.** 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1981.
- MULLINS, P. R. Excavating America’s metaphor: Race, diaspora, and vindicationist archaeologies. **Historical Archaeology**, v. 42, n. 2, p. 104–122, 2008.
- MULLINS, P. R. The Rhetoric of Things: Historical Archaeology and Oral History. **Historical Archaeology**, v. 48, n. 1, p. 105–109, 1 mar. 2014.
- NAJJAR, R. **Arqueologia no Pelourinho.** Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2010.
- NASCIMENTO, A. DO. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 3th. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- NASCIMENTO, A. DO. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** 3th. ed. São Paulo: Perspectivas, 2019a.
- NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo.** Belo Horizonte: Letramento, 2019b.

NEGREIROS, R. M. B. DE. **As trilhas da morte no sertão das Pimenteiras-PI (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

NEVES, E. F. **Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX.** Salvador e Feira de Santana: EDUFBA e UEFS, 2005.

NOVAES, L. DE C. N. **A morte visível e a vida invisível: um estudo sobre o assentamento de Exu e a paisagem sagrada enseada de Água de Meninos, Salvador (Bahia).** Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Laranjeiras: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

NUNES, O. **Pesquisas para a história do Piauí.** 2th. ed. Teresina: FUNDAPI, 2007.

OLIVEIRA, A. J. DA C. **A comida está servida? Um estudo das práticas alimentares na fazenda Prazeres, Bertolândia – PI.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Teresina: Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, 2018.

OLIVEIRA, J. P. DE. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47–77, abr 1998.

OLIVEIRA, J. R. DE. **Os habitantes do rio e as missões religiosas no sertão pernambucano: uma arqueologia da paisagem fluvial do Rio São Francisco – Orocó.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Laranjeiras: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2016.

OLIVEIRA, L. L. DE. **Estudo de arqueologia industrial nas Fábricas Cortez, Parnaíba/PI.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Teresina: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, 2014.

ORSER JR, C. E.; FUNARI, P. P. A. **Introdução à arqueologia histórica.** [s.l.] Oficina de Livros, 1992.

ORSER JR, C. E.; FUNARI, P. P. A. Arqueologia da resistência escrava. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 1, n. 2, 2004.

OSÓRIO, H. **O Império Português no Sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PAIVA, E. F. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho).** [s.l.] Autêntica, 2017.

PEREIRA, F. A monta “à brida” e “à jineta” nas planícies da Península Ibérica – selas, arreios e proteção do cavaleiro cristão e muçulmano. *Mirabilia: electronic journal of antiquity and middle ages*, n. 8, p. 108–135, dez 2008.

PFALTZGRAFF, P. A. DOS S.; TORRES, F. S. DE M. (EDS.). **Geodiversidade do estado do Rio Grande do Norte.** Recife: CPRM, 2010.

Plataforma SILB. Banco de dados online. Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>. Acesso em: 8 set. 2019.

PORTO, O. A. **Arqueologia marítima/subaquática da 2ª Guerra Mundial: sua aplicabilidade no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Laranjeiras: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PUNTONI, P. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão do Nordeste do Brasil, 1650 – 1720.** São Paulo: Edusp-Hucitec-Fapesp, 2002.

QUEIROZ, L. A. P. DE. **Água fria é no pote do Cariri cearense.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2017.

RAHMEIER, C. S. Paisagem, sentidos e identidades no contexto estancieiro gaúcho: uma abordagem fenomenológica. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 8, n. 1, p. 93–127, 2014.

RIBEIRO, F. DE P. Descrição do território dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos. **Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 12, p. 41–86, 1849.

RIBEIRO, I. C. **Morada de casas: cultura material, dosmesticidades e mudanças sociais (Minas Gerais, Sabará - século XVIII).** Tese (Doutorado em História)—Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SANTANA, J. M. C. DE. **Arqueologia das Instalações de Produção Tradicionais: A dinâmica das casas de farinha e os caminhos percorridos pela produção no Centro-Norte piauiense.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Teresina: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, 2018.

SANTANA, R. N. DE A. **Mussuca: Por uma arqueologia de um território negro em Sergipe d’el Rey.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, A. B. DOS. **Colonização, quilombos: modos e significações.** Brasília: INCTI, UnB, 2015a.

SANTOS, M. R. A. DOS. **Fronteiras do Sertão baiano: 1640-1750.** Tese (Doutorado em História Social)—São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

SANTOS, J. C. Senzalas de Palha, Choças e choupanas: fragmentos da história da moradia escrava nas terras sergipanas (1801-1888). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 46.1, p. 20–32, 2016.

SANTOS, J. L. DA C. **Um rastro de memória: terra, parentesco e ofícios na família Belém em Acari/RN (Séc. XVIII-XXI)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Natal: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

SANTOS, M. R. **Palimpsestos do sítio Ruínas do Teatro: perspectivas da arqueologia urbana na cidade de Laranjeiras-SE**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Laranjeiras: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2015b.

SCHAEPE et al. Archaeology as therapy: connecting belongings, knowledge, time, place, and well-being. **Current Anthropology: A world journal of the sciences of man**, n. 4, p. 502–533, 2017.

SCHUYLER, R. L. Historical and historic sites archaeology as anthropology: basic definitions and relationships. **Historical Archaeology**, v. 4, p. 83–89, 1970.

SCHUYLER, R. L. Archaeological remains, documents, and anthropology: a call for a New culture history. **Historical Archaeology**, v. 22, n. 1, p. 36–42, 1 jan. 1988.

SCHWARTZ, S. B. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. **Economia e Sociedade**, v. 8, p. 129–153, 1999.

SENATORE, M. X. **Arqueología e historia en la colonia española de Floridablanca, Patagonia, siglo XVIII**. 1th. ed. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2007.

SILLIMAN, S. W. Struggling with labor, working with identities. In: HALL, M.; SILLIMAN, S. W. (Eds.). **Historical archaeology**. Malden: Blackwell Publishing, 2006. p. 147–166.

SILVA, A. D. DOS S. **O lembrado e o esquecido: a Bica das Freiras e a valorização da cultura cotidiana em Penedo-AL**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2017a.

SILVA, C. R. **O sabá do sertão: feitiçeiros, demônios e jesuítas no Piauí colonial (1750-58)**. Dissertação (Mestrado em História)—Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

SILVA, D. P. DA. **Os fios da memória: presença afro-brasileira em Acari no tempo do algodão**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Natal: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014a.

SILVA, F. A. J. DA. **O cativo rural colonial: reconstituição arqueológica da senzala da fazenda de São Bento de Jaguaribe Município de Abreu e Lima, Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

SILVA, F. N. DA. **Construção da paisagem aracajuana: modernidades e suas redes marítimas em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Laranjeiras: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2017b.

SILVA, I. S. DA. **A engenharia nos caminhos da restauração: sistema construtivo como instrumento de análise do patrimônio edificado no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado)—Natal: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017c.

SILVA, J. T. DA. Notas sobre remanescentes de quilombos no Brasil. In: **Experiências históricas afro-brasileiras**. Natal: EDUFERN, 2017d. p. 142–168.

SILVA, R. C. DA. **Nem tudo que reluz é vidro: mudanças sociais e introdução de artefatos vítreos na Salvador Oitocentista**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Laranjeiras: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2014b.

SILVA, S. L. DA. **Contexto comunitário e educação patrimonial: um estudo de caso em União dos Palmares-AL**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2010a.

SILVA, V. R. DA. **A faiança fina e o comportamento de consumo na Fazenda São Bento e Engenho Jaguaribe no século XVIII-XIX na sesmaria Jaguaribe, litoral norte de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2017e.

SILVA FILHO, O. P. DA. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: [s.n.]. v. 3

SILVA, R. A. **Balanço e Perspectivas da Pesquisa em Arqueologia Histórica no Rio Grande do Norte**. . In: XVII SEMANA DE HUMANIDADES. Natal: 2009Disponível em: <<https://cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT06/6.5.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2019

SILVA, R. A. **Uma arqueologia das casas fortes: organização militar, território e guerra na capitania do Rio Grande—século XVII**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—Salvador: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Antropologia/Arqueologia da Universidade Federal da Bahia, 2010b.

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SINGLETON, T. A. **I, Too, Am America: Archaeological Studies of African-American Life**. [s.l.] University of Virginia Press, 1999.

SINGLETON, T. A. The Object World of Cuban Slavery. In: SINGLETON, T. A. (Ed.). . **Slavery behind the wall: An archaeology of a Cuban coffee plantation**. [s.l.] University Press of Florida, 2015. p. 1–20.

SINGLETON, T. A.; SOUZA, M. A. T. DE. Archaeologies of the African Diaspora: Brazil, Cuba, and the United States. In: **International handbook of historical archaeology**. New York: Springer, 2009. p. 449–469.

SLENES, R. W. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, n. 12, p. 48–67, 28 fev. 1992.

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da família escrava**. 2th. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

SODRÉ, N. W. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SOUSA, A. C. DE. Caminhos enquanto artefatos: relações sociais e econômicas no contexto do Caminho Novo e suas variantes, séculos XVIII e XIX. **Historical Archaeology in Latin America**, v. 6, p. 67–88, 1995.

SOUZA, F. A. G. DE. **As duas faces de um mesmo monumento: a igreja e o convento do Carmo em Olinda - Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2007a.

SOUZA, M. A. T. DE. Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul**, p. 63–85, 2002.

SOUZA, M. A. T. DE. Uma outra escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 1, p. 59–92, 2007b.

SOUZA, M. A. T. DE. Por uma arqueologia da criatividade: Estratégias e significações da cultura material utilizada pelos escravos no Brasil. In: AGOSTINI, C. (Ed.). **Objetos da Escravidão: Abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 11–36.

SOUZA, M. A. T. DE; AGOSTINI, C. Body Marks, Pots, and Pipes: Some Correlations between African Scarifications and Pottery Decoration in Eighteenth-and Nineteenth-Century Brazil. **Historical Archaeology**, v. 46, p. 102–123, 2012.

SOUZA, R. DE A. E. Globalização, consumo e diacronia: populações sertanejas sob a ótica arqueológica. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 9, n. 2, p. 35–62, 2015.

SOUZA, R. DE A. E. **Um lugar na caatinga: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste brasileiro**. Tese (Doutorado)—Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. [s.l.] LeBooks Editora, 2019.

STEADMAN, S. R. **Archaeology of domestic architecture and the human use of space**. 2. ed. New York: Routledge, 2016.

STEWART-ABERNATHY, L. Separate Kitchens and Intimate Archaeology: Constructing Urban Slavery on the Antebellum Cotton Frontier. In: BARILE, K. S. et al. (Eds.). **Household Chores and Household Choices: Theorizing the Domestic Sphere in Historical Archaeology**. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2004. p. 51–74.

SUGUIMATSU, I. C. **Atrás dos panos: vestuários, ornamentos e identidades escravas: Colégio dos Jesuítas, Campos dos Goytacazes, século XIX**. Dissertação (Mestrado em

Antropologia)—Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SYMANSKI, L. C. P. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. In: ZARANKIN, A.; SENATORE, M. X. (Eds.). **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas**. Buenos Aires: ediciones del Tridente, 2002. p. 31–62.

SYMANSKI, L. C. P. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 73–96, 2008.

SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, W. F.; MOI, F. P. (Eds.). **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira**. 1. ed. [s.l.] Annablume, 2009. p. 279–310.

SYMANSKI, L. C. P. A arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. **Afro-Ásia**, n. 49, p. 159–198, 2014.

SYMANSKI, L. C. P. Introduction: Archaeology of African Diaspora Contexts in Brazil. **Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage**, v. 5, n. 2, p. 63–70, 2016.

SYMANSKI, L. C. P.; SOUZA, M. A. T. DE. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 33, p. 215–243, 2007.

TAVARES, A. C. P. **Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

TEIXEIRA, R. B. Gênese e formação histórica do território potiguar: uma breve análise a partir da cartografia. **Confins [on-line]. Revue franco-brésilienne de géographie**, n. 32, 2017.

TENÓRIO, R. L. Q. **Aspectos da Organização Social: um estudo cerâmico e espacial dos sítios Rosa e dos Teto, Serra da Barriga, União dos Palmares, Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

THIAW, I. História, cultura material e construções identitárias na Senegâmbia. **Afro-Ásia**, n. 45, p. 9–24, 2012.

TOMASSINI, G. B. “A la brida” and “a la gineta.” **Different riding techniques in the late Middle Ages and the Renaissance** *The Works of Chivalry*, 12 fev. 2014. Disponível em: <<http://worksofchivalry.com/a-la-brida-and-a-la-gineta-different-riding-techniques-in-the-late-middle-ages-and-the-renaissance/>>. Acesso em: 10 mar. 2020

TRIGGER, B. G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VASCONCELOS, C. A.; AGUILERA, V. DE A. As variantes lexicais para a montaria feminina: um estudo semântico-lexical em corpora geolinguísticos. **Revista do GELNE**, v. 14, n. 1/2, p. 347–365, 2012.

VELLOSO, P. L. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do ano de 1862 pelo presidente da província, o Commendador Pedro Leão Velloso**. Maceió: Assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte, 16 fev. 1862. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/851/>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

VERAS, N. L. DE O. **Práticas de saúde e modernidade na cidade de Parnaíba, Piauí (1850 a 1930): um estudo arqueológico**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Laranjeiras: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

VERSIANI, F. R. Os escravos que Saint-Hilaire viu. **História Econômica e História de Empresas**, v. 3, n. 1, p. 7–42, 2000.

VERSIANI, F. R.; VERGOLINO, J. R. O. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. **Estudos Econômicos**, v. 33, n. 2, p. 353–393, 2003.

VIEIRA, A. R. A. **Família escrava e pecuária: revisão historiográfica e perspectivas de pesquisas**. Dissertação (Mestrado em História Econômica)—São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

VIEIRA, B. V. DE F. **Era no tempo do coronel... “eu não concordo muito com isso não!”: arqueologia pública e interpretações colaborativas sobre a “Fazenda São Victor”, Piauí**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)—Laranjeiras: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2017.

VIEIRA JÚNIOR, I. **Torto Arado**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019.

WALTER, R. **Tecendo Identidade, Tecendo Cultura: Os Fios da Memória na Literatura Afro-descendente das Américas**. . In: XI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC TESSITURAS, INTERAÇÕES, CONVERGÊNCIAS. São Paulo: ABRALIC, 2008

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. DE M. **Formação do Brasil colonial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

WEIMER, G. **Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

WICHERS, C. M. et al. Um olhar para as relações de gênero na produção das coisas de barro. **Habitus, Goiânia**, v. 16, n. 1, p. 75–102, 2018.

WILKIE, L. A. Documentary archaeology. In: HICKS, D.; BEAUDRY, M. C. (Eds.). . **The Cambridge Companion to Historical Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 13–33.

ZARANKIN, A. **Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires**. Tese (Doutorado)—Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

ZARANKIN, A.; SALERNO, M. A. "Looking South": Historical Archaeology in South America. **Historical Archaeology**, v. 42, n. 4, p. 38–58, 2008.

ANEXO

Tipo	Fazenda	Índice de Escala²³⁵	Índice de Integração²³⁶	Índice de Complexidade A²³⁷	Índice de Complexidade B²³⁸
A	Encampinado	12	1,08	13	2,75
	Barra da Caruaíba	12	1,16	14	2,00
	Canaubinha (Acari)	13	1,15	15	3,15
	Maravilha	7	1,14	8	2,14
	Boa Vista	11	1,27	14	2,00
	Cacimba do Meio	15	1,20	18	2,13
	Caiçarina de Baixo	14	1,21	17	2,85
	Carnaubinha	13	1,23	16	1,69
	Cipó	17	1,23	21	2,58
	Ingá	20	1,25	25	2,50
	Maxinaré	10	1,20	12	2,00
	Riacho Fundo	11	1,27	14	2,18
	Sobradinho	13	1,23	16	2,61
	Caruaíba de Baixo	9	1,33	12	2,00
	Gurupá	10	1,30	13	2,50
	Malhada Vermelha	12	1,33	16	2,00
	Pedreira	13	1,38	18	2,23
B	Logradouro do Enéas	15	1,13	17	1,86
	Acauã	20	1,20	24	2,40
	Caiçarina	20	1,25	25	2,70
	Tapuia	17	1,29	22	2,58
	Timbaúba dos Gorgônios	22	1,27	28	2,31
	Três Riachos	13	1,23	16	2,30
	Cabaceira	25	1,36	34	2,36
	Pitombeira	11	1,36	15	1,72
	Quebra Perna	17	1,35	23	2,05
	Toco	14	1,35	19	2,21
	Umary	25	1,32	33	2,60
	Pau Ferro	11	1,45	16	1,63
	Santa Teresinha	9	1,44	13	1,77

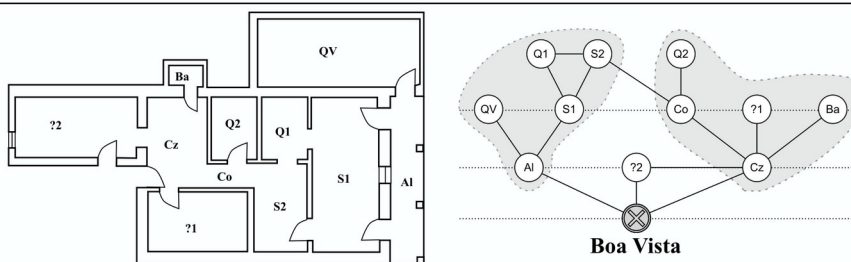
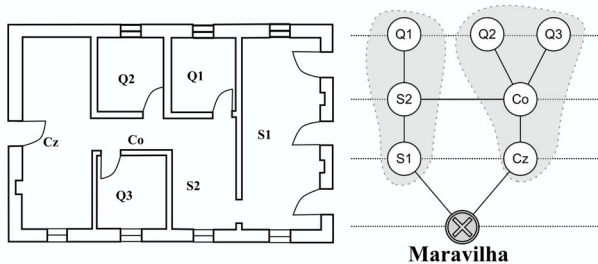
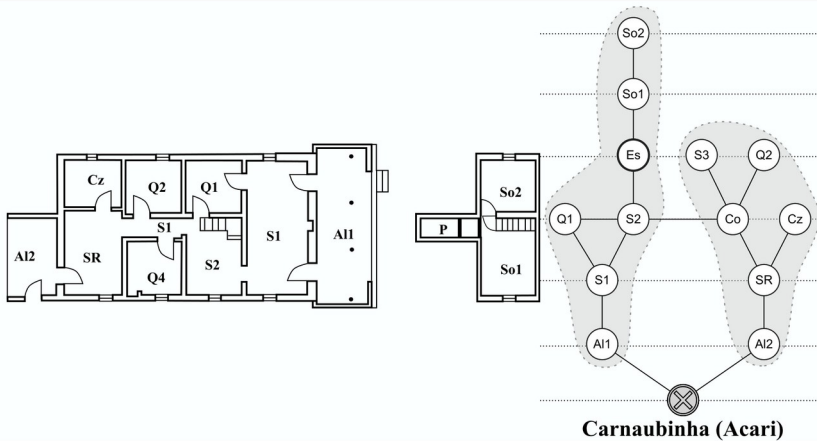
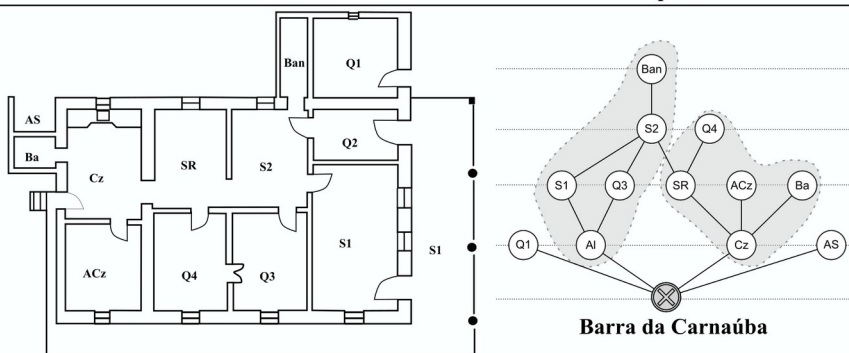
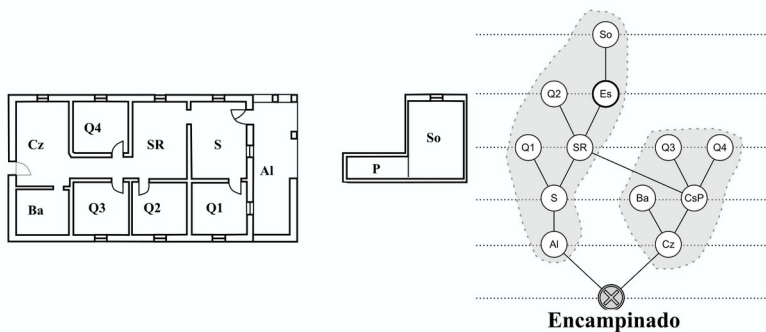
²³⁵ Quantidade de nós.

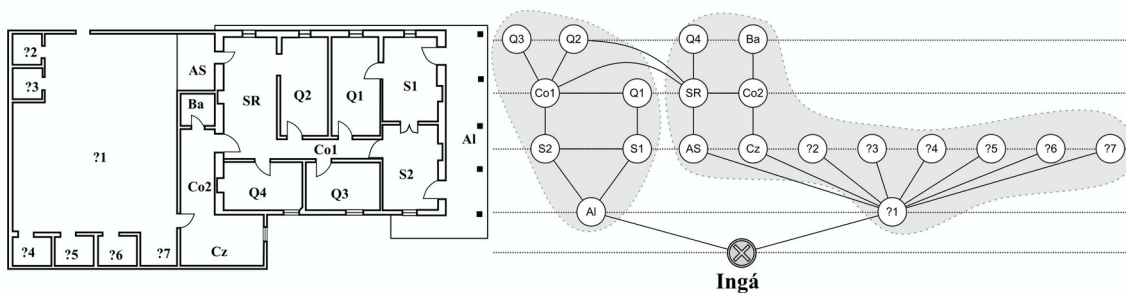
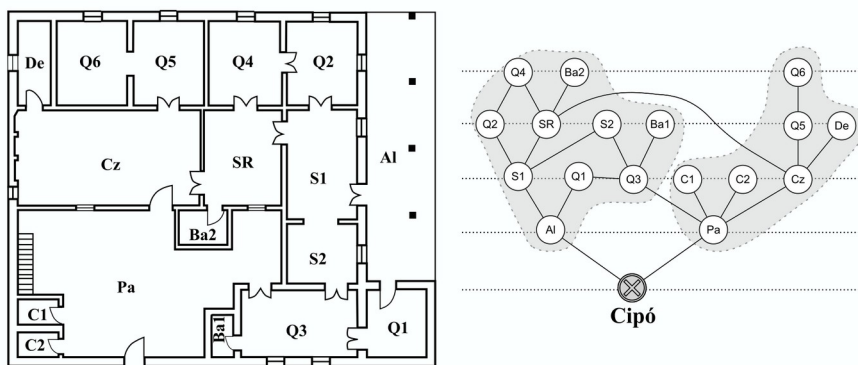
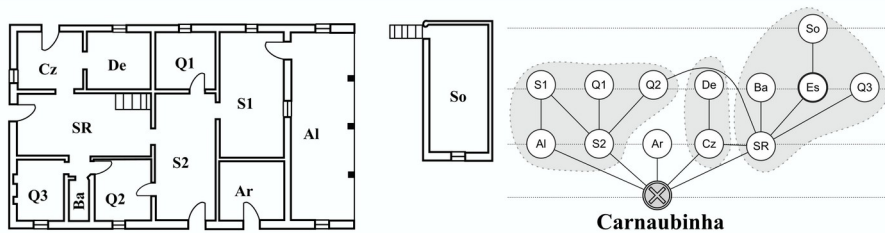
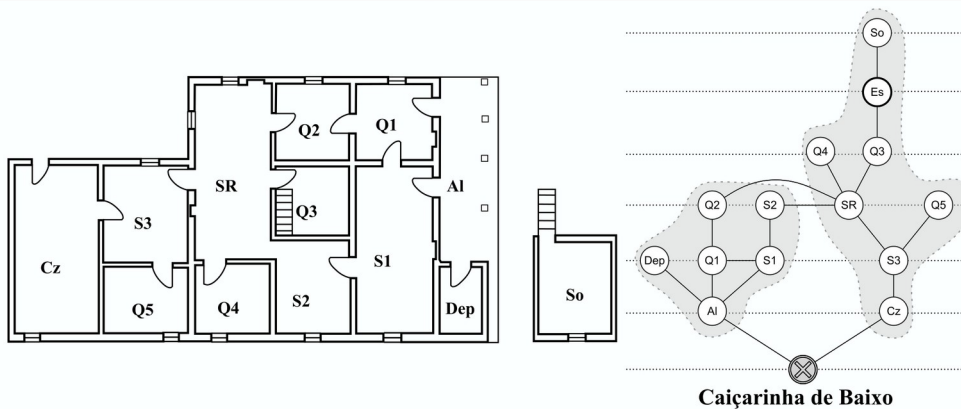
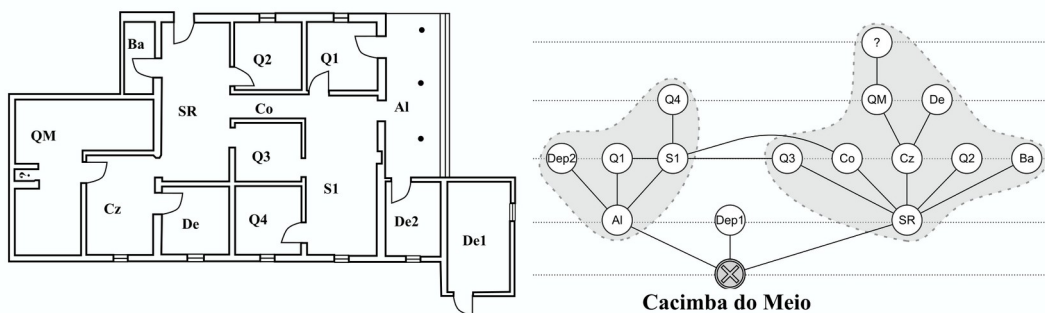
²³⁶ Quantidade de conexões dividido pela quantidade de nós.

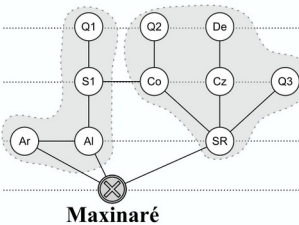
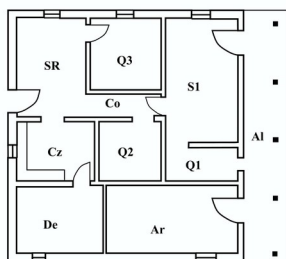
²³⁷ Quantidade de conexões.

²³⁸ Soma da quantidade de conexões necessárias para cada nó acessar o exterior do edifício dividido pela quantidade de nós.

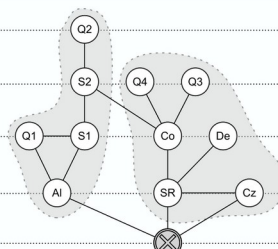
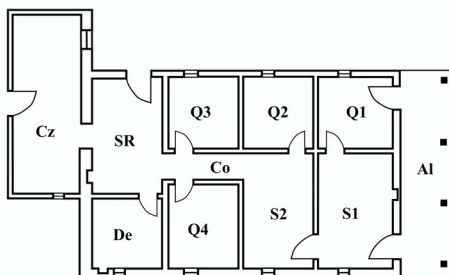
Plantas de Tipo A



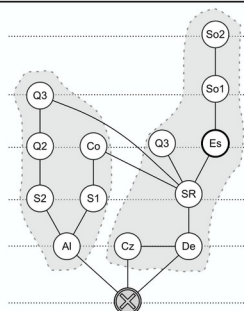
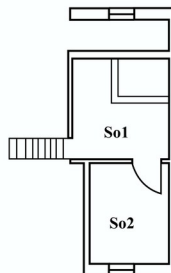
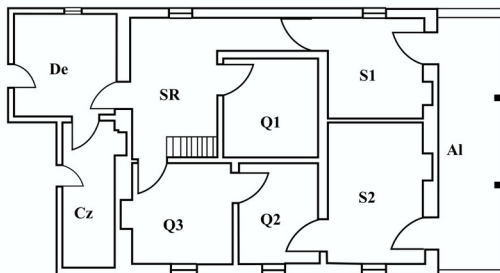




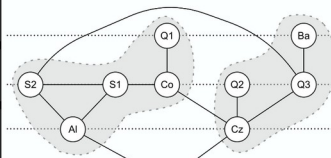
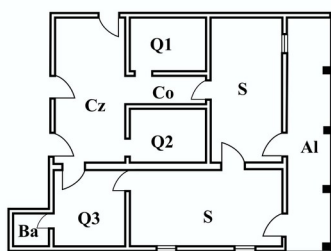
Maxinaré



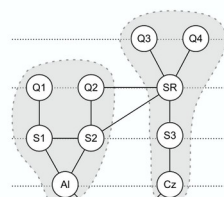
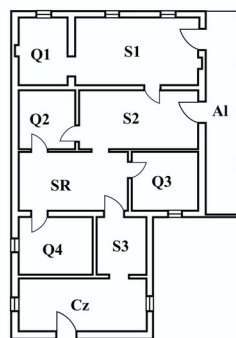
Riacho Fundo



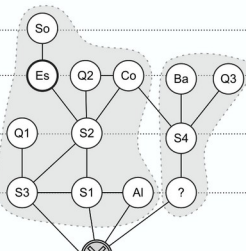
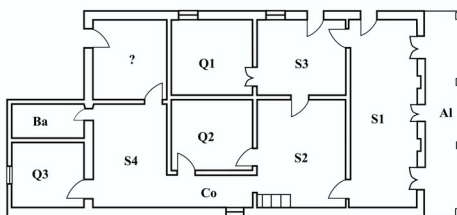
Sobradinho



Caunaíba de Baixo

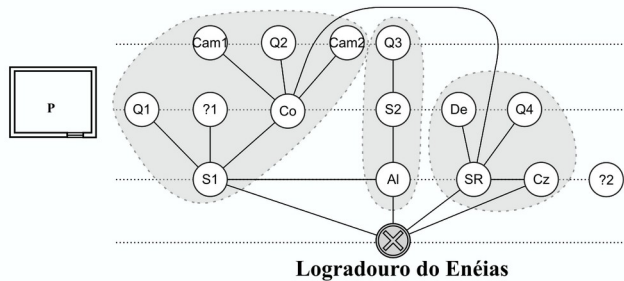
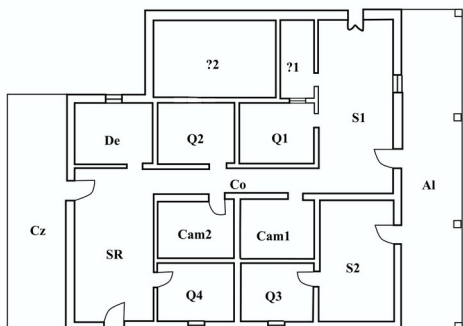


Gurupá

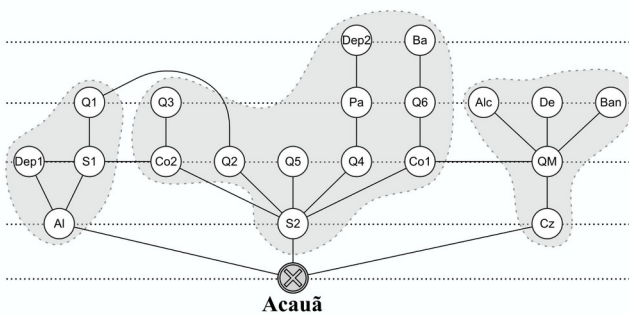
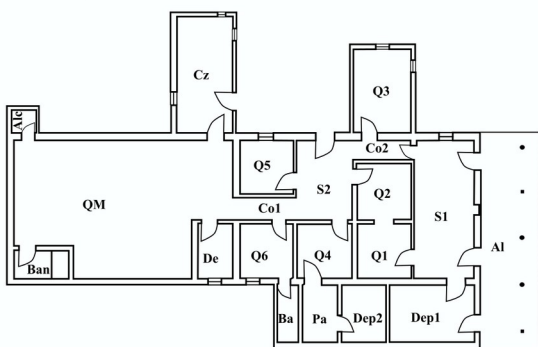


Pedreira

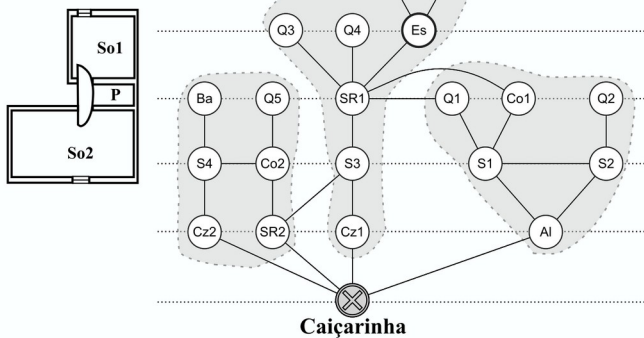
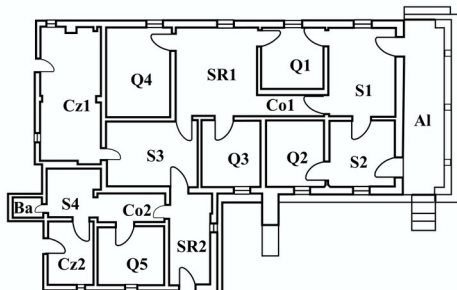
Plantas de Tipo B



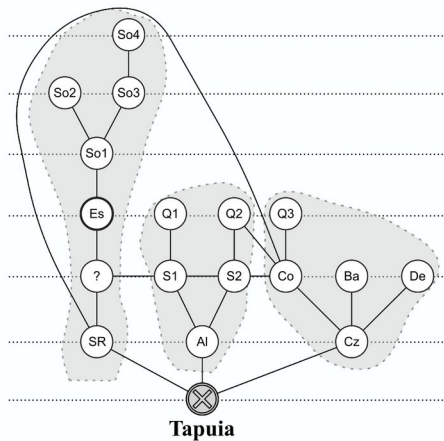
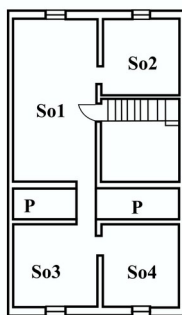
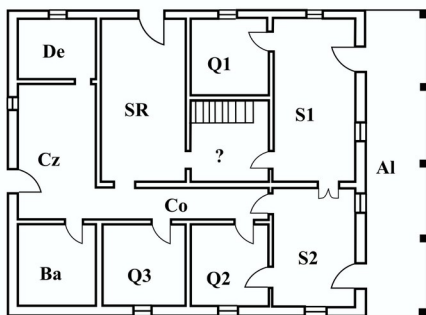
Logradouro do Enéias



Acauã



Caiçarinha



Tapuia

